



ANUÁRIO COLÓQUIOS DA LUSOFONIA ANO 2022

Revista de ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA

ISSN 2183-9239 em linha

ISSN 2183-9115 DVD

EDIÇÃO CHRYS Chrystello ©2001-2022

ÍNDICE

1. [DISCURSO DE ABERTURA DO 35º COLÓQUIO](#)
2. [TRABALHOS FINAIS, 35º](#)
3. [DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA AICL](#)
4. [TRABALHOS FINAIS 36º ORDEM ALFABÉTICA](#)

35° - DISCURSO DE ABERTURA DO 35° COLÓQUIO - BELMONTE 2022

Dizem os apologistas do apocalipse e os vendedores de medo, que há dois anos nos inundam os ecrãs de TV, que o fim está perto. Se não for a pandemia, um meteorito, um supervulcão, um tsunami gigantesco, o aquecimento global, a subida do nível dos mares e mais umas pragas piores que as da Bíblia. E depois do vírus, a comprová-lo, veio a guerra na Ucrânia que a todos afetará de formas inimaginadas por muito tempo. Com a virose covidesca enfraquecemos os sentimentos: deixamos de poder sair, viver, conviver, abraçar, sorrir e amar. A próxima pandemia será ainda pior já alertou a OMS.

Entretanto, a organização humanitária britânica Oxfam refere que "durante a pandemia houve uma redução de rendimentos para os mais pobres, **mais 160 milhões de pessoas na pobreza, 21 mil mortos por cada novo bilionário em cada dia**".

O medo e a pandemia ainda não me preocupam pois acredito nos que saem dos estereótipos e visam alcançar algo de imaterial com as suas vidas, muitos dos quais têm encontrado abrigo nos colóquios, no seu caráter intimista e familiar.

Recordo que quando me conheceu em Bragança 2008 o professor Adriano Moreira se voltou para mim e disse "Você é um poeta." E são os poetas, sonhadores, escritores, os únicos que pensam que são livres, e nessa realidade virtual atingem esse modicum enganoso de liberdade. Mas vale a pena ser poeta, nesta utopia que mantém os colóquios da lusofonia vivos ao fim de 35 edições em vinte anos. Se não fosse este abrigo cultural que os nossos encontros proporcionam a vida seria uma escravatura mais árdua. Nós somos a réstia de sol, que permite a todos os que aqui estão, pensar que cada ano de vicissitudes culmina na páscoa nos colóquios da bela Belmonte, a nossa segunda casa, acolhedora e amiga, onde podemos fugir dos apologistas do apocalipse e do medo e voar nas asas da liberdade literária de poetas como os mestres Eduíno e Álamo Oliveira, ou Luís Filipe Sarmiento e outros que usam a poesia como arma de libertação.

É essa a força de Belmonte e das suas gentes, desembaraçadas das grilhetas do passado atormentado de quinhentos anos, que nos irmana nestes dias. Da História nos falarão Sérgio Rezendes e José de Mello em representação da Câmara de Ponta Delgada. Estamos particularmente gratos ao Luís Filipe Borges esse corisco mal-amanhado que nos trará um pouco de humor de que todos carecemos. Todos os anos desde 2009 homenageamos um autor de mérito e em 2022 cabe a vez a Pedro Paulo Câmara de leitura obrigatória, de preferência ao som da mágica guitarra galega de Isabel Rei, com as imagens belas da exposição de Angola, Muxima, de Luís Gaivão e Luís Ançã que inauguraremos esta tarde. São estes e outros autores presentes, quem anualmente coloca Belmonte no mapa como capital da Lusofonia. Somos unânimes a agradecer ao Presidente Dias da Rocha e ao amigo Joaquim Costa por terem tido a visão de abraçar esta nossa utopia.

Cito Jack Kérouac

"Aqui estão os loucos. Os desajustados. Os rebeldes. Os pinos redondos em buracos quadrados. Os que fogem ao padrão. Aqueles que não se adaptam às regras, Podemos citá-los, discordar, glorificá-los ou caluniá-los. Mas a única coisa que não podemos fazer é ignorá-los. Porque eles mudam as coisas. Empurram a raça humana para a frente. E enquanto alguns os veem como loucos, nós vemo-los como geniais. Porque as pessoas suficientemente loucas para acreditar que podem mudar o mundo, são as que o mudam.

TRABALHOS FINAIS - NAS PÁGINAS SEGUINTES

36° - DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA AICL TRABALHOS FINAIS NAS PÁGINAS SEGUINTES, ORDEM ALFABETICA

1.ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA, AÇORES AICL

Dias de Melo (1925-2008), natural da Ilha do Pico. Escritor de tema único -- a baleação --, emprestou ficção a muita realidade, com a generosidade de proceder ao levantamento, fixação e estudo da população baleeira da Ilha do Pico

Dias de Melo é autor de uma obra vastíssima que abrange romance, novela, conto, crónica, poesia, ensaio. Não foi autor de escritos para a gaveta, mas, apesar de ter contado com várias editoras (algumas delas com razoável implantação no país), os seus livros nem sempre mereceram a divulgação crítica a que tinham direito.

Também apesar da diversidade de géneros que escolheu para fixar a sua escrita, são as ilhas dos Açores, com particular incidência a do Pico, que hão de conferir uma original autenticidade temática, quer pelo que se entende ser a insularidade quer pela inevitabilidade geográfica feita de solidão e limites físicos e psicológicos da própria ilha, a que se deve juntar uma pobreza básica, porventura, heroica. A leitura do espaço geofísico das ilhas feita por Dias de Melo encontra-se nas páginas de um tempo dramaticamente parado. Isto é: embora as ilhas se avistassem umas às outras, a mobilidade das pessoas era bastante restrita. Só o mar, mesmo quando em desassossego manso, deixava a sensação de um infinito finito.

Dias de Melo teve pelo mar uma espécie de amor perverso. Desde criança que o observava como se se tratasse de animal selvagem líquido. Se as calmarias lhe atiçavam a vontade de se embrulhar no mar, os temporais arrepiavam-no com o medo de quem viu que nem o barco escapa à destruição por afogamento.

Vivendo num lugar de baleeiros treinados pela coragem da fome e pelas dificuldades de sobrevivência, Dias de Melo fixou, nos seus livros, sobretudo nos de ficção e de crónicas, a vida desses «heróis do mar», utilizando um discurso direto, bebido em copos de conversa.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Durante alguns anos, Dias de Melo realizou dezenas de entrevistas aos homens do mar, procurando reconstruir um tempo onde a baleação dita, de forma quase exclusiva, a vida socioeconómica e cultural da população da ilha do Pico. Regrados por um contrato de premissas rigorosas, os baleeiros obedeciam a essa lista de princípios, embora fosse quase escandalosa a escala de valores financeiros a que a companhia estava sujeita. Quem mais perigos corria, menos recebia.

Este trabalho de pesquisa e recolha começou por ter uma divulgação interilhas com a publicação de *Vida Viva em Terra de Baleeiros* – um apanhado de pequenos textos que tinham como função expor, como se de «patchwork» se tratasse, a evolução de uma profissão que, merecendo um bom investimento, não dava para fazer sair da fasquia da pobreza os baleeiros que até eram chamados, à faina, por um simples foguete. Mas esses homens lá iam a correr, disparados por uma canoa baleeira. E é deste pequeno livro que sai *Na Memória das Gentes* em três volumes. Neles, Dias de Melo fixou as entrevistas que fez bem como o léxico baleeiro que, com a proibição da baleação, corria o risco de desaparecer. Apesar da sua riqueza linguística, vai deixar de ser utilizado.

Reconheça-se o talento e a persistência de Dias de Melo para levar a cabo o propósito de historiar o período da caça à baleia na ilha do Pico e, por extensão natural, nas restantes ilhas, pois todas elas viveram períodos de baleação.

São estes conhecimentos que, de forma realista, Dias de Melo ficcionou. São cerca de quatro dezenas de títulos com o mesmo cenário (a ilha do Pico), com a baleação a deixar que as pessoas respirassem e desenvolvessem um trabalho que garantisse o pão que o diabo amassava. Apesar dos riscos que a companhia corria sempre que se fazia ao mar para ir à caça da baleia, a coragem, a força e as necessidades faziam esquecer os maus momentos.

Pedras Negras, que teve a 1ª edição em 1964, dá início à abordagem de um tema que, localizado numa das ilhas dos Açores, comportava sinais de universalidade, uma vez que a baleação se encontrava em franco desenvolvimento em vários pontos do Mundo, procurando conhecer métodos mais engenhosos, mais eficazes e menos perigosos. Nas águas do Japão, há muito que o arpão caíra em desuso. No entanto, pela semelhança de interesses na baleação, Kiwami Hamaoka verteu para japonês e fez publicar a sua tradução de *Pedras Negras* numa editora de Tóquio. Pelas mesmas razões e em relação à atividade da caça à baleia destinada às fábricas de New Bedford, Gregory McNab traduziu o mesmo livro para inglês, então editado pela Gávea-Brown em 1983.

Independentemente desta divulgação que, como já se referiu, foi escassa mesmo entre nós, é necessário lembrar que Dias de Melo foi escritor de disciplina rigorosa, com horário de trabalho meticulosamente programado e cumprido. Isso permitiu-lhe desenvolver um ritmo de escrita de resultados evidentes, um estilo sólido e escorreito, com um poder de sedução que conquistava e conquista leitores. Usando um bom vernáculo, o seu estilo narrativo é sábio e encantatório.

Dotado de grande sentido de observação e análise, deixo a referência a um dos seus livros que mais me surpreendeu pela sua leitura do que era a comunidade açoriana na Costa Leste dos Estados Unidos e, sobretudo, na Califórnia. Apesar do pouco tempo gasto nessa viagem, ele foi assertivo no entendimento do que as gentes açorianas emigradas conheceram de êxito sofrido e de sofrimento inglório. Dias de Melo deixou tudo isto escrito num dos seus livros sentidamente mais amados e mais pertinentes e, claro, menos conhecidos. Foi publicado em 1990, com o título de *Das Velas de Lona às Asas de Alumínio*.

Dito isto, é preciso ler e reler a obra de Dias de Melo.

2.ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA -

São Portugal e a Galiza um mesmo povo? Portugal e a Galiza¹ são constituídos por um mesmo povo, são eles um só povo²? Alexandre Banhos da Fundação Meendinho no 35 Colóquio da Lusofonia Belmonte abril 2022

Porque galegos e portugueses somos um mesmo povo e como nos diferenciamos do resto dos peninsulares.

Que é ser um mesmo povo

a - Base genética

b - Base Cultural

c- Base histórica

Estados versus povos, a construção da/s nações

Primeira Parte³

1. A primeira questão que devemos colocar-nos, é se é possível, ou se algum dia teria sido possível, a existência de Portugal sem a existência da Galiza. Corria o século XIX, que entrava no seu último quartel, e num jornal do Porto, "O Primeiro de Janeiro", era entrevistado o grande historiador Alexandre Herculano. O jornalista demorava-se em pormenores do que estava nas origens de Portugal, e o historiador respondeu-lhe: "Portugal é a criação do génio galego"⁴.

2. Portugal não nasceu no ano 868 em que o nobre crunhês Vímara Peres, constituiu no lugar de Portuscale / Portugale o condado de Portugale, nem no ano 1143. Nasceu quando da queda do império romano no ventre do reino dos suevos⁵, que criaram as condições para que a província da Gallaecia (com forte personalidade diferencial) evoluísse, juntamente com

¹ Com o termo Galiza, estou-me a referir, -não a Galiza histórica, que ocupava a faixa ocidental peninsular e ia desde a Mar Cantábrico ao Tejo, da qual o cerne era Braga e que foi quem constituiu Portugal -; se não a parte da Galiza a norte do Minho, que acabou sob o domínio castelhano, porém foi quem acabou por usufruir o nome. O norte de Portugal não tem nome, chama-se mesmo com uma simples definição geográfica, será por ser ele o cerne da Galiza, a Galiza mesmo, tal como é Portugal todo do Tejo para cima?

² Na Gália há até organizações que acreditam e agem sob essa palavra de ordem como a [COMISSÃO PARA A REUNIFICAÇÃO NACIONAL DA GALIZA E PORTUGAL: 2006 \(galizaunidadeportugal.blogspot.com\)](http://galizaunidadeportugal.blogspot.com)

³ A primeira parte aproveita um trabalho dum heterónimo meu, José Chão de Lamas

⁴ In António Sérgio, Breve Interpretação da História de Portugal, Clássicos Sá da Costa

⁵ <http://aqal-gz.org/blogues/index.php/meendinho/2011/06/29/28-junho-2011-comemorando-na-crunha-o-1600-aniversario-do-reino-da-galiza>.

Domingos Marques et alii: Em Braga foi Portugal gerado, Edição patrocinada pela Câmara de Braga 2010

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

parte da Lusitânia, de modo claramente separado do resto peninsular. É neste reino que se produzem e funcionam os mecanismos que farão que a nossa língua portuguesa nasça do latim e seja estabelecida no noroeste peninsular no velho solar da Gallaecia, no seu esqueleto fundamental no período que vai dos séculos VI ao IX.

3. Aí já temos os primórdios da nossa atual língua e o nosso funcionamento como povo diferenciado na península e no mundo europeu. É suficiente olharmos todas as crónicas muçulmanas peninsulares ou documentos referentes à península, das longínquas terras europeias do Mar do Norte, e lá estão os portugueses, trajados de galegos.

4. Que Portugal reino ainda não existia e por tanto não se chama assim, senão que se chama Galiza, tanto tem, pois chamando-se Galiza era já verdadeiro Portugal. Porventura quando, portugueses, ou galegos, ou galego-portugueses (como se gostar), estendiam o reino para o Sul, não estavam a fazer Portugal? O portuguêsíssimo mosteiro de Lorvão fundou-se no ano 914, e assim figura nas atas fundacionais "in finibus Galleciae".

5. Que é Portugal, o nome da cidade mais galeguíssima da Galiza. Porto, é a velha Portuscale romana, e mais tarde Portucale (Portugale), a qual foi reduzido o nome para que pudesse usufruir dele o reino, o estado inteiro.

6. E quem eram os galegos⁶, a tribo celta achada por Décimo Júnio Bruto morando ali onde o Douro se mistura com o oceano, "em Portus Cale". Esses calecos de Cale no Douro deram o nome a todo o noroeste peninsular. CALECIA- GALAECIA- GALIZA.

7. O mundo deu tantas voltas, que há quem pensa que a Galiza é uma região espanhola que vêm caindo por cima de Portugal e na qual as pessoas falam um linguajar deturpado e feio como um castelhano com muitas palavras portuguesas.

8. A Galiza é na realidade grande parte de Portugal, de Santarém para cima, é aí que chegava o velho reino da Galiza como bem sabia Rodrigues Lapa. Haverá por acaso algo mais galego do que Braga, capital da Galiza romana, do reino suevo, da Igreja da Galiza até 1492.

Após a batalha do Pedroso (1071), o rei Garcia, elimina o condado portugalense, e restaura em Braga todos os direitos dos que dispunha Lugo, por delegação da "verum caput" Braga. Braga foi durante 15 séculos a cabeça, como capital da Galiza romana; do *galiciense regnum*, conhecido popularmente como reino suevo; da Igreja da Galiza, que nascido o reino de Portugal, Braga soube conservar essa condição até que em 1492, quando após de longa guerra terrorista de submetimento da Galiza por Castela (guerra de Doma e Castração⁷) a monarquia castelhana corta todos os vínculos religiosos com Braga e submete a igreja da Galiza, a norte do Minho, ao mandato de Valladolid. Por ter sido Braga cabeça da Galiza, e por isso mesmo que é ainda a cidade primaz de Portugal.

9. Portugal é a criação dos homens do Norte, eles deram a língua (a sua alma coletiva essencial, a pátria verdadeira que dizia Pessoa), eles puseram os topónimos e designaram a(s) terra(s), por isso temos os mesmos nomes do Cantábrico ao Tejo. Por isso depois da Galiza, vem a Beira (a velha Beira da Galiza), depois a Estremadura (a extrema do reino da Galiza), e ao sul do Tejo estava o Além-Tejo. Com certeza que, se os alentejanos houvessem posto os nomes, para eles os 'alentejanos' seriam os da Beira.

10. Rompeu-se a Galiza no século XII e continuaram em Portugal reino a serem galegos embora o reino se chama Portugal. (Ao norte do Minho, acabaram caindo na órbita de Castela, ao sul levou-se os estandartes e a língua pelo caminho de todos os mares). Continuou-se a chamar a língua do reino, de galego, e não vai ser até fins do século XIV, que começa a ser chamada pelo nome do reino, como aliás era o costume por todo lado.

11. Quando os linguistas alemães e Carolina de Michaelis difundem a nossa literatura medieval, chamam à língua 'galego-português', isso não o faziam porque a língua não fosse português cem per cento, que o era; mas perante o facto de todos além e aquém Minho chamarem a sua língua 'galego'. Na corte portuguesa de Lisboa à língua que se falava ainda não se dera o nome do reino, simplesmente chamava-se-lhe galego. E os doutos criaram o 'galego-português' como expressão, ao parecer-lhes mais simples que explicarem à população que a língua portuguesa antes se chamava galega.

12. É isso da unidade é tão firme, que Portugal é o único estado da Europa, que tem uma região que não tem nome, chama-se simplesmente pela definição geográfica, Norte, mas esse não ter nome e pela questão esquisita de esse norte ser o cerne histórico da Galiza, e para a ideologia do poder de Lisboa o assunto é problemático.

Segunda Parte

1. Quando num território de longa data convivem as gentes num contínuo misturarem-se entre si, produz-se que o seu DNA leva inscrito características que o identificam como um mesmo grupo humano, em termos modernos, um mesmo povo, e o diferenciam dos povos com os quais mantenham contacto e limitam. Produzem-se mutações que de forma recessiva estendem

⁶ Segundo o celtista Higinio Martins, autor entre outras da *Gramática comparada do céltico antigo da Galiza*, galego é uma palavra celta que pode ser traduzida por -da terra -. Expressão bem nossa, de onde é o tal, ou o qual: Da Terra.

⁷ É o nome dado pelo cronista aragonês Zurita, à guerra de razias que se desenvolve contra da Galiza entre 1476 e 1490. No primeiro de março de 1476, tem lugar em Toro, a batalha mais decisiva para o futuro da península ibérica e para a nossa história. Para o reino do norte quase mortal (ou mortal de todo se não despertamos e descobrimos com quem nos jogamos tudo), para o reino do sul, lá esteve a semente da sua ocupação por quem levava a coroa de Castela em 1580. Nessa batalha se desfez muita cousa, Ernesto Vasquez Souza diria: A desfeita do projeto ocidental, e virada da coroa de Castela para Aragão. (Os catalano-aragoneses pensavam que fizeram bom negócio...)

E após essa batalha a Galiza sofre dura guerra de castigo que se prolonga por bem anos. O país é destruído bem a fundo, Sabiades que Ourense, repetidamente atacada, só foi submetido após um cerco de 11 meses, e que Ponferrada custou-lhe tão bem muitos meses o submetê-la aos castelhanos. Na Galiza reino ocupado, os cargos são reservados aos estrangeiros do reino dominador. E a Galiza reino, se lhe retira o voto e participação nas cortes da monarquia de Castela, e num processo de humilhação ao nosso povo, verdadeiramente inacreditável, os seus votos e representação nas Cortes são entregues à cidade de Samora.

O submetimento terrorista da Galiza a norte de Minho, não foi por eles se manifestarem a prol da rainha legítima Joana, alcunhada de Beltraneja (está enterrada em Lisboa e recente análise de ADN demonstram que era filha legítima do rei, e como tal herdeira. Isso figeram também não poucos castelhanos, mas por outro fator, em 1475 dom Afonso V de Portugal é proclamado, com grande contento rei da Galiza, e unifica na sua coroa a todo o povo. Isso de defender o rei de Portugal foi o que Castela não perdoava. E agiu com o divide e impera, porém destruindo tudo e todos.

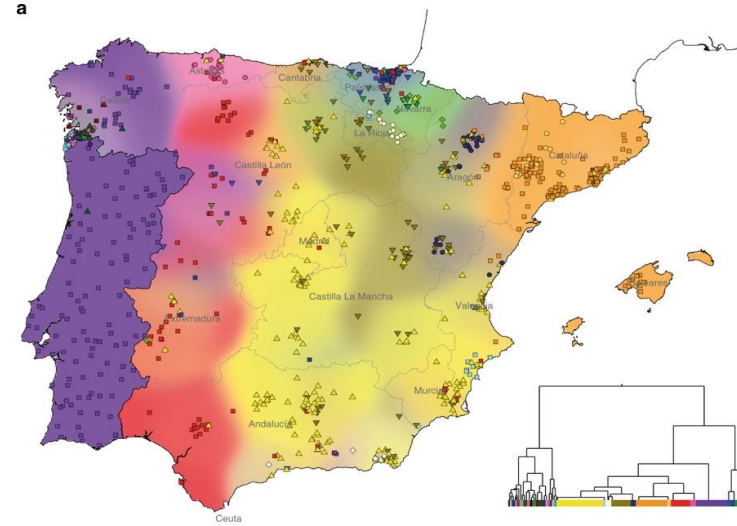
A documentação toda no reino da Galiza era em galego, e se um fazia um testamento ou uma venda, era em galego, e os tabeliães tudo faziam em galego. Mas agora declaram que só vão valer as escrituras dos escrivães da escola de Toledo.

Dizem alguns néscios ao serviço do "amo", que a nossa língua não se proibiu. Mas quem sabia ler e escrever? Os religiosos, os aristocratas, os burgueses. E onde iam apreender agora e com quem, e onde andavam etc.. Não sumiu a nossa língua por vontade dos galegos e galegas se não por imposição. A Galiza tornou-se agrafa, e as novas realidades lhe chegam na língua do poder, o castelhano. E pouco a pouco vão apagando a nossa história dos carros e carros de documentos que existem na nossa língua na Galiza, de que falava o padre Sarmiento no sec. XVIII, e como se fossem um sonho; ainda que a nossa Língua, é a língua falada e vivida pelo cento por cento dos galegos e galegas.

Em meados do século XIX renasce para a literatura uma língua socialmente estigmatizada, funcionalmente minorizadas, banida das instituições oficiais e hostilizada pelo Estado. Popular e realmente falada, a língua galega começará a ser posta ao serviço dum movimento cultural e político que irá perfilando uma vocação que (com cautela, porém) poderíamos chamar nacional.

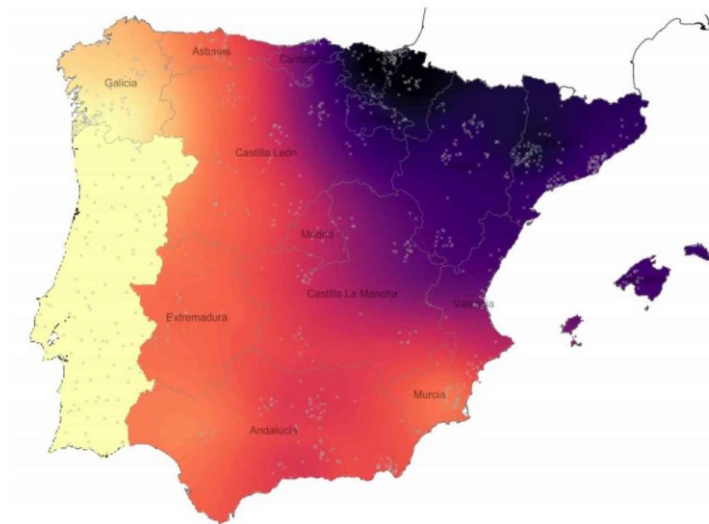
Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

caraterísticas entre as suas populações. Galiza e Portugal compartilham no âmbito da genética um grupo de mutações exclusivas comuns. (Professor Anxo Carracedo⁸ USC), de ordem de 5, o que chama bem a atenção o seu número, quando se compara com povos europeus isolados, como fineses ou islandeses etc. Olhemos isso em mapas⁹



A homogeneidade genética na península ibérica dá-se em faixas de norte a sul

Galiza-Portugal somos uma unidade genética muito homogênea entre ela, e isso que nela se incorporaram desde o século IX e desde o XV genes de variada procedência, - muitos deles africanos -



De oeste para leste as faixas verticais, vam-se afastando, quanto mais separadas as faixas, mais afastamento¹⁰.

Quanto mais clara é a cor do mapa, maior existência de genes africanos e norte-africanos. Na parte oriental da península, Países catalães e Aragão a sua genética é junto com a vasca a mais distinta do resto da península. O reino de Aragão, na reconquista, foi fazendo uma absoluta limpeza étnica e acabou por expulsar as populações mouriscas. De facto não se produz conversão dos muçulmanos se não que permanecem em sociedade afastados. Os Países catalães eram os territórios com mais população mourisca, chegando a ser por cima do 30% no reino de Valência. Mas toda essa população acabou por ser expulsa da península em 1609¹¹

2. Na faixa ocidental, não houve nunca expulsão das populações muçulmanas, além de casos pontuais e o que houve foi assimilação e integração, não só isso, se não que o cristianismo da faixa ocidental santificou a Mohamed, sob o nome de São Mamede.

3. Bem antes de invadirem a península os exércitos muçulmanos, chegaram eles a Tingitana. No norte de África, a província da Tingitana, que era uma província romana que formava parte da Hispania desde a reforma do imperador Diocleciano, era uma das zonas mais cristianizadas do império romano. No ano 740 produziu-se uma importante rebelião dos cristãos berberes,

⁸ Anxo Carracedo, (Santa Comba, A Corunha, 12 de novembro de 1955), é catedrático de Medicina Legal, pesquisador e experto internacional em genética. É membro da Real Academia Galega de Ciências.

⁹ <https://www.nature.com/articles/s41467-018-08272-w/figures/5>

¹⁰ Há na península e nos Pirenéus sul e norte, um território que não é uma faixa, que é uma ilha, o território basco

¹¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Expuls%C3%A3o_dos_Mouriscos. É bem interessante ao respeito a análise que faz disso Joan Fuster, nessa obra extraordinária, que é Nossaltres els valencians, de leitura muito recomendável para ente derem não pouco o estado espanhol http://barcelona.indymedia.org/usermedia/application/13/Fuster_Joan_-_Nosaltres_els_valencians_%281962%29.pdf

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

estimulada por muçulmanos fanáticos jarijitas, o que deu lugar a fugida de cristãos, rematada a inicial tolerância muçulmana, móbil mais que suficiente como para provocar a fugida dos cristãos, seguindo a rota peninsular. Além disso, referido a Galiza lucense, (As Astúrias na altura formavam parte do espaço lucense), existem vários documentos dos anos 745, 747, 757, e 769, que nos falam do bispo de Lugo Odoário, e de outras autoridades da Galiza, que recolhiam e deviam casa e terras a famílias cristãs do norte de África.

Que nos documentos se ler em relação ao Odoário como «arzobispo» bem pode ser uma ruim leitura da forma *aepiscopos*. Não existe motivo algum na altura para fazerem falsificações. Onega López tem demonstrado que estes documentos têm um fundo autêntico e parece ser que inúmeros cristãos norte-africanos foram acolhidos na parte da Galiza que ficara na península como o único território sem dominação muçulmana. O autor francês Barrau-Dihigo afirmava, com não-justificada ironia, que a conquista de África não era cousa recente, de modo que não se tinha motivo para a fugida. Porém não há lugar a ironia nenhuma quando um enfrenta a violentíssima reação muçulmana de imposição religiosa que se produz a partir de do 740¹².

4. Porém ao norte do Douro e nas Astúrias, zonas não ocupadas pelos muçulmanos, o professor Carracedo demonstrou, que há um fundo antigo de genes norte-africanos que chegaram ao território há uns 5000 anos, quando se intensificou a dessecação do Saara.

5. Todas as populações que, com anterioridade, chegaram à península ibérica, vieram desde o leste e através do Pirenéus. Ainda que a península ibérica está só a 16 km de África, porém a passagem do estreito é uma das mais difíceis, pois de jeito contínuo entra uma corrente marinha, um grande rio do Atlântico no mediterrâneo, que faz muito difícil a travessia. Os barcos e os submarinos podem entrar do Atlântico ao Mediterrâneo, com os motores apagados. A douscentos quilómetros ao leste do estreito, e a só 250 m. da costa, a velocidade da água ainda é de dous nós. Isso dificultava muito na antiguidade para os barcos conseguirem sair do mediterrâneo. Mas há uns 5000 anos, aqueles norte-africanos, conseguiram o grande sucesso de serem os primeiros a atravessarem o estreito de Gibraltar¹³, e desse ADN do que fala o professor Anxo Carracedo como substrato genético do noroeste, e que faz que todos os do noroeste da península amossem no seu DNA, uma pequeníssima percentagem, sempre inferior a um 0,3% como um remorso de há cinco mil anos, e muito menos significativo que o ADN muito mais moderno norte africano e africano, que está bem mais incorporado ao sul do Douro.

Terceira Parte

1. A língua é a pátria verdadeira que dizia Pessoa. As línguas são as almas coletivas dos povos, e são aquilo que por cima de qualquer outra cousa, nos faz sentir a fraternidade e comunhão duma mesma pertença¹⁴.

2. Toda a linguística mundial, exceção dos trabalhos posteriores ao ano 70, no estado espanhol (a espanha -Castela/espanha- dominadora, não dá pontada sem fio, e converter a língua da Galiza em modalidade regional espanhola, e travar o relacionamento com os espaços onde ela é normal, é o seu), afirmou a unidade do romance ocidental peninsular, ainda que popularmente ao português na Galiza se lhe mantenha o nome medieval e popular de galego.

3. Após a guerra de Doma e castração (1476-1490), e o submetimento posterior a ferro e jugo, não se apagou essa unidade. Com certeza que o português da Galiza, desde o 1500 sofreu um processo de castelhanização, mas também desde o século XV esteve incorporando termos novos que iam aparecendo ao sul do rio Minho, muitos deles ligados à expansão colonial portuguesa.

4. As repetidas candidaturas para se proclamar pela UNESCO, o **património imaterial que é comum** a um lado e a outro da raia política, e que nasceram da associação transfronteiriça Ponte nas Ondas, de escolas de Portugal e da Galiza, onde constataram que tradições, expressões, jeito de olhar o mundo... é comum ao norte e sul do Minho, porém a Espanha trava, bem eficazmente esse reconhecimento, não é de admirar.

5. A fronteira de Portugal ao norte, não é mais fácil que a que tem ao leste, porém nenhuma é tão transitada. Todos os dias há umas trocas e circulação entre a parte da Galiza que ficou submetida por Castela/Espanha e Portugal, dum jeito que no caso galego dobra as que se produzem entre essa Galiza com o resto do estado espanhol.

Para os galegos todos irem a Portugal é um pouco irem e estarem na sua própria casa. Como me dizia um dia uma vendedora na feira de Vila Real de Santo António, aqui vêm muito menos espanhóis do que se produz no norte, para os espanhóis que estão ao leste vir a Portugal e irem ao estrangeiro, os galegos não tem esse sentimento, para eles andar por Portugal é bem natural, já fosse isto Valença ou Barcelos...

6. A língua da Galiza, o português (da Galiza), é uma língua perfeitamente normalizada no mundo, que tem a pluralidade diatópica própria das línguas estendidas por todos os continentes, é dizer própria por tanto das línguas internacionais, que ainda que não seja oficial no estado espanhol sim que o é na União Europeia. Mas o problema com o português da Galiza, é que no estado espanhol dá-se uma situação de reconhecimento linguístico assimétrico no que uma das línguas tem carácter oficial pleno e a outra(s) cooficial, e essa cooficialidade é **regulada e limitada** entanto não existe nenhuma regulação dos usos do castelhano nos territórios das outras línguas.

7. A regulação do castelhano é o primeiro plano de qualquer política de sucesso normalizador dos usos das línguas. As políticas linguísticas em todo momento estão intervindo nessa realidade e regulando a minorização linguística da língua(s) não oficial do estado, ao que se soma o peculiar exercício interpretativo que fazem os tribunais, (não esqueçamos que no âmbito da judicatura não existe nenhum direito de uso das línguas "cooficiais"), e o próprio Tribunal constitucional limita essa regulação, com o que o assunto fica num exercício prometeico. Como diz o professor Sánchez Carrion "*La distorsión asimétrica consiste en el modo en que tiene una comunidad lingüística de percibir la misma situación como si fuera distinta*". Como dizíamos, o modelo espanhol é o do castelhano pleno e a outra(s) é uma língua cooficial com uma regulação em constante modificação, e se juntamos que ambas línguas tem distintas velocidades de circulação e penetram em âmbitos comuns mas com uma muito distinta intensidade, veremos que como consequência de isso assiste-se a constante descompactação e

12 Barrau-Dihigo, L. (1989): 273-5, contra Onega López, J. R. (1986). Também os considerava documentos autênticos Cotarelo Valledor, A. (1933): 61-4. cf. Floriano, A. C. (1949-51): I, 40-59 y 62- 66.

13 Acessaram a península e acessaram a Sicília e ao sul da Itália.

14 Por isso é tão ativo por todo lado, as políticas linguísticas de estatização linguística de o divide et impera, vide artigo a Estatização linguística: [Boletim da AGLP nº 12 - 2019 \(academiagalega.org\)](http://boletim.da.AGLP.nº.12-2019.academiagalega.org)

fracionamento dos falantes, e esse fracionamento é o mecanismo mais poderoso de minorização, ou melhor dito de que – os falantes da “língua nacional”, o castelhano, se percebiam como tais.

8. No caso do português de Galiza, que dispõe de instrumentos enormemente válidos e mui produtivos para poder estar no mundo sendo ele próprio, com todas as variações diatópicas que se quiserem ressaltar, mas que não fazem mudar o discurso unitário da língua. Castela/Espanha impôs a rutura da unidade, a rutura do cordão umbilical com a língua galega internacional (o português), com a criação dum modelo de língua regional espanhola dependente do castelhano, a sua norma de correção¹⁵. Isso é um elemento chave do descompato da comunidade linguística e da minorização linguística¹⁶. De aí que as alternativas de mais êxito (as únicas que podem ter sucesso na Galiza) procurem restaurar essa comunicação como elemento de viabilidade social linguística.

9. Se a história de convívio na faixa ocidental peninsular é comum, pelo menos nos dous últimos milénios¹⁷, se desde o ponto de vista genético somos um espaço bem homogéneo dum jeito que só se acha em espaços humanos muito isolados, etc., e se a nossa cultura, língua e jeito de estarmos e olharmos o mundo é basicamente comum, quer dizer que somos um povo, um único e mesmo povo¹⁸.

Quarta parte 19

1. Portugal é um estado, e como dizia Pierre Bourdieu no seu livro O Estado: O estado é o único deus verdadeiro do nosso tempo; e a parte da Galiza que ficou sob o domínio dos povos castelhanos está noutro estado, sob outro deus.

2. O estado conforma o seu universo comunicacional e nacionaliza as suas populações, e desde essa perspectiva a Galiza já não funciona como mais uma parte do povo português ou galego português, e sim como eu espremia em 1984, como uma espécie de território de fronteira.

3. Uma parte da Galiza, a que se seguiu alargando para o Sul sob o nome de Portugal levou a nossa língua até o Alentejo e Algarve e polos quatro cantos do mundo, e não renunciava a unidade de todo o reino, coisa que começou já com dom Afonso Henriques, que interveio não poucas vezes a norte do Minho, e que levou a que três reis de Portugal vieram ser proclamados reis da Galiza: Fernando I, João I, e o último do Afonso V que antes citávamos.

4. Portugal estava, no período Baixo Medieval e Moderno, sempre com a parte da Galiza que não constituiu o reino²⁰, presente na sua ação política, com as classes altas portuguesas com estreitos laços de parentesco com as galegas, e virando-se umas vezes para o centro peninsular e outras para o além-mar, e quase sempre combinando ambos os posicionamentos, quer para cair na órbita de Castela, quer para procurar alianças e equilíbrios que a afastassem dela, esse período concluiu com a infeliz noite filipina, em que Portugal passa a ser mais um reino senhoreado por Castela, e no que a língua desapareceu da documentação política e da literatura, salvo a religiosa popular. Foi um período de forte contacto com o castelhano, e as palavras castelhanas entraram a milhares na língua portuguesa²¹.

5. No 1 de dezembro de 1640 começa de novo a escrever a história por sim próprio o nobre povo lusitano. A energia e vontade do povo português, e, sobretudo, os interesses maioritários ainda diferenciados e vivos da classe dominante, fizeram com que a independência mudasse significativamente o sentido da integração no entorno peninsular da nação portuguesa²².

6. Portugal, recuperada a sua soberania, deixa de ser uma comunidade situada na periferia peninsular e, portanto, marginal a respeito do espaço central ou castelhano/espanhol e passa de facto a ser uma «ilha». O estado português como tal deixou de ter fronteira física com o resto da Península e torna-se um tudo em si próprio, o centro do seu mundo com a sua própria periferia, as suas colónias, e de aí a importância não apenas económica, mas também psicológica, da sua existência para a sua independência. De outro lado, vai manter relações com as potências dominantes do momento com o fim de conservar o seu estatuto de «ilha peninsular». No campo da língua enceta-se uma política de afastamento do romance central peninsular. Podem descrever-se episódios de Portugal relacionados com a Península Ibérica posteriormente a 1640, mas são todos aparentes, pois Portugal ainda quando se relaciona com ela, e ela era sempre Castela (não podia ser outra coisa), fazia-o de costas viradas²³. Portugal virara de tal maneira as costas ao resto da Península que esta (Castela-Espanha) na praxe não existia. Os Portugueses concebiam o seu, como um país central, total e homogéneo, conceção promovida pela existência das suas colónias. Caso de olharem para outros Estados, os portugueses refletiam-se a si próprios, com apenas uma mudança de escala. Portugal podia relacionar-se com o outro Estado peninsular, mas era desde a sua ilha.

¹⁵ [Carlos Garrido - Opinión - Páxina 1 - Nós Diario - Xornal de intereses galegos \(nosdiario.gal\)](#)

¹⁶ As organizações políticas que defendem essa alternativa regional espanhola, além do que elas afirmem e declarem, estão inseridas no universo hispano, e o seu projeto “nacionalista” se existir, acha-se num beco sem saída.

¹⁷ E mais, se um repara no megalitismo do noroeste e a sua especificidade e percorre o seu alcance territorial, rapidamente reparará que há um modelo característico que abrange a faixa ocidental peninsular. Isso amossa que as nossas raízes comuns são bem fundas.

¹⁸ A grande vantagem nossa é termos uma Galiza que se chama Portugal e o seu universo, sem eles nós estaríamos nas condições dos asturo-leoneses, pouco mais que um remorso. Por isso para os posicionamentos neocompostelhanistas e regionalistas o discurso da unidade ou da reivindicação da galeguicidade portuguesa e tão desapontador, e fogem dele como diabos da água benta, Portugal para eles não existe pois não é Espanha -estado atual - e nós para eles somos uma realidade exclusivamente espanhola.

¹⁹ Esta parte toma o essencial duma palestra minha em Lisboa em 1994

²⁰ O primeiro rei de Portugal Afonso Henriques, já teve muita atuação a norte de Minho, e nunca renunciou a ter aí influência e presença. Depois houve três reis de Portugal que foram proclamados reis da Galiza, Fernando I, João II e Afonso V. O encantamento da Galiza com a união na coroa de Portugal, levou a fúria castelhana da guerra de Doma e Castração., o objetivo era banir a comunhão do povo a norte e sul.

²¹ Fernando Venâncio, Assim nasceu uma língua

²² O levantamento de 1640, levou a um processo de simpatia e de anseio de união da Galiza a Portugal, mas por Portugal pronto foi percebido isso não como ajuda e sim como um problema, ao se estar falando de fronteiras que não eram as anteriormente reconhecidas do reino. Mas foram inúmeros os galegos a lutarem com Portugal e em não poucas batalhas, levas de galegos levados a lutarem contra seus irmãos, desertaram e lutaram com eles como na batalha de Montes Claros.

Na independência de Portugal foi um bom contributo a luta pela independência que começada um bocado antes, mantinha a Catalunha

²³ A fronteira política, enquanto linha divisória, é sobretudo um filtro, e toda fronteira política é uma fronteira natural, se por natural se entender de não-fácil trespassar (não se esqueça que, som muito mais infranqueáveis as fronteiras políticas que quaisquer barreiras naturais). A fronteira também é a linha de contacto de dous contínuos geográficos.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

7. Essa posição de Portugal, esse estar o país no mundo, foi um elemento consciente e permanente da política portuguesa praticamente durante os últimos trezentos anos. Porém o 1 de janeiro do ano 1985, Portugal entra no espaço económico europeu e, quase que de golpe, descobre a «intelligentsia» portuguesa que na Península Ibérica existe um parceiro, muito coladinho e muito perto, e o país deixa de ser uma «ilha».

O parceiro, nessa mesma data, entrava também no mesmo espaço económico.

Portugal passou a ser assim, e não apenas geograficamente, um Estado peninsular, enquanto o outro Estado peninsular, Castela-Espanha, que nunca teve a Portugal como um igual, senão antes bem como um acidente histórico, descobriu subitamente que Portugal existia, achava-se ao seu lado, e podia introduzir nele os seus produtos, as suas finanças, os seus meios de comunicação, as suas imagens e as suas gentes.

Para o velho Portugal «centro-lha» existiam as suas colónias e as potências dominantes, geralmente a Inglaterra, e muito menos a França, apesar do importante pouso da cultura gaulesa no país.

Para esse «país de centro» a Galiza não existia, era um nome que apenas ecoava acolá longe nos tempos das origens de Portugal, sem conseguir ocultá-lo com todos os mitos e milagres criados para explicar esta; e ainda não existindo, continuava a se perceber o arrecendo à Galiza na vida popular do Norte do Douro e na Beira.

O que sim existia no velho Portugal eram os galegos, que desde sempre chegavam a “ilha” e faziam desde os socalcos do Douro até qualquer duro trabalho que no país cumprisse.

Faziam parte da paisagem urbana, a começar por Lisboa²⁴.

Para o velho Portugal os galegos eram uma espécie de etnia de brutos trabalhadores que falavam português à galega, quer dizer, rudemente.

E ainda que sempre houve portugueses que souberem da Galiza, para a imensa maioria deles, incluída a “intelligentsia” ela não deixou de ser um mistério recluso na Espanha.

A velha Castela acabara por se apropriar do nome de Espanha, e desde o Portugal homogéneo outra realidade resultava inconcebível.

8. Passados 37 anos desde 1985, hoje Portugal é um estado muito integrado na península, pode-se dizer que hoje todos os portugueses falam castelhano, a cada vez de jeito mais perfeito, e gostam de gabar-se disso a cada momento que acharem ocasião.

O castelhano está muito presente até nos lares portugueses a meio dos diversos meios, e em Portugal produz-se um fascínio apavorante por Espanha²⁵, dum jeito que não se dá em nenhum estado da Europa a respeito dum seu vizinho²⁶.

Muitos meios estão sob controlo económico espanhol, a dívida portuguesa é em grande medida espanhola, e a imagem que projetam da Espanha os meios sob o filtro e o desejo da propriedade, e bem político²⁷.

E a Espanha já está na CPLP, e não é um simples observador, que ninguém se engane.

9. A Galiza que ficou sob o controle de Castela, está hoje num estado de degradação apavorante.

Para as novas gerações a língua de instalação começa a ser o castelhano, e pode vir a Galiza a funcionar mais como um aríete de castelhanizar Portugal que outra cousa.

Se Portugal não for quem de desenvolver um novo projeto nacional adequado a realidade do presente, e nesse projeto inserir a Galiza de algum modo, não olho o futuro deste nosso povo muito feliz, ainda que milagres não deixam de acontecer e sempre se albiscam esperanças, até onde menos se aguardam.

3. ANTONIO CALLIXTO, EX-CHEFE DA UNIDADE DE TRADUÇÃO PORTUGUESA DO TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, LUXEMBURGO (1986-2012)

Portugal e as laranjas

Qualquer português que tenha visitado a Grécia e/ou a Turquia lidou muito provavelmente com laranjas (viu, comprou, comeu, manuseou, etc.).

O fruto é tão comum nesses países que é improvável que não tenha tido com ele qualquer contacto. Se esse português tiver um certo ouvido, ter-se-á provavelmente apercebido de que “laranja” se diz “πορτοκάλι (*portokáli*)” em grego e “portakal” em turco.

E se, além do ouvido, tiver também um certo interesse pelas línguas, talvez se tenha interrogado sobre a razão de tão curiosa designação.

O que o nosso português, leigo em questões linguísticas e/ou etimológicas, decerto ignora é que, numa grande extensão à volta das bacias dos Mares Mediterrâneo e Cáspio, em grande número de línguas e de países, o nome do fruto designado cientificamente por “*citrus sinensis*” (a laranja doce) deriva e está intimamente ligado ao nome do nosso país.

A passagem em revista das referidas línguas e a razão de tal designação constituem o tema principal da presente comunicação, que acessoriamente dará ainda a conhecer a etimologia da palavra em outros grupos linguísticos.

²⁴ Na Lisboa atual, 1 de cada três moradores, tem raízes na Galiza a norte do Minho.

²⁵ Como o fascínio que havia na minha infância nas aldeias da Galiza por Portugal, pois era na altura Portugal a cousa mas maravilhosa em todos os sentidos que se pode imaginar.

²⁶ Isso entanto que para os portugueses ao norte do Minho, a Espanha garante e procura a inacessibilidade aos meios em português, aplicando a sua matraca legislativa-judicial

²⁷ Ao final da década dos 90, pouco antes de se botar a caminhar uma certa regionalização em Portugal, participei numas jornadas sobre a regionalização de Portugal que organizara a câmara de Tomar. O texto da minha palestra, era *Um Projeto nacional de futuro para Portugal*. Nele explicava o porquê se necessitava um projeto nacional de futuro, e porque a regionalização devia consistir em converter a Portugal em duas regiões e como se articularia isso, e porque a importância do tamanho regional. Também afirmava que consentir nas atuais, (naquela altura e seguem) cimeiras ibéricas e aceitar o seu desenho por Portugal, era asneira, (poderia fazer um relatório de quantos roubos e golos se tem feito a Portugal nestas cimeiras, lembrem-se do mercado unificado elétrico...). E pedia desenvolver um novo modelo de relacionamento ibérico, menos ibérico... Incluso fazia uma proposta bem esquisita para o auditório, de construir ua nova capital, como parte do projeto nacional

9-12 ABRIL 2022



35º colóquio da lusofonia - abril 2022 - Belmonte



12.04.2022 - 10h00
Museu Judaico - Belmonte



Reprodução autorizada desde que mencionada a origem

Portugal e as laranjas

Origem da palavra "laranja"

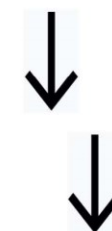
tamil நாரம் (*nāram*), ஆரஞ்சு (*ārañju*)* } línguas dravídicas
telugo నారింజ (*nāriṃja*) ou
malabar നാരങ്ങ (*nāraṅga*)

>>> sânscrito नारङ्ग (*nāraṅgaḥ*)

>>> persa نارنگ (*nārang*)

>>> árabe نارنج (*nāranj*)

* āru (6) + anju (5) = 11 gomos ?



António Callixto
callixto@gmail.com
f in

Antigo chefe da
tradução portuguesa
do Tribunal de Contas
Europeu, Luxemburgo
(1986 – 2012)

Com "n" inicial

- espanhol **naranja**
- bósnio **narandža**
- croata **naranča, narandža**
- húngaro **narancs**
- sérvio **наранџа, narandža**
- turcomeno **narynç**
- arménio **նարինջ (*narinj*)**
- hindi **नारंगी (*nāraṅgī*)**

Sem "n" inicial (vogais "a" e "o")

- francês **orange** * *une narange* >>> *une orange* / analogia com a cidade de Orange
- italiano **arancia** * *una narancia* >>> *una arancia* >> *un'arancia* (FR/IT dissimilação)
- inglês **orange** * *a norange* >>> *an orange* ? (EN rebracketing)
- provençal **aràngi** / occitano **irange**
- sardo **aranzu**
- galês **oren**
- irlandês **oraiste**
- maori **aarani**

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia



Com "l" inicial

português	laranja
basco	laranja
aimará	laranja
quechua	laran(ja)
galego	laranxa
maltês	laringa
chichewa	lalanje



Com "n" inicial

Com "n" inicial	
espanhol	naranja
bósnio	naranđa
croata	naranča, naranđa
húngaro	narancs
sérvio	naranja, naranđa
turcomeno	narynç
arménio	նարնջ (narnj)
hindi	नारंगी (nāraṅgī)



Sem "n" inicial
(vogais "a" e "o")

Sem "n" inicial (vogais "a" e "o")	
francês	orange
italiano	arancia
inglês	orange
provençal	arangi / occitano / arange
sardo	aranzu
galês	oren
irlandês	oranice
maori	aarangi

Com "l" inicial

Com "l" inicial	
português	laranja
basco	laranja
aimará	laranja
quechua	laran(ja)
galego	laranxa
maltês	laringa
chichewa	lalanje

romeno	portocală	
grego	πορτοκάλι (<i>portokáli</i>)	
búlgaro	портокал (<i>portokál</i>)	
turco	portakal	
albanês	portokall, portokalli	
macedónio	портокал (<i>portokal</i>)	
curdo	pirteqal, پرتەقال (<i>pirteqal</i>)	
georgiano	ფორთოხალი (<i>portoxali</i>)	
abcázio (abkhaz)	апатырқал (<i>apatyrkhal</i>)	
uzbeque	po'rtahol também apelsin	
cazaque	бартоқал (<i>bartoqal</i>) também апельсин (<i>apel'sin</i>)	
azerbaijano (azeri)	portağal também narinci	

Derivados de "Portugal"

napolitano **purtuall, purtuallo, portogallo**

Diversas formas semelhantes em vários outros dialetos italianos

árabe **بُرْتُقَالَة** (*burtuqāla*), **برتقان** (*burtu'ān*) Egito

mas **ليمون** (*limun*) Marrocos

persa **پرتقال** (*porteqâl*) * também **Portugal**

(farsi) também **نارنج** (*nâranj*), **مالمته** (*mâlte*) Afganistão

>>> sânscrito **नारङ्ग** (*nāraṅgaḥ*)
>>> persa **نارنگ** (*nārang*)
>>> árabe **نارنج** (*nâranj*)



Laranja amarga (*citrus aurantium*) – já conhecida em Itália no séc. XI.

Laranja doce (*citrus sinensis*) – trazida pelos portugueses no séc. XV da China para a Europa, via Índia.

tártaro da Crimeia **portaqał**

(Crimean Tatar)

amárico **ቡርቱካላ** (*burtukaana*)

(Amharic)

tigrínio **ቡርቲካን** (*burtukhan*)

(Tigrinya)

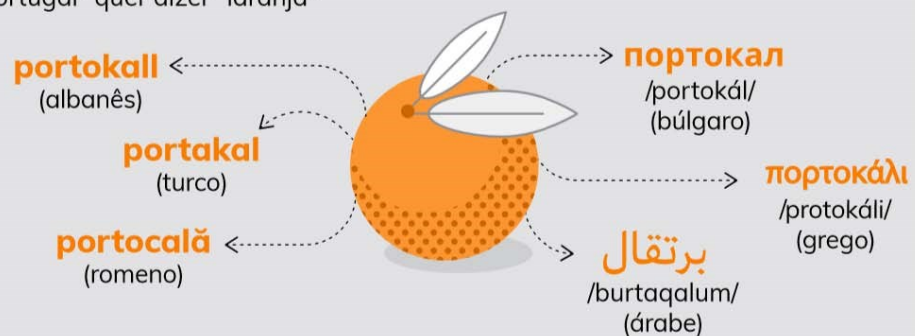
ladino **portokal, portakal**

(judeu-espanhol)



QUANDO A LÍNGUA TRANSFORMA UM PAÍS EM FRUTA

Há muitas palavras portuguesas no vocabulário de outros idiomas. Em alguns, "Portugal" quer dizer "laranja"



"Maçã da China" (*citrus sinensis*)

- | | |
|-------------|---------------------------------------|
| alemão | Apfelsine também Orange |
| neerlandês | sinaasappel, appelsien |
| sueco | apelsin |
| dinamarquês | appelsin |
| norueguês | appelsin |
| islandês | appelsína |
| finlandês | appelsiini |
| estónio | apelsin |

"Maçã da China" (*citrus sinensis*)

- | | |
|--------------|--------------------------------------|
| sami (lapão) | apelsiidna |
| russo | апельсин (<i>apel'sín</i>) |
| bielorrusso | апэ́льсін (<i>apel'sín</i>) |
| ucraniano | апельсин (<i>apel'syn</i>) |
| letão | apelsīns |
| lituano | apelsinas |

Anglo-normando **pume orange** (fruto da laranjeira)
>>> francês antigo **pomme d'orange** >>> **pomme d'Orange**

- | | |
|----------|------------------------------|
| polaco | pomarańcza |
| checo | pomeranč |
| eslovaco | pomaranč |
| esloveno | pomaranča, oranža |
| sérvio | поморанџа, pomorandža |
| croata | pomorandža, naranča |
| ladino | pomaranc |

turcomeno **apelsin, narynç, pyrtykal**

bashkir/tártaro **әфлисун** (*aflisun*)
papiamento **apelsina, apusina**

espanhol de Porto Rico e República Dominicana **china**

gallo (Bretanha) **pom d'oraunj**

Outras origens diversas

- | | | |
|------------------|--------------------------------|---|
| catalão | taronja | cf. PT toranja , ES toronja |
| afrikaans | lemoen | cf. PT limão , EN lemon |
| indonésio/malaio | limau | |
| sotho (Lesotho) | lamunu | |
| zeneize (Genova) | çetron | cf. FR citron |
| pashto (Afegan.) | مالتیه (<i>malta</i>) | |
| caló | chiringa | |
| tetum | sabraka | |



<https://i.stack.imgur.com/OYk8L.jpg>

LEGEND

- from the Sanskrit word for 'orange tree' (nāraṅga), probably of Dravidian origin
- variation on the above, via Old French *pomme d'orange*
- "apple from China"
- from Welsh *aurafal* "gold apple", cognate with Cornish *awrafal*
- named after Portugal, as Portuguese merchants were presumably the first to introduce the sweet orange in Europe
- from Arabic *نُورَانْج* (turunj) meaning "citron"
- possibly from Chinese 橘子 (júzi) (mandarin orange), cognate with Mongolian *жүрж* (žürž)



Obrigado pela vossa atenção



4. CHRYS CHRISTELLO. AGLP, AJA/MEEA, UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA. AICL PORTUGAL

A EULOGIA A CRISTÓVÃO DE AGUIAR "IN MEMORIAM"

Em 5.10.2021 dia da república faleceu Luís Cristóvão de Aguiar, Deixou 3 filhos, José Manuel, Artur e Luís que hoje nos honram com a sua presença.

Gostava de recordar momentos inolvidáveis que com ele passei nos colóquios da lusofonia e na sua casa do Pico. Recordo o que escrevi em 5.9.2009

Plantamos árvores, publicamos poesia e tivemos filhos em buscas incessantes pelo Santo Graal e ambos sabemos que não existe, a não ser na busca incessante com que criamos, uma raison d'être nas nossas mentes conturbadas. Para ele, a escrita nunca será catarse pois é fruto de amores incompreendidos entre si e a ilha...e para mim a escrita e os colóquios da lusofonia são a catarse constante da minha guerra colonial sem mortos nem feridos, e tampouco tiros. Encontro tanto sofrimento na escrita do Cristóvão que me apetece ir ao Pico consolar as suas velhas penas. Os Açores são uma réplica miniatural da corte lisboeta. As elites não perdoam aos que não comungam da verdade única com força de dogma. Cristóvão escreve com uma pluma incómoda. Reservou-se um papel de narrador que pensa, fala e escreve e não reivindica verdades absolutas ou duradouras.

. **09.09.2009** - Isto das ilhas tem muito que se lhe diga. Quando se perora sobre as nove filhas de Zeus urge não melindrar os interesses estabelecidos.

EM MEIOS PEQUENOS É CONSABIDA A TENDÊNCIA PARA APOUCAR AQUELES QUE DAS LEIS DO ESQUECIMENTO SE DESEMBARAÇARAM, COMO DIRIA O VATE, ENQUANTO O IMPERADOR E SÉQUITO DISTRIBUEM VIAGENS E MORDOMIAS. TERRAS PEQUENAS, INVEJAS GRANDES, A REPRODUÇÃO DO MOTE POPULAR "A MINHA FESTA É MAIOR QUE A TUA".

Dos dias passados na sua casa no Pico em 2009 recordo leituras, discussões e uma enorme aprendizagem. Surgiam em catadupa nomes e obras dos últimos quarenta anos. Muito descobri naqueles dias com essa enciclopédia de conhecimentos que é Cristóvão de Aguiar. No último dia, andados uns passos rumo à sua casa deparei com uma camioneta de passageiros aguardando o começo da semana. Acorreu-me a ideia peregrina de como seria uma aventura "pedir emprestada" a carripana, percorrer as aldeias (ditas freguesias nas ilhas) e gravar as histórias que os passageiros fossem contando. A viagem não teria destino. Duraria tanto quanto as histórias dos passageiros. Pararia em todos os locais, para que fossem contadas as histórias e lendas do local. Que livro maravilhoso não dariam as histórias daqueles que tomassem o autocarro dos sonhos.

12.8.2011 - Parado no aeroporto da Horta, não sou o Passageiro em trânsito do Cristóvão de Aguiar, antes deixo que os ponteiros do relógio caiam lentamente, por entre o linguajar dos que, comigo, esperam. Como sempre acontece, quando excursiono nestas ilhas atlânticas, nunca tenho vontade de partir: impérvio, permaneço sentado, quase imóvel, no pátio de observação do aeroporto da Horta. Estou de frente para o Pico que me pisca o olho, sorrateiro, por entre as nuvens, escondendo-se, amiúde, dos meus olhos perscrutadores. Ao contrário do Cristóvão não carrego comigo a ilha e a que transporto não é outra. Não trago a reboque este arquipélago, mas deixar a ilha é sempre uma partida sem regresso marcado, como quem faz um luto indesejado ao correr dos dias. Não levo comigo a dor nem a lágrima furtiva, apenas acalento o desejo do regresso numa noite de luar como o de ontem. Parafraseando-o **IN NOVA RELAÇÃO DE BORDO, DIÁRIO OU NEM TANTO OU TALVEZ MUITO MAIS, PUBLICAÇÕES D. QUIXOTE, 2004**) direi da Língua de todos nós:

AMO-A SEM O EMPECILHO DA PALAVRA.

O AMOR APRENDE-SE, CULTIVA-SE, REGA-SE.

NECESSÁRIA UMA PREDISPOSIÇÃO ÍNTIMA ONDE SE ALASTRE ESSA FERIDA AMÁVEL, COMO TÃO ELOQUENTEMENTE ESCREVEU, EM TÍTULO DE LIVRO, O POETA EGITO GONÇALVES. OS POETAS TÊM SEMPRE RAZÃO!"

E há muita língua portuguesa e poesia na prosa do Cristóvão que espero os vindouros saibam honrar. Obrigado por existires, meu mestre.

SESSÃO DE POESIA A QUATRO VOZES COM PEDRO PAULO CÂMARA. ISABEL REI E LUCIANO PEREIRA

719 ESTA SOLIDÃO MASCARADA QUE ASFIXIA 2021 PEDRO PAULO C

ah! esta solidão mascarada que asfixia
este isolamento involuntário a que nos obrigam
esta segregação imensa que nos anquilosa
este drenar cerebral que nos impede de ler livros

ah! esta solidão mascarada que asfixia
esta lavagem covidesca ao cérebro
como se não houvesse mais doenças
as restrições e as proibições e as negações

ah! esta solidão mascarada que asfixia
as vacinas, os entubamentos
os mortos diários como folhas que caem das árvores
os internados, os positivos, os recuperados
os contaminados por esta lepra do séc. XXI

ah! esta solidão mascarada que asfixia
a economia morta, as famílias moribundas
o ensino de rastos, e a proibição de comprar livros
as igrejas abertas, ginásios fechados

ah! esta solidão mascarada que asfixia
as revistas não propagam o vírus porque entorpecem
os livros são perigosos porque abrem janelas
e proibições atrás de proibições
neste país de saudades salazarentas
de denúncias pidescas, de invejas mesquinhas
de pânico e medo que nos metralham
a toda a hora nos jornais, telejornais

ah! esta solidão mascarada que asfixia
neste carnaval em que não podemos despir a máscara
o humor ainda não foi vetado mas não é apreciado

ah! esta solidão mascarada que asfixia
e o vírus que me matou a mãe, primos e amigos
ainda não me matou a alma nem a poesia
nem a utopia e sonhos
nem a vontade de ser livre
nem me silenciou
nem me condenou ao cadafalso

ah! esta solidão mascarada que asfixia
e não há vacina que nos salve
desta solidão mascarada que asfixia

691. galiza morres sozinha (2017) Isabel

(este parte, aquele parte e todos, todos se vão)

galiza morres sozinha
mataram-te a língua
roubaram-te a riqueza
vives só e à míngua
despovoada frágil presa

galiza morres sozinha
esqueceram a tua história
enterraram teus heróis
castraram-te a memória
já nem sabeis quem sois

galiza morres sozinha
nas tuas aldeias desertas
nas ruas e cidades colonizadas
no desprezo dos portugueses

nos livros que ninguém lê
na história que não despertas
memórias ancestrais apagadas

galiza morres sozinha
abri as portas e o coração
ressuscitei lendas e pedras
escrevi laudas e poemas
recordei a sueva coroação
e acreditei que renascias
autónoma sem problemas

galiza não morras sozinha
deixa-me cantar-te
e viverás só minha!

734. dor de alma 2022 Luciano

acordei com dor de alma
bem pior que dores nas cruces
sem analgésico nem vacina
tentei manter a calma
apaguei todas as luzes
à espera da medicina

733 SORRISOS 2021 Pedro Paulo

há sorrisos que são janelas da alma
outros são autoestradas
e alguns especiais chegam a ser poemas

veio o outono (moinhos, setº 2018) chrys

quando os esbirros te cercarem
que apenas beijos tapem a tua boca
quando as espingardas te alvejarem ao coração
que apenas rosas sejam disparadas
quando os advogados vierem para te comprar
que apenas saibas dizer sim ao amor
quando os esbirros vierem para te algemar
que apenas as lágrimas te aprisionem
quando chegarem para te roubar o voto
que só os teus sonhos sejam arrebatados
quando vierem para te roubar a vida
que apenas te levem o outono

732. prazo de validade 2021 Isabel

não encontro o meu prazo de validade
nem no cartão de cidadão

nem no boletim de saúde
ao menos os eletrodomésticos
possuem prazo de garantia

730 as dores do mundo 2021 Luciano

não são minhas as dores do mundo
nem de Schopenhauer
cada um é feliz ou desinfeliz
como pode e sabe
e hoje nem temos tempo
para nos inquietar
para saber viver
entre a dor e o tédio

729 SHANGRI-LA 2021 Pedro Paulo

shambhala só existe na minha poesia
e em textos antigos tibetanos
ninguém a encontrou
nem os monges budistas
em busca dos deuses de agharta
da paz, felicidade, tranquilidade
o shangri-la com que sonhamos.

727 não há ilhas, ao p p câmara 2021 chrys

diz o p. p. câmara que não há ilhas
nem há barcos nem aviões
nem jangadas ou submarino
capazes de nos transportar
nas asas deste povo amordaçado
colónia dum povo ultramarino

nove ilhas pequenas de raças anãs
vogando ao sabor de terramotos e vulcões
sem leme nem destino
a reboque dumas fajãs

dentre a bruma se erguem
poemas e prosa
épicas gestas
de gente religiosa

diz o p. p. câmara que não há ilhas
e eu piamente acredito
vivemos um sonho à deriva no mar
demasiados egos para timoneiros
tantos VIP que nem acredito
com cursos de taberneiros

discursando e uivando ao luar

não há ilhas no arquipélago
nem cultura nem história
das gestas idas nem memória
nem de brianda virago

e ninguém sabe que Cipião
disse antes morrer livres
que em paz sujeitos
pode ser que venha um vulcão
e nos leve entre preitos

710. não quero saber o teu nome, 2019 Isabel

não quero saber o teu nome
nem a tua idade
nem o teu bairro
nem o teu emprego

não quero saber a tua riqueza
nem o teu carro
nem as tuas férias
nem a tua família

quero saber como tratas as estrelas
e os animais

quero saber onde nasce teu sorriso
e as tuas lágrimas

quero saber como tratas as nuvens
e a bruma
e o sol pôr

quero saber como sonhas
onde moram teus sonhos
e se neles há lugar para os meus

720. o regresso (o buraco negro da mudança de hora) 2021 Pedro Paulo

tenho em mim todo o tempo do mundo
percorro calendários sem dias nem meses
a minha ampulheta tem a duração das estrelas
vagueio em cósmicas andanças
moldei o tempo e o espaço
em buracos de minhoca azul
como einstein previa
vórtices acelerados
viajo por estrelas e nebulosas

em túneis do hiperespaço
buracos negros de singularidade
matéria comprimida a tamanho zero
e mesmo quando na terra a hora muda
regresso sempre aos açores

724. Para uma biblioteca universal da felicidade 2021 chrys

*(lembrando poema de fernando manuel bernardo
cantado por manuel freire)*

se poeta sou
sei a quem o devo
a meu pai
que me ensinou
a gostar de poesia
dos clássicos aos neorrealistas
da antologia da novíssima poesia
da maria alberta meneres e m. de melo e castro
à matura idade de mourão-ferreira
quando só me apaixonava
por quem gostava de poesia
e sabia sonhar nas marés
de paul eluard à autobiografia de maiakowki
dos 40 anos de servidão de jorge de sena
aos operários em construção de vinicius de Moraes
fiz minhas as lutas dos trabalhadores
espoliados escravos da ditadura
e dos infantes que se opunham à guerra
organizei concertos de música proibida
marchei à frente dos cavalos da gnr
dos poemas escolhidos de jorge luís borges
e entre duas memórias de carlos de oliveira
lavei meu canto e lavei a minha alma
mas quem me ensinou
foram os livros que levei
para timor, macau e austrália
zeca afonso no livro proibido
os cantares do single de 1964
que ouvi ao vivo no tup no porto
aprendi lawrence ferlinghetti
em como eu costumava dizer
revoltei-me e tornei-me animal político
no uivo de allen ginsberg
com todos subi às montanhas de bobonaro
e boiei na areia branca de díli
a vocação animal de herberto helder
levou-me a imaginar sereias em Bali
cabaias e ousados cheong sam
de ninfas orientais nos casinos de macau

os olhos de silêncio de ramos rosa
fizeram-me sofrer amores incompreendidos
a invenção do amor de daniel filipe
ou a sua pátria lugar de exílio
fizeram da minha poesia uma arma
a antologia breve de neruda
e a crítica doméstica dos paralelepípedos
ou a noção de poema de nuno júdice
e o canto e as armas de manuel alegre
foram livros de cabeceira
até à idade do meio
depois na idade matura descobri
as maravilhas atlantes
no fogo oculto de vasco pereira da costa
dancei o tango nos mares do sul
do eduardo bettencourt pinto
e mergulhei nos poemas vadios
de álamo oliveira
e nos lugares, sombras e afetos
do urbano bettencourt
sem sair dos silos do silêncio
de Eduíno de jesus
e tantos outros autores
que aprendi a decifrar
neles me perdi e encontrei
com eles serei amortalhado
para que ao morrer se evole de mim
o cheiro diáfano das palavras dos mestres
e o mundo seja mais respirável
e mais justo nas palavras dos poetas
porque eu sei
se poeta sou
a eles o devo

711. desculpa o atraso 2020 Luciano

Meu amor desculpa o atraso
Fiquei preso num poema
Que nunca cheguei a escrever
Que nunca cheguei a declamar
Que nunca cheguei a dedicar
E queria tanto ter chegado a horas
Queria tanto ter escrito
Queria tanto declamar
Meu amor desculpa o atraso
Fiquei preso num poema
Com as palavras que nunca te disse
Com o sentimentos que nunca te expressei
Como se o amanhã existisse
E queria tanto ter dito

Queria tanto expressar esse amor
Como se o amanhã fosse hoje
Meu amor desculpa o atraso
Fiquei preso num poema
E só tu me podes libertar

APRESENTOU ILHAS DE VOZES: Um Arquipélago Prenhe De Vozes. - J. Chrys Chrystello (AICL e AGLP)

Uma viagem pessoal à escrita açoriana numa inglória tentativa de resumir os dois volumes de *Crónica Açores* que aqui deveriam ser apresentados e que a pandemia atrasou. A ilha para Natália Correia é *Mãe-Ilha*, para Cristóvão de Aguiar *Marilha*, para Daniel de Sá *Ilha-Mãe*, para mim é *Ilha-Filha*. Para amar, ver medrar nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Toda a vida fui ilhéu, perdi sotaques mas não malbaratei as ilhas-filhas. Trago-as a reboque, colar multifacetado de mundos e culturas distantes. Primeiro nas raízes de Bragança, ilhoa esquecida do nordeste transmontano, ilhota esquecida da Europa no Estado Novo, seguido de um capítulo naufragado da História Trágico-marítima, em Timor, Bali e na ínsula de Macau, fechada da China nas Portas do Cerco, antes de arribar à vasta ilha-continente da Austrália, e por fim nas nove filhas de Zeus. Não trago a reboque este arquipélago, mas deixar a ilha é sempre uma partida sem regresso marcado, como quem faz um luto indesejado ao correr dos dias. Para sentir melhor estas ilhas, terei de inventar como sair delas mais vezes, sem nunca as deixar para trás, e retornar de amor acrescido. Não levo comigo a dor nem a lágrima furtiva, acalento o perene desejo de regresso numa noite de luar e se houver estrelas quero que sejam as minhas, gargantilha de pérolas para afagar pescoços arquipelágicos.

A ilha para Natália Correia é *Mãe-Ilha*, para Cristóvão de Aguiar é *Marilha*, para Daniel de Sá é *Ilha-Mãe*, para mim nem mãe, nem madrasta, nem *Marilha* mas *Ilha-Filha*, que nunca enteada. Para amar sem tocar, ver medrar nas dores da adolescência que são sempre partos difíceis. Toda a vida fui ilhéu, perdi sotaques mas não malbaratei as ilhas-filhas. Trago-as a reboque, colar multifacetado de vivências de mundos e culturas distantes. Primeiro em Portugal, insignificante ilhota perdida da Europa durante o Estado Novo, seguido de um capítulo naufragado da História Trágico-marítima, nas ilhas de Timor, de Bali e na [(pen)ínsula de] Macau (então fechada da China nas Portas do Cerco), antes de arribar à vasta ilha-continente da Austrália, criando raízes em Bragança, ilhoa esquecida do nordeste transmontano e por fim nestas nove filhas de Zeus. Não trago a reboque este arquipélago, mas deixar a ilha é sempre uma partida sem regresso marcado, como quem faz um luto indesejado ao correr dos dias. Não levo comigo a dor nem a lágrima furtiva, apenas acalento o perene desejo de regresso numa noite de luar como o de ontem. Para sentir melhor estas ilhas, terei de inventar como sair delas mais vezes, sem nunca as deixar para trás, e retornar de amor acrescido. Se houver estrelas no céu quero que sejam as minhas, gargantilha de pérolas para afagar pescoços arquipelágicos.

DE LENDAS E MITOS

Não existem provas de que os Açores sejam o remanescente da memória da mítica Atlântida, outrora próspera e culta, desaparecida sem rasto nas profundezas abissais. Curiosamente, no livro de banda desenhada "*Blake e Mortimer, O Enigma da Atlântida*", S. Miguel era porta de saída da legendária civilização. Mesmo que os Atlantes aqui tenham habitado não foram encontrados indícios, faltando explorar as insondáveis profundezas dos mares. Mesmo aí, é dúbio que algo possa ser encontrado e que sucessivos tremores e erupções submarinas não tenham destruído. Pelo exemplo dos últimos quinhentos anos, dificilmente se poderão deparar com artefactos ou restos civilizacionais perdidos desde os escritos de Platão, sempre motivo de cogitações e explorações fantásticas. Não faltaram, recentemente, escritores, jornalistas, romancistas e cineastas, que reconstituíram, com imaginação, a arquitetura, o traçado e os materiais da capital da Atlântida. Confabularam o vestuário, o modo de vida da população; a economia, as classes sociais, a religião, os deuses; os imperadores; as orgias, a beleza estranha da soberana. Especulações e nada mais.

Quiseram geógrafos e historiadores ver na narrativa do filósofo grego uma alusão poética a um muito antigo conhecimento da América. O facto não é tão extraordinário como pode parecer, se considerarmos o arrojado marinho dos fenícios, e as recentes travessias do Atlântico por navegadores solitários em frágeis embarcações. As viagens comerciais de Fenícios e Cartagineses tiveram grande importância na Antiguidade, e as que poderiam ter levado a um reconhecimento dos Açores, foram a circum-navegação do continente africano, de Oriente para Ocidente, a mando do faraó Necho em finais do séc. VII a.C. e a viagem do cartaginês Annone, que perto do fim do século V a.C., abriu as velas de Cartago rumo ao Atlântico, ultrapassou as Colunas de Hércules (Gibraltar) e chegou ao Golfo da Guiné. É curioso que as referências ao conhecimento dos Açores, anteriores à chegada dos Portugueses, sejam fenícias e relativas à Ilha do Corvo.

AÇORES DE FEUDALISMOS E AUTONOMIAS POR CUMPRIR

Como escreveu Caetano Valadão Serpa²⁸

“NOS AÇORES, desde a injustiça social na distribuição das terras pelos capitães donatários até ao ruir das esperanças de progresso para a camada popular, esta nunca beneficiou grande coisa dos empreendimentos agrícolas, comerciais e industriais da vida das ilhas e sempre albergou em si a ânsia de se libertar duma vida onerosa em terras estagnadas, ricas é certo, mas duma riqueza tantas vezes nas mãos de gente indolente e falha de iniciativa, desejosos de se enriquecerem ainda mais, mas completamente alheios ao progresso da terra e mais ainda ao bem-estar daqueles que eram instrumento da sua prosperidade. ...”

28 (in "A Gente dos Açores pp. 45")

Como disse Mariano Larra²⁹, escritor e jornalista espanhol do início do séc. XIX:

“UM POVO EMUDECIDO É UM POVO DE ATORDOADOS E MEDROSOS, A QUEM UM PROLONGADO COSTUME DE CALAR ENTORPECEU A PRÓPRIA LÍNGUA”.

Direitos garantidos constitucionalmente, dizem eles. Na prática, nada significam. Obedientes, comem e calam sem nada dizerem, com o medo implantado há séculos na sociedade. Já a Santa Inquisição fizera excelente trabalho na perpetuação desse temor, acrescentando a delação como característica a preservar pelos bons cristãos. São estes traços que distinguem os portugueses dos restantes europeus: a mediocridade, a delação e o medo, não por esta ordem hierárquica, mas como alicerces da sociedade e nisso os açorianos são muito portugueses.

A inquietude persegue-me desde que deixei a Europa em 1973 e me abri ao conhecimento universal e multicultural pelas quatro partidas do mundo (da ponta mais oriental do Império (em Timor) até à mais ocidental, nestes cumes atlânticos no Grande Mar Oceano). No outro dia mal se vislumbra a costa da Bretanha em frente à janela do meu “castelo” na Lomba da Maia onde habito. O grande Mar de Atlas, como os gregos lhe chamavam no tempo de Heródoto (450 a.C.), confunde-se com o anilado ou acendrado céu, dependendo da cor das lentes com que se acorda. A janela desabrocha sobre o mundo. Enxergo mares. Lobrigo montes. Diviso nevoeiros que desaparecem sem rasto. Entrevejo vacas alpinistas, fiéis ao destino ruminante sem desfaldarem queixumes. Fantasio que a verdadeira autonomia se abaterá sobre o arquipélago criado a ferro e fogo. Aí se vislumbrará a tal ínsula nova que só surge com os nevoeiros de São João. Com ela devaneio. Se a antecipo encoberta componho os óculos, arregalo a íris, foco o invisível. As ondas e as nuvens também conspiram para a ocultarem. Careço de um cartógrafo como Ptolomeu e portulanos das Escolas de Maiorca ou de Sagres, para a mapear corretamente pois só descortino os contornos como se a visse em Braille e não em representação de Mercator como Ortelius fez.

*ia jurar tê-la observado por entre um belo arco-íris da lomba da maia à semiencoberta bretanha, mas o arco da velha sumiu. **quicá** tê-la-ei antevisto (mas também há quem jure ter visto d. Sebastião nas brumas)! todavia o mar confunde-se com o **firmamento**, num horizonte indistinto, em constante mutação, ora pardo ou azuláceo. perde-se no alcance da visão. quando fito o grande **lençol de água**, estou expectante **em** vislumbrar a ilha nova a delinear-se. fantasio **e divago com ela**, ora encoberta ora invisível. acredito piamente que exista **para lá do limite** impercetível do horizonte. por vezes, as próprias formas e cores das nuvens afiançam esse mistério que os mapas não cartografaram. confio devotamente. sei que virá ao meu encontro, como a ilha sabrina de antanho **e** as que surgiam e desapareciam das cartas de marear na época de s. joão. esta é especial. sempre que posso, perscruto o futuro em busca dela **na** realidade que me escapa e, no entanto, está lá. quando a vir, reivindicarei o direito a denominação **patenteada**. designá-la-ei autonomia.*

Enquanto essa mágica ilha não advém, para a povoar, na paz rural e bucólica que me rodeia, os vaqueiros prosseguem no seu afã ancestral, levantam-se trevas cerradas e acamam-se, cansados, no negrume da noite. Rotinas entrecortadas pelas festas, romagens, procissões, sem queixumes pela má sorte que lhes reproduz destinos ingratos. Resignação amargurada, lobrigada nas comissuras de peles rugosas, encarquilhadas e sequiosas, tragando um copo de três ou um abafado. Os campos continuam a ser arados, as vacas mungidas, chova ou faça sol, feriado, dia santo de obrigação ou fim de semana. A terra e as vacas são os atributos mensuráveis da riqueza. Hoje, as ilhas transformaram-se em vacaria ou imensa leitaria. Estes vaqueiros mourejam sem terem ouvido falar da semana-inglesa. Quase todos andam nas vacas. Ou as têm ou trabalham-nas para terceiros (todos os dias, meses, anos). De tantas em tantas horas estão a mungi-las, levá-las de um pasto para o outro, que no inverno a ilha é sempre verde. O quotidiano, fora das pequenas urbes, é similar à escravatura de antanho. Cuidar de vacas doutrem a troco dum soldo miserável, sem direito a férias, doenças, feriados é servidão. A gleba cumpre horários sem calendário (a não ser dias santos e das festas), religiosamente acatados por homens e mulheres (apesar de poucas, também por aí andam algumas nas vacas e supõe-se que interrompam as lides aquando da gravidez, ao contrário dos chineses onde até as crianças nascem nos arrozais em plena colheita). Os rendimentos são inferiores aos ibéricos (a que chamam o Continente) mas há sempre mais subsídios para rações, para produção de mais leite e sabe-se lá que mais que os burocratas de Bruxelas inventaram ou a que os de cá forçaram com a sua insistência inesgotável, e as suas queixas diárias de que vão todos falir....

No século XVIII ninguém pudera prever a data do fim da exportação das laranjas, agora há anos que se sabia do fim das quotas mas em vez de conversão, aumentou-se a produção anual de leite sem escoamento possível. Claro que os pastos não se podem converter em terras de cultivo enquanto o Diabo esfrega um olho, e os trezentos mil animais não se desvanecem num ápice por mais subsídios ao abate que se inventem, sem que haja do Governo, das autarquias ou das gentes da pecuária (sempre tão lestras a pedirem apoios e subsídios) qualquer ação, individual ou coletiva, que acautele o futuro de pobreza e miséria que poderão advir. Reservo-me sempre o direito de emitir opiniões e ser controverso quando afirmo que nos meios rurais, os açorianos continuam **tão escravos, como os antepassados, mesmo sem o saberem. há quem alegue que a servidão hodierna é mais humanizada e de matizes mais esbatidos (decerto nunca foram escravos **mas isto é** o país de brandos costumes). seguem fados tradicionais sem os questionarem. o fatalismo insular pode ser explicado pela brutal aspereza dos elementos: o fogo e as manifestações telúricas. **A energia positiva dos vaqueiros é muitas vezes dirigida para ações cotejadas com o culto cristão eivado de paganismos, como as romarias. Existem alternativas, fugir, emigrar, ou então (e de forma mais simplista) mandar a escravidão às urtigas e viver do rendimento de inserção social.****

Nas zonas rurais os filhos, que já não abundam **como dantes**, vão à escola nos intervalos da labuta nos campos. se faltam **às aulas** e não fazem os trabalhos de casa é porque foram às vacas. se deixam de estudar é **para** irem para as vacas. **sempre foi assim**, o açoriano vive do imediatismo. o futuro nunca **se pensa nem planeia**, nada arrisca nem previne, **e o presente é como a navegação, com terra sempre à vista**,. este açoriano, é bem diferente do antepassado que, no século XIX (com menos estudos **nem universidade**), criou a sociedade da agricultura micalense, quicá o movimento mais importante da história. o comércio da laranja extinguiu-se vitimado por doença quando a exportação estava **em** ampla expansão. o que esses antepassados anteviram (**e precaveram-se**) foi que a riqueza não seria duradoura devido aos avanços da produção e do transporte na europa e, em especial na península. **Mas desta vez todos avisaram esta geração do séc. XXI de que as vacas iriam acabar como o ciclo do pastel acabou...mas ninguém os preparou, as vacas são a única ocupação que conhecem e nem concebem outra...Não é opção, mas obrigação. Solidariedade familiar. Queiram ou não, cumprem o destino boieiro e a vontade paterna, herdada de séculos, sem sombra de desfortuna. Vá-se lá a saber. Os medidores de felicidade são pouco fiáveis. Fatalismo ou destino, nunca se interrogam, apenas o cumprem. Esgotados os fundos europeus para a excessiva produção de leite nas ilhas (e no resto do mundo) ficarão sem nada.**

29 (in Prado, Décio de Almeida, "Prefácio em forma de peça"1979 pp. 24, citado em Anais XXI CONGRESSO DE ESTUDOS LITERÁRIOS, O HUMOR NA LITERATURA pp. 102

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Depois do fim da gesta heroica e brutal dos baleeiros, que Dias de Melo retratou, aproxima-se o fim da era do leite **que nenhum escritor romantizou**. virão dias de fome e de aflição. nos eua há quem aproveite o estrume do gado para energia ecológica...será que estes campos podem produzir biodiesel? por outro lado, como a terra é fértil, quando se acabarem as vacas leiteiras poderiam diversificar, aproveitar os solos úberes para criarem outros produtos para mercados de nicho e exportar para o mundo. **Mas a única coisa que se vê, todos os dias no telejornal é o dono das vacas a pedir mais subsídios (porque choveu, porque está uma seca e não choveu, porque o furacão estragou isto, a tempestade tropical estragou aquilo, apoio ao seguro agrícola, eu sei lá 1001 pedinchices por vezes ameaçadoras). Não fala em dar formação aos associados, nem a converter as vacarias, só lhe interessam subvenções de cá e da UE. Não penaliza os que produzem leite a mais, pede mais subsídios. Os tempos mudaram, cá e na Europa, mas, impérvio, permanece na sua, engravou na gravação. Creio que a única coisa para que não pediu dinheiro foi para compensar o nevoeiro cerrado, como hoje, mas, cuidado que posso estar a dar-lhe ideias.**

Os políticos vivem em torres de marfim limitados ao ritmo da reeleição e não têm visão para "idealizar" os Açores em 5, 10, 20 ou 30 anos, sempre na mira da próxima contagem de votos, nada tentam (além de obras de betão com nome na placa de inauguração), nem parece que o fizessem se soubessem. Se optassem pela verdadeira autonomia da emancipação total seria tanto ou mais viável que a do Kosovo, Kiribati ou Nauru. Cristóvão de Aguiar aventou, em tempos, que teriam de ser nove independências. Com a tradição colonial centenária e para evitar muita perturbação, opino que quatro bastavam: S. Miguel e a colónia de Sta Maria; a Terceira e a colónia da Graciosa; o Faial e a colónia do Pico e de S. Jorge e, por fim as Flores e a ilha adjacente Corvo.

não há autonomia sem meios próprios, assim como não há democracia sem capital. karl marx nunca o soube. só com poder de compra se pode ser livre. sem posses, os pobres não podem almejar a liberdade, nem os escravos, a alforria. a emigração **foi sempre** a face visível da emancipação açoriana. lisboa e o terreiro do paço são miguelistas, governam como se nunca tivéssemos saído da monarquia absolutista. nem os cães ladram quando a caravana passa. até os cachorros são indolentes. mimetizam as pessoas, conformistas e aburguesadas, **pobres burgueses e burgueses pobres.** o insuportável e fedorento colonialismo paternalista de lisboa permanecerá **a menos que miraculosamente as turbas despertem da letargia acomodada e saiam à rua. aí sim, pode haver autonomia, ou não. mas é mais fácil ser dependente de subsídios e atribuir todas as culpas ao terreiro do paço. dado o desdém com que tratam os autóctones (ao ignorá-los), seria de esperar maior unidade e desejo autonómico. compete aos açorianos decidirem o destino. de emancipação. não da independência. salvo raras exceções, poucos manifestam tais desejos face ao poder central, cego e cabeçudo, satisfeitos com a submissão das ilhas a lisboa.**

E arrisco ser, de novo, controverso. Há regionalismos autonómicos (como o açoriano) que deviam ser estimulados. O desprezo constante a que votam os ilhéus é quase tão mau como a forçada desertificação humana no interior profundo de Portugal. Para os continentais, em 2005, quando se falava dos Açores era como discursar sobre Timor Português quando fui para lá em 1973. Sabiam que eram ilhas e pouco mais, ou nem isso, falavam na ilha dos Açores. Quase como a anedota insólita da reportagem na TVI em 2007 "a senhora é dos Açores? mas é branca." Não avisaram que a paisagem é verde, as pessoas não. Depois com as companhias de aviação, de baixo custo, tudo mudou, passamos a ser os melhores e maiores, na crista da onda, a funchalizar e construir hotéis, alojamento local, empresas de exploração turística e a converter São Miguel numa Disneylândia da natureza.

desde tempos ancestrais, o orgulho em ser-se açoriano é profundo, arreigado ao húmus, mas difuso. confunde-se com bairrismos de ilha, insularismos de freguesia. é prejudicado pela idiosincrasia micaelense de chamar açores às outras ilhas. como se s. miguel fosse lisboa perpetuando dependências e vassalagens obsoletas. fruto da herança ancestral, do obscurantismo de 48 invernos salazarentos e primaveras bafientas da 3ª república entorpecente e anestesiante, alegadamente democrática... a história sempre ilustrou a luta entre a terceira e s. miguel pela supremacia dos capitães donatários, titulares da efémera nobilitude de "capital do arquipélago". estes vícios repetem-se ainda hoje em bairrismos e invejas insulares. a autonomia vive-se em círculos muito circunscritos, em escritores e expatriados. **surgirá - cremos, - não à mesa do café, mas da escrita, de uma "elite esclarecida" (à falta de melhor adjetivação, mas quando foi a última vez que uma elite fez uma revolução?). haverá elites pensantes para além das que se emproam em reuniões de intelectuais representando a fina-flor dos que têm direito a nome no jornal? uns pararam no tempo, outros andam em busca dele, que nunca à frente. a população não os segue nem os entende. nem mesmo os ditos se entendem. ufanos por encherem as revistas cor-de-rosa? todos. incapazes de congregarem mentes. temerosos de perderem a caleche em que se pavoneiam na avenida marginal ou o pátio da alfândega tal como os antepassados de 1890. nos açores, compete aos mestres da palavra indoutrinarem e apontarem o caminho da atlântida perdida a que se chamou autonomia. só então cortarão os cordões umbilicais, granjeando a liberdade. com a sagesa da sua açorianidade sonharão o momento de emancipação tal como inventaram a literatura açoriana para que ninguém se esquecesse deles e o mundo não os deixasse para trás na sua voragem. **Citarei agora, bem a propósito, Zack Magiezi:****

"Causa mortis: traumatismo craniano. Fruto de mergulho profundo em pessoas rasas.30"

LITERATURA AÇORIANA

Grandes vultos nasceram nos Açores: Gaspar Frutuoso (1522-1591), historiador; o conde de Ávila, marquês e duque de Bolama; Manuel de Arriaga (1840-1917), Antero de Quental (1842 - 1891) filósofo e poeta; Teófilo Braga (1843 -1924), escritor e presidente da República; Roberto Ivens (1850-1898) explorador; Tomás Borba (1867-1950), mestre de quase todos os compositores portugueses do século XX; Francisco de Lacerda (1869-1934), musicólogo, compositor e maestro; Canto da Maya (1890-1981), escultor; Domingos Rebelo (1891-1975), pintor; Vitorino Nemésio (1901-1978), escritor e António Dacosta (1914 -1990), pintor, para mencionar apenas alguns.

Interessa lembrar agora que o debate em torno da expressão "literatura açoriana" é antigo – e chegou a contaminar os próprios autores nos anos 80, quando se reuniam construindo a rede de amizades, afinidades intelectuais e intertextualidades do grupo. Acolho como premissa o conceito de açorianidade formulado por José Martins Garcia³¹ que, "por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura", admite a existência de uma literatura açoriana "enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência." Em Constantes da insularidade numa definição de literatura açoriana, J. Almeida Pavão (1988 s/p) afirma:

30 In <https://www.pensador.com/frase/MTY0MzU3NQ/> consulta 12.4.2021

31 José Martins Garcia, Vitorino Nemésio, Lisboa, Vega, p. 109.

“ [...] sobre a existência de uma Literatura Açoriana [...] assume-se com o estatuto de uma autonomia, consentânea com uma essencialidade que a diferencia da Literatura Portuguesa Continental. No polo positivo de um extremo, enquadrar-se-ia a posição de Borges Garcia e no outro extremo situar-se-ia o polo, naturalmente contestatário, formado por Gaspar Simões e Cristóvão Aguiar. Isto, sem falarmos de outros tantos depoimentos, tais sejam os de Pedro da Silveira, Ruy Galvão de Carvalho, Eduíno de Jesus, José Enes, José Martins Garcia, Carlos Faria, Ruy Guilherme de Moraes, João de Melo ... Literatura Açoriana sê-lo-ia, na sua vertente política, sem qualquer contradita, se porventura os Açores se tornassem num território ou numa nação independente. E, aí, haveria que inscrevê-la dentro de novas premissas.”

Onésimo de Almeida escreveu dois livros e coordenou outro sobre o tema. Nesses anos, falava-se em artesanato, folclore e cultura, mas nada era mais embaraçoso do que falar em literatura açoriana. O problema colocou-se por razões políticas³². Citando J. Almeida Pavão (1988 s/p)

“ [...] de Onésimo de Almeida, diríamos que o seu critério, assente na idiosincrasia do homem das Ilhas, nelas nado e criado, nos levanta uma dificuldade: a de englobarmos no mesmo conteúdo da Literatura Açoriana os autores estranhos que porventura as habitaram, já na idade adulta, como o Almeida Firmino de Narcose ou as visitaram, descortinando as suas peculiaridades pelo impacto de estruturas temperamentais forjadas em ambientes diversos, como é o já citado caso de Raul Brandão de *As Ilhas Desconhecidas*. Entendemos, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de *insularidade* e *açorianidade* três extratos diversos de idiosincrasias:

- um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;
- o dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do já referido poeta Almeida Firmino;
- e ainda o dos estranhos, como o também já mencionado Raul Brandão.”

Mas muito antes do Onésimo, Eduíno Borges Garcia escreveu uma série de artigos sobre literatura açoriana, no semanário *A Ilha*, anos (19)50, e depois reunidos em opúsculo, no qual, e ao contrário de outros teóricos, não utilizava a expressão separada do contexto nacional. Apenas aconselhava os escritores a incluírem a vida concreta do povo e a deixarem-se de hortênsias e banalidades como festas do Santo Cristo, romeiros, etc. Queria que a literatura tendesse para o neorealismo, refletindo a sociedade real. Ao sair “*Raiz Comovida*” (Cristóvão de Aguiar), Borges Garcia, que nunca conheceu pessoalmente o autor, telefonou-lhe dizendo: “*Até que enfim que leio um escritor micalense que realizou o sonho que expendi no opúsculo Para uma Literatura Açoriana.*”

No 11º Colóquio da Lusofonia, Lagoa 2009, Cristóvão de Aguiar rejeitou o rótulo de literatura açoriana, por considerar que “*faz parte da produção literária lusófona. O título (literatura açoriana) é equívoco, porque pode parecer que é uma literatura separada da literatura portuguesa*”, afirmou à agência Lusa o escritor, na opinião do qual o conceito foi criado para que alguns escritores locais se pudessem destacar, já que não tinham lugar na literatura portuguesa. “*Açorianices, que rimam com tolices*”, diria Cristóvão.

Machado Pires³³ sugeriu *literatura de significação açoriana*, discursando sobre o fenómeno descontínuo porque não há uma evolução, uma linha histórica progressivamente afirmada havendo

“... autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto” (p. 57). “Por isso, preferimos usar a expressão de *literatura de significação açoriana* quando queremos acentuar a existência de uma literatura ligada à peculiaridade açoriana por acharmos demasiado genérica, ambígua e incaracterizante a designação de ‘açoriana’.” (p. 59).

Outros preferem o termo *matriz açoriana*. Há vários tipos de autores, os residentes no seio do arquipélago, os emigrados, os descendentes, e os estrangeiros (como eu) que escrevem sobre os Açores (em português ou não). Falta destrinçar quais se podem incluir nessa designação açórica.

“É, pelo menos, um ramo único no contexto da literatura portuguesa” acrescenta Eduardo Bettencourt Pinto, um angolano que se tornou escritor açoriano por escolha própria. Pedro da Silveira (*Flores 1922-2003*) foi perentório:

“Já deixei notado que o separatismo (entendido como corrente que preconizava a independência total dos Açores) não produziu nenhuma doutrina normativa da literatura, isto é, sobre o que deveria ser a literatura açoriana. (Silveira, 1977: 11). O que custava era aceitar que os escritores açorianos estivessem a desenvolver uma escrita que se diferenciava da de outros autores de Língua portuguesa. É que, nessa escrita, eram visíveis as especificidades que identificavam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A esta realidade continuam atentos os escritores das ilhas e é inegável a importância do seu contributo para o conhecimento da sociologia da literatura açoriana. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina³⁴.”

Hoje, é questão aceite e arrumada para a maioria. Eu ainda sou um recém-chegado a estas ilhas, com menos de vinte anos de aprendizagem, mas tive a honra e o privilégio de aprender as idiosincrasias (inicialmente, micalenses e picoenses) quando traduzi obras açorianas, para Inglês, de Daniel de Sá, de Manuel Serpa, Victor Rui Dores e outros. Como magistralmente disse a escritora canadiana Ann-Marie MacDonald³⁵, “*A tradução, tal como a escrita, é uma arte e uma maestria, com um toque de alquimia. Quando o autor e o tradutor se reúnem, o resultado pode ser inspirador. As nuances traduzem a língua numa forma de arte*”. A tradução do livro de Manuel Serpa *Da pedra se fez vinho* foi um exercício inesquecível em que, apesar da ajuda de vários picarotos houve ocasiões em que as explicações à guisa de glossário se sobrepunham, aumentando as profusas notas de tradutor. Para um leitor doutras paragens, o texto seria incompreensível, era imperiosa uma intertradução, do falar picoense para o falar continental, antes de ser vertido num inglês pouco shakespeariano. Deparei-me

³² Em 1975, Vitorino Nemésio deixou-se utilizar pela independentista Frente de Libertação dos Açores (FLA), como candidato a Presidente da futura República e contra a vontade da maioria, os separatistas insistiram em usar a literatura como símbolo da identidade nacional.

³³ *Páginas sobre açorianidade* / António M. B. Machado Pires. - Ponta Delgada: Letras Lavadas, D.L. 2013.

³⁴ (Açores, Grande Dicionário de Literatura Portuguesa e Teoria Literária, coordenado por João José Cochofel Iniciativas Editoriais 1977 s/p)

³⁵ “Translation, like writing, is both art and craft, with a touch of alchemy. When translator and author get to meet, the result can be inspired. Nuance is what translates language into art.” Ann-Marie is a Toronto-based writer and actor. She has received accolades for her playwriting, acting and writing. Her play *Goodnight Desdemona (Good Morning Juliet)* won the Governor General's Award for Drama, the Chalmers Award for Outstanding Play and the Canadian Authors' Association Award for Drama. She won a Gemini Award for her role in the film *Where the Spirit Lives* and was nominated for a Genie for her role in *I've Heard the Mermaids Singing*. Her first novel, *Fall on Your Knees*, was published in 1995 to much critical acclaim in Canada and abroad, in *Crónica Açores* uma circum-navegação 2011, pp. 33

com noções etimologicamente novas contrastando com o uso ancestral que a língua continental lhes apõe nos dicionários. Tratou-se, nalguns casos, de desvendar as ilhas como mito paradisíaco recuando até à infância dos autores, sem perder de vista que as ilhas reais já se abriram ao peso do presente e não podem ser apenas perpetuadas nas suas memórias. Muitas vezes um livro dum autor sofre drasticamente quando, em vez de ser considerada como obra, é erigida ao estatuto regionalista, que não pretendeu. Podem deduzir-se da leitura destes autores, algumas características relevantes para a açorianidade:

1. O modo como o clima inculca um caráter de torpor e vagar onde a pressa é amiga da morte;
2. O modo como a História define os habitantes ainda quase tão apartados da metrópole como há séculos atrás;
3. A forma como se recortam os estratos sociais: vincadamente feudais apesar do humanismo que a revolução dos cravos alegadamente introduziu nas relações sociais e familiares;
4. O modo como a proximidade da terra se manifesta de forma sobrejacente fora das pequenas metrópoles que comandam cada ilha, num centralismo autofágico e macrocéfalo.³⁶

Neste universo tão idílico não busquei - ao traduzir as obras - a essência do ser açoriano, que de certeza existe, em miríade de variações insulares, cada uma vincadamente segregada da outra, se o homem se adaptou às ilhas ou se estas se continuam a impor condicionando a presença humana, para assim evidenciar a sua diferença específica, neste caso a açorianidade. Estando esta presente num escritor, explicá-lo é tarefa para estudos mais complexos do que a mera atividade de um tradutor, por mais empenhado ou apaixonado que possa estar pelo objeto da sua tradução. Pedro da Silveira (1923-2003) captou "*as mundividências açorianas*", abrangendo na sua poesia "*as inquietações e os sonhos de gente viva de todas as partilhas e um verdadeiro compromisso social*³⁷", eu apenas tive a oportunidade de captar uma fotografia da alma dos escritores que traduzi.

na década de 1990, lentamente, os escritores açorianos foram encontrando o seu espaço, não havendo minguia de quantidade. na maioria, sem projeção para além das ilhas, com exceções contemporâneas. falta destrinçar, entre centenas, os que realmente merecem ser incluídos em coletâneas e os que se serviram do rótulo da açorianidade para terem visibilidade que, de outro modo, não teriam. a solução foi ignorar quem era quem, e sermos nós e os autores dos nossos projetos, a avaliar, com a ajuda dos que conhecíamos e em quem confiávamos. daí as escolhas das antologias que serão alargadas à medida que os formos descobrindo, sob o enorme guarda-chuva da açorianidade que a todos alberga. nem sempre é fácil, pois ao lado de autores como fernando aires e eduíno de jesus surgem os que podemos designar como a maria das capelas, o antónio da lomba e o josé de rabo de peixe. importantes poderão ser de um ponto de vista de cultura popular, regional ou local, mas nunca sob um rótulo de literatura.

em 2010 criamos projetos (edição de antologias, cadernos açorianos, curso de açorianidade, tradução de excertos açorianos) para dar voz aos escritores destas ilhas mágicas a que chamo minhas, abaná-los das consciências súbditas e resignadas, acenar-lhes com o mundo que, intimamente, queria conhecê-los e lê-los, sem saber que existiam, contentados com a audiência limitada das ilhas. era mais uma ideia destinada a granjear inimigos e invejas, quem sabe se não me iriam votar definitivamente ao ostracismo. ninguém me contratara e todos haviam sobrevivido até então, sem as minhas boas intenções megalomaniacas. já eram conhecidos nos círculos insulares restritos e gozavam de boa reputação no seio dos expatriados. que mais era preciso? 300-500 livros era (em 2005) uma excelente tiragem (best-seller) para a maioria das edições desses autores que o mundo infelizmente desconhecia e eu me ia empenhar a revelar. era urgente e imperioso. tinham de ser ouvidos, lidos e estudados antes de tragados por um cataclismo como o que afundara a atlântida.

depois, em março 2009 publiquei o volume 1º da "*chrónicas açores: uma circum-navegação, de timor a macau, austrália, brasil, bragança até aos açores*" cronicando as minhas viagens em volta do mundo e a descoberta da açorianidade, e, em 2011 surgiu um segundo volume, que motivou a inquietante questão: "como se pode optar por ficar nestas ilhas e descurar os mundos que existem para lá deste arquipélago?" fiquei ilhanizado como almeida firmino em "*a narcose*", como se os outros mundos não tivessem importância a não ser para divulgar o segredo da existência de uma importante literatura de cariz açoriano. mas nada do que escrevi tinha paralelo na, enormemente rica e diversa, literatura açoriana que lentamente ia conhecendo com cada livro que traduzia. toda a minha vida foi uma circum-navegação. se nos anos 70 designei para pátria a austrália nunca deixei de conjugar a de fernando pessoa, a língua portuguesa. depois, tive como mátria bragança, mas aos açorianos o devo pois foram eles que me ensinaram o amor às raízes. sinto como todos transportam esse sentimento de pertença aqui e no estrangeiro. ao vê-los tão amantes das suas terras tive de exhibir as minhas origens.

não se é ilhéu por se nascer numa ilha e não é ilhéu quem quer. é essencial partir à descoberta de cada ilha. desci à praia da viola na lomba da maia, onde vivo, subi aos sempiternos verdes montes micaelenses, vi as vacas alpinistas e desfrutei do mar, ora chão, ora alteroso, para entender o que nos leva a escrever e é fonte de mil açorianidades. depois, viajei às nove filhas de zeus para entender os maroiços do pico ao sabor do seu verdelho, a brancura da graciosa nos seus moinhos, apreciar os carabelhos com que no corvo se fechavam as portas, extasiar com mil cascatas nas flores, descortinar vestígios ancestrais desde o neolítico na terceira de dona brianda (bastião contra castelhanos por três anos), descer às fajãs de são jorge, nadar frente ao ilhéu do topo, calcorrear o barreiro da faneca antes de mergulhar na baía de são lourenço, pisar as areias esbranquiçadas de porto pim e admirar a rica história da sua marina e dos cabos submarinos.

quando cheguei desconhecia quase tudo sobre as ilhas, e descobri no dicionário do morais os termos "chamados" açorianos. tudo começou no dia em que traduzi tais autores e descobri neles a vida e a imortalidade que julgava inexequíveis. são os tais infinitos mutantes que surgem nos quotidianos. uma pessoa ou se conforma com a mediocridade da democracia ou luta contra tudo e passa a ser visto como diferente, maluco. são indivíduos assim, uns mais loucos, outros mais poetas, que se tornam perigosos para as sociedades acomodadas pois assumem uma postura vocal crítica no meio de vozes insatisfeitas, mas incapazes de se organizarem e rebelarem contra o sistema. um escritor raramente se alcandora à fama dos efémeros jogadores de futebol que tentam arrebatam as multidões, como velhos deuses gregos descidos do olimpo, o escritor é a antítese deles, em sobriedade, honestidade, integridade e humildade. não se julgam salvadores do mundo, nem tampouco enviados por uma qualquer divindade para gravarem palavras no magma sagrado e perpetuar uma civilização de lava. nesse espaço, traçavam no alvo papel os hieróglifos, num fluir ritmado das palavras ao som das ondas e mares, entremeadas pelo cíclico abalar dos solos numa lembrança de hefesto, deus do fogo, dos metais e da metalurgia, filho de zeus e hera. ou seria recordando hades, irmão de zeus e posêidon? enquanto o primeiro detém os céus e o segundo os mares, hades é senhor do mundo subterrâneo, o inferno local, genérico para a moradia dos mortos.

³⁶ In *Chrónicas Açores, uma circum-navegação*, 2011, pp. 31

³⁷ In (1977), *Antologia de poesia açoriana do século XVIII a 1975*. Lisboa, Sá da Costa [Prefácio datado em Lisboa, Maio de 1976].

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

foi preciso pressagiar com dias de melo as agruras e fome dos baleeiros, reler paulatinamente o “mau tempo no canal”, parar num qualquer aeroporto e encontrar o “passageiro em trânsito” do cristóvão de aguiar, apagar as chamas da poesia do “fogo oculto” de vasco pereira da costa, “viajar com as sombras” ou com o “tango nos pátios do sul” de eduardo bettencourt pinto, visitar a ilha-mãe e as pedras arruinadas do “pastor das casas mortas” de daniel de sá e milhentas outras obras de autores açorianos, açorianizados, expatriados e descendentes³⁸ cuja enumeração seria fastidiosa, mas relevante para provar a vitalidade e a universalidade desta escrita dos autores açorianos que flui como lava incandescente, como o magma descendo a 25 de junho de 1563, da serra de água de pau para destruir vila franca do campo, todas as casas, igrejas e ermidas. três dias depois houve a erupção do pico das berlengas e surgiu a enorme cratera da lagoa do fogo, inundações torrenciais arrastaram para o mar tudo o que havia ficado de pé na ribeira grande, incluindo os moinhos. imagens catastróficas que sempre me conduziram à escrita de cristóvão de aguiar, há pouco compiladas em dois volumes. dito isto, uma declaração de interesse:

“sou amigo incondicional do cristóvão, meu mentor na casa do pico onde me recebeu e à minha mulher, como se de amigos de longa data se tratasse, nós que éramos de amizade recente surgida em 2009”.

fica-se refém da sua escrita, que não sendo fácil, enleia e se insinua na tentativa de forçar o leitor a buscar a compreensão do que lhe está subjacente. durante tempos cavaqueei longamente com ele, éramos exaltados contra a iniquidade, essa quimera ensinada em verdes anos. aprendi a canga que os cachaços insulares carreavam, muitas vezes, sem o saberem. embrenhei-me noutros escritores que fui desbravando. falei e escutei a maior parte deles e já nos deixaram, entretanto, alguns³⁹. depois, tropecei num fenómeno típico de sociedades insulares e bairristas, a existência de “capelinhas”, cliques e claques, em torno das quais gravitavam uns eleitos. nem todos de qualidade despicienda, mas dependendo dessas cliques para artigos de jornal ou recensão crítica.

para um escritor arquipelágico há sempre o dilema da pequenez das ilhas, um autor só se afirma se reconhecido fora delas, daí a atração pelo mais vasto mercado continental como forma de asserção e alforria literária criando um misto de desligamento e aportuguesamento dos autores que se mudaram de armas e bagagens para fora, a que se contrapõe a inveja e ciúme dos que não conseguiram atingir esse patamar de reconhecimento continental, ou a emancipação de outros que venceram nos eua e Canadá e a tarefa ingente dos que permanecendo porfiam para se alcançarem a um reconhecimento externo. o que não acreditavam era que por serem açorianos podiam aspirar a ser universais, em mercados mais vastos do mundo, não apenas insulares ou portugueses. podiam chegar mais longe e libertar-se da prisão invisível da pequenez das ilhas. para isso, havia que mandar mercados novos e virgens, dessa selva amazónica antes dos bandeirantes. se não chegassem às novas gerações, poderiam alcançar descendentes, e expatriados que descubrem hoje o orgulho da nação açoriana, na cultura, tradição e valores primordiais que tão arredados das escolas andam.

“não pode haver intelectuais se não há leitores” disse jürgen habermas,⁴⁰

a terra é um mero escolho, como grão de poeira no deserto, no meio deste mar oceano, a colorir o mar em tons de verde que é a cor desta ilha. a terra é finita e bem mais nova que o mar, saída das entranhas do fogo, em eflúvios de magma, a mágica lava que encanta e seduz quem a vê à distância segura de um qualquer abrigo. o mar, condescendente, acedeu a envolver a ilha num manto de espuma, fez dela o seu brinquedo, entretendo-se a burilar as abruptas escarpas, nalgumas baías acedendo mesmo a depositar uns grãos de areia fina e finhada sem jamais deixar de lavar, pôr e tirar a seu bel-prazer, sem nunca as deixar brancas. para preservar o divertimento evitou dotar a ilha de angras ou portos naturais de fácil acesso a forasteiros e corsários, evitando que a viessem perturbar com seus botes piratas. a ilha quer-se sozinha, sem invasores, e assim ao longo dos tempos repeliram as investidas de mouros e berberes, corsários ingleses, franceses e outros, repetidamente remetidos à proveniência sem mais danos do que raziarem as terras, tomarem cativos para venderem como escravos e usando as mulheres para outros fins soezes como era hábito. os que ficaram, tementes a deus, tomaram a cultivar, arando os solos que a fúria dos fogos e tremores das entranhas ia vomitando, tentando aplacar a fúria e o castigo divino com preces, procissões e romarias. na ilha de são miguel, de costas voltadas ao mar, como a maioria das suas igrejas, todos passam o ano a olhar para o próprio umbigo, seja de vacas leiteiras que poluem montes, lagoas e ribeiras, ou de campos de milho, batatas, beterraba, inhame ou outros frutos da terra que as generosas chuvas insistem em regar de forma copiosa, em mais do que uma colheita ao ano. enquanto nas ilhas do triângulo, vivem do mar e para o mar, aqui, de costas para ele, ignoram-no, descurando ser o único passaporte de saída para a alforria do feudalismo que imperava e as agrilhoava.

na pequena baía dos moinhos de porto formoso sem cachalotes, golfinhos ou tubarões, as ondas cumprem o seu ritual lunar, e eu, quedo, a vê-las e ouvi-las enfeitiçado pelo ritmo, a cadência incerta que as alonga para onde só o pensamento conta e a vontade dos homens não domina. hoje, não me sinto náufrago nem perdido, mero marinheiro de águas profundas embalado pelos ténues ventos que me levam à deriva. ah! como gostava de perpetuar momentos destes e torná-los permanentes, libertar-me da escravatura consumista que nos impõem. neste paraíso que o inverno transmuta, agreste, as palavras fluem como turbilhões e desaguam na alva folha. a mente liberta-se das peias do quotidiano e navega ao sabor do mar, como se viver fosse útil ou até necessário. por vezes, é preciso sair das ameias do meu “castelo” e sentir-me liberto neste cárcere sem grades que as ilhas tendem a ser. podemos ser livres dentro da prisão sem precisar de voar como os pássaros, nem nadar como os peixes, basta uma dose de mar e sol, e deixar a mente vaguear, vogando no salgado das ondas ... esta ilha é linda, mas digo-vos do outro lado dela só há mar....

38 Adelaide Baptista, Álamô Oliveira, Alexandre Borges, Ângela Almeida, Aníbal Pires, Aníbal Raposo, Anthony de Sa, António Bulcão, Armando Côrtes-Rodrigues, Avelina da Silveira, Caetano Valadão Serpa, Carlos Faria, Carlos Tomé, Carlos Wallenstein, Carolina Cordeiro, Carolina Matos, Célia C Cordeiro, Chrys Chrystello, Cisaltina Martins, Conceição Andrade, Conceição Maciel, Cristóvão de Aguiar, Daniel de Sá, Daniel Gonçalves, David J Silva, Deolinda Adão, Dias de Melo, Diniz Borges, Eduardo Bettencourt Pinto, Eduardo Jorge Brum, Eduíno de Jesus, Elmano Costa, Emanuel Félix, Emanuel Jorge Botelho, Emanuel Melo, Fernando Aires, Frank X. Gaspar, Gabriela Silva, Graça Castanho, Helena Chrystello, Isabel Condessa, Ivo Machado, Ivone Chinita, J H Santos Barros, Joana Félix, João de Matos Bettencourt, João Luís Medeiros, João de Melo, João Paulo Constância, João Pedro Porto, José Andrade, José Carlos Teixeira, José de Mello, José Martins Garcia, Judite Jorge, Katharine Baker, Katherine Vaz, Laura Areias, Lélia Nunes, Lucília Roxo, Luís Filipe Borges, Machado Pires, Madalena Férin, Madalena San-Bento, Manoel Tomaz, Manuela Marujo, Marcolino Candeias, Maria Dorés Beirão, Maria João Dodman, Maria João Ruivo, Maria Luísa Ribeiro, Maria Luísa Soares, Mário Cabral, Mário Machado Fraião, Mário Moura, Miguel Real, Natália Correia, Natália de Almeida, Norberto Ávila, Nuno Costa Santos, Onésimo Teotónio de Almeida, Pedro da Silveira, Pedro Almeida Maia, Pedro Paulo Câmara, Renata Correia Botelho, Roberto de Mesquita, Rui Machado, Sérgio Rezendes, Sidónio Bettencourt, Sónia Bettencourt, Susana Teles Margarido, Teresa Tomé, Tiago Prenda Rodrigues, Tomaz Borba Vieira, Urbano Bettencourt, Vamberto de Freitas, Vasco Pereira da Costa, Vilca M Merízio, Vítor Rui Dores, Vítorino Nemésio, e no passado Gaspar Frutuoso (século XVI), Antero de Quental (séc. XIX), etc.

39 Adelaide Baptista, Armando Côrtes-Rodrigues, Carlos Wallenstein, Daniel de Sá, Dias de Melo, Emanuel Félix, Fernando Aires, Ivone Chinita, J H Santos Barros, José Martins Garcia, Madalena Férin, Marcolino Candeias, Maria de Fátima Borges, Mário Machado Fraião, Natália Correia, Natália de Almeida, Pedro da Silveira, Roberto de Mesquita, Vítorino Nemésio)

40 In https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html (PARA A FIGURA DO INTELLECTUAL, TAL COMO A CONHECEMOS NO PARADIGMA FRANCÊS, DE ZOLA ATÉ SARTRE E BOURDIEU, FOI DETERMINANTE UMA ESFERA PÚBLICA CUJAS FRÁGEIS ESTRUTURAS ESTÃO EXPERIMENTANDO AGORA UM PROCESSO ACELERADO DE DETERIORAÇÃO. A PERGUNTA NOSTÁLGICA DE POR QUE JÁ NÃO HÁ MAIS INTELLECTUAIS ESTÁ MAL FORMULADA. ELES NÃO PODEM EXISTIR SE JÁ NÃO HÁ MAIS LEITORES AOS QUAIS CONTINUAR ALCANÇANDO COM SEUS ARGUMENTOS.)

*ouço as ondas aqui
onde o mar é rei
e senhor de todas as horas.
fui ao lado outro da ilha
lá onde nunca ninguém vai
e vi que era verdade
só há mar, nada mais
por todos os lados menos por um⁴¹*

CRIAÇÃO DOS CADERNOS DE ESTUDOS AÇORIANOS

servi-me dos colóquios da lusofonia para levar a tradução de excertos dos autores açorianos a mercados e leitores insuspeitos, incluindo a antiga cortina de ferro onde há gosto e apetência por escritores lusófonos. criamos os cadernos de estudos açorianos, um curso de açorianidades⁴² e uma série de antologias, (uma bilingue para o mercado norte-americano e canadiano, outra maior monolíngue, em dois volumes, uma coletânea de textos dramáticos para o ensino secundário e uma antologia no feminino⁴³. projetos didáticos para disseminar a leitores neófitos a escrita açoriana, de autores persistentes como tenazes foram os homens da ribeira grande no século xvi, durante quatro décadas quando labutaram na sua reconstrução. não se deixavam vencer nem pela doença nem pela natureza. sofrendo as inclemências do tempo, reconstruíram tudo, limpando as terras, recompondo os moinhos, refizeram as casas, repararam os templos, erguendo a ermida de n. sra. de guadalupe, depois incluída na igreja de s. francisco onde forma a capela do senhor santo cristo da coluna.

embora os autores açorianos tenham os livros lidos por umas poucas, centenas de pessoas no arquipélago e na diáspora, continuavam, ano após ano, a arar as palavras como se fossem terreno pedregoso sem húmus, mais duro que o basalto e mais inóspito que o pico. estavam assim esses autores tão olvidados como a população que esquecera já as erupções mais célebres do arquipélago. são todas diferentes as personalidades açorianas que escrevem livros e apresentam a fachada manuelina, bem compostinha embora, nalguns casos, se notem as fissuras da idade nos rostos martelados na pedra. aprenderam com os estrangeiros a comportarem-se para ocultarem a terrível herança feudal que os condiciona ainda e quando o verniz estala tudo vem à tona. é uma canga pesada para que se libertem em apenas três décadas de democracia. ocupam as cores do arco-íris nos quadrantes políticos e dizem-se todos amigos, uns dos outros, num círculo de inveja e maldizer.

mas há autores que convirá não esquecer. dias de melo foi professor, operário, agricultor, pescador, músico, escultor que trabalhou, ceifou, pescou e esculpiu cada palavra, como se fosse um baleeiro do pico, na referência constante de mestre josé faidoca, nas histórias que presenciou como homem do mar, mestre de lancha. escreveu como se da janela da casa, no alto da rocha na calheta de nesquim, vigiasse os botes e as lanchas da calheta, baleando contra os vilas e os ribeiras. andei na descoberta da sinceridade da sua obra, numa paixão literária, dessa escrita que flui e se embrenha como o nevoeiro em que os baleeiros se debatiam na luta inglória e injusta contra os patrões para sobreviverem se não se finassem na arpoação. sempre o resumi a uma injustiça. é da sua denúncia que trata ao abordar temas como a emigração, a vida no pico natal, as realidades sociais e económicas, a repressão no estado novo, e para além dos dramas humanos na linguagem simples dos homens do povo, lá vem a injustiça. cumpre-nos não deixar que a sua memória se esvaneça e porfiar para que os seus livros sejam lidos por todas as novas gerações.

concebo ainda os livros do daniel de sá, a fugir todas as noites até santa maria. será que saem silenciosamente da casa na maia (s. miguel), paredes meias com o solar de lalém e vão primeiro à travessa dos foros onde viveram décadas para matarem saudades antes de se aventurarem por mares alterosos e regressarem à ilha-mãe, em busca das pedras de antigas casas mitológicas que preencheram os sonhos do autor e serviram de motivo para o pastor das casas mortas. estou a imaginá-los em fila açoriana, em busca do santo graal que tais pedras encerram. felizmente, os tempos são outros, pois no tempo do pai do daniel era preciso uma espécie de "passaporte" para se ir de ilha a ilha. no verão deve ser mais fácil aos livros aventurarem-se, que os invernos trazem ventos e marés de virar barcos pesados e alguns desaparecem sem rasto. talvez os livros só passem entre a maia micaelense e santana mariense no estio, e tenhamos de ficar à espera para saber que novas histórias podem contar ao regressarem calma e silenciosamente às bibliotecas, já que não foram escritos para apanhar pó nem para embelezarem uma qualquer estante.

e em s miguel arcanjo (no pico), que cristóvão de aguiar adotou, fantasiei que os livros debandavam a sete pés na sua ausência, abalavam em correria desenfreada e não era rumo às poças onde ele tomava o seu banho matinal. porque fugiam? de quem alvoravam? disseram que ele era o inferno na terra, seria por isso que se escapuliam? quis aproximar-me, mas não pude, estou náufrago dessa amizade perene, quando ele se encontra enclausurado nas quatro paredes opacas da sua memória enciclopédica ora perdida. de repente apercebi-me de que os livros em fuga não eram os dele, mas de outros autores numa roda-viva, em acesa discussão sobre a açorianidade que ele sempre denegava. afinal, as tertúlias que tive em casa dele no ano de 2009 haviam passado para os livros que decoravam - como se de mobília se tratasse - a sua falsa no pico.

no regresso, parei no café refúgio, em pleno centro de são miguel arcanjo e, andados uns quantos passos rumo à casa do escritor deparei com uma velha camioneta de passageiros estacionada aguardando o começo da semana. ocorreu-me a ideia peregrina de como seria a aventura de "pedir emprestada" a carripiana, começar a percorrer as aldeias (ditas freguesias nas ilhas) e gravar as histórias que os passageiros fossem contando. a viagem não teria destino. duraria tanto quanto as histórias dos passageiros. não seriam cobrados bilhetes.

41 Chrys Chrystello, inédito Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6

42 (O CURSO ACABOU CRIADO NA UNIVERSIDADE DO MINHO MAS A UNIVERSIDADE DOS AÇORES NUNCA MOSTROU INTERESSE EM ADOTÁ-LO EM ENSINO À DISTÂNCIA)

43 As AUTORAS SÃO SISTEMATICAMENTE ESQUECIDAS NUMA COMUNIDADE CONSERVADORA E MACHISTA COMO É A AÇORIANA

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

pararia em todos os lugarejos habitados para que fossem contadas as histórias e lendas do local onde paravam. que livro maravilhoso não daria esse compêndio de memórias apanhadas ao acaso daqueles que tomassem o autocarro dos sonhos. certamente com a criatividade da engenharia, etnografia, arquitetura e historiografia tais ideias podem transformar qualquer uma na verdadeira ilha da fantasia, enriquecendo os atrativos para habitantes e visitantes, gerando mais e bons empregos, mais comércio, mais impostos, e será essa a verdadeira voz das ilhas.

Bibliografia

- Aguiar, Cristóvão de. *Raiz Comovida* vol. I, Edições Afrontamento 1978
- _____. "O homem açoriano é um mito e a expressão «literatura açoriana» é um equívoco", in Onésimo Teotónio de Almeida, *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 110-114. 1983 [1979],
- _____. *Passageiro em Trânsito* Edições Salamandra 1994
- Almeida, Onésimo. *A Questão da Literatura Açoriana*, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 1983
- _____. *Da Literatura Açoriana – Subsídios para Um Balanço*, Direção Reg dos Assuntos Culturais / Secretaria Reg da Educação e Cultura, 1986
- _____. "Açores, Açorianos, Açorianidade" Signo, 1989
- _____. *Açores, açorianos, açorianidade. Um espaço cultural*, 2ª ed., revista e ampliada, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura 2011
- Batista, Adelaide M. *João de Melo e a literatura açoriana*, Lisboa, D. Quixote 1993,
- Bettencourt, Urbano. *Uma outra açorianidade. Um texto esquecido de Nemésio*, in Vitorino Nemésio 1º Centenário do Nascimento 1901-2001, separata da Revista Atlântida, vol. XLVI, Angra, Instituto Açoriano de Cultura. 2001,
- _____. *Literatura açoriana – Da solidão atlântica à perdição no mundo*, in
- Luiz Antonio de Assis Brasil e Jane Tutikian, *Mar horizonte: literaturas insulares lusófonas*, Porto Alegre, EDIPUCRS. 2007,
- Carvalho, Ruy Galvão de, *Possibilidades de uma literatura de significação açoriana*, in
- Onésimo Teotónio de Almeida (org. e sel. de), *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 68-73. 1983 [1956],
- Castro Gabriela, Berta Pimentel Miúdo, Magda Costa Carvalho, (coord.), *Reflexão sobre mundividências da açorianidade*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores. 2010,
- Chrystello, J. Chrys. *Crónica Açores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*, vol. 1 VerAçor 2009
- _____. *Crónica Açores: uma Circum-navegação, De Timor a Macau, Austrália, Brasil, Bragança até aos Açores*, vol. 2 ed. Calendário de Letras 2011
- _____. *Do outro lado da ilha*, inédito in Crónica do Quotidiano Inútil vol. 6
- Costa, Vasco Pereira da. *Fogo Oculto*, ed. Calendário de Letras, VNGaia 2011
- Dores, Vítor Rui, **ILHAS DO TRIÂNGULO. CORAÇÃO DOS AÇORES NUMA VIAGEM COM JACQUES BREL, NO PRELO 2009**
- Firmino, Almeida. *A Narcose*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional da Cultura. 1977
- Garcia, Eduíno Borges. *Para uma Literatura Açoriana*. 1953
- _____. *Por uma autêntica literatura açoriana*, in Onésimo Teotónio de Almeida (org. e sel. de), *A questão da literatura açoriana – recolha de intervenções e revisitação*, Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura, 43-67. 1983 [1953],
- Garcia, José Martins. *Para uma literatura açoriana*, Ponta Delgada, Universidade dos Açores. 1987
- Gouveia, Margarida Maia, *Teoria da literatura açoriana*, in Enciclopédia Açoriana, <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx?id=8182> (acedido em 26/7/2020)
- Habermas, Jürgen in https://brasil.elpais.com/brasil/2018/04/25/eps/1524679056_056165.html acesso 26.7.2020
- Jacobs, Edgar P. *As Aventuras de Blake e Mortimer - O Enigma de Atlântida*, Editora Meribérica / Liber 1983
- Jesus, Eduíno de, *O que se deve entender por uma literatura açoriana*, Correio dos Açores, Ponta Delgada, 25 de março 1948,
- _____. *Para uma teoria de literatura açoriana*, Atlântida, vol. I, nº 4, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 201-205. 1957
- MacDonald, Ann-Marie *The Way the Crow Flies*, Harper Perennial 2003
- MELO, Dias de, *Mar rubro*, 3ª ed., Ponta Delgada, VerAçor editores. 2008 [1958], _____,
- _____. *Pedras negras*, 4ª ed., Ponta Delgada, VerAçor editores. 2008 [1964], _____,
- _____. *Mar pela proa*, 4ª ed., Ponta Delgada, VerAçor editores. 2008 [1976],
- Nemésio, Vitorino, *Por que não temos literatura açoriana? – Uma entrevista com o moço escritor e poeta açoriano Vitorino Nemésio*, Diário dos Açores, 2 maio 1923
- _____. *Açorianidade II*, in Urbano Bettencourt, *Uma outra açorianidade. Um texto esquecido de Nemésio*, 1º centenário do nascimento 1901-2001, separata da Revista Atlântida, vol. XLVI, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura. 2001,
- _____. *Mau Tempo no Canal*, Lisboa, Livraria Bertrand, 1944
- Pavão, J Almeida *Colagem dos Tempos*, ensaio, Ponta Delgada: Universidade dos Açores
- _____. *Constantes de Insularidade numa definição de Literatura Açoriana* in: Conhecimento dos Açores através da literatura, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 31-47. 1988
- Pinto Eduardo Bettencourt. *Viajar com as Sombras*, Libros Libertad Pub. 2008
- _____. *Tango nos Pátios do Sul*, Seixo Publishers. Pitt Meadows. Canadá 1999 - 2ª ed. Campo das Letras 2001
- Pires, A. M. Machado, *Para a discussão de um conceito de literatura açoriana*, Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. XLI, Angra, 842-858. 1983
- _____. *Para uma Autêntica Literatura Açoriana*, Suplemento Literário de A Ilha, Ponta Delgada: Universidade dos Açores: 1987,
- _____. *Para um conceito de literatura açoriana* in Raul Brandão e Vitorino Nemésio. *Ensaio*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, col. "Temas Portugueses", 1987
- Sá Daniel de. **SANTA MARIA ILHA-MÃE**, VerAçor 2007
- _____. **O PASTOR DAS CASAS MORTAS**, VerAçor 2007
- _____. **SÃO MIGUEL: A ILHA ESCULPIDA**, VerAçor 2009
- _____. **ILHA TERCEIRA TERRA DE BRAVOS**, VerAçor 2009
- Serpa, Caetano Valadão. *A Gente dos Açores*, Lisboa: Prelo Editora, 1978.
- Serpa Manuel. *Da pedra se fez vinho*. VerAçor 2008
- Silveira, Pedro da. *A Ilha e o Mundo*, poemas. Lisboa, Centro Bibliográfico, 1953
- _____. *Antologia de Poesia Açoriana – do século XVIII a 1975*. Lisboa, Sá da Costa, 1977.
- _____. *Açores*, in João José Cochofel (dir. de), *Grande dicionário de literatura portuguesa e de teoria literária*, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 35-46. 1979

Quando um amigo nos pede o impossível, há duas reações quase imediatas – primeiro vem a apreensão e logo de seguida sentimo-nos lisonjeados por alguém confiar em nós até esse ponto. Depois é aquela sensação de que não vamos conseguir e só então pomos mãos à obra.

“Vê lá se me fazes uma pré-apresentação do livro, coisa de 3 ou 4 minutos”, pediu-me o Chrys há meia dúzia de dias, com aquela determinação própria dele de quem pensa: Ok. Menos uma coisa para me preocupar. Vou negar este pedido ao chefe da nossa banda? É claro que não. Mas como poderei eu, em três ou quatro minutos, falar de um livro que reúne 50 anos de poesia? Melhor, como poderei ser útil perante esta *Crónica do Quotidiano Inútil*?

Mas vou mesmo ser muito breve. Este texto não tem pretensões críticas. Aliás, a crítica é sempre arriscada, porque limita à lógica do leitor aquilo que o escritor quis expressar. Não vou mentir, como os meus alunos, e dizer que li o livro todo. A poesia não se lê como se de um romance se tratasse, mas li o suficiente para perceber que o seu autor foi registando, em letra de forma, o percurso de toda uma vida – no seu pensar e no seu sentir.

Quem conhece o Chrys encontra-o, claramente, nesta obra. A vida jorra dele e transborda torrencialmente nestes textos, poemas em prosa, com aquela energia incontrolável que o caracteriza.

O livro vai-se construindo com pinceladas sobre o seu quotidiano e as suas vivências interiores. Destaca-se claramente o seu sentido crítico, a sua proverbial irreverência, a busca quase febril de algo novo, que signifique, que venha ocupar o lugar das convenções, do preestabelecido. Há, em muitos destes poemas, uma espécie de grito de resistência contra a vida sempre igual, contra as injustiças e as violências a que nos acomodamos. E há um apelo evidente a que nos rebelemos com ele, a que não nos deixemos amarfanzar pela vida ou pelo sistema instituído, porque ele acredita que é nessa resistência que nos fazemos gente.

Ao mesmo tempo, há contrastes que se evidenciam à medida que vamos lendo. Por um lado, temos uma linguagem forte, também ela irreverente, chocante até, por vezes, a que se opõem passagens como estas “primaveras” que dedica à Helena (na pág. 188):

*trazias primaveras nos cabelos
e verões no olhar
demos as mãos
rumámos ao futuro
voamos nas asas do vento
(...)*

Também a Pátria é tema óbvio deste livro. Vista de fora e de longe, suscita-lhe, por um lado, fortes críticas à mesquinhez, à mediania, às hipocrisias, à corrupção, mas, ao mesmo tempo, essa lonjura traz-lhe a saudade e o sentimento de ternura, quando diz, por exemplo:

*LISBOA chã que piso, imagem de sol que amo
este sentir de perto o longe tão longe*

Contrastante é, também, o seu sentir da Revolução de abril, tão ansiosamente esperada e a que dá as boas-vindas de peito aberto, não deixando de sentir, ao mesmo tempo, o sabor amargo do desalento ao aperceber-se de que esta Revolução sonhada não foi a que ele queria que fosse. Os ventos de mudança deram-lhe, momentaneamente, algum ânimo, para logo constatar que, e cito, da Nota Introdutória ao Volume II:

Algumas observações de ordem política eram tão atuais em 1972 como o são agora, o que mostra apenas que a retórica e a demagogia são as características principais desta democracia à portuguesa que se vive desde 1974.

E bem a propósito dos momentos que vivemos agora nesta nossa Europa, surgem poemas sobre os terrores da Guerra, do Vietname, por exemplo. A isto vem juntar-se a denúncia da desumanização, a dolorosa consciência das injustiças sociais e a defesa dos mais desprotegidos: mendigos, prostitutas, estropiados e as crianças, (e cito), esses

*“meninos sem casa, crescendo por entre a vida,
onde vão fazer amor com as raparigas sem futuro?”*

Inevitável é também a crítica a toda a forma de tirania e o destaque dado à sua segunda pátria (ou será a primeira?) – a Liberdade. Aliás, os anos 70, são marcados neste livro por textos que revelam a preocupação de um jovem com o clima de opressão e de falta de horizontes em que se vivia, agravado pelo espetro da Guerra Colonial. Como devem calcular, são muitos os poemas, autênticas crónicas, em que se expressa sobre esta questão e em que se vislumbra, claramente, a sua mão de jornalista.

Mas esta *Crónica do Quotidiano* passa também pelas “estórias da sua terra”, eu diria das suas terras, pois ele, qual Marco Polo, deambulou pela Austrália e por Díli, por Macau, por Timor e por tantas outras paragens. Lugares, paisagens, gentes, pensares e costumes de Ceca e Meca desfilam nestes poemas, levando-nos a perceber que é desse vaguear que ele se foi fazendo.

Até que arribou aos Açores e descobriu os encantamentos e as agruras de ser-se Ilhéu, comprovando o ditado “Em Roma sê romano”. A partir de certa altura, temos a “Descoberta” destas Ilhas nos seus textos.

*no início era o fogo
e se fez verbo
vieram os abalos*

e se edificaram ilhas

Fala das paisagens e dos costumes, dos pássaros, das procissões e das devoções, do isolamento e da lancha do canal, e presta a sua homenagem aos nossos escritores e poetas, nomeando-os como se de uma grande família se tratasse. Escreve sobre o viver na Ilha e o sair da Ilha, como vemos nesta estrofe que ilustra o ficar e o partir seja de que lugar for (e cito):

partir!

cortar amarras

como se ficar fosse já um naufrágio.

ficar como quem parte. nunca

partir como quem fica nas asas do tempo

Nos dois últimos volumes, dá-me a ideia de que se torna mais lírico. Vêm à tona pinceladas de memórias saudosas, uma certa nostalgia da infância e a velha angústia do fluir do tempo.

Inevitavelmente, a par de tudo isto, declara inúmeras vezes o amor à Helena, em poemas como "maria nobody", que creio que todos conhecemos e, noutro poema, a jeito de homenagem, diz-lhe o seguinte:

quando te conheci

cheiravas a flores silvestres

hoje sabes a frutos maduros

entretanto houve primaveras nos olhos

e outonos nas mãos

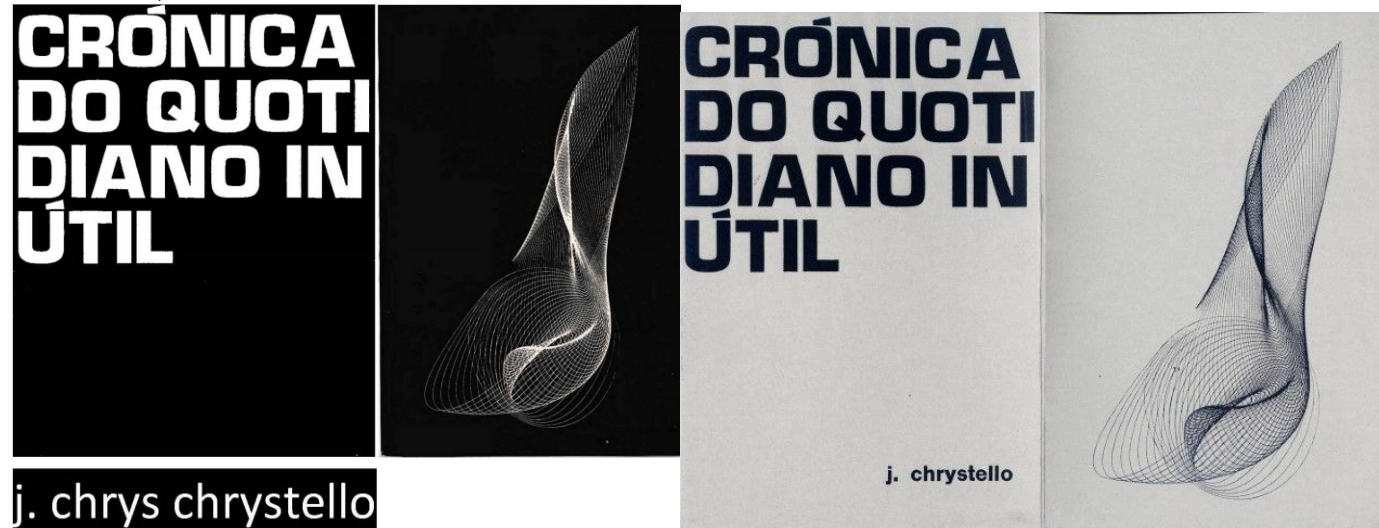
Esta leitura leva-nos por inúmeros caminhos que não conseguiria percorrer aqui em tão pouco tempo. É, como ele lhe chamou, uma *pré-apresentação*, que fica muito aquém da dimensão da obra.

Termino com uma frase dele, que corresponde ao seu desejo enquanto autor:

"Comecei como poeta e assim quero acabar".

E eu, desta forma, acabo também.

Belmonte, 9 de abril de 2022 Maria João Ruivo



5. EDUÍNO DE JESUS, POETA, DECANO DOS ESCRITORES AÇORIANOS, AICL, AUTOR HOMENAGEADO PELA AICL EM 2019

APRESENTA Sobre o Conceito de Literatura Regional

1.

Pesquisar marcas específicas na produção literária dos autores oriundos de uma região infranacional, tem, sem dúvida, interesse, na medida em que se torna possível, através da interpretação dos dados recolhidos nessa pesquisa, chegar, por um lado, ao reconhecimento, nas obras pesquisadas, daquilo que Brunetière chamava o *caráter essencial* da literatura de um povo, e, por outro lado – admitindo que, num trabalho deste género, a indução seja legítima –, a um melhor conhecimento da índole do povo da região de onde são naturais, ou a que, como quer que seja, estão vinculados, os autores dessas obras.

Digo "a índole do povo" para simplificar, pois também podia dizer, e até com mais propriedade, o modo de esse povo estar e se afirmar no mundo, o seu psiquismo coletivo, aquilo – seja lá o que isso for – que os românticos alemães chamavam o *volksgeist* e que, traduzido, é a alma ou espírito do povo ("espírito" aqui talvez no sentido hegeliano do termo), ou seja, o imaginário, a ideologia, a mundividência ou figura de mundo, os valores, a identidade de uma nação.

Tudo isto, ia eu dizendo, tem, sem dúvida, interesse. Mas não é a via principal, nem sequer a via certa, ou, no mínimo, não é o primeiro passo na via certa para se chegar à identificação da produção literária dos autores de uma região como sendo *uma literatura regional*, entendendo-se aqui por *uma Literatura* um determinado sistema diacrónico de

realização de obras estéticas de expressão verbal e tomando *uma Literatura regional* num sentido homólogo daquele em que dizemos uma *Literatura nacional*.

A produção literária de uma região infranacional pode ser distinta da produção literária nacional de que é parte, sem, apesar disso, constituir *uma literatura própria*. Em Portugal, fala-se, por exemplo, do lirismo *limiano* como típico da poesia de autores oriundos (e influenciados pela paisagem) da Ribeira-Lima, desde alguns trovadores medievais a António Feijó e outros líricos daquela região, mas jamais alguém se lembraria (acho eu) de dizer que, pois os poetas da Ribeira-Lima se distinguem dos do resto do país por um lirismo com estas e estas características, então existe uma literatura limiana.

Isto aplica-se a outras (entenda-se: a todas as) regiões de Portugal ou de qualquer nação do mundo, das quais não se pode dizer que possuem uma literatura só porque alguns dos autores que lhes estão ligados pelo nascimento ou que nelas se fixaram e as adotaram como pequena pátria ostentam na sua obra (se isso se verifica) aspetos peculiares devidos à influência do meio geográfico e humano que lhes, de alguma forma, moldou o espírito. O caso de Aquilino Ribeiro, escritor oriundo da Beira Alta, em Portugal, sempre citado a propósito, não prova que existe uma literatura beirã, por mais que as peculiaridades da sua escrita e do universo das suas ficções retratem fidedignamente a terra e a *alma* da gente daquela província. Decerto um escritor não é uma *literatura* no sentido do termo que estamos a usar aqui.

Não será preciso dizer que outro tanto é aplicável às literaturas nacionais. De facto, a sua existência (das literaturas nacionais) não depende igualmente das características que apresentam as obras literárias de tal ou tal nação, quer nas suas ficções quer no seu suporte verbal. A longa introdução de H. Taine à sua *Histoire de la Littérature Anglaise*, em que se procura não só descrever as características dessa velha literatura mas também explicá-la geneticamente, não tem como objetivo provar que a Literatura Inglesa existe (o que seria, no mínimo, ridículo), mas antes, tomando a sua existência como um dado, procurar os fatores da sua quiddidade, o seu *caráter essencial*, no sentido desta expressão em Brunetière. Quando nos dispomos a procurar numa Literatura "quel est l' état moral qui la produit", é óbvio que o fazemos "étant donné une littérature" (v. Taine, *ob. cit.*), ou seja, tomando essa literatura como um dado e só a partir daí pesquisando nela o *estado moral que a produziu*. Foi o que também fizeram para a Literatura Portuguesa Almeida Garrett, Francisco Freire de Carvalho, José Silvestre Ribeiro, Borges de Figueiredo, Teófilo Braga, Fidelino de Figueiredo, João de Castro Osório, Jacinto do Prado Coelho e outros. A importância dos seus estudos está fora de causa, mas seja como for esses estudos não servem (nem a isso se destinam) para provar que existe uma Literatura Portuguesa. Teófilo Braga, por exemplo, para quem as literaturas exprimem o *génio* dos povos (princípio geralmente admitido pelos mais), achava que o Classicismo tinha despersonalizado a literatura portuguesa, que só com os românticos voltaria a encontrar o seu caráter nacional. Todavia, não excluía da Literatura Portuguesa os três séculos que durou a nossa admirável literatura clássica, de Camões à Arcádia, submissa ao cânone clássico transnacional como todas as grandes literaturas ocidentais.

Conclusão: Uma literatura (nacional ou regional, tanto faz) tem as suas características uma vez que existe (como tudo o que existe, obviamente), e não o inverso.

Por isso (e retomo o que comecei por dizer) não se pode provar que existe uma literatura açoriana pela verificação de traços distintivos na produção literária de autoria açoriana, ou que existe uma literatura de qualquer região ou país pela verificação de traços distintivos na produção literária dos autores dessa região ou país.

2.

Outro nos parece dever ser o traço fundamental da produção literária do povo de uma região infranacional que a pode determinar (se existir) como "uma" *Literatura regional*: esse traço fundamental será a sua historiabilidade. (O mesmo, de resto, para o caso da determinação como *Literaturas nacionais* as produções literárias de quaisquer povos de quaisquer regiões ou países).

A historiabilidade da produção literária de um povo geográfico-politicamente demarcado de uma região como de uma nação, ou mesmo de um espaço supranacional – como quando dizemos, por exemplo, "uma" *Literatura europeia* ou "uma" *Literatura ocidental* –, decorre do processo evolutivo intrínseco dessa produção, o qual (por definição de "evolutivo") implica numa continuidade: Continuidade que, porém, não se manifesta só pela simples persistência no tempo, mas que, além disso, decorre de uma relação genealógica entre as *performances* dessa Literatura, que, assim, constituem uma espécie de *phylum* literário. Deste modo, uma Literatura não é propriamente comparável ao organismo de um ser vivo que se desenvolve, mas a uma espécie que evolui, isto é, a uma espécie cujos espécimes (os textos, neste caso) se transmitem sucessivamente os genes que lhes garantem lugar nessa cadeia evolutiva. Claro está que, também na Literatura, são possíveis cruzamentos exógamos, casos de disgenesia, degenerescências, diásporas, retornos às raízes, renascimentos, etc., que fazem da cadeia filogenética literária um fluxo não cristalino nem suave, mas em que a limpidez e a correnteza alternam com turbações e precipitações ao longo do percurso: Todavia, com todas as bifurcações, afluências exógenas, desvios e transbordos, o fluxo não perde o contacto com a nascente.

3.

Será que a produção literária de autoria açoriana constitui um *phylum* neste sentido que acabo de dizer?

De qualquer modo, se se pretende provar que existe uma literatura açoriana, é por aí que se deve começar: pela verificação e demonstração da sua historiabilidade. Porque, depois, as suas características específicas (se as tiver), distintivas em relação à corrente principal procedente da mesma fonte, serão as que tiver, e não as que nós, *a priori*, achamos ou pretendemos que devia ter para que existisse.

Até poderia ser que uma literatura açoriana existisse e não tivesse características temáticas nem formais diferentes das que apresenta a literatura portuguesa, o que até nem seria de estranhar, nem caso, tão-pouco, para concluir, unicamente de aí, pela sua inexistência.

Isto não quer dizer que seja irrelevante apurar se, além de constituir um *phylum* literário evoluindo de si mesmo, a produção literária de autoria açoriana possui características específicas, quer ao nível da linguagem (vocabulário, ritmo, boleio da frase, imagística, etc.) quer ao nível do universo ficcional ou expressivo do discurso (temática, imaginário, figura de mundo). Sem dúvida que sim, que isso é importante. Mas não para fundamentar a tese da existência ou da inexistência de uma literatura açoriana na existência ou na inexistência dessas características específicas.

De qualquer modo, a meu ver, provar, por qualquer via, que a produção literária açoriana constitui "uma" *Literatura regional*, não deve ter como objetivo isolá-la da literatura portuguesa, mas apenas conhecer e compreender melhor a literatura que se faz nos Açores e, porventura – e não menos importante – o *génio* do povo que se exprime através dela.

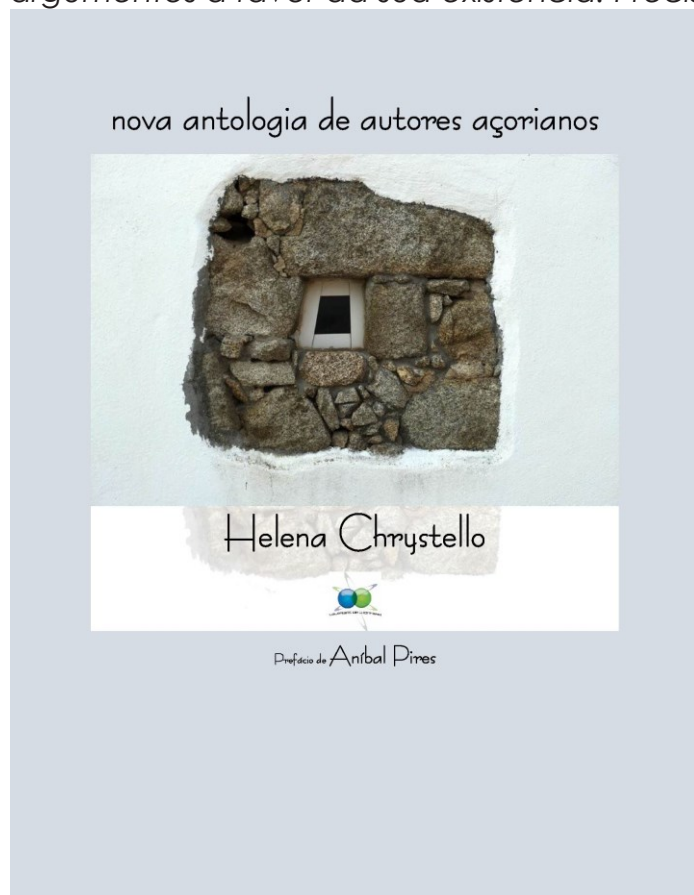
**6. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & VICE-PRESIDENTE DA AICL helena.chrystello@ebimaia.net
APRESENTA NOVA ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS, ED AICL E DIR. REG. DAS COMUNIDADES**

Queria agradecer ao Aníbal C. Pires pelo seu prefácio e à Direção Regional das Comunidades pelo apoio que permitiu publicar este volume. Agradeço aos autores, dentre os quais Maria João Ruivo, Luís Filipe Borges e Pedro Paulo Câmara, aqui presentes, pela ajuda que deram na obtenção das obras e na seleção dos textos.

Tomou-se para premissa o conceito de açorianidade formulado por **José Martins Garcia** que, «*por envolver domínios muito mais vastos que o da simples literatura*», admite a existência de uma literatura açoriana «*enquanto superestrutura emanada dum habitat, duma vivência e duma mundividência*».

Já **Pedro da Silveira** (1922-2003) era perentório:

«...nessa escrita, são visíveis as especificidades que identificam o açoriano como ser moldado por elementos atmosféricos e sociológicos diferentes, adaptado a vivências e comportamentos que, ao longo dos séculos, foi assimilando, pois viver numa ilha implica(va) uma outra noção de mundividência. A literatura açoriana não precisa de que se aduzam argumentos a favor da sua existência. Precisa de sair do gueto que lhe tem sido a sina.



Por último, **Machado Pires** discursando sobre esse fenómeno descontínuo porque não há uma evolução ou uma linha histórica progressivamente afirmada, diz haver “*Autores açorianos que estando fora dos Açores, deles se ocupam sistematicamente de modo direto e indireto*” e sugeriu “*a expressão “literatura de significação açoriana” para uma literatura ligada à peculiaridade açoriana por acharmos demasiado genérica, ambígua e incaracterizante a designação de ‘açoriana.*”

Entendeu-se, pois, que deverão ser abrangidos num rótulo comum de insularidade e açorianidade dois extratos diversos de idiosincrasias:

- *Um de formação endógena, constituído pelos que nasceram e viveram nas Ilhas, independentemente do facto de se terem ou não terem ausentado;*
- *O dos insularizados ou «ilhanizados», adotando a designação feliz utilizada por Álamo Oliveira, a propósito do poeta Almeida Firmino;*

Há portanto, vários autores, os residentes no arquipélago, os emigrados, os descendentes, e os estrangeiros que escrevem sobre os Açores. Para destriçar quais incluir na designação açórica optou-se por escolher os que aqui nasceram ou viveram e que são unanimemente considerados, pelos seus pares, como “autores açorianos”.

No tocante à estrutura da obra, e com o intuito de agilizar um manuseio eficaz, optou-se por ordenar alfabeticamente os Autores (primeiro nome), que são apresentados com uma ‘ficha’ biobibliográfica sumária. Exhaustiva não é, decerto, mas é indicadora de quanto se tem produzido literariamente e muito do qual merece ser lido, analisado, criticado e trabalhado.

Os critérios adotados para a antologia foram os seguintes:

1. Critério antológico, propriamente dito, carreando quer a retoma de trechos antologados quer a inserção de fragmentos inéditos, conciliando tradição e inovação;
2. Critério genológico, incidindo na diversidade de géneros literários, como o conto, a novela, o romance, o poema, a entrevista, a crónica e o ensaio;

Defluindo destes critérios ressaltam os objetivos, sendo o primeiro a divulgação e subsequente homenagem a 17 autores.

O segundo objetivo, de carácter científico, consistiu em facultar o conhecimento parcial de uma obra vária a investigadores nacionais e estrangeiros.

O terceiro objetivo, de índole pedagógico-didática brotou da intenção de trabalhar os textos selecionados nas escolas básicas, secundárias e nas instituições de ensino superior.

Uma antologia mais não é do que uma amostra de Autores e textos, fragmentária e relativa, mero trampolim para a totalidade almejada em edições futuras. Aos Autores deste volume, agradecemos profundamente, tanto pela sua anuência à coleção dos textos antologados como pela colaboração interativa em muitos casos.

Excerto do prefácio de Aníbal Pires:

“Os autores, homens e mulheres, referenciados nesta antologia são ilhéus de nascimento ou de adoção (coração), mas a sua expressão literária não tem fronteiras, é do Mundo e para o Mundo fazendo jus à centralidade atlântica do arquipélago, mas sobretudo à sua universalidade, e, ao subjacente reconhecimento de que outras centralidades existem e têm igual importância. Esta opinião, como todas as outras, é passível de detonar algumas polémicas sobre uma tendência, não só, mas também, académica, de categorizar, compartimentar e de tudo hierarquizar.”

“...ao viajar pelas palavras dos autores, dados a conhecer pela Helena Chrystello nesta antologia, poderá o leitor deliciar-se com uma diversidade aprimorada de códigos linguísticos que individualizam os autores e lhes conferem um espaço e um público (leitores) diferenciados, sem que isso signifique qualquer hierarquização entre eles, ou do género literário no qual expressam a sua criação artística.”

Resta aguardar que esta Antologia seja um instrumento de consulta diária não só dos que se dedicam à didática e à literatura mas de todos os que buscam abrir essa janela imensa que é a literatura de matriz açoriana. Enquanto coordenadora da obra desejo que mais professores de português a adotem para enriquecer os conteúdos programáticos e a componente açoriana dos currículos que tanto descuraram até agora as peculiaridades do ser açoriano, português de nacionalidade mas vincadamente marcado pelas idiosincrasias deste arquipélago que tão isolado andou durante séculos e hoje se afirma possuidor de uma vasta e abrangente obra literária que cuida preservar e divulgar.

Muito obrigada

7. HILARINO DA LUZ, CABO VERDE – INVESTIGADOR INTEGRADO CHAM E DEPTº ESTUDOS PORTUGUESES, FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
Contributo dos judeus no desenvolvimento económico da Ilha de Santo Antão: o caso da Pónta d' Sol (Ponta do Sol) Hilarino Carlos Rodrigues da Luz - CHAM e Departamento Estudos Portugueses, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, 1069-061 Lisboa

Os judeus chegaram na Ponta do Sol, Pónta d' Sol segundo a linguagem da terra, ilha de Antão, Cabo Verde no século XIX. Fixaram-se na denominada Rua Direita, antiga Rua João Machado, onde fizeram grandes construções, consequentes do poderio económico que detinham. Sendo de uma classe privilegiada e devido aos seus princípios judaicos, numa fase inicial, não se misturavam com a população local. (FRANÇA, 2013). A dita Rua Direita, com as referidas construções imponentes, passou a ser do seu uso quase exclusivo, sendo que a população local só se podia caminhar nela em determinados horários do dia. A Ponta do Sol passou a ser um centro comercial de importação e exportação por excelência, facto que se deveu ao poder de investimento dos judeus, que, além do comércio, se dedicaram a outras áreas, como a educação, a agricultura e a administração, facto que os fizeram ter um papel de capital importância no desenvolvimento da referida ilha, mormente na, igualmente referida, Ponta do Sol, antiga Vila Maria Pia.

PALAVRAS-CHAVE: Cabo Verde; Santo Antão; *Ponta d'Sól* (Ponta do Sol); judeus; desenvolvimento.

És pátria de belas fadas [...] E hei de amar-te, pátria minha. (Januário Leite, 2006).

Pretendemos, com este artigo, abordar o contributo dos judeus no desenvolvimento económico da ilha de Santo Antão, mais concretamente na *Pónta d' Sol* (Ponta do Sol), segunda a linguagem da terra. Composta por três cidades - Paul, Ribeira Grande e Porto Novo), Santo Antão é uma ilha montanhosa que apresenta as maiores altitudes na região ocidental do Topo de Coroa, com 1979 metros. Conta com Roberto Duarte Silva (Ribeira Grande, Santo Antão, 1837 – Paris, França, 1889), como uma figura de referência. Trata-se de um químico que lecionou na Escola Física de Paris, onde “deu bem a medida do seu alto valor pedagógico: a direção confiada ao grande químico [Paul] Schützenberger. Tinha como colaboradores homens como Albert Levy e Rosé, matemáticos; os físicos Dommer, Pierre Curie, Hospitalier, mais tarde Féry; os químicos Hanriod, Étrard (REMEMORANDO O SÁBIO PORTUGUÊS ROBERTO DUARTE SILVA: 1934: [3]).

É sabido que Santo Antão, assim como as outras ilhas, se encontrava desabitada aquando da chegada dos portugueses, no século XV, apesar da existência de algumas narrativas que defendem que alguns povos, particularmente do Senegal e da China, comunicaram e comercializaram díspares produtos nas ilhas da Boa Vista e do Sal. Essa asserção, conquanto, não agrupa anuência (Luz, 2013). Assim, corroborando do parecer de Orlando Ribeiro, todas estavam “até então completamente desconhecidas [visto que] nenhum vestígio foi encontrado que [se] possa considerar anterior à ocupação portuguesa” (Ribeiro, 1988:90).

Jorge Barbosa (Santiago, 1902 – Cova da Piedade/Almada, 1971) numa das suas incursões na história de Cabo Verde, através da sua poesia, amparou essa asserção, no poema “Panorama”, dedicado ao professor, historiador, crítico e escritor António Aurélio Gonçalves (S. Vicente, 1901 - S. Vicente, 1984), ao ter referido que quando os descobridores chegaram no arquipélago não encontraram homens e mulheres “nus” e “nem setas venenosas” “ecoando sobre os montes” (Barbosa, 2002:99). Encontraram, segundo o próprio, apenas “aves de rapina / de garras afiadas / as aves marítimas / assobiando inéditas melodias. // [...]” (Barbosa, 2002:99-100). Esta asserção é, igualmente, atestada pela carta régia de 12 de junho de 1466, onde se pode ler que: “Haverá quatro anos que [...] começara a povoar sua ilha de Santiago [...] e que por ser tão alongada dos nossos reinos, a gente não quer a ela ir viver, senão com mui grandes liberdades e franquezas e despesas sua [...]” (apud Barcelos, 1899:21-23). Desta feita, segundo a dita carta, a ilha de Santiago começou a ser habitada por volta de 1462 e apresentava algumas reservas, já que, inicialmente, não era atrativa, facto que fez com que os moradores exigissem uma maior liberdade de movimentos de ação, mais regalias e que as despesas fossem pagas pelos donatários da ilha (apud Barcelos, 1899).

Após a conceção de alguns incentivos comerciais por parte da Coroa Portuguesa, mercadores reinóis e castelhanos fixaram-se em Santiago, mais concretamente na cidade da Ribeira Grande⁴⁴, atual Cidade Velha, dando início à organização de uma próspera comunidade de moradores e vizinhos (Luz, 2013). Deste modo, começou-se a desenhar a formação da

⁴⁴Encontramos em Cabo Verde a Ribeira Grande de Santiago, atual Cidade Velha, e a de Santo Antão.

sociedade cabo-verdiana, resultante de europeus e africanos. Quanto aos ditos europeus, destacamos a presença dos cristãos-novos (judeus ou “homens da nação”), que tinham o comércio como sendo a sua principal atividade. Não eram bem aceites pelos “principais das ilhas” (Baleno, 1991:151), motivando alguns conflitos entre eles, ideia sustentada, por exemplo, por um acontecimento insólito ocorrido em 1512 quando se incriminaram mutuamente junto do Rei de Portugal, D. Manuel I (Baleno, 1991). Foi esse acontecimento que fez Ilídio Baleno suspeitar que, em 1515, se tentou impedir, sem efeito, “a fixação de cristãos-novos nas ilhas sem licença especial [...]”. Tanto é assim que, em 1546, a Câmara da Ribeira Grande afirmava que quem mais mandava na terra eram eles e que se encontravam sobretudo na alfândega” (Baleno, 1991:151).

Assim, como a maioria da população branca, esses cristãos-novos concentraram-se na dita cidade da Ribeira Grande, ilha de Santiago, visto que o comércio era mais desenvolvido. Ilídio Baleno, anteriormente citado, parte da ideia de que os comerciantes “rumaram para a ilha de Santiago, na expectativa de poderem dedicar-se ao comércio com a Guiné” (Baleno, 1991:148-149). Os jesuítas também cumpriram missões religiosas em Cabo Verde, alicerçadas no facto de a igreja não se ter reduzido apenas ao “clero secular”. Ela foi constantemente neófita e robustecida aguçando a criação “de novas frentes de cristianização”. Os primórdios do século XVII assinalaram a chegada desses missionários no arquipélago, facto que alterou o quotidiano local, particularmente por serem temidos⁴⁵ e notados como um combinado de “deferência e respeito” (Santos & Soares, 1995:447). Neste âmbito, podemos mencionar os padres Baltazar Barreira, Manuel de Barros, Manuel Fernandes, João Célio, Sebastião Gomes, António Dias, João Delgado, Manuel Álvares, Pedro Fernandes (irmão de aludido Baltazar Barreira), Manuel Almeida e os irmãos João Fernandes e Pedro Neto (Santos & Soares, 1995). Maria Emília Santos e Maria João Soares consideram que:

A vinda de um contingente de missionários jesuítas para o arquipélago de Cabo Verde, mais propriamente na ilha de Santiago, veio acarretar para vida social local uma série de alterações. Contrariamente ao clero secular, que se incluía plenamente no processo de socialização insular, os recém-chegados jesuítas vão aí constituir-se como um grupo autónomo e exógeno relativamente aos outros estratos sociais, funcionando muitas vezes, fruto da sua habitual condição de ordem interventiva, como observadores externos da vida autóctone, que descrevem sob um prisma diferenciado e mais minucioso do que outros testemunhos (Santos & Soares, 1995:447).

Chegados em 1604, os padres, segundo as autoras anteriormente citadas, “acomodaram-se provisoriamente na Casa da Misericórdia e depois na Fortaleza de S. Filipe, na cidade da Ribeira Grande [da ilha de Santiago], tendo posteriormente comprado casas na cidade” (Santos & Soares, 1995:439). Nessa altura, a sua atividade no país, “base posicional e logística para dar o salto para a costa africana” (Santos & Soares, 1995:448), dividiu-se em dois momentos: (1) pacífico e cordial até por volta de 1620; (2) rutura com a sociedade local e término da missão em 1642 (Santos & Soares, 1995). O segundo momento ficou marcado por ininterruptos pedidos de abandono da incumbência por não receberem as “ordinárias” há muitos anos, deteriorando “as relações dos jesuítas com os oficiais régios e governador/provedor da Fazenda, aos quais [exigiam] os pagamentos frequentemente sob ameaça de censuras e excomunhões, incompatibilizando-se com eles, até porque muitas vezes os inacianos eram testemunhas temidas das suas irregularidades” (Santos & Soares, 1995:451).

Desta feita, em etapas e com fundamentações distintas, a presença judaica no arquipélago remonta aos primórdios da sua ocupação, por motivações sociais, económicas, religiosas e, sobretudo, devido a inquisição implementada na Península Ibérica no séc. XV. A sua entrada no país também foi verificada em outros momentos, havendo a sublinhar o século XIX. Nessa altura, fixaram-se nas ilhas de Santo Antão, Santiago, Boavista, S. Vicente e Brava (ficaram pouco tempo), em grande parte, como consequência de uma postulação de “proteção a todos os Israelitas do Império Marroquino”, que D. Luís I (Lisboa, 1838- Cascais, 1889), Rei de Portugal, concedeu a comunidade hebraica marroquina, em fevereiro de 1864 (Coutinho, 2020). Zlinda Cohen⁴⁶, com base nas historiadoras Ângela Coutinho e Cláudia Correia, apresenta uma lista de sessenta e um apelidos judaicos que entraram no país, como podemos verificar na seguinte transcrição:

Abecassis; 2. Abitbol; 3. Abohbot; 4. Afflaló; 5. Alves; 6. Amzalak; 7. Anahory 8. Athias 9. Auday; 10. Azancot 11. Azaniel; 12. Azevey; 13. Azulay; 14. Benahim 15. Benara; 16. Benatar; 17. Benazon (Benazou) 18. Benchimol; 19. Bendaham 20. Bendavid; 21. Benefraim; 22. Benoliel 23. Benrós 24. Levy Bentubo; 25. Benunas (Bedunas); 26. Boaruna; 27. Bodana; 28. Bohana (Bouanaz); 29. Brigham; 30. Buzaglo; 31. Cagy 32. Cardoso 33. Cohen; 34. Elasy; 35. El Baz 36. Elasy; 37. Elcaim; 38. Ezaguy; 39. Eznaty; 40. Gabay; 41. Ismini; 42. Izaqui; 43. Lasene; 44. Lassarini 45. Levy 46; Malka 47; Maman; 48. Mor José; 49. Naury; 50. Niune; 51. Pairy 52. Pimenta; 53. Pinto; 54. Ruah; 55. Sabbat; 56. Seruya; 57. Tarregano; 58. Urbin; 59. Wahnnon; 60. Zafrany; 61. Zagury (Cohen, 2021:1-2).

É de salientar que os judeus ingressaram na ilha de Santo Antão numa altura em que, segundo António Carreira, ela contava com um “visível depauperamento das forças vivas e à consequente instabilidade da sociedade local, assolada pela emergência de contendidas e de choques de interesses, sobretudo entre os detentores dos lugares cimeiros da administração pública” (Carreira, 1985:67-68). Isso porque a transição do século XVIII para o XIX foi marcada pela necessidade da adoção de medidas que pudessem aguçar a supressão dos despotismos e contravenções por parte dos poderes locais, guiando o autor, anteriormente aludido, a afirmar que “as acusações [se dirigiam] a todos os agentes locais e mesmo ao clero” (Carreira, 1972:127). A situação instável em Santo Antão desencadeou alguns levantamentos populares contra Francisco de Lima Melo, então Capitão-Mor da ilha. Em *Santo Antão no limiar do século XX: da tensão social às insurreições populares (1886/1894): uma perspetiva histórica*, José Évora justifica um desses levantamentos da seguinte forma:

[O] povo de Santo Antão, não encontrando justiça imediata em D. João V, resolveu fazer justiça pelas próprias mãos. A favor do Capitão-mor estavam oficiais da justiça e a milícia. Porém, os moradores que não os temiam, levantaram-se, dirigidos por um tal José Barranco, o que resultou numa morte e muitos feridos de ambos os lados. Saindo vitorioso, o povo prendeu o Capitão-mor pondo a ferros dois oficiais. O levantamento do povo contra as autoridades da ilha obrigou El Rei a tomar providências. Este ordenou ao Governador que pusesse como feitor de Santo Antão um morador da ilha, devendo a escolha recair num indivíduo tido como mais capaz (Évora, 2005:24).

Esses levantamentos eram motivados pelo estado de submissão que imperava na ilha. Os naturais eram, muitas vezes, excluídos dos empregos militares, civis e públicos, situação que se contrastava com a das outras ilhas. Entre outros acontecimentos impactantes na história de Santo Antão, destacamos a reforma administrativa ocorrida através do Decreto de 3 de abril de 1867. Foi dividida em dois concelhos: um sediado na Vila da Ribeira Grande, antes conhecida por Povoação de Santa Cruz, e, posteriormente, transferido para a Vila D. Maria Pia (atual Ponta do Sol), e, outro com sede na Povoação das Pombas, no Paul (Decreto de 23 de dezembro de 1885) (Évora, 2005).

⁴⁵ [O] jesuíta, pelo prestígio que auferia nas partes ultramarinas e pelas faculdades de comunicação direta que detinha com vários organismos centrais, será sempre em Cabo Verde uma personagem temida [...]”. (Santos & Soares, 1995:447).

⁴⁶A autora apresenta estes apelidos em forma de tabela, pelo que o formato aqui apresentado é uma adaptação nossa.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

A partir dessa divisão administrativa, a ilha viu-se envolvida em várias “peripécias” históricas até adquirir a divisão atual: Ribeira Grande, Paul e Porto Novo (inicialmente Porto dos Escravoeiros)⁴⁷, sobretudo o Paul que se envolveu em várias polémicas com a Ribeira Grande, por causa de algumas tentativas para a sua extinção⁴⁸ em finais do século XIX. Nessa altura, Santo Antão contava com terrenos agrícolas que, quando chovia, produzia uma variedade de produtos: hortaliças, legumes e cereais, plantas frutíferas, pastagens, farináceas, além de plantas tintureiras, como a urzela, o anil, e o dragoeiro, que muito contribuíram para o seu progresso económico (Évora, 2005). Tendo o concelho da Ribeira Grande como centro económico e administrativo, e sendo uma ilha agrícola, o comércio assumiu um papel preponderante, apesar de se debater com a carência de vias de comunicação. Comercializavam-se produtos importados – massa, açúcar branco, bacalhau, manteiga, farinha de trigo, vinho, azeite de oliveira, vinagre, arroz, feijão e petróleo, entre outros; e produtos locais – batata, azeite de purga, açúcar, mandioca, banana, pele de cabra, milho, aguardente (grogue), carne de porco e de vaca, feijão, café, mel, sal, urzela e farinha de mandioca, entre outros produtos (Évora, 2005). Os preços variavam mediante a regularidade da importação e das colheitas, que, como é sabido, dependiam da chuva. Veja-se o poema “A Terra”, de Jorge Barbosa, dedicado ao seu amigo Manuel Lopes (S. Vicente, 1907 – Lisboa, 2005):

Terra fértil / das bananeiras, das laranjeiras, / dos acajus, / dos cafeeiros, das uvas, dos batatais; / do milho que dá cachupa, o cuscuz, / a batanca, o gufongo; / das canas / que dão o grogue e o mel... // Terra fértil / - das oleaginosas, / das acácias, dos cardeais, / das roseiras, / dos marmeleiros, das goiabeiras, / das árvores de fruta, / das árvores de sombra... // Terra fértil / do queijo sadio... / Terra fértil... // Se não cai a chuva, / – o desalento / a tragédia da estiagem! – // As encostas áridas, as planícies secas / sulcadas, / imitam ritos de uma dor profunda / e fantasiam carnes ao Sol Mumificadas... // – Ai o drama da chuva, / ai o desalento, / o tormento / da estiagem / – Ai a voragem / da fome / levando vidas! (... a tristeza das sementeiras perdidas...) / – Ai o drama da chuva! (Barbosa, 2002:43-42).

Há, ainda, a assinalar os momentos em que a chuva caía de forma “caudalosa”⁴⁹. Quando isso acontecia, ela carregava tudo o que encontrava à frente, provocando grandes prejuízos, chegando mesmo a colocar vidas humanas em perigo, conforme podemos atestar num relatório que o administrador do conselho da Ribeira Grande apresentou ao Secretário-Geral do Governo, no dia 13 de outubro de 1881:

[A]s águas tinham sido abundantes e as enchentes, por vezes, ainda que momentaneamente, interromperam as comunicações entre os três bairros que compõem a vila. [...]. [C]hoveu continuamente até às 4 horas da tarde, começando a esta hora a chuva a ser torrencial. As suas ribeiras foram engrossando e às sete horas da noite já se tinham transformado em caudalosos rios. As oito horas ouviram-se alguns gritos de socorro, e eu e alguns cavaleiros, tivemos de sair para a rua já completamente inundada. [...]. Mulheres desgrenhadas bradavam pela proteção divina! Crianças corriam como loucos pelo meio da água! [...] (apud Évora, 2005:31).

Apesar das dificuldades enfrentadas, a ilha seguia o seu percurso natural apontando um certo crescimento económico. Em 1880, o concelho da Ribeira Grande, da ilha de Santo Antão, tinha cerca de 104 casas comerciais, distribuídas por classes (1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª), da seguinte forma: 2 de 1.ª classe (loja de mercador por atacado e armazéns); 25 de 2.ª classe (comércio a retalho e permutação de fazendas e géneros comestíveis); 1 de 3.ª classe (estabelecimentos de cerveja, vinho e outras bebidas); 42 de 4.ª classe (tabernas onde se vendiam aguardente local e vinho); 34 diversas reunidas (casas de jogo onde se vendiam diferentes bebidas, café; tabaco importado; medicamentos, etc.) (Évora, 2005).

A entrada dos judeus na ilha emblema uma mutação positiva na vida dos naturais. O fim da Inquisição (1821) foi o principal fator que permitiu o seu regresso aos territórios portugueses⁵⁰ à procura de oportunidades comerciais, a par do Tratado de Navegação assinado entre Portugal e a Grã-Bretanha, no dia 3 de julho de 1842. Alguns fixaram residência em Cabo Verde em meios do século XIX, sendo que muitos viajaram com o passaporte britânico; outros acabaram por abandonar o país por razões diversas.

Ângela Coutinho, já referida, destaca que, em 1860, foram para Cabo Verde “quase uma centena de comerciantes judeus, sobretudo marroquinos, mas também naturais de Gibraltar [...]”. (Coutinho, 2020:228). Com base em Clarence-Smith, a mesma autora sustenta que o “movimento migratório” dos judeus é “bastante complexo” e aponta distintos fatores que se deve ter em conta, mormente “o facto de entre os impérios de Portugal e de Marrocos ter sido assinado um tratado [...] que dava liberdade comercial aos súbditos do Sultão de Marrocos para comerciar em portos portugueses [...]”. (Coutinho, 2020:228). Ocuparam uma posição proeminente no progresso de Cabo Verde, havendo a salientar o já referido caso da Ponta do Sol, que contou com a família Abrão Brigham como a primeira que se adentrou na Vila.

Com grande poder económico, muitos se instalaram na chamada Rua Direita ou, segundo alguns residentes locais, Rua às Direitas, antiga Rua João Machado. Ela era vista como sendo rua comercial e com grandes edificações. Ficou, ainda, notabilizada pelo facto de não se poder caminhar nela em determinados períodos do dia. Conforme supomos anteriormente, os judeus construíram emblemáticas casas comerciais que ainda se consegue encontrar, apesar de nem todas estarem recuperadas. Encontramos, nela, algumas construções de famílias, como Brigham⁵¹, Cohen⁵² e Wahnnon⁵³. António Leite em entrevista ao Odair Lopes referencia os judeus da seguinte forma:

Ao chegarem, e por serem conhecidos como detentores de grande poder económico, [os judeus] começaram a investir. [Vê-se] pelas velhas e grandes emblemáticas casas comerciais, de famílias, e traços deixados na cidade. [Foi nessa] época que começa[ram] a chegar os Cohen, Wahnnon, Pinto, Fatudas, Auday Salomão, Benoliel e muitos outros. Ponta do Sol começ[ou] a ter pessoas de elite [que a viam] como um lugar de futuro (apud Lopes, 2014:47).

47Porto dos Escravoeiros, Porto dos Carvoeiros e, atualmente, Porto Novo. Estas denominações resultam das principais atividades desempenhadas pelo mesmo. Assim, Escravoeiros porque, numa fase inicial, era o porto de entrada e saída de escravos em Santo Antão; Carvoeiros foi uma designação usada visando a eliminação de vestígios do tráfico de escravos; e Novo passou a ser usado após a construção do cais acostável.

48O concelho do Paul chegou a ser extinto e retomado posteriormente.

49A chuva ainda continua a causar prejuízos em Cabo Verde quando cai em grandes quantidades, ou mesmo quando não cai.

50“No séc. XIX, depois da abolição da distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos (1773) e da extinção da Inquisição (1821), assistiu-se ao regresso de muitos judeus a Portugal. Voltavam a um país donde haviam saído em 1496. Em Lisboa surgiu uma sinagoga (a “Shaarei Tikvá”) e no Porto foram criadas a sinagoga “Kaddorie Mekor Haïm” e uma “Yeshia” (Escola Religiosa) e o periódico “Há-Lapid”. Este renascimento hebraico muito ficou a dever a Samuel Schwarz, Francisco Carlos de Barros Basto, Abraão Amram, Joaquim Bensaúde, às famílias Levy, Ruah, Sequerra, Seruya, Anahory, Baruel, Benarus, Benoliel, Bensabat, Bensaúde, Esaguy, Abecassis e Amzalak” (OS JUDEUS PORTUGUESES EM 500 ANOS DE DIÁSPORA (1496-1996): HERANÇA DE UMA NAÇÃO, ESPERANÇA DE UM POVO: EXPOSIÇÃO DOCUMENTAL (1996:9-10).

51A primeira residência Brigham foi construída na Rua Direita em 1890. Continua com a mesma função inicial de habitação e comércio. Há também, por exemplo, uma outra residência da família Cohen, localizada na zona de Lajedos, Meia Laranja. Com a função inicial de Empresa Pública de Abastecimento inicial, foi construída em 1890 e atualmente é uma loja de artesanato.

52 Ainda da família Cohen, podemos destacar a casa de Lela Lopes e Elisa Cohen construída em 1920, com a função de habitação. Atualmente, é propriedade do Ministério da Justiça de Cabo Verde.

53Existe uma casa imponente da família Wahnnon datada de 1920. Com a classificação de interesse nacional continua com a mesma função inicial de habitação e comércio.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

A presença judaica no país coincidiu com um ligeiro aumento da navegação marítima. Assim, entre 1876 e 1880, entraram na ilha cerca de 278 navios de alto bordo e cabotagem, segundo a seguinte distribuição: 35 navios de alto bordo e 243 navios de cabotagem, subdivididos em: 9 navios de alto bordo e 49 navios de cabotagem (1876); 4 navios de alto bordo e 47 de cabotagem (1877); 5 de alto bordo e 50 de cabotagem (1878); 9 de alto bordo e 50 de cabotagem (1879); 8 de alto bordo e 47 cabotagem (1880) (Évora, 2005). Eram comercializados produtos nacionais (café, açúcar, aguardente, sal, ovos, gado, milho, banana, batata inglesa, azeite de purga, couro, mandioca, farinha de mandioca, mel, etc.) e mercadorias importadas (petróleo, calçado, azeite, arroz, açúcar branco, bebidas fermentadas e destiladas, bolacha, feijão, manteiga, bacalhau, farinha de trigo, etc.).

Além da sua participação no comércio internacional, facto que alterou positivamente o tipo de comércio antes praticado, destacaram-se, igualmente, na comercialização de diferentes produtos e materiais de construção, havendo a destacar a cal, “um material composto por óxido de cálcio (CaO), podendo incluir óxido de magnésio (MgO) e/ou hidróxidos de cálcio e magnésio (Ca(OH)₂ e Mg(OH)₂), sob alguma forma física ou química)” (Marques, Sousa & Velosa, 2016: 87), que, numa fase inicial, entrava na ilha em estado bruto, proveniente da Boa Vista. Utilizada no branqueamento e proteção das casas, Vera Marques, Belany Sousa e Ana Velosa consideram que:

Os acabamentos que têm funções decorativas e de proteção dos revestimentos, eram realizados com caiação simples ou pigmentada, ou com tintas à base de cal. Os revestimentos e os acabamentos assumem uma importância relevante na conservação patrimonial, pois estes têm como função proteger a alvenaria das ações climáticas, dos choques mecânicos e da contaminação ambiental, influenciando assim, a durabilidade das construções. Com o passar do tempo, verifica-se que, a sua permanente exposição a ações potencialmente destrutivas, os revestimentos e os acabamentos vão-se deteriorando com consequências estéticas e de durabilidade (Marques, Sousa & Velosa, 2016: 101).

Desta feita, em 1880, cerca de 20 anos após a chegada dos judeus, assistiu-se uma nova vida na Ponta do Sol, nomeadamente na dita Rua Direita, fazendo o já referido José Leite referir que:

Ponta do Sol viveu momentos áureos, porque vinham veleiros das ilhas para Ponta do Sol, visto na época ser a vila a porta de entrada da ilha. Todo o tráfico que se fazia de bens e serviços passava por Ponta do Sol. Vinham barcos com cal da Boa Vista, com sal das salinas da ilha do Sal e do Maio, e conseqüentemente esses barcos levavam banana, produtos hortícolas para fazerem o comércio [entre as ilhas]. Com isto, Santo Antão começa a ter, efetivamente um desenvolvimento notório, e começou a ser frequentado por gentes de diversas origens (apud Lopes, 2014: 48).

Esse desenvolvimento foi reconhecido em 1887 quando a Ponta do Sol foi elevada a sede da Comarca de Barlavento, estatuto que perdeu para S. Vicente, em 1934. Em suma, a vila era, sem dúvida, o centro de desenvolvimento de Santo Antão, sobretudo porque contava com os judeus como sendo os principais responsáveis pela venda dos produtos considerados importantes e de qualidade (Lopes, 2014). Eles não se notabilizaram unicamente no comércio. Alguns investiram na pesca, na agricultura e exerceram cargos relevantes, nomeadamente na educação e na administração, havendo a realçar o caso da família Wahnnon, um apelido importante quer na Ponta do Sol quer no Paul. Para finalizar, diríamos que essa presença judaica na ilha, entre outros exemplos, pode ser notada em alguns vestígios ainda existentes, nomeadamente os cemitérios da Penha França e da Ponta do Sol, a suprarreferida Rua Direita e o ato de “caiação” de casas. Ambos os cemitérios foram recuperados, em 2018, no âmbito do Projeto Herança Judaica em Cabo Verde (PHJCV) em parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande, sendo que no da Penha de França encontramos um túmulo de uma criança e seis de adultos (famílias Brigham, Benrós, Maman, Auday e Zagury), e no da Ponta do Sol sete túmulos (famílias Brigham, Cohen, Auday e Pinto).

BIBLIOGRAFIA

- Baleno, Ilídio Cabral (1991). Povoamento e formação da sociedade. Albuquerque, Luís de et Santos, Maria, Emília Madeira. *História geral de Cabo Verde, vol. I*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica e Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.
- Barbosa, Jorge (org. Arnaldo França e Elsa R. dos Santos) (2002). *Obra poética*. Lisboa: INCM.
- Barcelos, Cristiano José de Sena (1899). *Subsídios para a história geral de Cabo Verde e Guiné, parte I*. Lisboa: Tipografia da Academia Real das Ciências de Lisboa.
- Carreira, António (1979). A navegação de longo curso e o comércio nas ilhas de Cabo Verde no século XIX. *Revista de História Económica e Social*, 4, 53-73.
- Carreira, António (1985). Conflitos sociais em Cabo Verde no século XVIII. *Revista de História Económica e Social*, 16, 63-68.
- Cohen, Zlinda (2021). Para lá dos túmulos e da herança patronímica: práticas judaicas nas ilhas Cabo Verde. *Hansa: journal of Judaic and Islamic Studies*, 7, 1-66. Disponível em <https://journals.openedition.org/hamsa/1345>. (Consultado em abril março de 2022).
- Coutinho, Ângela (2020). Do mediterrâneo ao atlântico: comerciantes judeus de Marrocos e Gibraltar no arquipélago de Cabo Verde (1860-1900). Tavim, José Alberto R. Silva; Martins, Hugo; Ferreira, Ana Pereira, et al. (2020). *As diásporas dos judeus e cristãos-novos de origem ibérica entre o mar Mediterrâneo e o oceano Atlântico*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa. Disponível em <http://www.centrodehistoria-flul.com/abertura/novo-livro-as-diasporas-dos-judeus-e-cristaos-novos-de-origem-iberica-entre-o-mar-mediterraneo-e-o-oceano-atlantico-estudos>. (Consultado em março de 2022).
- Domingues, Ângela (1991). Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento. Albuquerque, Luís de et SANTOS, Maria, Emília Madeira *História geral de Cabo Verde, vol. I*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga / Instituto de Investigação Científica e Tropical; Praia: Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, 41.124.
- Évora, José Silva (2005). *Santo Antão no limiar do séc. XIX: das tensões às insurreições populares 1886/1894 – uma perspetiva histórica*. Praia: Instituto do Arquivo Nacional.
- Iria, Joaquim Alberto (1979). Judeus em Moçambique e Cabo Verde: epigrafia histórica. *Memória da Academia das Ciências de Lisboa*, 20, 143-188.
- Lopes, Odair José Lima. (2014). *Na rota dos judeus: uma análise histórica e potencialidades para o desenvolvimento do turismo em Santo Antão*. Trabalho de Licenciatura apresentado ao Instituto de Ciências Económicas e Empresariais.
- Luz, Hilarino (2013). *O imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na produção literária de Jorge Barbosa*. Tese de Doutoramento apresentada à NOVA FCSH.
- Marques, Vera Cibele Neves; Sousa, Belany da Cruz & Velosa, Ana Luísa (2016). Produção da cal em Cabo Verde. Disponível em http://www.cta.ipt.pt/download/AntropeDownload/ANTROPE%205/texto_6.pdf. (Consultado em abril de 2022).
- Os Judeus Portugueses Em 500 Anos De Diáspora (1496-1996): Herança De Uma Nação, Esperança De Um Povo: Exposição Documental (1996). Coimbra: Universidade De Coimbra.
- Rememorando O Sábio Português Roberto Duarte Silva (1934). Porto: Litografia Nacional.
- Ribeiro, Orlando (1988). *A ilha do Fogo e as suas erupções vulcânicas*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimentos Portugueses.
- Santos, Maria, Emília Madeira & Maria João Soares (1995). Igreja, missão e sociedade. Santos, Maria, Emília Madeira (coord.) *História geral de Cabo Verde, vol. II*. Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga Instituto da Investigação Científica Tropical. Praia: Instituto Nacional da Cultura de Cabo Verde.

8. ISABEL REI SANMARTIN, ACADEMIA GALEGA DA LÍNGUA PORTUGUESA E CONSERVATÓRIO PROFISSIONAL DE MÚSICA DE SANTIAGO DE COMPOSTELA**APRESENTA As orquestras de plectro na Galiza interior e exterior****Sinopse:**

As orquestras de plectro, de guitarras ou de bandolins surgem no século XIX por toda a Galiza em número tão indeterminado quanto elevado, ao abrigo das sociedades filantrópicas e com o reforço dos estabelecimentos educativos para invisuais. É a partir da década de 1870 quando aparecem melhor documentadas. As orquestras de plectro, formadas por músicos amadores, operários e trabalhadores de ofícios gremiais, funcionaram como instrumento de formação de grandes músicos galegos como Reveriano Soutullo ou Germão Lago, e admitiam também flautas, violinos e acordeões. Todos estes agrupamentos vão desenvolvendo um repertório galego próprio e costumes performativas, como a prática de fazer uma seleção dos melhores intérpretes em pequenos grupos de câmara e solistas, para completarem os recitais com um toque do elemento mais virtuosístico, não diferenciando-se dos grupos e orquestras de plectro existentes em Portugal.

Texto:

No ano anterior, expus no Colóquio Internacional da Lusofonia que se realizou telematicamente por causa da Covid-19, umas notas sobre três mulheres guitarristas galegas que se inseriam num estudo maior sobre a guitarra, ou viola, na Galiza que me tinha ocupado os anos anteriores. Neste ano o tema será o das orquestras de plectro galegas, que a partir da década de 1870 aparecem cada vez melhor documentadas e transformam a vida musical na Galiza até bem entrado o século XX.

No seu estudo sobre a música da Madeira, o musicólogo e guitarrista português Paulo Esteireiro (2021, p. 85) informa de que entre 1870 e 1930 dezenas de grupos musicais amadores emergiram por toda a Ilha, criando um fenómeno que “revolucionou por completo a prática musical na Madeira”. No mesmo estudo, Esteireiro cita Rui Magno Pinto ao explicar que esta profusão de atividade musical podia ter relação com o reconhecimento da capacidade educacional da música “enquanto promotora de progresso e civilização, e atribuía mérito e reconhecimento aos detentores de capacidade artística”.

Com efeito, também achamos que a vontade educacional impulsionada desde os novos Estados, criados entre o final do século XVIII e ao longo de todo o XIX, apelou à música para poder chegar a qualquer recanto dos países. E quer na Madeira, quer na Galiza, quer no resto da Europa, as últimas décadas do século XIX são um fervilhar de atividades educativas, de agrupamentos, sociedades, recitais de música e também de todo o tipo de variedades do espetáculo.

Assim, do mesmo modo que em Portugal, surgem na Galiza numerosas sociedades filarmónicas, orquestras, tunas e outros agrupamentos ligados aos cordofones dedilhados. É na década de 1870 quando se manifestam mais intensamente, continuando por um período de mais de sessenta anos até à década de 1930. Estas orquestras, formadas por músicos amadores, normalmente operários e trabalhadores de ofícios gremiais, ainda que também por membros da burguesia, funcionaram como instrumento de formação de grandes músicos galegos como Reveriano Soutullo ou Germão Lago. Estas orquestras também usam doutros instrumentos populares como flautas, violinos e acordeões. Estes agrupamentos vão desenvolvendo um repertório galego próprio e costumes performativas, como a prática de fazer uma seleção dos melhores intérpretes em pequenos grupos de câmara para completarem os recitais com um toque do elemento mais académico e virtuosístico.

Em Compostela registam-se várias orquestras de plectro: a dirigida por Santiago Tafall em 1879, a conhecida por *Rondalla Regionalista* (1891-1892), a do Seminário (1895-), a do Recreio Escolar (1891-1899), a dirigida por Echevarri (1892), a dirigida por Laureano Villaverde (1897) e a do Círculo Mercantil (1898).

Na Corunha registam-se orquestras de plectro desde 1888, como o grupo que recebeu o orfeão *El Eco* à sua chegada depois de vencer no certame de Barcelona (*Crónica de Pontevedra*, 1888; Gómez e Cancela, 2017, p. 56). Os agrupamentos corunheses mais destacados foram o do *Sporting Club* (1890), Liceu Brigantino (1892), Circo de Artesãos (1895), *Blanco y Negro* (1986) e o do Círculo Católico (1898). Os regentes foram José Castro Chané, Maurício Farto, Pío Arias, Julio Cristóbal e um tal Marinho.

No Ferrol de final de século havia várias sociedades que organizavam concertos. O Casino, o Centro Recreativo, o Círculo de Artesãos e a sociedade *La Peña* eram as mais importantes. Um dos primeiros nomes de guitarristas ferrolanos ligados à música popular é o de Francisco Martínez Saavedra, ativo em 1891 e falecido em 1920, no Ferrol. João Perez, Pastor Hernandez, e António Seoane Pampim foram outros grandes guitarristas ferrolanos e regentes de orquestras de plectro. A mais afamada e duradoura foi a *Airiños d'a miña terra*, dirigida por Seoane, fundada em 1900, com atividade até 1937, momento em que depois de iniciada a Guerra da Espanha não puderam continuar com a atividade musical.

Também nas vilas pequenas as orquestras de plectro não deixavam de aparecer e se renovar. Em Betanços, a orquestra chamada de *Rondalla 1895*, era dirigida pelo violinista Augusto Veiga Valenzano, filho do grande compositor galego Pascoal Veiga, que despregou uma intensa atividade musical nessa década e nas posteriores. No Centro de Música e Declamação de Betanços haveria também mais uma orquestra, e mais outra seria a chamada *La Unión Musical* (Álvarez López, 2004, pp. 15-16). Mais duas orquestras de plectro eventuais, formadas em 1901 para a festividade do Entrudo: *Os Jaus* e *Os Boers*. Havia também a orquestra de cordofones da Coletividade Obreira, e a afamada *Lira Brigantina*.

Em Mugaros, uma vila marinheira no Norte da Galiza, achamos o guitarrista Eugénio Deus Rezua, que devia ser marinheiro, pois tinha o cargo de Cabo 1º no exército da Marinha. Também a hemeroteca indica que uma orquestra de cordofones tocou em 1896 no evento organizado pelo Círculo Recreativo de Mugaros. Por essa mesma notícia sabemos que em Corme, uma outra vila vizinha, também havia um Círculo Recreativo.

A vila de Ribadeu tem a primeira das sociedades filantrópicas registadas por nós, a Sociedade Filantrópico-Dramática, fundada em 1835, e um amplo historial deste tipo de entidades filomusicais ao longo de todo o século XIX, a criação da Banda de Música entre 1867 e 1870, a Sociedade Coral Orfeão Ribadense em 1888, e uma intensa atividade de representação de zarzuelas no fim do séc. XIX e começos do XX (Álvarez Lebrede, 2007, pp. 16-21). Em 1889 temos notícia do concerto organizado pelo violinista luguês José Maria Carracedo que dirigia uma orquestra ribadense em que participou o duo integrado pelo bandurrista Astor e o guitarrista Salgado, apresentados como amadores que levantaram ruidosas palmas entre o público presente (*El Regional*, 1889; *La Idea Moderna*, 1898a).

Um tal Latorre dirigia em Viveiro, em 1894, uma orquestra formada por violinos, flautas, bandurras, guitarras e um coro, cujos membros eram moços da localidade que se preparavam para as festas do mês de agosto (*El Lucense*, 1894).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Em Pontedeume, em 1893 Fernando Veiga escreve a *Valsa Coreada* escrita para piano, com letra de Constantino Fernandez, e publicada modernamente por Xosé Paz na 2ª parte do seu *Cancioneiro Popular Eumés*. Esta publicação resulta duma ajuda magnífica para descobrir os percursos das guitarras nesta vila costeira do Norte galego, próxima à cidade do Ferrol mas também ligada a Carinho e Ortigueira, que são mais duas vilas costeiras de grande desenvolvimento guitarrístico. Também em Ordes havia, em 1900, uma sociedade de lazer que tinha uma “bem organizada” orquestra de plectro.

Na Ponte Vedra, as primeiras notícias sobre orquestras de plectro são as do pintor e violinista Benigno Lopes Samartim (Ponte Vedra, 1861-1928). Do feliz encontro entre Javier Pintos Fonseca e Samartim saíram os primeiros grupos camerísticos pontevedreses. Em 21 de novembro de 1888, Pintos anota no seu diário a composição do Septeto Samartim, conformado pelo próprio Benigno Lopes Samartim (v.), Isidro Puga (v.), Constantino Berridi (f.), Juan Serrano (f.), Torcuato Ulloa (p.), Ramón Señoráns (g.) e Victor C. Mercadillo (g.). Com esta formação de 2 violinos, 2 flautas, 2 guitarras e piano participaram na inauguração do evento organizado pela *Sección Juvenil* interpretando a *Marcha turca* de Mozart e o *Minueto* de Boccherini. Depois Barros (2015, p. 393) indica que o septeto virou octeto, com a incorporação do contrabaixo de Federico Samartim.

Em 1893 o jornal *El Lucense* recolhe uma nota breve em que se anuncia a próxima constituição em Vila Garcia de uma banda de música e uma orquestra de plectro (*El Lucense*, 1893). Três anos mais tarde, em 1896 o escritor Juan Fernández Casal e o regente teatral Ricardo Urioste organizam uma outra orquestra intitulada *Odeão*, formada por moços da localidade (*Gaceta de Galicia*, 1896a).

Com a chegada de José Arcos Moldes a Rianjo em 1891 começa a atividade de orquestras de cordofones nesta vila barbantesa. A atividade guitarrística já devia ter começado antes, pois o arquivo de música do Fundo Local conserva obras mais antigas, possivelmente pertencentes a músicos amadores que tinham dado os primeiros acordes durante o estudo da carreira na Universidade em Compostela. Da colaboração de Arcos Moldes e o compositor galego Henrique Paz Carbajal saem as *Brisas Rianjesas*, que são uma jota e uma valsa, com letras de Arcos Moldes, escritas para coro com acompanhamento de guitarras e bandurras. Paz Carbajal escreveu também para orquestra de plectro outras três obras, duas delas escritas em dous pentagramas em claves de Sol e Fá, e a intitulada *Recordo da miña terra*, rapsódia de cantos galegos, esta última para bandolins, alaúdes e dous pentagramas em clave de Fá para as guitarras.

Toda a atividade comercial de cordofones dedilhados, desenvolvida por Mariano Miguel Alonso desde 1877, depois por Andrés Gaos Espiro e finalmente por Francisco Sánchez Puga tinha de responder a uma demanda explícita e também que deixar pegada na formação das orquestras viguesas do fim do século. Em outubro de 1892 o orfeão *A Oliva* atua com a sua orquestra de plectro pelas ruas viguesas na celebração do centenário dedicado a Cristóvão Colombo (*Gaceta de Galicia*, 1892). Orfeão e orquestra assistiam juntas às festas de Braga, apresentavam-se aos concursos, participavam nas festas locais e organizavam rusgas de entrudo (*Gaceta de Galicia*, 1896b; *La Idea Moderna*, 1898b; 1899). Em Vigo também havia outras orquestras de cordofones como a dirigida pelo violinista João Ulibarri Rodríguez, que criou e dirigiu uma orquestra de muito sucesso composta maioritariamente por mulheres.

Em Tui há registo de uma orquestra de guitarras e bandurras em 1891. Reveriano Soutullo, ponteareano, foi um dos grandes pianistas galegos cuja iniciação à música aconteceu perto do mundo da guitarra. De 2 de maio de 1897 é a conhecida imagem do orfeão *Galicia* de Tui, regido por um jovem Reveriano Soutullo de 16 anos, a incluir os integrantes do conjunto onde podem ver-se duas guitarras e uma bandurra como exemplo desta secção musical.

Somente três anos mais tarde do nascimento de Reveriano Soutullo, nasce o que será o mais importante regente, transcritor e compositor de música galega para orquestra de plectro, Germão Lago Durão (1883-1967).

Noutros lugares como Redondela, Monforte, Ourense, Lugo, Porto Marim e Mondonhede também se verificam orquestras de plectro que, com mais ou menos constância, se mantiveram ao longo de décadas tocando música galega, europeia e latino-americana sempre que houver ocasião, além das atividades das sociedades artísticas, também a participação nos festivais de Natal, Entrudo, São João ou Solstício, as festas do verão como o Carme e as do outono como o Magusto. As Tunas universitárias, conjuntos de câmara, duos, trios, quartetos, etc. faziam parte das comemorações mais solenes e também das mais festivas e populares.

Desde o fim da 1.ª República e o início da Restauração canovista no refundado Reino da Espanha, o gotejo de artistas galegos que emigraram à América Latina foi constante. Entre eles, uma grande quantidade dos melhores valores musicais galegos acabaram em Cuba, Uruguai, Argentina ou Brasil. Boa parte deles eram guitarristas. A isto soma-se a criação na Galiza dos coros galegos, coros típicos que, além do canto, representavam cenas folclóricas galegas, vestidos com os trajes tradicionais e tocando instrumentos populares galegos. Na maioria dos casos, estes coros que se iniciam em 1883 com a criação de *Aires da Terra*, por iniciativa do farmacéutico e gaitreiro pontevedrês Perfecto Feijoo Poncet, esqueceram a guitarra como instrumento popular galego e ajudaram assim à assunção na Galiza da ideia da guitarra estrangeira que já vinha elaborando-se desde a Espanha. Na Galiza das últimas décadas do séc. XIX essa guitarra começava a ser chamada de ‘espanhola’, denominação que respondia principalmente ao repertório formado por música castelhano-andaluza e à origem espanhola dos intérpretes. Em paralelo, os guitarristas galegos compunham e tocavam música galega para guitarra, e intensificava-se a atividade das orquestras, núcleos fortes da composição de música galega para cordofones dedilhados.

Os Centros Galegos eram o lugar onde os galegos da diáspora se reuniam. A partir deles é que se organizavam e promoviam as orquestras de plectro como aconteceu na Havana, Montevideu, Buenos Aires e Madrid, que com a passagem do tempo em muitos casos foram continuadas pelos autóctones, contribuindo assim ao desenvolvimento cultural daqueles países. Também no Rio de Janeiro houve atividade guitarrística galega com o compostelano Julio Mirelis Garcia, diplomata, professor de música, autor de um dos métodos galegos para guitarra, antigo universitário, regente e possível fundador de um dos primeiros coros galegos no Brasil.

Referências bibliográficas

Álvarez Lebrede, C. (2007). *Música e sociedade en Ribadeo (1900-2000)*. Lugo: Deputación Provincial.

Álvarez López, M. (2004). *Rondallas brigantinas. 25 años de la agrupación musical "Carlos Seijo"*. Betanços: LUGAMI Artes Gráficas.

Barros Presas, N. (2015). *La vida musical en la ciudad de Pontevedra (1878-1903)*, v. I. Tese de doutoramento. Oviedo: Universidad de Oviedo.

Crónica de Pontevedra (1888). El Orfeón "El Eco". Ponte Vedra: 20 de dezembro, p. 3.

- El Lucense* (1893). Lugo: 15 de junho, p. 3.
El Lucense (1894). Lugo: 12 de julho, p. 3.
El Regional (1889). Lugo: 6 de agosto, p. 2.
Esteireiro, P. (2021). *História da música na Madeira*. Funchal: Associação Musical e Cultural Xarabanda. Câmara Municipal do Funchal.
Gaceta de Galicia (1892). Santiago de Compostela: 18 de outubro, p. 1.
Gaceta de Galicia (1896a). Desde Villagarcía. Compostela: 4 de novembro, p. 2.
Gaceta de Galicia (1896b). Santiago de Compostela: 23 de junho, p. 2.
Gómez, S. e Cancela, A. (2017). *Chané. O nascimento da música popular galega*. Compostela: aCentralFolque. Centro galego de música popular.
La Idea Moderna (1898a). Lugo: 31 de maio, p. 2.
La Idea Moderna (1898b). Lugo: 16 de março, p. 2.
La Idea Moderna (1899). Lugo: 9 de junho, p. 2.

9. JOAQUIM FELICIANO DA COSTA, PRESIDENTE DA EMPDS, EMPRESA DE PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE BELMONTE

Kosher, uma dieta para a alma

Comer os mesmos alimentos que o outro ou reconhecer-se nos alimentos que o outro usa na sua dieta, na forma de os preparar, nos horários e nos rituais de refeição, ou seja, identificar-se com as práticas alimentares dos outros, são comportamentos que gerem mecanismos de aproximação e de afeto.

Na nossa sociedade moderna vemos comportamentos que contrariam este simbolismo.

O comer de pé, sem horários, etc.

Mas não nos faltam ocasiões de partilhar os mesmos alimentos, havendo reconhecimento de proximidade, de partilha: por exemplo no Natal, Páscoa, casamentos, batizados, jantares de amigos, jantares de coletividades, etc.

. É sabido que a religião judaica apresenta uma disciplina alimentar precisa com regras quanto à qualidade, preparação e ingestão dos alimentos.

O modo de preparação dos alimentos é alvo de uma ordenação específica: a separação do leite e derivados de carne, inclusive dos objetos que os utilizam (talheres, loiças).

A separação absoluta da carne e do sangue nos animais (porque o sangue é fonte de vida, e essa a Deus pertence e deve-lhe ser consagrado).

A limpeza rigorosa dos utensílios, a preparação dos alimentos, o vinho, o pão as refeições preparadas por judeus.

O cristianismo reagiu criticamente aos preceitos alimentares judaicos, por os considerar como fazendo parte da lei "antiga".

Se nos colocarmos no presente, o cristianismo não apresenta preceitos alimentares e mesmo os que apresentam são pouco relevantes.

Ex: abstinência da carne nas sextas-feiras da quaresma, o jejum prévio à Eucaristia, e mesmo estes hoje, poucos o fazem.

Gostava de falar das Cartas de S. Paulos porque dão um testemunho de uma controvérsia que teria abalado os primeiros anos do cristianismo: a dos alimentos permitidos aos cristãos.

Tiago, Pedro e todos os outros Apóstolos vinham de tradições judaicas.

Mas S. Paulo foi pioneiro a lidar com os primeiros conflitos.

Na Carta aos Hebreus e na Carta aos Romanos, um verdadeiro tratado teológico,

S. Paulo defende a bondade, mas não a obrigatoriedade da abstinência do vinho e da carne.

Quanto aos outros aspetos das regras alimentares, S. Paulo assume uma posição liberal, entregando ao destinatário a liberdade de decidir.

Cada um deve comer conforme a sua convicção e consciência.

E escreve: ...« se por causa dum alimento entristeces o teu irmão, já não andas segundo a caridade ». ...« Por causa da comida não destruas a obra de Deus ». ... «O Reino de Deus não consiste em comer ou beber mas em justiça, paz e alegria no Espírito Santo».

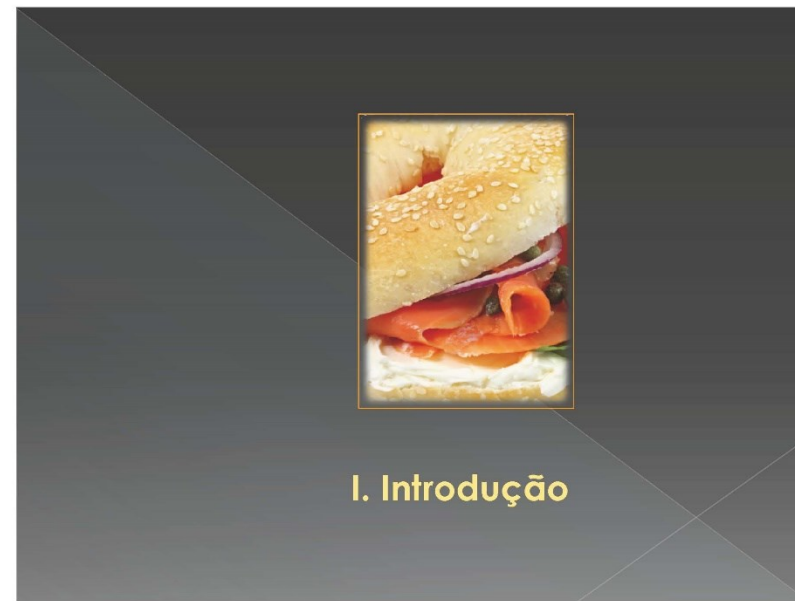
S. Paulo aconselha a uma atitude sensata adotando uma postura politicamente correta.

Tudo é permitido, mas nem tudo convém.

Escreve: ...« comei de tudo o que se vende no mercado, sem nada perguntar por motivo de consciência(...) se algum infiel vos convidar e vós quiserdes ir, comei de tudo o que vos for servido, sem nada perguntar, por motivo de consciência.

Portanto tudo é permitido, o comer e o não comer, mas deve-se evitar escandalizar Judeus e "gentios" ou seja, deve agradar-se a todos, adotando os hábitos dominantes da comunidade em que se está inserido.

Este também é o meu pensamento.



Tempo gasto em média ao longo da vida em atividades comuns = relacionado com alimentação

✓ ✓ ✓	Cozinhar	1½ anos	3 anos
	Comer	4 anos	4 anos
	“Preparativos” (aparência e vestuário)	2 anos 6 meses	1 ano 2 anos
✓ ✓ ✓	Tarefas caseiras	1½ anos	2½ anos
	Casa de banho	3 anos	6 meses
	Compras	1 ano	2 anos
	Dormir	25 anos	27 anos
	Ver TV	10 anos	13 anos
	Trabalho	10½ anos	8½ anos





לֶחֶם לוֹחֵם

Pão Guerreiro



III. Kosher: mas o que é isto?

Kosher: o que não é

- cozinha étnica
- comida abençoada pelo Rabino



Kosher: o que é

Kosher [koh-sheer] adj.
Comida que adere às regras dietéticas estipuladas pela Lei Judaica



Kosher

A palavra kosher em hebraico significa "apropriado".

As leis kosher definem os alimentos que são apropriados para um Judeu.

As leis kosher foram comandadas por Deus no deserto do Sinai. Moisés ensinou ao povo e escreveu os fundamentos dessas leis em Levítico 11 e Deuteronômio 14.

Os detalhes foram entregues através das gerações e, eventualmente, escritos na Mishná e Talmud. A estes foram adicionados vários decretos promulgados pelas autoridades rabínicas como "salvaguardas" para as leis bíblicas.

Noções Básicas de Kosher

1. A carne, leite e ovos de certas espécies de animais são permitidos, enquanto outros são proibidos. Além disso, uma série de leis governam como o animal deve ser morto e que partes do animal podem ser comidas.

2. Carne e laticínios nunca são combinadas. Utensílios separados são usados para cada um, e um período de espera é observada entre comê-los.

Noções Básicas Kosher

3. Frutas, legumes e grãos são, basicamente, sempre kosher, mas deve estar livre de insetos. Sumo de uva ou vinho, no entanto, deve ser certificado kosher.

4. Uma vez que mesmo um pequeno vestígio de uma substância não-kosher pode tornar um alimento não kosher, todos os alimentos processados e restaurantes necessitam certificação por uma agência especializada de supervisão.



IV. Mas porquê a obsessão com o PORCO?

Mamíferos não-Kosher
Sem uma ou sem as duas características

Mamíferos Kosher
-são ruminantes
-casco da pata fendido

Animais não-Kosher: Cervo, Lebre, Búfalo, Elefante, Porco, Camelo.

Animais Kosher: Girafa, Ovelha, Bode, Gazela, Vaca, Veado, Cavalo.

Peixes não-Kosher
Sem as duas características

Peixes Kosher
-com escama
-com barbatanas

Peixes não-Kosher: Enguia, Salmão, Peixe Galo, Crustáceos.

Peixes Kosher: Sardinha.

Produtos Parve Ou Neutros São Kosher:
Cereais

Produtos Parve Ou Neutros São Kosher :
Hortaliças, Frutas

Produtos mostrados: Água, Azeite Virgem, Cereais, Hortaliças, Frutas.

Nós somos o que comemos

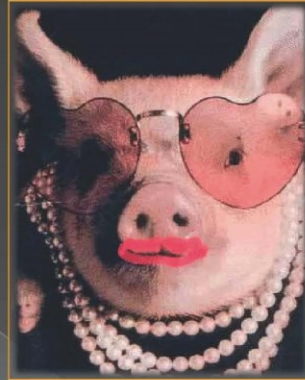
“Diz-me o que comes, e eu dir-te-ei quem és.”
Jean Anthelme Brillat-Savarin [1755-1826]

- Todos os animais ou pássaros Kosher são herbívoros e não predatórios.
- Não comemos animais com comportamentos indesejáveis, tais como a insensibilidade para com outras criaturas.

O PORCO de duas caras



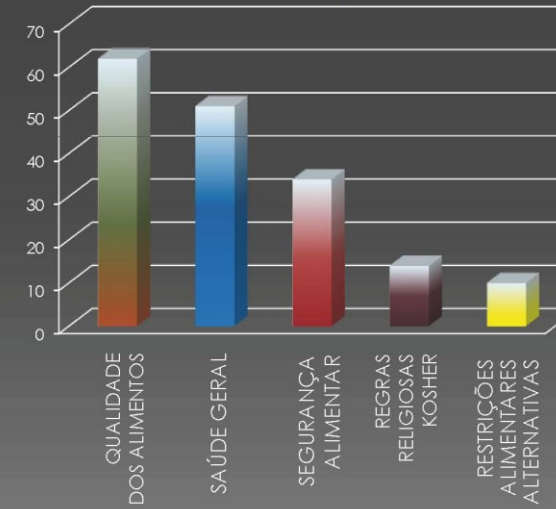
Inocente?



ou Enganoso?

Kosher = saudável?

Razões que levam as pessoas a comprar comida Kosher



Dois Tipos de Mandamentos

משפטים

Mishpatim

Mandamentos de natureza lógica

חוקים

Chukim

Mandamentos que transcendem lógica e razão



V. E a obsessão com o PORCO alguma vez acabará?

Verdade ou Mentira?

Verdade! →

Com a vinda do Messias Redentor o porco tornar-se-á Kosher?



VII. E será que deveríamos detestar o sabor da carne de PORCO?



VIII. O que é que o Kosher nos ensina sobre a visão Judaica do mundo e da vida?

Pontos Chave

1. Uma relação pessoal e direta com o Divino
2. Os **Mandamentos** como elos de ligação com o Divino
3. Uma filosofia de vida baseada em **obrigações** [que não em direitos]
4. Não compartimentar a vida [nada existe fora do âmbito do Divino]
5. A atenção aos **detalhes** [Deus está nos detalhes]

Pontos Chave

- O papel central da **mulher** no Judaísmo [que não isenta o homem Judeu de responsabilidades no tratamento das mulheres ao longo da história da humanidade]

12 abril 2022 (Joaquim Costa)

10. JOAQUIM FERNANDES, CTEC UFP

JOAQUIM FERNANDES
APOCALIPSES
OS VÁRIOS FINS DO MUNDO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL
PREFÁCIO DE MIGUEL REAL

«Nos livros de Joaquim Fernandes descobrimos uma espécie do "Retorno do Recalcado", para utilizar uma expressão freudiana. O que a nossa civilização atirou para debaixo do tapete como superstição, crendice, efeito de uma constante ignorância dos povos, de um pronunciado divórcio entre os comportamentos e a ciência, encapsulado por uma enformação cultural profunda e dogmaticamente religiosa, elevada a ideologia do Estado, é agora compendiado nos livros de Joaquim Fernandes, não de um medo sectário, mas procedendo segundo uma metodologia rigorosamente académica (...).

Assim começa Apocalipses: «A emoção mais antiga e mais forte da humanidade é o medo, e o mais antigo e mais forte de todos os medos é o medo do desconhecido» (H. P. Lovecraft). A ciência e a tecnologia actuais, que tudo racionalizam, são incapazes de superar este medo entranhado nas nossas células, dando origem a "terrores celestes", a castigos divinos, a pragas colectivas, às teorias relativas ao fim do mundo, a falsas encarnações de Cristo e de Anti-Cristo, a visões e aparições, à concepção de uma possível «morte da terra» e, em consequência, da Humanidade.»

Do Prefácio de Miguel Real.

www.contrapontoeditores.pt
contrapontoeditores
contrapontoeditores

«Um pensador heterodoxo, investigando o que ultrapassa os limites da santa racionalidade institucional construída pela nossa civilização.»
Miguel Real

COMETAS, AURORAS BOREAIS, ECLIPSES, TERRAMOTOS, DILÚVIOS, PRAGAS, EPIDEMIAS, INVASÕES EXTRATERRESTRES E OUTROS MOMENTOS QUE ATERRORIZARAM O PAÍS.

Ao longo da história, e inclusive antes da sua fundação, Portugal foi por inúmeras vezes atormentado pelas angústias dos «fins do mundo» que as crendices e superstições populares desde sempre associaram a calamidades de diversa ordem. De epidemias a secas e terramotos que provocaram maior ou menor grau de destruição no país, fenómenos astronómicos como passagens de cometas perto da Terra ou eclipses, ou mesmo acontecimentos imaginários como o desembarque de marcianos de que muitos ainda se recordam, foram muitos os momentos do «Juízo Final» que espalharam o terror pela população.

Com base numa pesquisa exaustiva de fontes diversas das épocas abrangidas, Joaquim Fernandes reúne neste seu mais recente trabalho alguns desses «apocalipses» e «fins do mundo». Momentos dramáticos como os vividos no seguimento do terramoto de 1755 ou durante a epidemia de gripe espanhola que dizimou dezenas de milhares de pessoas são aqui abordados. Mas também não faltam profetas e seitas, tenebrosas chuvas de «sangue», cometas em rota de colisão e até uma invasão extraterrestre que tantas dores de cabeça provocou à PIDE.

ISBN 978-989-696-262-2

JOAQUIM FERNANDES
APOCALIPSES
OS VÁRIOS FINS DO MUNDO DA HISTÓRIA DE PORTUGAL
PREFÁCIO DE MIGUEL REAL

JOAQUIM FERNANDES
está biografiado no Dicionário das Personalidades Portuenses do século XX (Porto Editora). Doutorou-se em História com a primeira tese sobre a temática extraterrestre em Portugal e é cofundador do Centro Transdisciplinar de Estudos da Consciência, (CTEC), da Universidade Fernando Pessoa. Interessa-se particularmente pela antropologia religiosa comparada, com destaque para os fenómenos da religiosidade popular e da espiritualidade, mitos e cosmologias e o debate entre ciência e religião.

É membro de vários organismos internacionais e coordenador internacional do MARIAN Project, que estuda as dimensões culturais e científicas dos fenómenos religiosos e aparicionais, como Fátima, tema a que dedicou várias obras, em coautoria com Fina d'Armada, igualmente traduzidas para inglês, castelhano e francês.

Na televisão, é um dos coautores do guião do telefilme *A Noite do Fim do Mundo*, que retrata as reacções em Portugal à aproximação do Cometa Halley, em 1910. Para a RTP2, coordenou a série temática *Encontros Imediatos*, dedicada ao fenómeno OVNI em Portugal. Foi autor do guião e da apresentação do documentário *As Faces de Fátima*, produzido para o Canal História em 2017, e, no Porto Canal, coordenou a série *Conversas do Centenário* dedicada aos eventos aparicionais de Fátima.

Com uma vasta obra publicada, entre os seus títulos mais recentes contam-se *História Prodigiosa de Portugal. Mitos & Maravilhas* (2015) e *Portugal Insólito* (2016) e, no domínio da ficção, os romances históricos *O Cavaleiro da Ilha do Corvo* (2008) e *As Curandeiras Chinesas. Um motim que abalou a 1 República* (2014).

APRESENTA "Apocalipses. Os "fins do mundo" na História de Portugal. Os terrores entre o Céu e a Terra: uma revisão antecipada de um presente ameaçado

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

País ligado aos céus desde a sua fundação, temeroso dos avisos e advertências divinas, Portugal foi sucessivamente atormentado pelas angústias dos “fins do mundo” que as crenças e superstições populares desde sempre reclamaram na hora de manifestações cósmicas: eclipses, cometas, epidemias, dilúvios, secas, terremotos, entre outras calamidades pressentidas, perfilam-se na galeria de eventos que ordinariamente levaram gerações de portugueses a pensar a iminência do “Juízo Final”.

Nesta súplica de acontecimentos transcendentais, extraordinários, registados na memória nacional, revisitaremos duas ordens de eventos potencialmente apocalípticos: as que tiveram origem fora de Portugal, mas não ilibaram o país de replicar e reviver a seu modo essas putativas ameaças; outras, nascidas em solo doméstico, alimentadas por predisposições culturais específicas e fecundada pela imaginação individual e coletiva.

Começaram bem cedo, antes de Portugal ser nação independente, os episódios marcantes dos nossos medos pânticos com o Céu e a Terra. E foi esta que acordou em sobressalto, segundo os registos que em pleno ano de 309 d.C. com convulsões sísmicas alaistradas a toda a Europa, num ciclo regular e frequente que haveria de culminar com o magno abalo duplo, terremoto e tsunami, de 1755, na região de Lisboa.

Reinava D. Sancho I quando no ano de 1199 “foram vistos sinais entre as horas sexta e nona, tendo o Sol ficado “escuro como pez”. Sintomas do descontrolado pântico coletivo foram recolhidos mais tarde pelo cronista Rui de Pina: “pela qual coisa os homens e as mulheres, com grande temor, fugiam para as igrejas, esperando pelo momento da sua morte, bradando a Deus para que os ajudasse, assim aos clérigos como aos leigos. Todos estavam esmorecidos e maravilhados, pensando que o Mundo se queria fundir”. À data, os nossos concidadãos ignoravam o que fosse um eclipse, fonte do seu aflitivo transe. Noutras instâncias e reinados que se seguem, há exemplos de eclipses que vão sendo vistos como sintomas de falência de soberanos e do estado da Nação.

No século XVI, o país agitou-se de novo com os aterradores prognósticos decorrentes da conjunção planetária de 1524: dela decorria a profecia de um inevitável “fim do mundo” diluviano para os dias 4 e 5 de fevereiro desse ano. A corte de D. João III desdobrou-se em ações pedagógicas para demonstrar as falácias da astrologia divinatória. Frei António de Beja destacou-se nessa campanha, negando com insistência a hipótese de um novo dilúvio vir a ocorrer no nosso país, sustentado nas relações entre os signos zodiacais e as localidades geográficas da Europa.

Uma nova série de expectativas celestes ocorre quando do fim do domínio castelhano e iminente Restauração da Independência com D. João V, o Duque de Bragança: os cometas e os eclipses que surgem nos céus portugueses são usados pelo jesuíta padre António Vieira para alertar os concidadãos das disposições dos céus neste debate político com os Filipes, vizinho espanhol.

É igualmente nesta conjuntura que ocorre um misterioso e singular ciclo de “partos místicos” entre mulheres humildes e singelas do povo no interior rural português, com alegados e aguardados nascimentos de novos “Redentores do Mundo” gerados na terra lusa e que marcariam o fim de um ciclo planetário e o emergir de um outro, a exemplo de uma “Segunda Vinda de Cristo”.

Mais tarde, já em 1759, perto de Mondim de Basto, deparamos com um espantoso caso de uma seita apocalíptica, reunida em torno da ermida da Senhora da Graça. Ali se refugiaram homens e mulheres, crentes num “fim do mundo” causado por um dilúvio apocalíptico de areia, ou de fogo, segundo outros. Dessa catástrofe planetária, como é norma, escaparia apenas o grupo de eleitos refugiados no templo. Uma das integrantes do grupo, Maria José, havia difundido a notícia de que “o dilúvio deveria ser precedido pelo nascimento do Espírito Santo, entretanto encarnado no seu ventre”...

O século XIX surge-nos neste roteiro prenhe de pavores associados a aparecimentos de cometas, fatalmente associados a “fins do mundo”. Na noite de Natal de 1842, perpassou pelo país mais profundo um “grande terror difundido por algumas e muitas famílias plebeias da cidade e várias aldeãs”. Surgem seitas milenaristas em pleno interior rural português, no rescaldo da revolta da Maria da Fonte, como os “Apóstolos dos últimos dias”, liderado por João Ribeiro, um enigmático forasteiro que proclamara o fim dos tempos para 1846.

Seguiram-se, em cortejo de temores replicados nas páginas dos jornais, os cometas de 1853, 1864, 1872, 1882 e o anunciado astro errante, previsto para 1897, em cujas asas se faria transportar o anjo da morte do nosso mundo. Antecipava a imprensa: “segundo parece, um cometa que já atravessou o nosso sistema planetário em 1868, 1875 e em 1880, aproximar-se-á de tal forma, em 1897, que com o imenso calor extinguirá toda a vida à superfície da Terra. Homens, animais, plantas, tudo parecerá brasado”.

Mas, o cometa mais assustador, digno de um cenário bíblico de Armagedon, foi naturalmente o de Halley, em maio 1910, como que prenunciando o advento da República. Os portugueses, e o mundo em geral, viveram momentos de pântico, com o rumor propagado pela imprensa internacional de que “os gases do cometa iriam envenenar a atmosfera terrestre e assim terminar com toda as formas de vida no planeta”...

Já no século XX foi o país surpreendido com a assombrosa aurora boreal de 25 de janeiro de 1938, provocada por uma severa tempestade solar, e cuja magnitude justificou a sua associação ao chamado 2º “segredo de Fátima”, a que a Irmã Lúcia alude nas suas “Memórias”, em 1941. Esta “luz avermelhada” foi vista por toda a Europa e parte da África e Ásia, cobrindo uma área de 500.000 Km² com extensão vertical de 400 km. “Os raios chegavam a atingir 700 km e eram acompanhados por um estranho ruído semelhante à queima de relva ou mato”. Milhões de pessoas entenderam e temeram que o mundo estava em chamas e agonizante...

A transição secular dos séculos XX/XXI não fica isenta de ameaças, como as do crash informático do ano 2000 ou a milenar profecia Maia que dava por extinta a vida no planeta em 2012. Fatalmente, estes prognósticos não deixaram de ter os seus ecos no nosso país.

Ocorre-nos hoje, imprevisível até há pouco, a hipótese ameaçadora de uma fatal trilogia que, ordinariamente se manifesta em contextos de crises provocadas pelas irracionalidades e intolerâncias humanas. A presente conjuntura assim o desenha na conjugação aparente de um novo ciclo despoletado pela peste (covid-19), prosseguido pela guerra e renunciado pela fome que amenizada aqui e ali, em geografias mais resistentes, poderá alastrar com a vertigem de um vírus indomável. Por muito que a História se repita nem sempre – ou quase nunca – dela retiramos as devidas lições...

Até onde mereceremos essas (in)clemências do céu e da terra eis a incógnita. Há cerca de 70 milhões de anos também os dinossauros do “Parque Jurássico” reinavam neste pequeno orbe, situado num humilde sistema solar abandonado nos limites da nossa galáxia. Paradoxo de relevo neste particular, ironia gritante, o facto de os cometas serem igualmente pensados,

à luz da Ciência de hoje, como potenciais portadores de “sementes de Vida”, mas capazes de a eliminar, como sugere o acontecimento atrás citado, popularizado pela cultura popular contemporânea através do cinema. Os gauleses, segundo Astérix e Obélix, já temiam que “o céu lhes caísse na cabeça”...

É neste sentido que as palavras de H.P. Lovecraft sobre o medo da Humanidade pelo Desconhecido relevam da maior atualidade: pelos arredores do nosso planeta vão rondando ameaças antigas e renovadas, velhas e novas epidemias, vagabundos cósmicos em eterna vigilância a este insignificante orbe. Debeladas ou iludidas passadas ameaças, externas ou internas, o planeta e a vida, débil e efémera, estarão sempre em risco, face à esmagadora infinitude do Cosmos, indiferente aos nossos pequenos/grandes dramas, impávido face à nossa existência...

Joaquim Fernandes

11. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL AICL

APRESENTA Os Açores na literatura infantojuvenil

1 – Sinopse

A literatura infantojuvenil desabrocha no coração da literatura tradicional de expressão oral, pois este manancial, embora não se destinando exclusivamente às crianças e jovens constituiu, de facto, a primeira forma literária que tanto encanta as crianças quanto lhes permite uma maturação cognitiva e psicossocial. Muitos foram os autores que se dedicaram ao levantamento e à publicação dos contos tradicionais açorianos. Sublinhemos a importância de que revestiram os *Contos tradicionais do povo português* de Teófilo Braga. As imagens dos Açores apreendidas e apreciadas pelas crianças também não se limitam à literatura escrita exclusivamente para elas, anexando a esse núcleo duro um conjunto de obras que obtiveram as boas graças de um público juvenil, em particular pela presença de alguns extratos em livros escolares e, mais recentemente, pelo impulso dado pelo plano nacional de leitura. Incluímos nesse conjunto a obra de Raul Brandão *As ilhas desconhecidas*, a obra de Ferreira de Castro *Pequenos mundos e velhas civilizações* e a de Jaime Cortesão *O romance das ilhas encantadas*. Autores continentais não deixaram de contribuir para uma construção dos Açores enquanto espaço encantado e heroico, salientemos a banda desenhada de José Ruy *Ilha Terceira – Açores. O heroísmo de uma vitória*. Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada não poderiam ter ignorado a sua intensidade simbólica e mítica em *Nos Açores*, da série juvenil *Uma aventura*. A Maria Eduarda Rosa já me mereceu, no contexto destes encontros, uma primeira reflexão entusiasmada. Nos últimos anos tem vindo a surgir um conjunto de obras de autores açorianos dedicadas às crianças, algumas bilingues e quase todas com uma qualidade gráfica e ilustrativa bastante sedutoras. As lendas açorianas continuam presentes em obras tal como, *Os cumes da atlântida* de Rui Leite Melo e Nina Medeiros. Susana Teles Margarido mergulha profundamente no género, percorrendo as nove ilhas, atenta às cores e paisagens dominantes, assim como, à relação psicossocial que une as gentes ilhoas às suas terras. *Ilha à vista* de Rita Bonança e Sandra Pinheiro, mereceu um prefácio extremamente elogioso da professora Doutora Susana Goulart Costa. O livro apresenta os conceitos de ilha, de arquipélago, de vulcão, visitando fauna e flora, presente e passado e projeta-se no futuro uma vez que a obra se dedica aos mais pequenos. Quem imaginaria melhor para imortalizar um projeto de cidadania. Vários outros retratam momentos tradições e vivências específicos tal como, *O natal com sabor diferente* de Mariana Cymbron e Rita Bonança. A vida escolar, as referências ao mar e à América aparecem em Tomaz Conz: *A história de uma vida feliz* de Teresa Viveiros e Urbano. Não menos importante são obras que pretendem preservar a riqueza ambiental da ilha tal como a arte de reciclar de Martiana Cibron e Rita Bonança. É justo terminar com uma última referência aos autores que pelos Açores passaram e que se deixaram influenciar profundamente o seu imaginário tal como Anabela Mimoso em particular a sua obra *aquela palavra mar*.

2 – Da Literatura Tradicional açoriana à representação dos Açores na Literatura para a Infância

Aquando da comemoração do primeiro centenário da Implantação da República, Anabela Mimoso revisitou os Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga (1843-1924) e teve a generosidade de partilhar connosco (Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia) as suas reflexões e o seu trabalho. Teófilo era micaelense, e para além dos Contos Tradicionais do Povo Português, percebeu a importância de reunir o património cultural do arquipélago em os contos tradicionais açorianos: *Contos Populares do Povo Açoriano* (1869), reeditados pela Universidade dos Açores em 1982. Os contos referidos integraram os Contos Tradicionais do Povo Português, ordenados segundo um critério temático, mas sempre com a referência à sua origem geográfica. A edição de Anabela Mimoso inclui um estudo introdutório sobre a vida e obra do autor assim como a sua importância enquanto autor nacional e internacional. Várias são as fontes e os escritores regionais que deram corpo à obra apaixonada de Teófilo Braga, tais como vários foram os autores e as obras que deram corpo à obra para jovens *O Romance da Ilhas Encantadas* de Jaime Cortesão (1884-1960): “Este romance que ides ler, jovens amigos, não julgueis que de ponta a ponta o inventei, para depois vo-lo contar. Ele anda escrito, pedaço aqui, pedaço além, por velhos livros, onde se recordam histórias contadas pelo povo, nas idades antigas.” (Cortesão, 7)

Jaime Cortesão entrelaçou várias tradições marítimas e contos luminosos numa magnífica filigrana que remonta às míticas épocas da Atlântida, das mulheres marinhas que nos recordam as ondinas francesas e alemãs, e às velhas tradições mouras que referem atlânticas ilhas perdidas no nevoeiro. As memórias celtas da gesta arturiana articulam-se com os empreendimentos apaixonados de São Brandão e de uma multitude de monges que da Irlanda decidiram anunciar a boa nova a uma Europa ainda submissa às velhas crenças pagãs. A fuga cristã dos invasores muçulmanos, para norte, deu origem à lenda da Ilha das Sete Cidades, sete bispos que embarcaram no Porto com as suas comunidades e terão aportado às ilhas da constante primavera. As lendas nobiliárquicas relacionadas com a fundação da nossa nação relatam-nos a ternurenta história dos Marinheiros, família descendente de Dom João Froiaz e da mulher Marinha que encontrara deitada na praia num colchão de algas:

De cabeleira solta e mal coberta com o seu vestido de algas, a filha do Mar esbracejava inutilmente entre as possantes mãos de Dom Froiaz.

Mas – coisa estranha! – nem palavra de queixa se lhe ouvia!

Por fim deixara de lutar. Contentes, os monteiros riam. Dom Froiaz subiu para o cavalo, e, com o auxílio dos seus homens, ergueu-a sobre a sela. E, sem tardar, maravilhado e satisfeito com tão nova caça, abalou direito a seu castelo. (Cortesão, 1988: 19)

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Jaime Cortesão faz descender, de tão ilustre família, todo um povo, que neto do mar, mais do que qualquer outro povo o amava e o desejava, assim Machico desencantou as ilhas encantadas, e os seus lobos marinhos e as suas florestas de madressilva. O Infante Dom Henrique juntou na vila do Cabo de São Vicente os marinhos mais marinheiros do reino e daí desencantaram outras ilhas, outros mares e outros continentes:

E por fim, meus amigos, vos direi: Marinhos, foram também Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral e os irmãos. Corte-Reais que conseguiram arrancar aos mares os seus maiores segredos.

Mas, só quando os cristãos conquistaram o reino de Granada, última parte das Espanhas, que estava em mãos de moiros, então de todo se desencantaram as terras, as ilhas e os mares, que, havia tantos séculos, estavam escondidas no grande mar Oceano. (Cortesão, 1988: 48)

Embora Raul Brandão (1867-1930) não tenha escrito o seu diário de bordo: *As Ilhas Desconhecidas* (1927) para um público infantojuvenil, talvez fosse uma grave lacuna não o evocar, na medida em que todas as obras posteriores que representam os Açores, em particular para os mais jovens, nunca deixaram de o ter em conta. Urbano Bettencourt refere no prefácio da obra de Vasco Medeiros Rosa: *Raul Brandão e os Açores* que:

Quase cem anos após a sua publicação em 1927, As Ilhas Desconhecidas continuam um livro singular sobre os Açores e não apenas por causa das suas notáveis descrições, pelo modo sintético e denso como Raul Brandão nos deixa o registo de um fenómeno observado ou a anotação sobre o tempo e o homem insulares. Resultado de uma viagem de cerca de dois meses aos Açores, em 1924, incentivada pelo convívio do escritor com açorianos e conhecedores do arquipélago, As Ilhas Desconhecidas trazem como subtítulo a inscrição «notas e paisagens», o que poderá eventualmente ter atirado para uma espécie de limbo no interior da sua obra este livro de Brandão. E, no entanto, quem o souber ler há de encontrar nele alguns traços do escritor, o seu espanto perante a Dor e os abismos humanos; é uma obra que para lá do efémero e do transitório tenta desvendar o mistério íntimo dos homens nas suas relações mútuas e com o tempo, na sua compreensão da vida. (Rosa, 2019: 9)

Raul Brandão descreve o arquipélago com todos os seus sentidos e em particular com a sua exímia capacidade de poeta pintor, mestre de cores e tons, evocando aguarelas encharcas de brumas e neblinas, tal como no início dos tempos quando os elementos ainda não tinham sido separados pela mão do Criador:

“[MANHÃ TRANSPARENTE] (3)

Uma manhã transparente que hesita e flutua como um ser delicado, envolta em neblinas. Céu dum azul pálido, forrado no horizonte de nuvenzinhas claras. Mar desmaiado, que não foi feito para se ver, mas para respirar, esparso, quieto e fundido. Ao fundo uma mancha indecisa, envolta em névoa que logo se resolve em poeira esbranquiçada ... Há nas coisas uma hesitação, uma mescla, um abrir, como no princípio do mundo quando a água, a luz e a terra não estavam ainda separadas pela mão de Deus. A tinta é muito pouca – quase nada de cor e de sonho. Santa Maria desvenda-se entre as névoas: um monte alongado como uma parte mais baixa e a Vila do Porto saliente, tudo azul, emergindo do azul.” (Brandão in Santa-Ritta, 1982: 148-149)

As cores e os tons iluminam-se sob nuvens mágicas, formando filigranas de oiro de múltiplas tonalidades, magistralmente representando cada momento vivida na ilha das Flores:

“[A LUZ VAPORIZADA] (10)

Tenho a impressão de que há nas Flores a luz mais delicada dos Açores, a luz vaporizada que se sensibiliza a todos os momentos. É talvez da cor, que é única, do pó roxo, do verde dos pastos sempre tenro e uniforme – é talvez da mistura dos nervos do mar, da chuva de verão, do sol que se desfaz em oiro sobre tudo isto, e destas nuvens mágicas que intercetam a luz ruborizando-se como grandes velários de cor – para logo se desfazerem diante de meus olhos em arabescos, em fios ténues em farrapos (...) Todas as cores se fundem e acabam por se apagar em cinzento deixando só resquícios na atmosfera húmida. Nunca assim vi ambiente tão rico em prestígio sempre diverso e sempre em movimento. É o cinzento que predomina – mas um cinzento colorido onde boiam cores húmidas, principalmente o verde e o violeta – jorrando, atabafando em pardo e violeta montes verdes a escorrer.” (Brandão in Santa-Ritta, 1982: 156-157)

No Corvo, Gente e animais confundem-se numa mesma solidariedade solitário no meio do Atlântico: Os rostos das mulheres e os focinhos das vacas espreitam aqui e ali. Os homens e os bois trabalham lado a lado, os jovens cheiram a leite e a corte e o leite tem o sabor de cada uma das flores e ervas tenras graças a uma misteriosa humidade destilada lá mo céu:

[O CORVO] (11)

Às duas da madrugada, na noite funda, com um rebramir de mar sempre presente oiço a buzina do pastor que chama os outros lá do alto do portão. E partem juntos no escuro: vão ordenhar as vacas à Ribeira Funda, à Ribeira da Vaca, à Feijoa dos Negros, baldios a noroeste da ilha por montes e vales onde só crescem algumas faias e cedros. Cada lavrador tem dois boizinhos, os bois do carro ao pé da porta; os outros andam nos corrais ao ar livre até fevereiro. As vaquinhas, encantadora raça do corvo são mungidas nos pastos, e produzem este leite perfumado, que não me canso de beber e que sabe a todas as ervas rasteiras que cobrem o chão com um tapete, e que os pastores designam uma a uma pelo nome: sabem ao trevo enamorado de três folhinhas esguias em cada ponta, ao guedilhão, ao azevém, ao feno, à solda de florinhas amarelas, à mão-furada, à lia vaca, à lia vaquinha, à milhã, à erva estrelinha de flores brancas, e às variedades de fetos que eles distinguem pelos nomes de fetos serrim, feto rato e molar, feto porco e feto branco – que dão camadas sucessivas de pasto nesta humidade que destila do céu. (Brandão in Santa-Ritta, 1982: 157-158)

Ferreira de Castro (1898-1974) na sua insaciável sede de saber e de conhecer referiu-se à Madeira e aos Açores na sua obra *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, segundo volume. As semelhanças estilísticas com a obra de Raul Brandão são evidentes. Para além das emoções que terá vivido durante a sua viagem estas nossas ilhas Atlânticas, percebemos a sua admiração pelo talento de Raul Brandão:

Já vamos, porém, longe. O navio aproa aos Açores e a madeira transforma-se num sonho distante, num fulgor a esmaecer na negrura do Atlântico.

Uma noite, um dia, mais uma noite anda, anda, no mar convulso – e entramos em águas Açorianas. Alguns rochedos, batidos raiosamente pela vaga, que hora os esconde, ora os descobre, prometem terra próxima. Está mais além a Ilha de Santa Maria, a primeira do arquipélago, a primeira das nove irmãs que Gonçalo Velho encontrou. (Castro, 1985: 192)

Em São Miguel, a caminho do vale das furnas, surgem as encostas rendilhadas onde se abandona a branca espuma do mais profundo azul:

Mal saímos da colmeia urbana em direção ao vale das furnas abra-se como leque de muitas varetas o cortejo fugaz dos panoramas.

À direita, à esquerda, à frente onde quer que o olhar pose, surge uma paisagem nova que fulgura um momento e logo sede o lugar a outra, a outra, e outra, numa variedade assombrosa.

(...) E quanto mais avançamos maior multiformidade apresenta. São as ribas escuras, rendilhadas, caprichosas, onde vem morre, em branca espuma, o azul do Atlântico, e são as encostas cheias de acidentes, de relevos imprevisto, heranças de vulcões, que, um dia, abriram as faces e surraram fogo e lava subitamente emudecido. Há penhascos ribeirinhos tão corroídos pelo sal das águas que nenhum cinzel alucinado faria, em pedra, obra mais surpreendente e fantasiosa. (Ferreira de Castro in Santa-Ritta, 1982: 149)

A Graciosa fervilha de beleza e história. A praça central, decorada de um luxuriante arvoredo, prolonga a memória de Fontes Pereira de Melo e a Caldeira da Praia continua a envaidecer-se, com pasmo de Alberto I que a considerou coisa única no mundo:

[GRACIOSA] (6)

Abalamos ao meio da noite, e ao dealbar, a Graciosa está em frente do navio. A vila de Santa Cruz, como quase todos os povoados açorianos, branqueja aos pés de alguns outeiros de suaves ondulações. Por entre a casaria irrompem rendilhadas araucárias e do Monte da Ajuda, contraforte natural, vigiam o burgo e a lonjura marítima três alvas capelitas, dispersas na soledade dos picotos verdes. Santa Cruz possui uma ampla praça dedicada a Fontes Pereira de Melo e decorada com arvoredo de soberbo porte. A grande curiosidade da Graciosa é porém a «Caldeira da Praia», fuma de enxofre que Alberto I, de Mônaco, andando aqui em estudos oceanográficos, proclamou ser coisa única no mundo ... Longa caverna a 25 metros sob o nível do mar, ocupa-a, em parte, vasta lagoa, coberta por fantasiosa abóbada. Um pertinaz vulcão, trabalhando ali, ferve a água, larga escórias e satura a atmosfera com emanações sulfúricas. (Ferreira de Castro in Santa-Ritta, 152-153)

3 – A representação dos Açores na Literatura Juvenil

A obra de Maria Eduarda Rosa, já me mereceu, no contexto destes encontros, um estudo autónomo. Tive a ocasião de a ter conhecido numa viagem de autocarro de Setúbal para Lisboa. Posteriormente um amigo comum voltou-me a falar dela em termos bastante elogiosos e entusiásticos. Voltei então à biblioteca da Escola Preparatória Luísa Todi, onde encontrei alguns dos seus colegas com os quais partilhei impressões e ideias. A professora responsável pela biblioteca, na altura, colocou-me à disposição os livros que me permitiram o trabalho referido. Posteriormente consegui entrar em contacto com ela. De uma extrema gentileza e generosidade, enviou-me exemplares da maior parte da sua obra e outras publicadas pela editora FaiAlentejo:

Cidadã empenhada na ternura e no amor pela natureza e pela terra, pessoa que nunca se acomodou e tantas vezes incomodou pela sua coragem, pelo seu talento e pelo seu bom gosto. Professora, amada e estimada por alunos, por colegas e amigos a quem dedica as suas obras que oferece generosamente com delicadas e ternurentas dedicatórias. Mulher de uma sólida cultura clássica, e possuidora de uma rara sensibilidade estética, não deixa de se enternecer pela simplicidade da cultura e da sabedoria popular como está bem patente em algumas quadras e alguns versos incluídos na sua obra. (Pereira, 2019: 295-296)

Relembremos apenas três das suas obras infantojuvenis:

A guardadora do tesouro e da guarda de ouro (Edições BLU, 1998), obra de memórias viradas para o futuro. Sito apenas o fim da obra, concluída em Setúbal no Equinócio da primavera de 1996:

O imperador perguntou ao sábio músico:

- Como puseste a tocar esta harpa com tanta facilidade, quando os melhores músicos da corte as experimentaram durante semanas sem nada conseguirem?

- É simples, falei-lhe do seu vale, daquele que a viu nascer, da erva que crescia a seus pés, do chilrear dos pássaros seus amigos, da corrente da água que refresca os seus pés no verão, da torrente de luar nos seus ramos... (Rosa, 1998: 90-91)

Coração do Mar (FaiAlentejo, 2007), que nos fala da longa viagem marítima realizada por uma semente de uma árvore autóctone do continente americano até chegar à areia vulcânica dos Capelinhos onde foi encontrada por um casal que ali costumava caminhar. O feijão do mar contou então a sua história.

Part & Ilha (FaiAlentejo, 2008), a obra relata-nos oito contos exemplares em torno de imagens femininas de uma grande força interior. Maricota, o primeiro dos contos evoca-nos o movimento migratório do Brasil para Portugal e a vulnerabilidade particular das mulheres confundidas, no velho imaginário com sereias, objetos de desejo e de perdição. O último conto, Natal Solitário, Natal Solidário, de uma grande coragem autobiográfica conta a história de uma mãe que se preparava para passar a noite de natal com a sua filha, mas enquanto o bacalhau estava na panela, tocou a campainha e apareceu o pai para levar a filha passar o natal com a sua numerosa família. A mãe ficou gelada: "Estou viva! – gritou para dentro de si – irmã de todos os sós." (p. 105)

Ana Maria Magalhães e Isabel Alçada não podiam de deixar de viajar para os Açores e desenvolver uma das suas aventuras juvenis com a típica estrutura de tipo policial, nesta obra o famoso detetive não é nada mais nada menos que o Eduíno não de Jesus mas Eduíno Amaral, investigador em todo o arquipélago com máximo rigor e confidencialidade total. A mãe das gémeas surgiu carregada de livros e decidida a questionar os amigos sobre o arquipélago dos açores. Pois, sem saberem já estavam a preparar para uma fabulosa viagem aos açores. Aterraram no aeroporto da Terceira:

Estar numa ilha é sempre uma experiência de sonho. Assim que puseram os pés em terra, deixaram-se arrebatados por uma espécie de euforia coletiva. Até os cães pareciam contagiados. Ladravam e abanavam o rabo, distribuindo lambidelas em redor.

A cidade ficava bastante longe do aeroporto. Pelo caminho não houve diálogo. Toda a gente fazia os mesmos comentários soltos:

- Que bonito!
- A vista é deslumbrante.
- De toda a parte se vê o mar!
- Sinto-me como os navegadores que descobriram a ilha Terceira – exclamou João.
- Para nós a Terceira foi a primeira!
- É verdade, que giro! (Magalhães; Alçada, 1993: 32)

Tony, um dos amigos, irá descobrir Praia da Vitória a ilha dos seus antepassados com indisfarçável orgulho:

Tony não escondia o entusiasmo pela terra dos seus antepassados. Ao passar na cidade da Praia da Vitória, tirou o chapéu numa alegre saudação e pôs-se a falar de guerras:

– Nesta costa houve uma batalha como nunca se viu outra igual. Foi a batalha da Salga. Participaram homens, mulheres, vacas e toiros, e sabem quem saiu à frente? Uma mulher! Chamava-se Brianda. Iupi! Grande mulher [...] (Magalhães; Alçada, 1993: 54)

As piscinas naturais fazem parte, hoje de um dos patrimónios naturais mais apreciados de ilhéus e veraneantes:

Quando chegaram às piscinas naturais de Biscoitos tornou-se muito mais difícil manter-se a vigilância porque o grupo de dispersou. (Magalhães; Alçada, 1993, 55)

Os arcos da cidade de Ponta Delgada são um monumento à resiliência e à resistência contra todo o tipo de adversidades:

– Estes arcos eram as antigas portas da cidade de Ponta Delgada -explicou-lhes um dos fotógrafos. – Toquem nas pedras e sintam a força contida numa construção que resistiu a tremores de terra, ataques de piratas, vendavais, e sobretudo à fúria destruidora dos homens. São pedras com duzentos anos! (Magalhães; Alçada, 1993: 62)

A lenda da Atlântida é evocada por um estranho casal que parece estar de regresso às famosas ilhas encantadas, onde ainda sobrevivem as memórias de uma cultura embalada nas brumas do mar:

– Vocês com certeza já ouviram contar que as Ilhas dos Açores são o que resta do antigo continente que havia a meio do Oceano. Afundou-se por causa de um grande tremor de terra e só ficaram de fora os cumes das montanhas. São as ilhas.

Pedro conhecia a história, mas tomara-a por lenda.

– Lenda? Todas as lendas têm um fundo de verdade. E neste caso até há documentos escritos. As informações mais antigas a respeito dos atlantes têm vinte e cinco séculos e foram dadas a um filósofo grego chamado Platão, que ficou famoso por ser muito inteligente e sabedor. (Magalhães; Alçada, 1993: 67)

Em São Miguel, o coração da terra revela-se por entre cortinas gasosas, cheiro de enxofre, cantos de pássaros, águas de todas as temperaturas, maciços de verdura e tufos de cores florais:

Era um vale estranho, onde a terra parecia viva porque o chão emitia ruídos surdos. Aqui e além charcos de lama ferviam, borbulhavam, expelindo nuvens de vapor ora muito finas ora tão grossas que as pessoas mais próximas desapareciam envoltas numa cortina gasosa. Cheirava a enxofre. Centenas de pássaros cantavam, acompanhados pelo gotejar alegre de vinte e duas pontes, cuja água era fria, morna ou quente.

Maciços de verdura aconchegavam o vale num abraço amigo. Por toda a parte irrompiam tufos de flores vermelhas e brancas.

«Isto é uma experiência mágica», pensava a Luísa, de novo arrebatada pelo desejo de escrever, agora versos, versos lindos sobre o que a rodeava.

O coração da Terra

Espreita cá para fora

Estou maravilhada

Não quero ir embora. (Magalhães; Alçada, 1993: 94 e 96)

A Horta recorda a sua primitiva povoação flamenga e o terror provocado pela erupção do vulcão do Capelinhos que tanta gente cuspiu lá para as Américas:

Ainda não tinham aterrado e já estavam encantados com a ilha por causa do vulcão. Sobrevoaram-no a baixa altitude e ficaram impressionadíssimos porque era uma verdadeira montanha de cinzas com a cratera e tudo. Visto de cima lembrava um monstro marinho de goela aberta.

Tony emocionou-se:

– Isto é o vulcão dos Capelinhos. Quando explodiu foi um horror. O fogo saía do mar aos borbotões. Levantou-se m jato de vapor de água com quatro mil metros de altura e depois houve chuva e cinza. Mas não pensem em salpicos. Foram toneladas de cinza preta a cair sobre os campos em redor. As casas mais próximas ficaram soterradas, as pessoas fugiam aos gritos julgando que iam morrer todas e em dois dias houve quinhentos tremores de terra. A descrição era arrepiante só que as coisas arrepiantes fascinam. (Magalhães; Alçada, 1993: 138)

– Então? gostavam da Horta? Olhem que nada tem a ver com alfaces. O nome da cidade deve-se ao primeiro povoador, que era estrangeiro e se chamava Huertere. Vejam lá se conseguem pronunciar a palavra sem fazer caretas: Huertere [...] Conduziu-os até à beira mar para que vissem o enorme paredão coberto de desenhos, pinturas e inscrições feitas pelos muitos homens e mulheres que por ali pararam a repousar das canseiras sofridas na travessia do Atlântico. (Magalhães; Alçada, 1993: 139-140)

A obra termina com uma pequena antologia de História e lendas dos Açores, de grande proveito para os mais novos: A lenda dos nove irmãos, A ilha do Corvo: Ali, o feiticeiro, Ilha das flores: o povoamento, Ilha Graciosa: o casamento do pirata, Ilha de São Jorge: o borrego das festas, Ilha do Faial: o cavaleiro do silêncio, Ilha do Pico: O talismã da Ilha do Pico, Ilha Terceira: A batalha da Salga, Ilha de São Miguel: Lenda das Sete Cidade, Ilha de Santa Maria. Bei! Bei! Bei!, e a lenda da Atlântida.

José Ruy, deu-nos três magníficos álbuns em banda desenhada em torno da açorianidade, o primeiro terá sido Peter café Sport e o Vulcão do Faial (2006), o segundo, A Ilha do Corvo que venceu os piratas (2018) e o terceiro a Ilha Terceira – Açores O Heroísmo de uma Vitória (2020):

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Localizada na extremidade ocidental do arquipélago, a ilha do Corvo esteve, durante muito tempo, na mira dos piratas e corsários que navegavam aquelas águas, o que originou alguns episódios de conflito, e curiosamente, algumas relações de proximidade.

Com base num documento histórico do século XVII que narra a resistência dos corvinos a um ataque de piratas, José Ruy imaginou uma história que integrou contribuições das pessoas do Corvo tornando-se uma aventura partilhada que consciencializa para a valorização do património e cultura local. (In sinopse editorial)

Há 200 anos, Portugal acertava agulhas com os ideais da liberdade e da igualdade. Em 1820 ocorre a revolução liberal originando um conjunto de confrontos entre os adeptos da liberdade e do absolutismo. A ilha terceira desempenha, uma vez mais um lugar de relevo na história de Portugal e Angra e Praia revelam-se centrais numa parte desse percurso de Portugal em direção à liberdade. Da centralidade da terceira e das peripécias e personagens que se destacaram nessa primeira metade do século XIX dá conta esta obra da autoria de mestre José Ruy, que a narra com a mestria de traço e forma que há muito se lhe reconhecem. Obra que nasceu no seio do Instituto Açoriano de Cultura e a que muito nos orgulhamos de estar associados. (Carlos Bessa, Presidente da Direção do Instituto Açoriano de Cultura, in Ruy José, 2020, badana)

A presente obra vem trazer ao público amante da banda desenhada, em que se inclui boa parte dos mais jovens, mas não só, a memória de um período em que a cidade de Angra foi determinante na construção da modernidade. As ideias saídas da Revolução Francesa que abalaram a Europa nas décadas anteriores entraram nos Açores através de um grupo de denodados liberais, uma verdadeira elite no sentido mais nobre do termo, que encontrou em Angra o bastião, primeiro de resistência como «rochedo da salvação», mas depois a base segura a partir da qual o ideário liberal de liberdade, igualdade e fraternidade se expandiu pelas ilhas e depois pelo resto do país. Lembrar esses tempos é trazer à ribalta uma das páginas mais gloriosas da nossa história, que mereceu à nossa cidade o epíteto «do Heroísmo», que hoje orgulhosamente ostenta. (Guido Teles, Vereador da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo in Ruy José, 2020, contracapa)

Susana Teles Margarido, socióloga, estudiosa de Sophia de Mello Breyner Anderson e autora de ensaios sobre a questão de género, escreveu Luna e as Ilhas fantásticas dos Açores. A obra é um hino de amor ao arquipélago que a viu nascer. Conta-nos uma aventura protagonizada por uma vaquinha e por um golfinho voadores. Visitamos as nove ilhas com as suas fantásticas paisagens onde a autora projetou duendes, gnomos e monstros. A aventura inicia-se na Ilha de Santa Maria onde tinha nascido a vaquinha chamada Luna nascida numa linda noite de luar. Aprendeu a voar com uma gaivota que já havia ensinado um golfinho. O cagarro Simpático será o grande cicerone. Para além de mostrar todas as maravilhas também se revela um excelente contador de histórias, lendas e costumes. Seguem-se as outras ilhas, São Miguel, A Ilha Esmeralda, sobrevoaram igrejas, as Portas da cidade, os Paços do Concelho e vários monumentos. Encontraram uma avestruz provaram a gastronomia e a doçaria da ilha e maravilharam-se com as hortênsias, estrelícias, azáleas, camélias, próteas, rosas e malmequeres variados. Sentaram-se a tomar o famoso chá da ilha, espreitaram as estufas de ananases, as fajãs, as furnas, as lagoas e as várias vilas, assim como algumas das poucas manchas de laurissilva que resistiram a milhões de anos e a várias glaciações. Seguiram para a Terceira, a terceira ilha encantada, seguiu-se a Graciosa, São Jorge, como um dragão no atlântico, o Pico, a ilha misteriosa, o Faial a ilha cor do céu, as flores, a ilha dos cubres, de águas cristalinas correndo pelas escarpas em direção ao mar e a mais pequena, o Corvo, a ilha solitária.

Rui Leite Melo apresenta os Açores como *Os cumes da Atlântida* (Lendas dos Açores). A obra, magnificamente ilustrada por Nina Medeiros, tem um mérito de ser bilingue português e francês e de aproveitar a lenda de Platão para uma descrição fantasiosa, colorida e enamorada:

Muitos e muitos anos passados, essas agora pequenas ilhas, restos da grandiosa Atlântida, acolheriam gentes vindas um pouco de toda a parte.

Um após outro, foram os nove pedaços de terra verdejante redescobertos pelos aventureiros navegadores portugueses, que delas fizeram parte da sua pátria. A eles chamaram de ilhas dos Açores, em referência às muitas aves de rapina que resistiam em tão ermos territórios.

Anabela Mimoso, ofereceu aos mais pequenos uma obra deliciosa intitulada *aquela palavra mar*. Toda a obra respira ilha e mar, sem, todavia, nunca mencionar diretamente o Arquipélago dos Açores. Aqueles que melhor a conhecem reconhecem, no entanto em toda a sua obra a influência que os Açores tiveram nesta sua magnífica criação. Não podia ela deixar de a dedicar a um casal, ilhéu, de coração e alma:

A todos os que são obrigados a estar longe das suas terras (como os Chrystellos), a todos os que aprenderam a conjugar, a todos os modos e tempos, a única palavra que não sendo verbo também é conjugada: saudade...

Na primeira década deste século as edições Letras Lavadas tomaram a iniciativa de publicar várias obras destinadas às crianças açorianas e a todas as crianças com a curiosidade de descobrir a especificidade de realidade contemporânea dos Açores. Surgiu assim, a *Ilha à Vista* (2011) de Rita Bonança com a ilustração de Sandra Pinheiro. Trata-se de uma obra bilingue (Português e Inglês), é uma apresentação da ilha para os mais pequenos, das suas paisagens, da sua história e da sua cultura. Esta obra é fruto de um projeto coordenado pela educadora de infância Rita Bonança, o que a reveste de uma especial importância pedagógica.

"*Tomaz com z - a história de uma vida feliz*" é a justa homenagem ao pintor e escritor Tomaz Borba Vieira. Foi lançado na Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira, no Concelho da Lagoa, Ilha de São Miguel. É uma bibliografia escrita com muita sensibilidade para os mais novos, ensina o amor pelos livros, pelas culturas, pelas artes, pelas histórias, pelas plantas e pelas paisagens. As ilustrações de Urbano dão-lhe a dimensão artística que Tomaz, ao longo da sua vida, não teria desdenhado. A obra termina com uma componente educativa e algumas páginas em branco que convidam à criatividade. A bibliografia em muitos aspetos comove por tanto se assemelhar às aventuras de tantos ilhéus que procuraram a sua realização, prestígio e fortuna para além do mar:

Aprendeu e voltou para a ilha para o seu berço. (2013)

O Natal com um sabor diferente é uma obra de Mariana Cymbron e Rita Bonança ilustrada por Martim Cymbron a obra apresenta as várias tradições natalícias do arquipélago e termina com um livro de receitas para um natal com um sabor diferente:

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

- Hoje trago-lhe um chá preto, Orange Pekoe, o ideal para servir por volta das cinco horas, que acompanha muito bem uns suspiros da ilha do Corvo, umas espécies tradicionais da ilha de São Jorge e umas queijadas da Graciosa. Entrando no mês de dezembro começo com a ementa das minhas ilhas – lembrou Carminda, soltando um suspiro que parecia afagar-lhe as saudades da sua casa.

O Pai Natal de barriguinha cheia, inspirou-se e começou por contar um pouco do que é o Natal neste arquipélago. E assim começaram várias tardes de recordações... (2012)

Para terminar esta breve resenha gostaria de sublinhar a pertinência cultural e pedagógica do livro, bilingue de Mariana Cymbron e Rita Bonança ilustrado por Sofia Carolina Botelho Arte de Reciclar que reflete as problemáticas ambientais, desenvolvendo comportamentos e hábitos de uma cidadania responsável e de uma comunidade com os olhos postos no futuro:

Malaquias interrompeu a professora, sugerindo:

- Era interessante fazermos uma visita a uma gráfica.

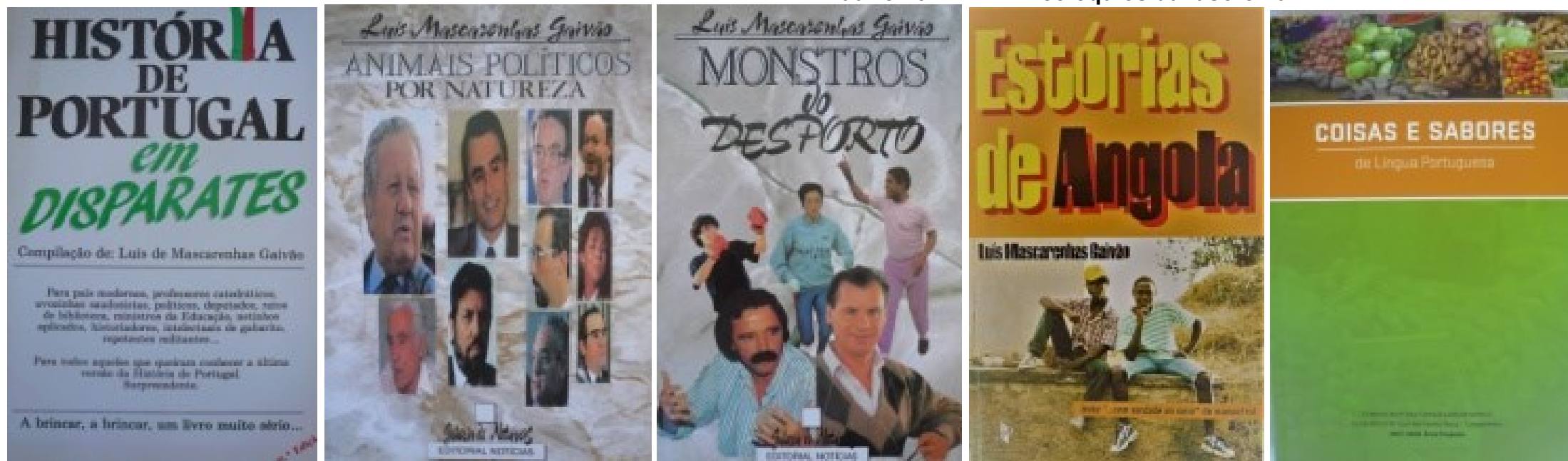
- Excelente ideia! Vou falar com o Ernesto, um grande amigo e dono de uma gráfica aqui nos Açores. Ele melhor do que ninguém poderá explicar-nos o funcionamento de uma gráfica. (2012)

Bibliografia

- Bastos, Glória (1999) *Literatura Infantil e Juvenil*. Lisboa: Universidade Aberta.
Bonança, Rita (2012) *Ilha à vista*. Açores: Letras Lavadas.
Braga, Teófilo (1999) *Contos Tradicionais do Povo Português*. vol. I. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Braga, Teófilo (1999) *Contos Tradicionais do Povo Português*. vol. II. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
Brandão, Raul (1998) *As Ilhas Desconhecidas*. Lisboa: Veja.
Castro, Ferreira (1985) *Obras Completas. Pequenos mundos e velhas civilizações*. Lisboa: Círculo de Leitores.
Cortesão, Jaime (1998) *O Romance das Ilhas Encantadas*. Lisboa: Vega.
Cymbron, Mariana; Bonança, Rita (2012) *A arte de reciclar*. Açores: Letras Lavadas.
Cymbron, Mariana; Bonança, Rita (2012) *O Natal com um sabor diferente*. Açores: Letras Lavadas.
Magalhães, Ana Maria; Alçada Isabel (1993) *Uma aventura nos Açores*. Lisboa: Caminho.
Margarido, Susana Teles (2007) *Luna e as ilhas fantásticas dos Açores*. Lisboa: Artes e Letras.
Melo, Rui Leite (2014) *Os Cumes da Atlântida*. edições Vieira da Silva
Mimoso, Anabela (2010) *aquela palavra mar*. Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
Mimoso, Anabela (org.) (2010) *Contos Tradicionais Açorianos de Teófilo Braga*. Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
Parafita, Alexandre (1999) *A Comunicação e a Literatura Popular*. Lisboa: Plátano.
Pereira, Luciano (2019) *Lusofonografias: Ensaio pedagógico-literários*. Tübingen: Calepinus Verlag.
Rosa, Maria Eduarda (1998) *A Guardadora do Tesouro e a Vara de Ouro*. Açores: BLU edições.
Rosa, Maria Eduarda (1998) *Part & ilha*. Açores: FaiAlentejo.
Rosa, Maria Eduarda (2007) *Coração do Mar*. Açores: FaiAlentejo.
Rosa, Vasco Medeiros (2019) *Raul Brandão e os Açores*. Açores: Livros em boa Companhia.
Ruy, José (2006) *Peter café Sport e o Vulcão do Faial*. Marginália.
Ruy, José (2018) *A Ilha do Corvo que Venceu os Piratas*. Lisboa: Âncora editora.
Ruy, José (2020) *Ilha Terceira – Açores. O Heroísmo de uma Vitória*. Lisboa: Âncora editora.
Santa-Ritta, Gonçalo (1982) *Portugal. A expressão da paisagem*. Lisboa Terra Livre.
Santos, Avelino; Santos Lúcia (2011) *As lendas no Imaginário Açoriano*. Açores: Blu.
Tales, Azorean (2014) *Os Cumes da Atlântida*. Açores: edições Vieira da Silva.
Viveiros, Teresa (2013) *Tomaz com z a história de uma vida feliz*. Açores: Letras Lavadas.

12. LUÍS MASCARENHAS GAIVÃO - UNIVERSIDADE DE COIMBRA, PORTUGAL





APRESENTA A EXPOSIÇÃO Angola: Muxima, desenho e texto

Exposição itinerante, a partir do livro do mesmo nome. Curadoria e acompanhamento: Porto (Montepio, atmosfera m); Braga (Universidade do Minho); Póvoa de Varzim (Festival Literário "Correntes d'Escritas", Teatro Garrett); Carapinheira (Montemor-o-Velho – Escola C+S Santos Bessa); Aveiro (Universidade de Aveiro - biblioteca); Oeiras (Galeria Verney).

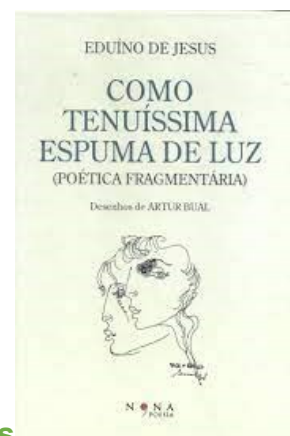
[Angola: Muxima, desenho e texto tem, neste texto polifónico, um objetivo limpo e claro: expressar pelo desenho de um urban sketcher e pelo texto localizado de um natural, os múltiplos modos com que os angolanos constroem a nação angolana. Esta nação é hoje o resultado transcultural de uma mobilidade intensa que a História testemunha. O legado africano bantu e não bantu, as realidades pluriétnicas em convivência, a influência da longa presença colonial portuguesa e brasileira e o resultado da vontade de ser Nação afirmam uma identidade plural, como desejavam os nacionalistas e o Presidente Agostinho Neto: um só povo, uma só nação, sempre plural.

Os autores, Luís Mascarenhas Gaivão (texto) e Luís Ançã (desenho), estiveram 15 dias mergulhados sociologicamente em Luanda e nos seus municípios. E construíram esta homenagem, pelo desenho natural que finta o turístico e o convencional e pelo texto que fala "aluandado", à natureza e humanidade dos irmãos angolanos.

Aprenderam com eles como se constroem sonhos, como se conquista a vida, dura, implacável, mas com o trunfo secreto da alegria e do recomeço.

Por isso, é um texto de amor, que, tal como o tempo africano, nunca acaba e se prolonga nos corações que também os cazumbis vêm ocupar. "Escrita que se desenha e desenhos que se escrevem num livro que entrega a arte à nossa calma, fantasia e paz]

13. MARIA JOÃO RUIVO, ESC SEC ANTERO DE QUENTAL, S MIGUEL, AÇORES. AICL



Apresenta Apreciação Crítica sobre o Tenuíssima Espuma de Luz, de Eduíno de Jesus

A Propósito de Como Tenuíssima espuma de Luz, de Eduíno de Jesus

No meu trabalho, começarei por falar brevemente no rigor da linguagem poética do Eduíno de Jesus.

Em seguida, farei uma viagem pelo livro em busca do percurso poético que nele é feito, de certa forma semelhante ao da própria vida. **Nascimento, Crescimento** e uma quase **Morte** da própria criação poética, mas que deixa em aberto um claro **Ressurgir**. Finalmente, deter-me-ei no Poema que apresenta, a meu ver, a síntese possível da Teorização Poética que preside a esta obra. Trata-se de "O SOPRO" cujo primeiro verso dá o título ao livro. Nele, o Poeta busca, a meu ver, a origem do Poema, como quem busca a origem de Tudo. Ele apresenta ao nosso olhar de leitores aquele breve momento em que, do Nada, surge o Universo, tal como do caos das palavras possíveis surgirá o Poema. Assim, tal como a vida, que não havia ou não se havia revelado, surge nessa explosão inicial, esse *big bang* de que tudo descende, também o Poema se ergue "esplêndido" e se torna revelação pela Palavra.

Apresentar uma obra do Eduíno é uma responsabilidade. Ele é um autor complexo, com um longuíssimo percurso, que exigiria um estudo apurado e consistente. Aceitei o desafio, mas queria começar por dizer que o que aqui apresento é uma leitura minha dos poemas deste livro, em que assumo o risco de estar longe daquilo que o Poeta pretendeu dizer, mas a leitura também é isso. Cada livro é um desafio à nossa apreciação e entendimento das coisas. O Poeta faz nascer a obra da página em branco e a nós, leitores, cabe desvelá-la.

Atrevo-me a dizer que a Literatura surgiu para ele na infância, nos serões em família, nos quais a mãe entoava poemas do romanceiro ou narrava contos populares e fábulas por ela inventadas. Julgo que, desde então, a Poesia foi uma constante na sua vida, de uma forma ou de outra.

Ponta Delgada viu-o crescer. Ele e outros jovens da sua geração, entre os quais se contavam alguns companheiros do Liceu Nacional de Ponta Delgada, onde estudava então, fundaram o Círculo Literário Antero de Quental, também conhecido pelo Grupo do Jade, o que lhes permitiu partilhar sonhos e ideais de mudança, que foram ganhando consistência com os anos. Numa entrevista dada ao Nuno Costa Santos para a sua revista *Grotta*, ele afirma: «Esses jovens, quando, em 1945-46, fundaram aquele Círculo, já constituíam uma pequena tertúlia extraescolar, sem-mestres, à margem do programa de estudos que os professores nos ofereciam nas aulas; isto desde os doze-treze anos de idade. Unia-nos o gosto de ler. Gostávamos de livros, cada um de nós por seu próprio acaso ou tradição familiar, e reuníamo-nos em tertúlia para falar disso.»⁵⁴

Constituíam este grupo Fernando Aires (meu Pai), Eduíno de Jesus, Jacinto Soares de Albergaria, Fernando de Lima, Eduardo Vasconcelos Moniz, entre outros.

Mas nem tudo surgia à margem dos ensinamentos dos mestres. Eles tinham os seus mentores literários, que os ajudaram a refletir sobre o seu tempo e os introduziram num quadro de referências estéticas e literárias que os fizeram vanguardistas, nessa longínqua Ponta Delgada, desse também longínquo ano de 46: Ruy Galvão de Carvalho, Armando Côrtes-Rodrigues, Diogo Ivens e, mais que tudo, o espírito inquieto de Antero, que começou a pairar sobre eles, que deu nome ao Círculo e os despertou para a importância da indagação.

Cedo o Eduíno começou a praticar as formas poéticas que ia aprendendo nas aulas. Essa prática precoce das regras formais e rítmicas permitiu-lhe tomar o pulso da arte poética e começar a interiorizar a linguagem da poesia e os virtuosismos da palavra. Esse exercício da composição poética, seguindo cânones mais clássicos e exigentes, foi fundamental para ele ganhar uma personalidade artística própria e uma linguagem que o define como o Poeta que hoje conhecemos, extremamente exigente consigo, de um enorme rigor e, por isso mesmo, sempre renitente em publicar. Por essa razão, aqui estamos hoje a celebrar o nascimento deste livro.

O seu trabalho de pensamento e de escrita é de um enorme rigor e exigência e está longe de ser pacífico. Há nele um silêncio recolhido, momento em que dialoga consigo e com o mundo que o rodeia e que o leva a uma constante indagação sentindo, por vezes, que não há as palavras certas para configurar todo esse universo reflexivo, o que o conduz à angústia frequente, talvez quase permanente, de sentir que fala uma linguagem que nem sempre é apreendida pelos outros.

Exímio no uso que faz da palavra, cada frase, cada ideia que lhe sai das mãos é um processo que se adivinha quase doloroso, pela busca da forma perfeita para os significados que quer transmitir. É um fascínio observá-lo nesse processo de criação, porque tomamos consciência da potencialidade da linguagem ao vê-lo selecionar, meticulosamente, a palavra certa para o lugar que lhe é destinado, como faz um ourives, que escolhe, com uma infinita paciência, imaginação e habilidade, a pecinha milimétrica para o seu trabalho de filigrana. É isso que o Eduíno faz em cada frase que escreve – uma peça de filigrana linguística. E creio que isto é bem visível neste livro que temos nas mãos.

Um bom exemplo desse labor é o poema “Anúnciação” (p. 24), que revela o surgimento da Poesia. É difícil explicá-lo aqui, porque é um texto que vive também do visual, da disposição dos versos na página, como quem compõe uma pauta. É um conjunto de sons visuais, que se vão distribuindo em versos, quase todos de uma ou duas sílabas, num ritmo único e rimas inesperadas, tão subtis, que quase nos escapam, mesmo numa leitura atenta. Tudo - sons, palavras, elementos visuais - remete para a ideia de que a Poesia surge ao de leve (sendo essa leveza dada pela repetição dos ss), quase imperceptivelmente, fugidia, sem aviso, flutuando no som vago de uma “ambígua melodia”, que uma “frágil semente de vento” origina. O poema termina com a palavra “Poesia”, caindo pela página como um som harmonioso que escorre de mansinho.

O Poeta faz um uso hábil das potencialidades das palavras. Não só dos seus significados, mas dos significantes, mostrando que o poema, mais do que um elemento semântico, é uma peça de arte formal. Deste modo, cria rimas e ritmos inesperados, como podemos ver no poema “A Palavra”, (p. 32):

*que dentro
do teu silêncio
só silêncio
havia*

*todavia
havia toda
a sabedoria
do Mundo*

Quem o conhece sabe que uma das suas angústias enquanto poeta reside na busca da forma ideal para revelar “a Beleza que não morre”, por achar que nunca alcança a palavra exata para definir e plasmar essa Beleza como valor absoluto. Uma vez que ele valoriza o **silêncio** como momento privilegiado de apreensão de conteúdos e faz uso dele para criar sentidos, sugere mais do que diz, cria elipses e seduz o leitor, deixando-o sempre em suspenso, tentando dar **som** ao poema, em busca dos sentidos sugeridos.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Esta obra está dividida em cinco partes, sendo dessa divisão que partiu a minha análise. Ao percorrermos estas páginas, vislumbramos um percurso poético de certa forma semelhante ao da própria vida. **Nascimento, Crescimento** e uma quase **Morte** da própria criação poética, mas que deixa em aberto um claro **Ressurgir**.

Desta forma, **na primeira parte**, busca-se a origem, a própria gênese da criação poética. Aqui a Poesia surge, frequentemente, como algo volátil, na forma de um apelo que se ergue de um "imemorial silêncio", como um "frémido de asa" fugidio e que flutua como uma "brisa leve", como se vê em "Asa flutuante". Talvez seja essa mesma fugacidade que obriga o Poeta ao trabalho árduo de tentar dominar a Palavra, fazendo com que dela surja o Poema. Esse trabalho doloroso é bem visível em "Artesania Poética", onde se trabalha a Palavra até se "perder os sentidos".

Ao mesmo tempo, em "Gaia Ciência", por exemplo, o Poeta compara-se à aranha que tece a sua teia. Desta forma, o seu desejo consistiria em atingir "a frágil teia/do poema" na página branca onde poderá vir a surgir, de repente, a Poesia (pág.28).

Na Parte II, constituída por dois poemas – "Da Poesia o Corpo I" e "Da Poesia o Corpo II" – ergue-se uma forte sensualidade. Dir-se-ia que o Poeta, na sua árdua tentativa de conquistar a pulso a Palavra da qual se irá erguer a sua Poesia, toma, finalmente, posse da mesma, como quem desflora uma rapariga, num impulso idêntico ao da conquista da própria arte. Essa "súbita hora / de tentação", em que o Poeta vê na criação poética o seu fim e a sua origem, é a própria essência do desejo do artista que, na volúpia do ato criativo, encontra na Poesia a sua máxima completude.

Nessa conquista feita a pulso, numa espécie de êxtase, de delírio, o Poeta encontra por momentos alguma harmonia, sublimando, assim, a sua arte. Esta ascendeu do plano da conquista quase carnal a uma elevação que buscaria a harmonia cósmica. Desta forma, **na terceira parte**, Poesia e Música surgem, então, claramente associadas na procura, quem sabe, da perfeição estética. Aqui temos um encontro com o Universo através dos sentidos quando em "Sinfonia Cósmica" o eu poético anuncia

"às estrelas/por música/ o teu nome" (p. 47)

ou na composição "Tema para um Quadro de António Dacosta" (p. 49), se erguem fortes imagens visuais e auditivas sugerindo pinceladas, como

*flocos de harpa sono-
lenta*

ou o

*delicado
aroma de açucenas*

que se ergue no ar.

Em "Alegoria da Ave" (p. 52), o Poeta como que se identifica com uma ave cuja sombra simboliza, de alguma forma, a sua própria vida. Está presa numa gaiola que ele bem conhece e da qual se libertará pela música, isto é, pelo poder da arte. Depois de um prolongado canto noturno, a ave morreu, deixando o poeta de luto por si próprio, esperando, certamente, uma ressurreição através da Poesia.

Encontramos, ainda, música na frescura do poema "Loas à Cantiga de 4 Versos", num regresso à pureza das origens. É uma "cantiga criada no campo", uma "cantiga rapariga", "de corpo moreno e casto". Mais uma vez, vemos o eu poético enleado nessa poesia-rapariga que lhe surge de madrugada, em botão, e se desfolha na sua noite dolorosa.

Mas, a provar que a Poesia constrói e se reconstrói a partir do caos, esse breve momento de harmonia cósmica é rapidamente destruído pelo confronto com a realidade crua do mundo e entramos num universo poético de contrastes entre vida e morte, abismo e elevação. Em "Simples Apontamento Coreográfico" (p. 48), por exemplo, há um projétil que cai no meio da cidade e, por entre o caos dos destroços e dos corpos, há uma rapariga que canta e dança, tentando sustentar o mundo pelo poder da beleza.

Da mesma forma, no expressivo poema "Guitarra Portuguesa" (p. 62), de carácter narrativo, temos o retrato de uma noite que poderia ser de uma qualquer viela lisboeta. A noite é povoada por figuras duvidosas que, no entanto, se humanizam, de algum modo, pela música: um marujo bêbedo que canta, um rufia, de navalha afiada, que trauteia uma música de amor. E, pelo meio dessa noite algo sórdida, surge um bêbedo que chega a casa e faz um amor à pressa, num gesto desencantado. A acompanhar tudo isto, temos o som persistente de uma guitarra. Ao passarmos por esta **terceira parte**, sentimos que poesia e música são artes afins e que, na sua ligação à vida, nos dão conta desta nas suas mais variadas facetas.

Nesta parte, há um apelo da vida e da força genesíaca da Arte, mas também o anunciar de desencantos que se vão agudizar na **quarta parte** do livro. No seu percurso reflexivo, o Poeta mergulha na mágoa, na dor, na saudade e na sensação de declínio.

Em "Saibam Quantos" (p. 73), por exemplo, temos um canto triste e magoado. O Poeta canta como uma "ave presa", tentando, nesse impulso, construir um poema que acaba por não lhe sair das mãos. São inúmeras as imagens de desalento e incompletude como a da Poesia comparada a uma árvore sem frutos, na qual ninguém repara, ou à imagem de uma flor a boiar na água que é vazia porque não tem "dentro" e rapidamente se desfaz com um sopro de vento. É uma imagem extremamente expressiva, esta, que nos deixa a sensação da mágoa e do desalento do Poeta, que tanto luta e se sente de mãos vazias. E é desse desalento que surge uma saudade magoada das "palavras nunca ditas" de nomes, músicas e aromas vagos, indefiníveis. Uma irremediável "saudade de Nunca Mais".

Nesse balanço que é feito de todo um percurso Poético, inevitavelmente surge o Poeta como um sonhador que quer ainda reconstruir a sua torre de marfim, mas sente que as palavras se lhe escapam transformando-se tudo num

"frémido de asa
entre o desejo
e a renúncia." ("Frémido" p. 86).

Há ainda um sopro de desejo que o anima para, de imediato, recair no desalento e na desistência, reconhecendo, no entanto, que

"O que hei sonhado
é o pouco que ainda presto."

(poema "Definição")

A última parte é perpassada pela ideia de desistência, vazio, destruição e morte.

No poema "Já Não São Precisas as Vossas Ferramentas" (p. 93), sentimos perto o fim, no apelo que é feito ao Homem moderno para que abandone tudo. E este "tudo" é, afinal, aquilo que contribuiu para a própria desumanização. Negócios, paixões, guerra e paz, crimes e engenharia genética são elementos que surgem num balanço desalentado e doloroso do mundo atual. "Deixai tudo isso", diz ele. E, numa amarga ironia, questiona para que terá servido a própria Poesia. "Deixai tudo isso para uma próxima eternidade" é o apelo, como se tivesse o desejo desesperado de que a Humanidade começasse do zero no cumprimento da lei do eterno retorno, mas na esperança de que ao menos se mantenha a capacidade de sonhar:

*Deixar tudo
e seguir no rasto
de um sonho*

é o "Programa" do Poeta. "Não esperar nada", diz ele.

Ao mesmo tempo, em "Capitulação" (p. 100), num cenário apocalíptico de destruição e morte, em que parece baixar os braços e aceitar resignadamente esse destino, há um apelo desesperado para que deixem ao menos

*o Poeta abraçado
à sua nuvem...*

como se a salvação possível estivesse nesse sonho da criação.

Este percurso, que representa, no fundo, a busca existencial do Poeta, que encontra na própria arte da Palavra a forma possível de uma qualquer salvação, este percurso, dizia eu, de Nascimento, Completude e Morte, deixa no final, "neste árido e agreste descampado do Mundo", uma possibilidade de Ressurgimento, numa outra primavera que venha

*acender, no negrume
da Noite, para os Poetas, a Lua.*

Não queria terminar sem, antes, me deter num Poema que apresenta, a meu ver, a síntese possível da Teorização Poética que preside a este livro. Trata-se do Poema "O SOPRO" (p. 20).

1

*como tenuíssima espuma de luz
eco perdido
da primeira vibração*

*algures
no imo do infinito
Nada*

2

*como um fogo
ainda não e
jamais acendido*

*frémido de nenhuma
coisa ou alma
digamos*

3

*súbito
explode no âmago da Palavra
irrompe indomável
em todos os sentidos do Sentido*

e

*o corpo do poema
ergue-
-se*

e s p l ê n d i d o !

1992

Neste poema, cujo primeiro verso dá o título a este livro, o Poeta busca, a meu ver, a origem do Poema, como quem busca a origem de Tudo. Ele apresenta ao nosso olhar de leitores aquele breve momento em que, do Nada, surge o Universo, tal como do caos das palavras possíveis surgirá o Poema.

No primeiro verso, tudo aponta para algo ténue, volátil, nessa fragilidade de um começo que é, por isso mesmo, quase invisível, ideia evidenciada pelo adjetivo “tenuíssima”, que surge no superlativo, e na metáfora “espuma de luz” – algo frágil que se desfaz com um sopro, mas que é, todavia, animado pela luz, que remete para a origem, essa “primeira vibração”, espécie de esboço do que virá a ser a vida, esse frémito primeiro, vindo do âmago do Nada, que se anima e que deixou um “eco perdido”, que vem da lonjura do Começo e que o homem anseia encontrar, achando que nele estarão as respostas para os enigmas ligados a esse Nada que deu origem a Tudo e que os homens buscam desde sempre.

Ao mesmo tempo, surge “um fogo” ainda não e / jamais acendido // frémito de nenhuma / coisa”, remetendo, pelos próprios termos da negação – “não”, “jamais” e “nenhuma” – para o mesmo Nada, mas “frémito”, apesar de tudo, confirmando essa “primeira vibração” que, de súbito, surge do mais fundo da Palavra, dando origem ao Poema. Assim, tal como a vida, que não havia ou não se havia revelado, surge nessa explosão inicial, esse *big bang* de que tudo descende, também o Poema se ergue “esplêndido” e se torna revelação pela Palavra.

Esta ideia remete para o Apóstolo João: “No princípio era o Verbo”, ideia que implicaria que, sem a Palavra (o Verbo), nada poderia existir. Do Nada, tudo surge pelo poder ativo da Palavra. Aliás, quando São João afirma que “no princípio era o verbo”, a expressão “no princípio” remete para o Génesis - “No princípio criou Deus o céu e a terra”. Poderemos ter em conta que essa expressão remeterá para o começo material do universo ou, pelo menos, para a noção espaciotemporal. Além de que, se no princípio **era** o Verbo, poderíamos achar que, antes de o mundo existir, já o Verbo existia.

Não pretendo resvalar aqui para um terreno que não domino, mas, ao ler este “Sopro”, não pude deixar de pensar nessa questão, por difícil que seja entendê-la efetivamente e cujo aprofundamento deixarei para quem sabe. De qualquer modo, achei ver aqui colocada esta problemática da origem. De uma outra forma, esta ideia está também presente no poema “As Palavras” (P. 37), que o autor dedica a Fernando Aires, em que mostra, mais uma vez, esse poder iniciático da Palavra. E cito:

*Imprecisas? Volúveis? Mas inamovíveis,
elas lá ficam na página branca
à espera de um Levanta-te e caminha
de qualquer voz humana.*

A poesia do Eduíno leva-nos por caminhos imensos, não fáceis de trilhar, e torna -se uma procura e uma descoberta permanentes, pois sugere, mais do que diz, deixando algum caminho aberto ao leitor. Ele encontra nas virtualidades da Palavra uma forma de busca, de indagação permanente. E a busca é uma forma de vida sonhada, pois o mundo é um grande mistério ainda por desvelar. Sendo assim, a Palavra transforma-se em Poema, dando, então, ao Poeta, o privilégio de buscar a origem ao mesmo tempo que vai criando a eternidade possível.

*As palavras, meu Deus, como são
Imprecisas, volúveis. No entanto,
elas só (enquanto os homens passam)*

guardam para sempre o sinal do tempo. (“As Palavras”, pág. 37)

Para terminar, gostaria apenas de concluir que, se atentarmos nos poemas de abertura e de fecho deste livro, respetivamente, “Lápide” e “A Mensagem do Poeta”, veremos que há um percurso, pelo meio, em busca de algo. Partiu-se da ideia de que a Palavra do Poeta é “vã” e “inútil como o silvo / de (...) uma flecha disparada ao infinito.”, mas ao longo da sua caminhada, o Poeta, qual Dom Quixote, procurou avidamente a Palavra certa e perfeita, fechando um ciclo de criação, mas deixando a semente que germinará de novo, num eterno retorno poético. É o que nos diz a “Mensagem do Poeta” (o último poema) e cito:

*na margem
do grande estuário do rio
que anuncia
o fim da viagem*

crece

*(ainda) a árvore meta-
física em cujos ramos a mensagem
do poeta*

floresce

Belmonte, abril de 2022 (35º Colóquio da Lusofonia)-Maria João Ruivo

Fez a pré-apresentação de crónica do quotidiano inútil, 50 anos de vida literária de chrys chrystello, [ler aqui](#)

14. MÁRIO MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, ESE, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)

APRESENTA José Saramago, escritor de textos dramáticos, Mário José Silva Meleiro (Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior, Escola Superior de Educação, Comunicação e Desporto, Instituto Politécnico da Guarda)

Pretende-se dar a conhecer uma outra faceta do escritor português galardoado com o Prémio Nobel da Literatura (1998).

Se José Saramago ficou sobretudo conhecido do grande público como ficcionista, com romances como *Memorial do Convento* (1982), ele é também autor de várias outras tipologias textuais, como contos, poesia, livros infantis e textos dramáticos, além de crónicas, diários, memórias e um livro de viagens.

Apesar de ser mais conhecido como um exímio prosador, oriundo da classe trabalhadora, que só atingiu a celebridade quando cumpriu os 60 anos, é um autor multifacetado, com cinco peças teatrais que é também importante divulgar. Assim, esta apresentação pretende resgatar esta tipologia textual e dar a conhecer os textos dramáticos escritos por Saramago, sobretudo *A Noite* (1979). Será apresentada uma breve contextualização histórico-política de Portugal para melhor se entender a criação artística desta obra, cuja ação se desenrola numa noite de extrema importância para a democracia portuguesa (24-25 de abril de 1974), levada à cena em 2013 no Teatro da Trindade. A luta contra o regime é uma máquina em movimento que já não podia ser parada.

1. Introdução

José Saramago tem mais de 40 obras publicadas, mas, como refere ainda Maria Alzira Seixo (1987), o teatro não é, certamente, a forma privilegiada da manifestação artística de José Saramago. Talvez por isso, a sua obra dramática ainda não tenha recebido da crítica o mesmo apreço dos seus romances. O próprio Saramago manifesta algum descrédito nesta sua vertente na dedicatória de *A Noite*, obra que marca a sua estreia na dramaturgia, publicada em 1979: *À Luzia Maria Martins, que me achou capaz de escrever uma peça*.

Igualmente na entrevista a Carlos Reis (2015:114), Saramago reconhece essa veia menos artística: "o facto de ter escrito quatro peças de teatro [*Don Giovanni* ou *O dissoluto absolvido* ainda não tinha saído] **55** não só não me leva a considerar-me dramaturgo, como não me dispõe a escrever qualquer outra coisa sob a forma teatral. Seja como for, eu não podia ter escrito romances de nenhuma destas histórias".

Como refere ainda Fernando Mendonça, na recensão a *A Noite*, "só se escreve teatro por irresistível vocação". De facto, escrever teatro pode ser uma tentação, mas é, também, um perigo. E são alguns os "dramaturgos por acidente", aqueles que se desviaram do romance ou da poesia para tentar a sorte no drama. À cabeça poderá estar Camões, com as suas três peças: *o Auto do Enfriões*, *o Auto d'El Rei Seleuco* e *a Comédia de Filodemo*.

Não é, contudo, este o objetivo aqui pretendido, classificar Saramago como dramaturgo por acidente ou por ocasião. Pretende-se, acima de tudo, contribuir para a divulgação da dramaturgia saramaguiana. Embora alvo de algumas críticas, *A Noite*, sobretudo no Segundo Ato, e mesmo já sabendo do desfecho da Revolução dos Cravos, pelo menos nós, os portugueses, não deixa de ter momentos em que apressamos a leitura para um virar de página mais rápido para chegar lá, para chegar à confirmação do que já esperávamos.

A peça *A Noite* de Saramago foi já levada a palco algumas vezes. A primeira, como nos é referido logo no início do livro, foi representada pelo Grupo de Teatro de Campolide, em maio de 1979, com encenação de Joaquim Benite, cenário de António Alfredo e direção musical de Carlos Paredes. Mais recentemente, foi representada no Teatro da Trindade, escolhida para assinalar o 15º aniversário da atribuição do Prémio Nobel da Literatura ao autor português. Conta com um elenco bem conhecido do público português (Vitor Norte, Paulo Pires, João Lagarto, Sofia Sá da Bandeira, Joana Santos, Filipe Crawford, Pedro Lima, Samuel Alves e Fábio Alves) e foi encenada por José Carlos Garcia, com texto adaptado de Paulo Sousa Costa. A mais recente representação, no Teatro Municipal Sá de Miranda, em Viana do Castelo, acontece neste mês de abril de 2022 e faz parte das comemorações do centenário do nascimento do escritor. O destaque vai para a sessão noturna, às 23.00 horas do dia 24 de abril, e transporta-nos para o último suspiro da ditadura em Portugal.

E porque "existem dias que mudam o rumo da História... e noites ainda mais fulcrais que os antecedem. Regressemos à madrugada de 24 de abril de 1974"**56**.

2. A Noite

A peça *A Noite* reproduz, em dois atos, a "profunda impressão de tédio, de rotina, de noite igual a outras" (Saramago, 2014:11-12)**57**, vivida em um qualquer jornal da década de 70 em Portugal. Disso mesmo nos dá conta o próprio Saramago antes da entrada no Primeiro Ato: "A acção passa-se na redação de um jornal, em Lisboa, na noite de 24 para 25 de abril de 1974. Qualquer semelhança com personagens da vida real e seus ditos e feitos é pura coincidência. Evidentemente." (Saramago, 2014:11-12).

Sem resumir pormenorizadamente a peça, ela assenta, principalmente, no conflito entre dois grupos, o de Valadares, que conta com a proteção das chefias, e o de Torres, personagens que têm posições diferentes face ao regime vigente em Portugal. Poder-se-ão ainda considerar outros pequenos grupos que se vão formando, mas sempre com posições de apoio ou condenação aos dois principais grupos, como o de jornalistas, o da tipografia e, como referido no final da peça, o grupo de Pinto, o único sem posição definida. Por outras palavras, os que apoiam, mais direta ou menos diretamente, um governo ditatorial, e os que se lhe opõem, sempre na esperança de um dia o jornal cumprir a sua verdadeira missão, informar. Do lado dos primeiros, encontramos não só as chefias, o administrador (Figueiredo), o diretor do jornal (Máximo Redondo) e o chefe de redação (Abílio Valadares), mas também alguns dos funcionários do jornal (Esmeralda, Fonseca, Guimarães...). Por sua vez, os que acreditam numa mudança do poder político, o redator da província, Manuel Torres, a estagiária Cláudia e alguns funcionários da tipografia, Jerónimo, Afonso e Damião.

55 São cinco as peças escritas por José Saramago: *A Noite* (1979), *Que farei com este livro?* (1980), *A segunda vida de Francisco de Assis* (1987), *In Nomine Dei* (1993) e *Don Giovanni* ou *O dissoluto absolvido* (2006).

56 Cf. <https://espalhafactos.com/2013/11/28/a-noite-de-jose-saramago-ate-os-melhores-se-deixam-contaminar-pela-corrupcao/> (consultado a 19-03-2022).

57 Todas as referências à obra serão a partir da edição da Porto Editora (2014).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

O Primeiro Ato começa com um telefonema de Valadares para o coronel Miranda, do exame prévio, para saber quais os cortes nas notícias a publicar. A submissão de Valadares às chefias e do próprio jornal à censura é evidente:

Valadares

Como estamos de provas? Vistas até à 85. Ótimo. E cortes? Temos muitos? Ainda bem. Então diga. 13, 17, 22, 26. Não é 26? Ah, 27. Diga, diga. Estou a tomar nota: 35, 52, 53, 54, 55... (Saramago, 2014:14).

Valadares

O senhor diretor nunca atrasa o jornal, o senhor diretor é o jornal (Saramago, 2014:17).

Valadares

Pois, nós demos a notícia... Com o relevo que merecia... Foi uma grande manifestação de solidariedade com a política do governo... (Saramago, 2014:90).
A proteção dos superiores permite a Valadares uma postura autoritária, que, paulatinamente, irá perder ao longo da peça. Para Torres:

Valadares

Você não me vem ensinar o direito que eu tenho. Nesta Redação quem manda sou eu (Saramago, 2014:23).
Por outro lado, Torres mostra-se sempre destemido:

Torres

(...) a razão é não querer eu escrever uma linha só que seja que, diretamente ou indiretamente, faça o joguinho do regime, pois é para isso que existe este jornal... (Saramago, 2014:54).

Valadares

Você está a fazer insinuações? (Saramago, 2014:55).

Torres

Vejo que não me compreendeu. Estou a fazer afirmações. (Saramago, 2014:62).
Para o grupo de Torres, a realidade é bem clara:

Jerónimo

Deixa lá, não te rales tanto. O verbo é sempre o mesmo: eu obedeco, tu obedeces, ele manda. E para quê? Para fazer uma coisa que de jornal só tem o nome e o papel... (Saramago, 2014:24).

Há, porém, ao longo da peça uma constante tentativa de Valadares para disfarçar este apoio ao regime, tentando mostrar, sobretudo através de palavras, a independência do jornal:

Valadares

Isto não é uma folheca de província, é um grande jornal. (...) Já viu missão mais responsável que a do jornalista? A objetividade, o rigor, o respeito pelo público... (Saramago, 2014:60).

Valadares

Isto é um jornal responsável, não é nenhuma folha de couve... (Saramago, 2014:86).

Valadares

Sou um profissional da informação, não sou um político. Defendo a objetividade da imprensa, não estou comprometido com o poder... (Saramago, 2014:95-96).
A luta de Torres parece, no entanto, ser inglória, pois a crítica não é apenas contra o jornal e os coronéis da censura:

Torres

Aquele tipo a falar-me de objetividade, de ideal, de isenção, de respeito pelo público, quando nos limitamos a assinar aqui um jornal que já vem feito das mãos dos coronéis da censura! Os maviosos, os suaves coronéis, ternos avós dos seus netinhos... Fica sabendo que os verdadeiros, os autênticos jornalistas deste país desgraçado são os coronéis da censura: nós somos simples copistas, passamos a limpo. (Saramago, 2014:70).
mas estende-se ao público, que se mostra acéfalo, pouco crítico:

Torres

A quem tudo isto deveria ser explicado, não era a você, era a toda essa gente que anda na rua, que compra o jornal e o lê, e acaba por acreditar mais no que ele diz do que naquilo que os seus próprios olhos veem. (Saramago, 2014:64).

Com as suspeitas de uma revolução a transformarem-se em provas, o nervosismo de Valadares aumenta. Submisso às chefias, assume a falta de pulso na gestão do jornal. Foram várias as frases feitas que, ao logo da peça, indicavam o caminho a seguir, mas que nem sempre Valadares foi capaz de percorrer, o autoritarismo:

Valadares

Mas sabe como são os jornalistas, com um pormenor de nada, uma insignificância, enchem-se de vento, e depois é difícil agarrá-los. Dá-se-lhes a mão, tomam logo o pé... (Saramago, 2014:37-38).

Diretor

As línguas andam demasiado soltas, isso é verdade, mas por enquanto a política é travá-las, não é cortá-las. (Saramago, 2014:41).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Diretor

Não admita, não admita. Corte a direito. Processo disciplinar, suspensão. Se não lhes apara as asas, eles começam logo a voar alto. O Torres é incorrigível, e o Jerónimo é um velho problema... Mas são competentes. Vá aguardando, Valadares. Um dia resolveremos esses casos. Os furúnculos só devem ser espremidos quando estiverem maduros. (Saramago, 2014:43).

Valadares revela-se, efetivamente, um fraco, uma marioneta não só nas mãos dos jornalistas:

Valadares

Um momento, ó Fonseca, deixa-me tratar do assunto. Que diabo, não te metas. Essas perguntas, ia eu justamente fazê-las. Responda-me a elas, Jerónimo. (Saramago, 2014:84).

Fonseca

Este jornal está a precisar de um pulso forte, ou vai tudo por água abaixo. (Saramago, 2014:101).

mas também das chefias:

Diretor

Isto é uma guerra, e na guerra não se pode estar a poupar o inimigo.

Valadares

Sim, senhor diretor.

Administrador

Precisamos de salvaguardar a nossa autoridade, senhor Valadares. Tem de compreender.

Valadares

Sim, senhor administrador. (Saramago, 2014:122).

Numa última tentativa, desesperada, de proteger o regime e não informar o público do que se está a passar, o diretor do jornal tem ainda uma ideia brilhante:

Diretor

E se nós não fizéssemos sair hoje o jornal? (Saramago, 2014:110).

Esta ideia depressa cai por terra, mas não pelas melhores razões, as do dever de informar. O administrador está, de facto, preocupado, mas com outras questões... os anunciantes, o lucro:

Administrador

Aconteça o que acontecer, amanhã é dia de vender muito papel. Vamos perder a oportunidade? (Saramago, 2014:119).

Não deixa de ser curioso que é na voz da estagiária, da nova geração, que Saramago coloca uma resposta objetiva, firme. Mesmo sendo constantemente ameaçada:

Valadares

Olhe, menina, tenha lá cuidado, que às vezes, quando menos se espera, sucedem desgraças, cai um vaso do telhado. (Saramago, 2014:32).

Valadares

Quanto à Cláudia, é estagiária, está com um pé dentro e outro fora. É só esperar a oportunidade. (Saramago, 2014:61).
e criticada:

Esmeralda

Vêm para o jornalismo estas lambisgoias de blue jeans, ainda a cheirar à mãezinha delas. Malcriadas. Se calhar, até se drogam. Não me admiraria nada. (Saramago, 2014:103).
Todas estas intimações não a vencem para proferir a frase certa no meio do dilema:

Cláudia

A nossa primeira e única obrigação é ir averiguar o que se passa e dizer. Não temos outro dever. (Saramago, 2014:114).

Há, no final da peça, uma clara desorientação do grupo de Valadares. Perante o entusiasmo vivido na redação por parte do grupo de Torres, já nem o diretor consegue pôr em prática os concelhos que tanto pregou a Valadares nem os que o administrador lhe dá neste momento:

Administrador

Fale-lhes com firmeza.

Diretor

Eu mandei chamar apenas o chefe da tipografia. Os outros dois voltam para o serviço.

Jerónimo

Não voltam para o serviço, senhor diretor, porque justamente estão em serviço. Se nos encontramos aqui os três, não é por capricho nosso, mas porque representamos a tipografia. Ou prefere que a Oficina venha toda para aqui? Tem de escolher: ou nós três, ou a tipografia em peso.

Diretor

Fique sabendo, Jerónimo, que não costumo ceder a ameaças... só para não perdermos tempo é que permito que fiquem. (Saramago, 2014:124-125).

A confiança dos do grupo de Torres é inabalável. Depois da tentativa falhada de um golpe de estado a 16 de março, classificado como “um pequeno cismo imediatamente dominado” (Saramago, 2014:18), as senhas da revolução já foram transmitidas pelo transístor da redação:

Voz do locutor

Faltam cinco minutos para as onze horas. Paulo de Carvalho canta “E depois do adeus”. (Saramago, 2014:47).

E, num segundo momento e num ato desajeitado, Faustino, em vez de desligar o transístor, aumenta-o para se ouvir, bem alto, novamente a voz do locutor:

Voz do locutor

Grândola, vila morena / Terra da fraternidade / O povo é quem mais ordena / Dentro de ti, ó cidade”. (Saramago, 2014:65).

O momento da mudança está iminente:

Afonso

Temos feito jornais passivamente, às vezes a chorar de raiva, temos transformado a vergonha em lágrimas de chumbo, e temos derretido as linhas de chumbo à espera que chegasse o dia em que fundiríamos novas linhas. Linhas novas, entende? Chegou esse dia. É hoje. (Saramago, 2014:126).

Na verdade, e como refere Jerónimo, “a máquina já está a andar”. A revolução não pode ser parada, mesmo com o desejo do grupo do administrador “Há de parar! Há de parar”. No meio deste duelo, há ainda o grupo do Pinto que levanta algumas dúvidas: “E se parar? E se parar?”. A resposta é imediata: “Tornará a andar!” O barulho da rotativa cresce constantemente até ao corte súbito para se ouvir a última fala: “Tornará a andar!”

3. Conclusão

Na verdade, podemos afirmar que *A Noite* não nos arrebatava pela sua ação, pela capacidade de nos empolgar, e o Primeiro Ato é verdadeiramente responsável por essa situação. De facto, tudo é exageradamente parado, não há movimento, apenas conversas que, no fundo, servem para catalogar grupos, para definir as forças do poder e da oposição. Servem para qualificar os arrogantes, os protegidos, os submissos. Servem ainda para evidenciar os competentes, os desejosos de exercer um verdadeiro jornalismo, os desejos de um 16 de março convertido num 25 de abril, que viria a acontecer.

Assim sendo, *A Noite* tem, sobretudo, um carácter documental. De episódio fictício numa redação de um qualquer jornal antes do 25 de abril, passa a possível realidade do que poderia ter acontecido nessa redação, com a descrição das emoções, dos dois lados das divergências ideológicas, antes da confirmação de uma revolução indesejada por uns, mas tão esperada por outros.

Como refere Amorim-Mesquita (2011), *A Noite* não é, de facto, um drama histórico, limitando-se a reproduzir os factos históricos, mas sim um drama de tendência histórica, que se apropria da História apenas como pano de fundo para a sua criação estética.

Tem, para mim, um mérito inegável: mesmo sabendo de antemão o desfecho da peça, o Segundo Ato provoca, página a página, um primeiro esboço de um sorriso no rosto que entusiasma, que vai crescendo, que faz acelerar a leitura, para culminar no sorriso triunfante de orelha a orelha.

A satisfação é inegável. Os maus perderam.

Bibliografia

Maluly, L. & Venâncio, R. (2020). *A noite e a Internet: O que José Saramago pode nos ensinar sobre o jornalismo digital?* (ebook). São Paulo: ECA-USP.

Mendonça, F. (1980). “Recensão crítica a *A Noite*, de José Saramago” in *Colóquio/Letras*. n. 58. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mesquita, I. (2011). “*A Noite*”, de José Saramago: uma revisitação da história pelo viés da ficção dramática” in *Memento*, v.2, n.2, ago-dez. Belo Horizonte: Universidade Vale do Rio Verde.

Reis, C. (2015). *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho.

Saramago, J. (2014). *A noite*. Porto: Porto Editora.

Seixo, M. A. (1987). *O essencial sobre José Saramago*. Lisboa: INCM.

15. PEDRO PAULO CÂMARA, AICL, UNIVERSIDADE DOS AÇORES, ESCOLA PROF. ARODAZ, ESCRITOR, AÇORES, AICL - AUTOR A HOMENAGEAR EM 2022

Côrtes-Rodrigues: crónica de uma exposição anunciada, Pedro Paulo Câmara

Armando Côrtes-Rodrigues é uma personalidade do panorama literário açoriano e nacional, escassa em notoriedade, mas fértil em obra e qualidade criativa.

Conscientes da sua importância cultural e reconhecendo a riqueza da sua produção no que diz respeito à diversidade de géneros trabalhados, às temáticas abordadas e aos “outros” criados, bem como admitindo a significância da sua ação ao nível da recolha etnográfica e da salvaguarda da identidade açoriana, investiu-se na concretização de uma exposição que dignificasse o legado do homem e do autor. Num tríptico metafórico, pretendeu-se a criação de um espaço expositivo que conciliasse área, objeto e homem-visitante, contemplativo e agente de cultura, produto e produtor, consciente. A mostra expositiva almeja exibir os objetos; apresentar um conceito e preservar uma memória.

Deste modo, esta intervenção pretende, em primeiro lugar, apresentar o processo de criação da mesma e exibir, discutindo a pertinência da sua escolha, parcelas do espólio selecionado para a mesma, constituintes das coleções da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada e do Museu Carlos Machado, entidades parceiras, e, em segundo lugar, convidar, não só à visita à mesma, como à discussão acerca da vida e obra deste autor, contribuindo para uma mais eficaz difusão do seu legado.

16. ROLF KEMMLER, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD VILA REAL – ALEMANHAGeorge Lloyd Hodges e os Açores em *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 (1833)* Rolf Kemmler (Vila Real) *

Em 1833, o futuro diplomata britânico George Lloyd Hodges (1790-1862) publicou a sua *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, uma obra em dois volumes que se baseia nas experiências do autor no âmbito da presença a expedição montada pelo rei D. Pedro IV (1826-1828, reinou em Portugal de 26 de abril a 2 de maio de 1826). Na nossa comunicação pretendemos apresentar a obra e o seu autor, assim como identificar as observações mais relevantes que este autor britânico tece sobre a ilha de São Miguel e os seus habitantes.

1 Introdução

Em 1833, o militar e futuro diplomata britânico George Lloyd Hodges (1790-1862) publicou a sua *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. Trata-se de uma obra em dois volumes que se baseia nas experiências do autor no âmbito da presença a expedição montada pelo rei D. Pedro IV (1798-1734, rei de Portugal de 10 de março a 2 de maio de 1826, imperador do Brasil de 1822 até 1831) como regente da sua filha D. Maria II (1819-1853, reinou de 1826 até 1828 e desde 1834) para dar bom termo às Guerras Liberais.

Em seguida, pretendemos apresentar a obra e o seu autor, assim como identificar as observações mais relevantes que este autor britânico tece sobre os Açores e os seus habitantes.

2 George Lloyd Hodges (ca. 1790-1862), vida e obra

A esquadra de voluntários ingleses foi constituída nos Açores no âmbito da Guerra Civil Portuguesa de 1832 a 1834, sendo inicialmente comandada pelo Vice-Almirante George Rose Sartorius (1790-1885), de quem era secretário o capitão Edward Boid, autor da obra *A Description of the Azores or Western Islands (1834)*⁵⁸ que já estudámos em Kemmler (2013). Quanto às forças terrestres da expedição luso-inglesa, estas foram comandadas pelo nosso autor, o Coronel George Lloyd Hodges, de quem o único esboço biográfico suficientemente completo foi o seguinte obituário, publicado pouco depois da sua morte:

COLONEL SIR GEORGE LLOYD HODGES, K.C.B,

This very distinguished military officer and diplomatist was the eldest son of George Thomas Hodges, Esq., of The Abbey, in the county of Limerick, by his wife, Anne, daughter of Edward Lloyd, Esq., of Ballincollig, in the county of Cork, and Castle Mahon, in the county of Limerick. He was born at The Abbey, in the county of Limerick, in 1792, and entered the British Army as Ensign in 1806. He served in the Peninsula from 1806 to 1814, including the battles of Vittoria and the Pyrenees. He was also in the campaign of 1815 and was at the battles of Quatre Bras and Waterloo. In these ever-memorable engagements he was three times wounded. In 1832 he was given the command of the British and Foreign Legion in Portugal, under the orders of his Imperial Majesty Dom Pedro. In this expedition he achieved a high martial reputation, particularly in the operations for the defence of Oporto, when attacked by the Miguelite forces. In January 1837, he was Consul in Servia, and in December, Consul-General. In 1839 he was appointed Diplomatic Agent and Consul-General in Egypt and acted a conspicuous and distinguished part in the struggle between Mehemet Ali and the Sublime Porte, for which he received the marked approval of his government. In 1840 he assisted in the hostile operations by sea and land on the coast of Syria and was present at the attack on the Egyptian forces under Ibrahim Pacha by the Turkish army and the forces commanded by Commodore Sir Charles Napier on the heights above Beyrout. In May 1841, he was appointed Consul-General in the circle of Lower Saxony and for the free cities of Hamburg, Lubec, and Bremen, and in August was promoted to the rank of Chargé-d'affaires. In 1843 he was made Minister Plenipotentiary to conclude a commercial treaty with the Grand Duchies of Mecklenburg Schwerin and Strelits, and in 1849 Commissioner, in conjunction with the Commissioners of Denmark and Prussia, for the Government of Schleswig and Holstein. In 1841 he received her majesty's license to accept and wear the insignia of a Knight Commander of the Royal Portuguese Military Order at St. Benedict d'Ávia, conferred on him by the Queen of Portugal. For his service with the British and Turkish forces the Sultan conferred on him the Order of the Grand Nisham, with the rank of General of Division and a sword of honour which favour he also received with her Majesty's permission to accept. In 1851, on the termination of his mission to Schleswig-Holstein, he was created a C.B., and on his retirement from the public service, in 1860, a K.C.B. The Senate of Hamburg also conferred upon him their gold medal of honour, we believe not before given to any British subject. Sir George Hodges married Miss Turrell, eldest daughter of James Turrell, Esq., of New Grove, in the county of Dublin, which lady is deceased (*ILN* 1863: 126).

Fica imediatamente evidente que Hodges não era um estranho para a Península Ibérica ou para Portugal, tendo já servido o exército britânico no nosso país mesmo antes da primeira invasão por Junot em novembro de 1807, permanecendo com as forças aliadas na Península Ibérica sob o comando de Arthur Wellesley, 1º Duque de Wellington (1769-1852) até ao fim da guerra em 1814, e tendo mesmo continuado a servir na importantíssima batalha de Quatre Bras em Waterloo, na Bélgica, a 16 e 18 de junho de 1815.

Depois da sua atividade como voluntário na esquadra inglesa, Hodges voltou ao serviço da coroa britânica como diplomata na Sérvia, no Egito, e nos territórios da Baixa Saxónia alemã, bem como nas cidades livres de Hamburgo, Lübeck e Bremen. Entre várias ordens que recebeu devido às suas diversas atividades, foi agraciado com a ordem militar de São Bento de Avis por D. Maria II em 1841.

No que diz respeito às suas datas de vida, deve infelizmente notar-se que estas não são indisputadas. Enquanto *ILN* (1863: 126) dá 1792 como o ano do nascimento de Hodges, a edição de abril de 1863 da importante revista contemporânea *The Gentleman's Magazine and Historical Review*, que é apenas ligeiramente posterior, afirma que « [...] he was born at Old Abbey, Limerick, in 1790» (*GMHR* 1863: 517).

58 É da seguinte maneira que Silva (2012: 218) contextualiza os contributos dos três autores britânicos que se dedicaram à expedição inglesa: «Todavia, enquanto Lloyd Hodges pretendeu fundamentalmente construir um relato histórico, assumindo uma posição relativamente imparcial face aos acontecimentos descritos, já o comandante Peter Mins, que ocupava o segundo posto no comando da expedição, lança um libelo acusatório a Sartorius e ao seu secretário particular, Edward Boid. O seu objetivo era defender-se publicamente dos ataques pessoais contra ele proferidos pelas duas personagens em causa e denunciar as injustiças e prepotências por eles cometidas contra os oficiais ingleses e as tripulações durante toda a viagem».

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Ao passo que *ILN* (1863: 126) não oferece qualquer informação relativa à data do óbito, *GMHR* (1863: 517) afirma que Hodges terá falecido em «Dec. 14, 1862. At Brighton, aged 73 [...]». **59** Com efeito o registo britânico de heranças *National Probate Calendar* de 3 de janeiro de 1863 confirma que foi nessa data que George Lloyd Hodges faleceu perto de Norfolk Square no centro de Brighton, no condado inglês de Sussex, mais exatamente na sua casa em 60 Lansdowne Place em Hove (Dod 1862: 321), deixando uma fortuna de algo menos de £9000 (cf. *NPC* 1863: 281-281). Como informa o respetivo assento de enterro (1862, December 18th) o registando de 72 anos de idade chegou a ser sepultado quatro dias depois da sua morte no cemitério da *St Andrew's Church* em Hove em East Sussex, então nas proximidades da cidade de Brighton (de que esta terra faz parte desde 1997).

Para além da monografia histórica a que nos iremos dedicar em seguida, o nosso autor publicou ainda uma obra intitulada *A Collection of Peninsular Melodies*. Trata-se de uma coleção *in-folio* de peças musicais da Península Ibérica (no tamanho de 38 x 27 cm, com [III], iii, 4, iv, 61 páginas), que consta ter sido publicada em 1830 no semianonimato sob o nome do editor 'G. L.H.' (e não C. L. H. como testemunha a recensão crítica anónima na revista *Harmonicon* (1830: 199, 200)). **60**

3 Narrative of the Expedition to Portugal in 1832

Sob o título programático *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, a obra de Hodges foi publicada em Londres pelo editor escocês James Fraser (1804-1841), tendo sido impressa pelo tipógrafo James Moyes (fl. ca. 1816-1840?). Nos dois volumes da sua obra de XIV, 333 e [IV], 384 páginas, o autor tenta, sobretudo, oferecer uma narrativa histórica da expedição liberal, prescindindo, porém, de dividir o conteúdo da sua obra em capítulos. A seguir ao «PREFACE» (Hodges 1833, I: [v]-xiii) e uma página em branco não paginada (Hodges 1833, I: [xiv]) encontramos a única gravura da obra, intitulada «MAP OF THE COUNTRY ROUND OPORTO to illustrate the Narrative of the Expedition to PORTUGAL IN 1832 by Col. G. Hodges», com destaque para o local do desembarque na praia do Mindelo (Vila do Conde) em 8 de julho de 1832 (Hodges 1833, I: entre [XIV] e 1).

No início do seu prefácio, o autor atribui a génese da sua obra a uma predisposição romântica para registar para a posteridade as experiências da expedição das forças militares estrangeiras organizadas por D. Pedro IV em prol da causa liberal:

THE inducements which have led the Author to the composition of the following Narrative are to be found as well in the romantic character, and the variety of incident, pertaining to the subject, as in the zealous desire of attempting some commemoration of what his own countrymen and others (forming that little band of foreigners, who have filled so conspicuous a part in the Expedition of Dom Pedro in defence of the liberties of Portugal) were enabled, under difficulties of no common description, to sustain and accomplish.

The Work here presented to the Public embraces the chief movements of an enterprise which, whether eventually it succeeds or fail, will prove interesting in the annals of our own times, after the actors of the scene itself shall themselves have ceased to exist. It has, therefore, been written with a view not so much to gratify momentary curiosity, as that it may serve as a memorial of events at a future day. It has been undertaken by the Author, not in consequence of any pretension to literary ability in himself, but in consequence of his position having enabled him to ascertain with accuracy the facts which it narrates (Hodges 1833, I: [v]-vi).

Ao publicar assim a sua obra em 1833, ou seja, numa altura em que a aventura militar iniciada em 1832 ainda não tinha sido concluída, Hodges explica ter estado principalmente preocupado em relatar as suas próprias observações e os acontecimentos históricos vivenciados, uma vez que ele próprio, como participante na expedição, podia atestar a veracidade dos factos relatados. Nos parágrafos seguintes, insiste em particular em pretender abster-se de uma descrição mais detalhada das circunstâncias que acabaram por levá-lo ultimamente a demitir-se do cargo de coronel das forças liberais em 9 de outubro de 1832. Mesmo assim, tanto os acontecimentos que levaram à sua demissão como os documentos trocados com a casa real encontram-se em Hodges (1833, II: 216-222 e 374-175).

Desde pelo menos junho de 1833 surgiram várias recensões críticas contemporâneas mais ou menos extensas, entre as quais são de destacar os contributos contemporâneos bastante detalhados em quatro das mais influentes revistas da altura, nomeadamente em *Athenæum* (1833: 415), *Fraser's Magazine for Town and Country* (Fraser's 1833: 231-247), *The Monthly Review* (MR 1833: 129-146) e *The Gentleman's Magazine* (GM 1834: 407-410). No que respeita ao impacto internacional da obra, é de destacar que o então major austríaco Johann Baptist Schels (1780-1847) começou, em 1833, com a publicação de uma tradução parcial na revista *Österreichische militärische Zeitschrift* [Revista militar austríaca, RK] (Schels 1834, 1835), sendo a mesma terminada em 1840 pelo seu contemporâneo, o então tenente Albrecht von Roretz (1846-1884, cf. Roretz 1840a, 1840b).

Para além desta tradução oitocentista para a língua alemã, entre 1950 e 1956 o professor micaelense João Hickling Anglin (1894-1975) publicou seis traduções de extratos da obra de Hodges no *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* (Hodges 1950, 1951, 1952, 1954, 1955, 1956). **61**

4 Os Açores em Narrative of the Expedition to Portugal in 1832

Para além do que mencionámos *supra*, no que respeita à narração das ações bélicas das Guerras Liberais por Hodges (1833, I/II) – publicadas bem antes do fim das mesmas –, o investigador João Emanuel Cabral Leite oferece a seguinte comparação das duas obras contemporâneas de Hodges (1833, I/II) e Boid (1834):

No ano de 1832, dois oficiais ingleses, o Coronel Lloyd Hodges e o Capitão Boid, acompanharam D. Pedro IV numa vinda ao arquipélago, em missão relacionada com a causa liberal. Ambos deixaram a sua presença assinalada com descrições publicadas em Londres nos anos de 1833 e 1835 respetivamente: a obra de Lloyd Hodges, em dois volumes, focando

59 Na secção 'Deaths' o diário de Belfast confirma a data no seguinte obituário: «Hodges – December 14, at Brighton, Colonel Sir George Lloyd Hodges, K. C. BV., aged 73 years» (BN 1862). Os nossos agradecimentos vão para a Senhora Beatrice Burst (Gomaringen, Alemanha) que nos forneceu este e outros elementos valiosos, provindos da base informática Ancestry.org.

60 Infelizmente não conseguimos ter acesso a esta obra rara, referenciada em WorldCat sob os números OCLC 20914994, 29479677, 1088366435 e outros. Há presentemente um exemplar à venda na plataforma www.abebooks.com. Uma das peças da coleção, intitulada «Epigram, "Mary's Glance", From a "Collection of Peninsular Melodies, Selected by C. L. H., the Words by John Bowring, Esq. LL.D.» encontra-se reproduzida na mesma revista (cf. Hodges 1830b: 200-202).

61 Note-se que a ordem das traduções de João Hickling Anglin não é sequencial. Assim, a terceira parte de Hodges (1952) inclui eventos narrados pelo autor britânico ao longo de algo mais do primeiro terço do primeiro volume da sua obra (Hodges 1833, I: 1-127). Dento das traduções portuguesas não se encontram quaisquer referências às páginas originais de que o tradutor tirou os seus 'excertos'.

essencialmente o período histórico que então se vivia e a de Boid, incidindo mais na realidade e vivência açorianas, nos usos e costumes e no caráter e temperamento do povo do arquipélago [...] (Leite 1991: 18).

Ao historiar eventos ocorridos meses antes da chegada da expedição liberal aos Açores,⁶² o nosso autor relata alguns problemas na dotação da mesma e mesmo a influência exercida pelos miguelistas portugueses sobre alguns políticos ingleses. Parece-nos bastante elucidativa a seguinte passagem de «OBSTACLES IN PORTUGAL», em que o autor explica o atraso social, intelectual e espiritual do povo português com o fanatismo e a dependência do sacerdócio católico:⁶³

Hodges (1833, I: 8)	Hodges (1952: 109)
The Portuguese people will remain uninstructed by events, so long as their minds are prostrated by the influence, not of what can be called religion and piety, however exceptionable or erroneous in kind, but of mere bigotry and priestcraft. The downfall of this influence, which cannot be immediate, must precede their political regeneration; and then we may expect to see Portugal occupy that station in Europe to which, by her geographical position, and some portion of her past history, she is indisputably entitled.	Os acontecimentos deixarão o povo português na mesma ignorância enquanto o seu espírito continuar abatido pela influência, não do que se poderia chamar religião e devoção, embora de natureza censurável ou errônea, mas do simples fanatismo e manobras clerical. A queda desta influência, que não pode ser imediata, tem de preceder a regeneração política do país; só então poderemos esperar ver Portugal ocupar aquela situação na Europa a que lhe dão indiscutível direito a sua posição geográfica e alguns factos da sua história.

Como se sabe, a esquadra inglesa esteve no arquipélago dos Açores entre 22 de fevereiro e 27 de junho de 1832. Este período, que ocupa a maior parte da narrativa do primeiro livro do nosso autor (Hodges 1833, I: 127-291) foi traduzido 'em excertos' por João Hickling Anglin (Hodges 1951: 1-69).

Em conjunto com a sua breve introdução aos Açores e à sua história desde a sua colonização (Hodges 1833, I: 132-135), o nosso autor assinala a seguinte rutura entre Pombal como representante do Absolutismo Iluminado e a onda de tirania religiosa que se seguiu:

Hodges (1833, I: 134-135)	Hodges (1951: 5)
To that great luminary of Portuguese politics, the Marquis of Pombal, the Azores were mainly indebted for the state of prosperity they acquired; but like all other portions of the dominions of Portugal, they have experienced many a blight of adverse fortune. Numerous nests of ecclesiastical hornets infested these little islands, and with the most arbitrary and unrestrained tyranny trampled upon the industrious people, and by degrees reduced them to a state of unbridled superstition, ferocious bigotry, and licentiousness of the most degrading nature. A state of moral depravity to this day exists in the convents and monasteries in the Azores, happily unknown, in its extent, in even the mother country in the Peninsula.	Ao grande luminar da política portuguesa, o Marquês de Pombal, devem principalmente os Açores o estado de prosperidade que alcançaram. Mas, tal como aconteceu a todos os outros territórios da soberania de Portugal, têm eles também experimentado muitos golpes da adversidade. Numerosos ninhos de vespas eclesiásticas infestaram estas pequenas ilhas e com a mais arbitrária e ilimitada tirania calcaram aos pés a laboriosa população, reduzindo-a pouco a pouco a um estado de desenfreada superstição, feroz fanatismo e devassidão da mais degradante espécie. Nos conventos e mosteiros dos Açores existe atualmente um estado de depravação moral felizmente desconhecida, na sua extensão, mesmo na mãe-pátria, na Península.

Como evidenciam as palavras-chave como a identificação de Pombal como 'luminary' [luminar], os 'nests of hornets' [ninhos de vespas] e a 'moral depravity' [depravação moral], este parágrafo de Hodges não é senão um aproveitamento parcial do seguinte parágrafo bastante mais extenso da obra *History of the Azores, or Western Islands*, em que escritor irlandês Thomas Ashe (1770-1835) manifesta a sua irritação com a religiosidade católico-açoriana que, no seu entendimento, representa um retrocesso em relação às ideias progressistas de Pombal, que também tinham sido introduzidas nos Açores no século XVIII:

On this gloom, one luminary arose; and the Azores worshipped it with Persian idolatry. POMBAL was that luminary. Pombal was the first Portuguese minister whose wisdom extended to these Islands, and whose plans for their advantage was remedial for the present, and warning for the future. He first taught the Azoreans that they might become a people, and Portugal that she might cease to be a despot. During his mission, the islands were improved by his authority, adorned by his munificence, and extolled by his praise. A sullen and bigoted ministry succeeded the administration of Pombal. The Queen of Portugal was the cause of this. She became a fanatic in religion and appointed the most furious of her churchmen to direct the helm of the state. A cabinet so formed soon destroyed the foundations of whatever prosperity had been erected in the islands and impeded and entangled the course of those efforts which had operated towards their emancipation and advancement. Nor was this a solitary evil. Numerous nests of ecclesiastical Hornets were settled throughout the islands: shoals of locusts and swarms of drones, who, to this day, overspread the land, crawl about the streets of the cities, towns, and villages, and glut themselves in feasting upon the labour of the industrious part of the community. These men, who tread upon the necks of the people, and who rob the public in every form, to support themselves in an overgrown state of tyranny, prodigality, and luxury, have established that system of policy, which I have reprobated in a former letter, as the cause of the degeneracy of these islands, and of the ignorance of mankind, as to their capacity and value. It is a system of unbridled superstition and ferocious bigotry; a system of incessant hypocrisy and religious outrage; of moral depravity and of brutal ignorance; of wanton tyranny and worse than savage barbarity; of impiety, too, and of atheism; a system which brings, as subordinate evils in its train, the annihilation of principle, the destruction of commerce, the extinction of Arts and Sciences, and all the horrors of indigence, famine, and disease (Ashe 1813: 35-36).

⁶² No primeiro terço de Hodges (1833, I: 1-127) encontramos (entre muitos outros assuntos) apontamentos detalhados sobre o equipamento da expedição, a contratação dos soldados, a sua embarcação em dezembro de 1831 e o seu transporte), a visita de Hodges a D. Pedro IV em Paris em 10 de janeiro de 1832, a sua opinião sobre a comitiva real, o encontro com a esquadra que se vinha formando na ilha francesa Belle-Île-en-Mer (perto de Quiberon, na Bretanha), o juramento de fealdade a D. Maia II em 5 de fevereiro, a saída da esquadra para os Açores na manhã de 10 de fevereiro, assim como o avistamento da ilha de São Miguel em 21 de fevereiro de 1832.

⁶³ Uma vez que a maior parte relevante das observações de Hodges sobre a sua estadia no arquipélago foi traduzida para o português por João Hickling Anglin, reproduzimos em seguida a tradução correspondente em confronto direto com o texto original inglês.

Logo a seguir, é da seguinte forma que o nosso autor apresenta a 'sua' primeira impressão da ilha de São Miguel:

Hodges (1833, I: 135-136)	Hodges (1951: 5)
<p>The first view of the island of St. Michael's from the north has more of the sublime than the beautiful. Stupendous mountains appear at first to promise a total absence of agriculture, while the beach presents enormous pieces of rock detached from one another. Some few trees are, however, here and there visible; and a close inspection shews certain picturesque clean white cottages, inserted at intervals up to the very summits of the mountains. This aspect presents itself for several miles. The nearer you approach this beautiful and romantic island, the more are you gratified on discovering that the work of nature is not all of the rough kind which it appears from a distance, and that the more pleasing part of it is not unaided by the efforts of man. A luxuriant vegetation meets the eye. The abundant pasture-land is well stocked with a remarkably fine breed of cattle; and woods, vineyards, and corn-fields, interspersed with orange-groves, please and surprise the beholder, insomuch that nature might be said to have made this spot her favourite amongst the Azores islands.</p>	<p>Estupendas montanhas logo nos aparecem, a anunciar a ausência total da agricultura, ao passo que a costa apresenta enormes blocos de rocha separados uns dos outros. Algum arvoredo se observa, porém, aqui e além e um exame atento revela algumas pitorescas e asseadas cabanas brancas, surgindo a espaços até ao cimo dos montes. Este aspeto mantém-se por algumas milhas de distância.</p> <p>Quanto mais nos aproximamos desta formosa e romântica ilha, mais nos agrada o descobrir que nem todo o trabalho da natureza é rude, como nos parecia a distância, e que o esforço do homem veio em auxílio daquela, na sua zona mais atraente. O olhar observa uma vegetação luxuriante. Nas pastagens abundantes pasce numeroso gado bovino de raça notavelmente fina. E o observador ainda se deleita e surpreende com as matas, vinhedos e campos de sementeira, entremeados por laranjais, a tal ponto que se pode afirmar que a Natureza fez deste ponto o seu lugar predileto entre as ilhas dos Açores.</p>

Hodges afirma aqui que a primeira vista da ilha a partir do norte seria muito mais impressionante do que bonita, uma afirmação à qual se seguem outras reflexões sobre a topografia e o uso agrícola da ilha. Neste contexto, a primeira questão que se coloca, é o que o autor quer dizer quando se refere ao 'norte', uma vez que o esquadrão avistou uma parte indeterminada de São Miguel a 21 de fevereiro, ancorando a 22 de fevereiro « [...] within about two miles from the town [...] » (Hodges 1833, I: 129), onde a armada foi recebida com tiros de canhão do Forte de São Brás – isto significa que o primeiro olhar e o primeiro desembarque na costa micalense provavelmente tiveram lugar no lado sul da ilha e não a norte. Por outro lado, uma vez que o molhe do porto de Ponta Delgada não foi concluído antes de 1861, Hodges (1833, I: 129) ainda declara: **«The anchorage is an open roadstead, and therefore dangerous»**. Obviamente, estes factos não se enquadram com as observações *supra* reproduzidas sobre a geografia física e humana de São Miguel, o que nos leva a pensar, mais uma vez, que Hodges poderia ter sido guiado por observações já existentes. Vejamos o que Ashe tem a dizer duas décadas antes:

I cannot say that the observations I had to make, on first viewing the northern extremity of the island, were by any means favourable; no; nothing appeared but mountains of a stupendous height and bulk, and of a nature and disposition that bid defiance to all the arts that have been introduced by human industry, for the improvement of agriculture and the comfort of society. The beach appeared like many ramified pillars of basaltes, and the trees, with which it was crowned, were produced by a soil so shallow and indigent, that their growth was stunted, and their roots compelled to extend themselves horizontally along the surface of the ground. The impression, however, made by this scene of rough and craggy cliffs, either piled on each other, or separate, was soon dissipated by the pleasing contrast of the southern coast; which presented, for several miles, the prospect of an inclined plane composed of a soil which appeared peculiarly favourable to luxuriant vegetation. Open pasture, bounded by woods and vineyards, and corn fields, interspersed with orange gardens, every where met the eye, and in points of view that shewed the soil to be fertile and productive. The more I approached this delightful region, the more I discovered that Nature and Art went hand in hand, and that a certain degree of wildness was suffered to pervade the whole, which, as it resembled Nature in its beauty, resembled it also in its use and benefit to society. Nature might be said to have made this a favourite spot, to which she was more than ordinarily kind and liberal of her bounties; and which bespoke improvement by leaving, if the paradox may pass, so little room for improvement (Ashe 1813: 40-41).

Também em Thomas Ashe, encontramos o lado norte da ilha como ponto de partida para as observações, que o autor caracteriza como desfavorável. Fica evidente que a sua descrição das montanhas do lado norte da ilha como 'stupendous' [impressionante] é uma descrição posteriormente aproveitada por Hodges, assim como a impressão da pouca idoneidade desta área para fins agrícolas e os comentários sobre a praia. Em concordância semelhante, ambos os autores registam uma vegetação e um desenvolvimento cada vez mais agradável 'for several miles' [por vários quilómetros] e concordam em encontrar a 'luxuriant vegetation' [vegetação luxuriante]. Também as informações adicionais sobre as terras agrícolas coincidem, o que é igualmente o caso da afirmação de que a natureza em São Miguel deve ser um 'favorite spot' [local favorito] dentro do arquipélago dos Açores.

Das poucas observações do nosso autor sobre os Açores, a maioria é dedicada à Ilha Terceira. Mas enquanto Ashe (1813: 280) atesta a aptidão da ilha para a agricultura e o pasto de forma algo genérica, as notas de Hodges são algo mais pormenorizadas:

Hodges (1833, I: 228-229)	Hodges (1950: 22)
<p>Having said little hitherto of the local characteristics of Terceira, I will here offer a few particulars on that head. It is one of the richest islands of the Azores. A superabundance of grain of all kinds is produced there; and a large quantity is therefore usually exported not only to the neighbouring islands but also to the mother-country. Fruits multifarious, both tropical and European, are in profusion. Of these, one of the most grateful is a small strawberry, of peculiarly fine flavour, which may be gathered in abundance on the sides of the sloping hills. The cattle are large</p>	<p>Pouco tenho dito sobre as características locais da Terceira. Vou pois referir-me agora a esta ilha com maior individualização</p> <p>A Terceira é uma das mais férteis ilhas dos Açores, produzindo superabundância de cereais de toda a espécie, grande quantidade dos quais é exportada todos os anos não só para as ilhas vizinhas senão também para a mãe-pátria. Ali se encontram frutas variadas, tanto tropicais como europeias. Destas, uma das mais apreciadas é um pequeno morango, de sabor extremamente agradável, que se colhe em larga quantidade nas vertentes dos montes. O gado bovino é corpulento e de boa qualidade, mas</p>

and fine, but the sheep, a species of the Merino breed, are small though numerous. The pasture being good, fresh butter is easily procurable, but, from its being badly made, it becomes spoiled after four-and-twenty hours' keeping.	os carneiros, uma espécie de merinos, são pequenos, ainda que numerosos.
--	--

No início deste excerto, Hodges explica que a Ilha Terceira dos seus tempos é uma das ilhas mais ricas dos Açores, sendo aí produzidas grandes quantidades de cereais, de onde são exportadas para as outras ilhas e mesmo para o continente.⁶⁴ Além disso, o autor menciona a ocorrência de grandes quantidades de frutos europeus e exóticos, entre os quais destaca curiosamente um pequeno morango selvagem devido ao seu sabor especial.⁶⁵ No que diz respeito ao gado da Terceira, Hodges atesta aos bovinos um desenvolvimento normal, ao passo que julga que as variedades de ovinos pequenos que observou parecem pertencer a raças mais pequenas. Finalmente, constata que a manteiga produzida se conservava apenas por um curto prazo de umas meras 24 horas (provavelmente por falta de meios de refrigeração).

Na caracterização dos habitantes da Terceira, encontramos o seguinte resumo de qualidades que Hodges, como britânico, deve ter reparado em particular (embora aqui pareça questionável se estas características eram realmente válidas só para os habitantes da Terceira):

Hodges (1833, I: 229-230)	Hodges (1950: 23)
The inhabitants are for the most part comely in person and mild in character. They are sociable in their habits, hospitable, and very communicative. A certain generosity forms an animating trait in their disposition, but by its warmth lays them sometimes too open to the seductions of party-spirit. Their want of due instruction conduces likewise to the same effect, besides leaving them exposed to the errors of superstition, which flourish among them in mischievous luxuriance, promoted by the system of priest-rule so long existing there. The blind and degrading nature of some of their religious ceremonies must be witnessed in order to convey adequately the notion of its extent in absurdity and licentiousness.	Os habitantes são na sua maior parte esbeltos de corpo e de génio brando, de hábitos sociáveis, hospitaleiros e muito comunicativos. A generosidade é, em certa medida, traço característico do seu carácter; – leva-os, porém, às vezes, por seus excessos, à situação de vítimas das seduções do espírito de partido. A este mesmo efeito os conduz a falta de conveniente instrução, além de os deixar expostos aos erros da superstição, que entre eles florescem e vicejam perniciosamente, promovidos pelo sistema do domínio sacerdotal, que há muito ali impera. Só observando a natureza cega e degradante de algumas das suas cerimónias religiosas se poderá obter a noção adequada do profundo absurdo e da devassidão que as caracteriza.

Assim, o nosso autor descreve os Terceirenses como graciosos e de temperamento suave, que são também sociáveis, hospitaleiros e muito comunicativos. Considera que a generosidade generalizada é apenas em parte uma vantagem, pois julga particularmente problemático (parecendo a seguir nestas considerações a Ashe 1813: 223) aquilo que identifica como 'erros da superstição', que podem ser explicados pela falta de educação, sendo que estes em última análise tornam possíveis os abusos do sacerdócio católico, o que aos olhos de Hodges é intemperado e absurdo.

O seguinte extrato faz parte da descrição das Festas do Divino Espírito Santo na Terceira por Hodges, tal como as observou a seguir à Páscoa, celebrada em 22 abril de 1832:

Hodges (1833, I: 230-232)	Hodges (1950: 23-24)
I will attempt, however, a brief account of one of the most striking of their observances, that of the "Santo Spirito". Every year, on the day of Pentecost, an individual from each of the villages throughout the islands (for this fete is general in the Azores) is chosen "Emperor", as he is termed, for the occasion. In his house there is established an altar dedicated to the Holy Spirit, and a figurative saint is placed thereon. On every Sunday after Ash-Wednesday, up to Trinity Sunday, there are fetes at this "Emperor's" house; and it is considered as a want of respect to the conventional majesty of this person not to pay him frequent visits, and partake of his fare, however frugal it may chance. to be. The magnificence of the fete increases, or is meant to increase, in regular gradation from Easter to Whitsunday. On the Saturday evenings, at the "Emperor's" house, the dance of the "Santo Spirito" takes place. In this both males and females join, to the sound of their own discordant voices, aggravated sometimes by the metallic accompaniment of a wire-strung sort of guitar. The gestures of this dance have as little of ideal grace as of personal delicacy; and the extemporaneous effusions of the performers have anything but sanctity to recommend them. On the Sunday, the "Emperor" walks at different periods of the day in procession, He wears a crown of massive silver, which, by the by, is taken off the head of some convenient <i>santo</i> in	Vou tentar, porém, narrar de forma breve uma das suas observâncias mais notáveis, a festa do Espírito Santo. Todos os anos, em dia de Pentecostes, é escolhido em todas as aldeias dos Açores, pois a festa é comum a todas as ilhas, certo indivíduo a quem, para o efeito, passam a designar por «Imperador». Em casa deste arma-se um altar dedicado ao Espírito Santo, sobre o qual se põe uma imagem simbólica. Todos os domingos, depois de quarta-feira de Cinzas até ao domingo da Trindade, realizam-se festas em casa do «Imperador» sendo considerado falta de respeito à majestade convencional deste personagem não lhe fazer frequentes visitas e não tomar parte na sua refeição, por mais frugal que ela seja. Aumenta, ou supõe-se que deve aumentar, a magnificência da festa, em gradação regular, desde a Páscoa até ao Pentecostes. Aos sábados à noite há danças do Espírito Santo na residência do «Imperador», nas quais tomam parte homens e mulheres em conjunto, ao som das suas próprias vozes desafinadas, às vezes agravadas com o acompanhamento metálico de uma viola de arame. As posições destas danças tem tão pouca graça ideal como delicadeza pessoal e as efusões extemporâneas dos executantes nada têm de piedoso que as recomende, No Domingo anda o «Imperador» em cortejo, em diferentes partes do dia. Traz uma coroa de prata maciça, que, diga-se

64 No seu estudo sobre a história da economia açoriana no século XIX, João (1991: 44) afirma o seguinte sobre a produção açoriana de trigo: «O trigo era uma exportação tradicional do arquipélago, porque desde o início do povoamento se tinha desenvolvido a sua cultura com o objetivo de abastecer as praças do Norte de África e compensar o défice do continente. Mas, ao longo do século XIX, a respetiva exportação vai perdendo importância, porque tende a depreciar-se nos mercados europeus, devido ao aumento geral da sua produção e à concorrência do trigo americano. Por isso, em particular na ilha de S. Miguel, o trigo acaba por ter um peso irrisório no total das exportações». Com efeito, a interpretação de Hodges sobre a produtividade de cereais no arquipélago confirma-se à luz do «Quadro 2.1 – PRODUÇÃO DE CEREAIS NOS DISTRITOS AÇORIANOS» em João (1991: 44).

65 Julgamos que este fruto será provavelmente a variedade autóctone do morangueiro ou morangueiro-bravo (lat. *Fragaria vesca*), que ainda hoje é endémica nos Açores, especialmente nas ilhas do Grupo Central.

one of the churches, and then left in *His Imperial Majesty's* holy keeping for the prescribed period of his reign. He is attended by a suite of (no doubt) officers of state, and by six bare-legged, unwashed, little urchins, representing angels. The majority of the *cortège* are pranked out in faded silk cloaks, and bedizened with artificial flowers, the ingenious manufacture of the nuns. The beating of a small-sized drum, and discharges from old rusty fire-arms, generally furnish the close to these processions, except on the day of Pentecost, when all the clergy, secular as well as monastic, are present at the solemnity.

de passagem, é tirada da cabeça de determinado santo, numa igreja, e depois fica à sagrada guarda de *Sua Majestade Imperial* durante todo o período do seu reinado. Este é acompanhado por um cortejo de funcionários públicos e por meia dúzia de rapazinhos de pernas nuas, sujos, representando anjos.

Os indivíduos que compõem o cortejo ataviavam-se com capas de seda, desbotadas, e com flores artificiais habilmente confeccionadas pelas freiras, fechando em geral a festa com o bater de um pequeno tambor ou com descargas de velhas e ferrugentas armas de fogo, exceto no dia de Pentecostes, em que todo o clero, tanto o secular como o regular, toma parte na solenidade.

Embora esta seja uma manifestação muito especial da religiosidade popular terceirense, como é bem conhecido, o nosso autor limita-se a oferecer aqui uma descrição dos costumes que ele próprio observou, aproveitando provavelmente outros detalhes que lhe terão sido explicados na ocasião. É particularmente notável que Hodges se abstenha aqui de qualquer juízo de valor sobre o festival popular religioso, já que habitualmente costuma tecer comentários negativos aos restantes aspetos da atuação da igreja no arquipélago.

Sabe-se que mesmo depois da dissolução das ordens monásticas por D. Pedro IV em 17 de maio de 1832 continuaram a existir uns poucos conventos para recolher aquelas monjas e freiras que não queriam sair da clausura. Embora Hodges (1833, I: 166) considere extemporânea a altura da dissolução forçada dos mosteiros e conventos açorianos por ordem do próprio D. Pedro IV (já que a expedição e a regência tinham outros problemas), nas suas considerações sobre o Convento de Nossa Senhora da Luz na Praia da Vitória dedica as seguintes reflexões à vida das suas freiras:

Hodges (1833, I: 239-240)	Hodges (1950: 27-28)
<p>It is hardly necessary to say that education, whether intellectual or moral, has been scantily, or almost not at all, introduced within these abodes of vice and infamy. The manufacture of artificial flowers, made with feathers, and of great beauty, far surpassing those of France or England, is amongst their modes of occupation, as is likewise embroidery on muslin, fine linen, and silk. Nor must their sweetmeats and preserves be forgotten, which are much esteemed in England. Music is sometimes cultivated amongst them; and a few of the nuns at the other convent, at Angra, possess splendid voices, and evince taste and science in their singing. I have also heard overtures of Rossini and other composers admirably executed by them on the organ.</p>	<p>Desnecessário se torna dizer que nestas habitações do vício e do crime, a educação, quer intelectual, quer moral, tem tido pouco ou nenhum acolhimento.</p> <p>Dentre os modos de ocupação das monjas tem lugar primacial a confeção de flores artificiais, de penas, de grande beleza, muito superiores às que se fazem em França ou Inglaterra, bem como os bordados em musselina, linho fino e seda. Também não devemos esquecer os doces e compotas, altamente apreciados na Inglaterra.</p> <p>Algumas cultivam a música e várias freiras de outro convento de Angra possuem esplêndidas vozes, demonstrando gosto e ciência na arte do canto.</p> <p>Ouvi aberturas de Rossini e de outros compositores, admiravelmente executadas por elas ao órgão.</p>

Se Hodges realmente chegou mesmo a testemunhar a alegada decadência moral dos costumes nos conventos femininos várias vezes constatada dentro da sua obra parece-nos duvidoso. Mas o que é interessante aqui é que inicialmente atesta às freiras a falta de educação a qualquer nível, enfatizando, por outro lado, a qualidade do seu artesanato e também da sua produção de doces conventuais. Para além disso, uma vez que ele próprio gostava particularmente de música, é especialmente interessante neste contexto que menciona ter ouvido que as freiras do convento remanescente em Angra não só tinham grande interesse pela música, mas informa que também eram dotadas de um talento especial.

4 Conclusões

Como voluntário britânico, o oficial naval George Lloyd Hodges (ca. 1790-1862) relatou em 1833 na sua obra de dois volumes *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza* a história da esquadra inglesa e outros acontecimentos históricos que ele próprio vivenciou neste contexto. Em contraste com a obra contemporânea de Boid (1834), que é largamente dedicada ao próprio arquipélago, em Hodges (1833, I: 127-291) há só poucos excertos em que aborda os Açores ou aspetos relacionados com habitantes da ilha Terceira.

Basicamente, pode dizer-se que Hodges é muito crítico em relação à grande maioria dos aspetos da religiosidade portuguesa. Neste aspeto, encontra-se em boa companhia com a maioria dos outros autores de livros de viagens sobre os Açores que foram publicados em língua inglesa no século XIX. Isto porque, por um lado, o catolicismo em geral e, por outro, a religiosidade particular dos Açores foram alvos de intolerância por parte da maioria dos autores anglicanos ou protestantes da Grã-Bretanha e da América. Assim, também Hodges explica aquilo que identifica como o particular atraso dos Açores através do jugo intelectual e social da Igreja Católica no arquipélago.

Contudo, é de notar neste contexto que uma das secções-chave de Hodges (1833, I: 134-135) a este respeito parece ser retirada da obra *History of the Azores, or Western Islands*, do escritor irlandês Thomas Ashe (1813: 35-36).

O mesmo se passa com a 'primeira impressão' da ilha de São Miguel, descrita em pormenor por Hodges (1833, I: 135-136). Também esta passagem não parece passar de uma adaptação atualizada da narrativa de Ashe (1813: 40-41).

Em grande parte, as semelhanças com a obra mais antiga da literatura de viagens anglófona sobre os Açores terminam aqui.

As observações sobre a agricultura e o pasto e sobre as plantas cultivadas na Terceira em geral levam-nos a concluir que estas são observações do nosso próprio autor (embora feitas de maneira muito seletiva).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Aos terceirenses, Hodges (1833, I: 229-230) atesta qualidades humanas maioritariamente boas, que podem, no entanto (como provavelmente afirma seguindo Ashe 1813: 223) facilmente ser transformadas em negativas, devido à influência nefasta do sacerdócio católico, o que é igualmente o caso do retrato do artesanato e das realizações intelectuais dos conventos de mulheres na Praia e Angra em Hodges (1833, I: 239-240). Uma vez que a base da representação aqui é lugar-comum do preconceito, parece-nos surpreendente que a representação das Festas do Espírito Santo de 1832 em Hodges (1833, I: 230-232) seja redigida de forma neutra, uma vez que o autor se absteve dos habituais juízos de valor negativo.

Finalmente, no que diz respeito às traduções dos elementos textuais de Hodges por João Hickling Anglin, apenas os reproduzimos aqui ao prescindir de qualquer investigação adicional, remetendo para este efeito, por exemplo, para o estudo de Silva (2010: 62-82).

Não por último na senda do jovem investigador portuense, entendemos que o contributo do tradutor micalense na obra de Hodges merece uma intervenção mais pormenorizada, uma vez que, para só indicar uma questão, não fica claro se (ou em que medida) os seis artigos publicados entre 1950 e 1956 verdadeiramente refletem o conteúdo de Hodges (1833, I: 127-291), para não falar de outras questões não menos importantes, tais como a adequação linguística da tradução, a divisão do texto original em novos parágrafos ou aspetos semelhantes.

5 Referências bibliográficas

- 1862, December 18th – Hove, *Burial of George Lloyd Hodges of Brighton, 72 years*, Parish registers, England, Sussex, Hove, St. Andrews, 1813-51 item 4, volume PAR-386/1/5/1, p. 139, n.º 1126, image 322 of 659, in: "England, Sussex, Parish Registers, 1538-1910", database, www.familysearch.org/ark:/61903/3:1:33HY-X4X8-B2?i=321&cc=1465706 (última consulta: 18 de março de 2022).
- A[sh]e, T[homas] (1813): *History of the Azores, or Western Islands: containing an account of the Government, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants, and demonstrating The Importance of these Valuable Islands to the British Empire*, Illustrated by maps and other engravings, London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones; and sold by all booksellers. [cf. Açores]
- Athenæum* (1833) = «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza. By G. Lloyd Hodges, Esq. 2 vols. 8vo. London: Fraser», recensão crítica em: *The Athenæum: Journal of English and Foreign Literature, Science, and the Fine Arts* 296 (Saturday, June 29, 1833), pág. 415.
- BN (1862) = «Deaths», em: *The Belfast News-Letter* (Friday Morning, December 19, 1862), sem paginação.
- Boid, E[dward] (1834): *A Description of the Azores or Western Islands: From personal observation, comprising remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition*, By Captain Boid, late of H. M. F. Majesty's Navy, Knight of the most noble order of the Tower and Sword, Corresponding member of the Antiquarian Society of Caen, Author of "Travels Through Sicily and the Lipari Islands", and of "A History of the Various Styles of Architecture", London: Bull and Churton. [cf. Açores]
- Dod, Robert P[hilip] (1862): *The Peerage, Baronetage, and Knightage of Great Britain and Ireland for 1862, including All the Titled Classes*, London: Whittaker and Co.
- Fraser's (1833) = «Hodges' Narrative of the Expedition to Portugal», recensão crítica em: *Fraser's Magazine for Town and Country* 8/44 (August, 1833), págs. 231-247.
- GM (1834) = «Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, under the orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza. By G. Lloyd Hodges, esq. late Colonel in the service of His Imperial Majesty, &c. 2 vols. 8vo. map.», recensão crítica em: *The Gentleman's Magazine* 1/155 (New Series; April, 1834), págs. 407-410.
- GMHR (1863) = «Obituary: Sir George Lloyd Hodges, K.C.B.», em: *The Gentleman's Magazine and Historical Review* 14/214 (New Series; April, 1863), pág. 517.
- Harmonicon* (1830) = «Review of Music: A Collection of PENINSULAR MELODIES; The English words by MRS. HEMANS, MRS. NORTON, JOHN BOWRING, Esq., and other eminent poets. The AIRS selected and compiled by C. L. H. No. 1 (Goulding, D'Almaine, and Co., Soho-Square)», em: *The Harmonicon: A Monthly Journal of Music* 29 (New Series – May, 1830), págs. 199-200.
- H[odges], G[eorge] L[loyd] (ed.) ([1830a]): *A Collection of Peninsular Melodies*, The English words by Mrs. Hemans, Mrs. Norton, John Bowring, Esq. and other eminent poets, The Airs selected and compiled by G. L. H., London, Goulding, D'Almaine & Co.
- H[odges], G[eorge] L[loyd] (ed.) (1830b): «Epigrama, "Mary's Glance", From a "Collection of Peninsular Melodies, Selected by C. L. H., the Words by John Bowring, Esq. LL.D.», em: *The Harmonicon: A Monthly Journal of Music* 29 (New Series – May, 1830), págs. 200-202.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1833, I/II): *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832 under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*, By G. Lloyd Hodges, Esq. late Colonel in the Service of Her Most Faithful Majesty the Queen of Portugal, In two volumes, Vol. I, London: James Fraser. [Vol. II com as mesmas referências].
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1950): «A Terceira na Época da Expedição Liberal: Excerto de um capítulo da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Tradução de João H. Anglin», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 8, págs. 22-34.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1951): «O Batalhão Britânico nos Açores na Época da Expedição Liberal (Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832* por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), Traduzido por João H. Anglin», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 9, págs. 1-69.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1952): «De Belle-Isle aos Açores (Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), Traduzido por João H. Anglin», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 9, págs. 105-166.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1954): «Dos Açores às Praias de Portugal I: Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), Traduzido por João H. Anglin», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 12, págs. 1-72.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1955): «Dos Açores às Praias de Portugal II: Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), traduzido por João H. Anglin», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 13, págs. 65-117.
- Hodges, G[eorge] Lloyd (1956): «Dos Açores às Praias de Portugal II: Excerto da obra *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832*, por G. Lloyd Hodges, Esq. (London, 1833), traduzido por João H. Anglin (Conclusão da página 117 do n.º 13 do Boletim)», em: *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira* 14, págs. 277-313.
- ILN (1863) = «Obituary of eminent persons: Colonel Sir George Lloyd Hodges, K.C.B.» *The Illustrated London News* 42/1186 (Saturday, January 31, 1863), pág. 126.
- João, Maria Isabel (1991): *Os Açores no século XIX: economia, sociedade e movimentos autonomistas*, Lisboa: Edições Cosmos.
- Kemmler, Rolf (2013): «Notas sobre a perceção dos Açores no mundo anglófono novecentista III: Edward Boid e *A Description of the Azores or Western Islands* (1834)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2013b): *Atas / Anais do XX Colóquio da Lusofonia (Seia): 15 -18 de outubro de 2013*, CD-ROM (ISBN 978-989-8607-02-7), ficheiro *Atas Anais Seia 2013*, págs. 232-244, versão atualizada em http://www.lusofonias.net/doc_download/1709-atas-seia-2013-20o-coloquio.html, págs. 253-265.
- Leite, João Emanuel Cabral (1991): *Estrangeiros nos Açores no Século XIX*, Ponta Delgada: Eurosigno, em: <http://hdl.handle.net/10216/19462> (última consulta: 18 de março de 2022).
- MR (1833): «Art. XI. – *Narrative of the Expedition to Portugal in 1832, under the Orders of His Imperial Majesty Dom Pedro, Duke of Braganza*. By G. LLOYD HODGES, Esq., late Colonel in the service of Her Most Faithful Majesty the Queen of Portugal. In 2 Vols. 8vo., with a map. London: Fraser. 1833», recensão crítica em: *The Monthly Review* 3 (September, 1833), págs. 129-146.
- NPC (1863): «Hodges, Sir George Lloyd K.C.B.», em: *National Probate Calendar (Index of Wills & Administrations) 1863*, págs. 281-282, em: www.ancestry.de/discoveryui-content/view/2263772:1904?tid=&pid=&queryId=7e48923c6b58ce3042e5eeeb86190294&_phsrc=FKU603&_phstart=successSource (última consulta: 18 de março de 2022).
- Roretz, Albrecht von (1840a): «III. Skizze der Expedition nach Portugal 1832, Nach dem Englischen des Oberst Lloyd Hodges frei bearbeitet (Fortsetzung des zweiten Theiles), Von Albrecht von Roretz, Lieutenant vom k. k.

Linien=Infanterie-Regimente Baron Langenau», em: *Österreichische militärische Zeitschrift* 1/1, págs. 86-98.

[Roretz, Albrecht von] (1840b): «III. Skizze der Expedition nach Portugal 1832, Nach dem Englischen des Oberst Lloyd Hodges frei bearbeitet, Schluß», em: *Österreichische militärische Zeitschrift* 1/2, págs. 217-232.

Schels, Joh[ann] Bapt[ist] (1833): «III. Skizze der Expedition nach Portugal 1832, Nach dem Englischen des Oberst Lloyd Hodges frei bearbeitet von Joh. Bapt. Schels, k. k. Major», em: *Österreichische militärische Zeitschrift* 4/10, págs. 57-93.

Schels, Joh[ann] Bapt[ist] (1834): «II. Skizze der Expedition nach Portugal 1832, Nach dem Englischen des Oberst Lloyd Hodges frei bearbeitet von Joh. Bapt. Schels, k. k. Major, Zweiter Theil», em: *Österreichische militärische Zeitschrift* 1/3, págs. 21-40.

Silva, Ivo Rafael Gomes da (2010): «Contributos da Tradução para a Historiografia Portuguesa: Reflexões pré e para-tradutivas em torno da “Narrativa da Expedição a Portugal em 1832» Dissertação de Mestrado em Tradução e Interpretação Especializadas, Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, em: hdl.handle.net/10400.22/143 (última consulta: 18 de março de 2022).

Silva, Ivo Rafael [Gomes da] (2012): «Orgulho e Preconceito: A visão de um vitoriano acerca de Portugal e dos Portugueses», em: *Polissema* 12, págs. 129-148. DOI: 10.34630/polissema.v0i12.3072.

Índice 36º

1. DISCURSO DE ABERTURA DO PRESIDENTE DA AICL

2. TRABALHOS FINAIS NAS PÁGINAS SEGUINTE, ORDEM ALFABETICA

1. DISCURSO DE ABERTURA PDL 2022

Exmo Sr. Diretor Regional dos Assuntos Culturais José Brito Ventura em representação do Sr. Presidente do GRA,

Sr. Diretor Regional das Comunidades José Andrade,

Sr. Presidente da Câmara de PDL Pedro Nascimento Cabral,

Sr. Presidente da Câmara de Belmonte Antonio Dias da Rocha,

Sr. Presidente da Empresa Municipal de Belmonte Joaquim Feliciano da Costa,

Sr. Vereador da Cultura da Câmara de Ponta Delgada, Sérgio Rezendes,

Sr. Luís Filipe Sarmiento em representação do World Poetry Movement de Portugal

Demais entidades oficiais, ilustres congressistas e associados da AICL,

Meus senhores e minhas senhoras,

Antes de mais, os mais calorosos agradecimentos são devidos à Câmara Municipal de Ponta Delgada que, pelo segundo ano consecutivo acolhe com generoso e abrangente apoio os colóquios da lusofonia e um vasto leque de convidados. Por isso, os meus mais sentidos agradecimentos vão para o Presidente, Pedro Nascimento Cabral, ao vereador da Cultura, Sérgio Rezendes e à sua equipa liderada por José de Almeida Mello, Luísa Margarida Pimentel e Nuno Engrácio, incansáveis na preparação dos mil e um detalhes deste grande evento.

Agradecemos ao município de Belmonte, nossa sede continental, a vasta delegação que aqui fez deslocar em perfeita demonstração das sinergias que estes colóquios conseguiram com a geminação e demais protocolos entre os dois municípios.

Este ano completamos 20 anos depois de passagens pelo Porto 2002, Bragança 2003-10, Ribeira Grande, 2006-07, Lagoa, 2008-2009, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil 2010, Vila do Porto, 2011 e 2017, Macau 2011, Lagoa, 2012, Ourense, Galiza 2012, Maia, 2013, Seia 2013 e 2014, Moinhos de Porto Formoso, 2014, Fundão 2015, Santa Cruz, Graciosa 2015 e 2019, Montalegre 2016, Lomba da Maia, 2016, Belmonte 2017-2022, Madalena do Pico 2018, Ponta Delgada, 2021-2022.

Quando se iniciaram todos nos auguravam uma vida efémera, vinte anos e 36 colóquios depois as maiores ameaças são o vírus covidesco e a guerra que alastra pela Europa com uma enorme crise económica que a todos afetará. Até hoje, muitos foram os escolhos, passado o Cabo Bojador, tivemos adamastores no Cabo da Boa Esperança mas temos conquistado o caminho marítimo não para as Índias mas para uma Lusofonia que irmana todos os que labutam na língua portuguesa.

Os Colóquios da Lusofonia desde 2001, pugnam por concretizar utopias num esforço coletivo, em torno de uma ideia abstrata, a união pela Língua. Assim, construímos pontes entre povos e culturas no seio da grande nação lusofalante, independentemente da nacionalidade, naturalidade ou residência. Idealizamos o espaço dos Colóquios da Lusofonia como palco privilegiado de diálogo, de aprendizagem, de intercâmbio e partilha de ideias, opiniões, projetos.

É esta a Lusofonia que defendemos.

Aqui nas ilhas somos uma vasta tertúlia reforçando a açorianidade e vincando a insularidade. **Sobrevivemos porque acreditamos em valores imateriais.**

Recordo que quando me conheceu em Bragança 2008 o centenário professor Adriano Moreira se voltou para mim e disse “Você é um poeta.”

E são os poetas, sonhadores, escritores, os únicos que pensam que são livres, e nessa realidade virtual atingem esse modicum enganoso de liberdade.

Mas vale a pena ser poeta, nesta utopia que mantém os colóquios da lusofonia vivos ao fim de 36 edições.

Nos Açores, agregamos académicos, estudiosos, artistas e escritores em torno da divulgação da identidade açoriana, sua escrita, lendas e tradições não só nas comunidades lusofalantes, mas em países como a Eslovénia, Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, França, Itália, onde fizemos traduções de autores açorianos.

Somos uma tertúlia reforçando a açorianidade e vincando bem a insularidade.

Há pouco mais de um ano, no 34º colóquio, o Presidente do Governo Regional dos Açores, considerou, que “a Lusofonia é “identidade de ser” e elo de aproximação entre povos e culturas que nos identifica e aproxima. O Governo dos Açores, prosseguiu, “estará ao lado” da AICL para “todas as realizações de futuro”, asseverou o Presidente do Governo. Iniciativas como esta

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

“valem pela qualidade que representam” na literatura e também na “identidade lusófona”, até porque “transportam para o presente todo o legado poético” e “inspiram novas gerações a darem valor e a conhecerem aqueles que deram raiz à Açorianidade e Lusofonia”. José Manuel Bolieiro elogiou ainda a “resiliência” da AICL.

Infelizmente estas palavras não tiveram eco na atribuição dos apoios solicitados para celebrarmos estes vinte anos de colóquios, o que foi compensado pelo generoso apoio do município de Ponta Delgada, que nos ajudou a congregar meia centena de autores açorianos, de todas as idades e géneros literários.

Nesta edição, celebraremos os 70 anos de vida literária do Mestre Eduíno de Jesus e os cinquenta anos do ilhanizado Chrys Chrystello, além da homenagem póstuma ao nosso saudoso Norberto Ávila e ao autor do ano, ~

Serão apresentados cinco novos livros açorianos e obras como o “Beat” de Luís Filipe Sarmiento ou “A escrava açoriana” de Pedro Almeida Maia, entre outros.

Teremos cinco sessões de poesia de Eduíno de Jesus, Chrys Chrystello, Luís Filipe Sarmiento, Pedro P Câmara e o grupo Palavras Sentidas com Mário Sousa.

Na participação musical teremos a habitual presença da pianista e maestrina residente Ana Paula Andrade que estará acompanhada por Carolina Constância ao violino e pela voz da Helena Castro Ferreira além da flauta de António Costa da Escola de Música de Belmonte e uma aluna do Conservatório local.

Encerramos as sessões com dois recitais: um com o guitarrista e compositor RAFAEL FRAGA (que regressa aos nossos colóquios), havendo ainda a registar outro regresso do poeta e compositor ANÍBAL RAPOSO acompanhado de Paulo Bettencourt.

De novo entre nós o cineasta FRANCISCO ROSAS que projetará o seu documentário CINE ESPERANÇA.

Da diáspora brasileira regressa Vilca Merízio acompanhada de Ronaldo Pires para divulgarem a açorianidade em Santa Catarina (Brasil) numa série de sessões da diáspora com autores dos EUA E CANADÁ (Scott Edward Anderson, Eduardo Bettencourt Pinto, Susana L M Antunes) e o Diretor Regional das Comunidades, José Andrade.

Hilarino da Luz leva-nos a Cabo Verde e à obra da consagrada VERA DUARTE.

Além da Bélgica, Brasil, Cabo Verde, Canadá, EUA e Galiza, teremos pela primeira vez a presença da velha Taprobana camoniana se Earl Barthelot (patrocinado pela Fundação Oriente e Fundação D. Manuel II) entretanto obtiver autorização legal para sair do seu país SRI LANKA para nos vir falar da herança portuguesa dos “Burghers”. (não obteve)

Na cerimónia anterior celebramos um protocolo, que muito nos honra, com o World Poetry Movement, num passo importante da nossa internacionalização e do reconhecimento do nosso já longo percurso e que vai permitir que a AICL e o WPM tomem parte em todas as respetivas atividades.

Destaco mais uma vez a deslocação da vasta delegação liderada pelo presidente da Câmara de Belmonte, cidade capital da Lusofonia onde desde 2017 temos o primeiro colóquio de cada ano, e que, fruto das geminações e protocolos que estes colóquios proporcionaram, aqui trará um pouco da história transatlântica com um índio Pataxó de Porto Seguro, com 3 representantes da cultura do estado da Bahia no Brasil, e dois recitais de música, um de câmara e outro de música judaica.

A Lusofonia é uma capela sistina inacabada; é comer vatapá e goiabada, um pastel de bacalhau ou cachupa, regados com a timorense tuaka ao ritmo do samba ou marrabenta; voltar a Goa com Paulo Varela Gomes, andar descalço no Bilene com as Vozes anoitecidas de Mia Couto, ler No país de Tchiloli da Olinda Beja, rever os musseques da Luuanda com Luandino Vieira, curtir a morabeza cabo-verdiana ao som De boca a barlavento de Corsino Fontes, ouvir patuá no Teatro D. Pedro IV na obra de Henrique de Senna-Fernandes e na poesia de Camilo Pessanha; saborear a bebinca timorense em plena Areia Branca ao som das palavras de Francisco Borja da Costa e Fernando Sylvan, atravessar a açoriana Atlântida com mil e um autores telúricos, reencontrar em Salvador da Bahia a ginga africana, os sabores do mufete de especiarias da Amazónia, aprender candomblé e venerar lemanjá, visitar as igrejas e casas coloridas de Ouro Preto, Olinda, Mariana, Paraty, Diamantina, e sentir algo que não se explica em Malaca, nos burghers do Sri Lanka, em Korlai ou no bairro dos Tugus em Jacarta. É esta a nossa lusofonia.

Que estes dias fiquem como uma memória indelével para todos os participantes e que se juntem a nós como sócios da AICL para podermos prosseguir neste sonho.

Muito nos honramos fazermos parte da Comissão de Honra do projeto Ponta Delgada, Capital da Cultura 2027 e esperamos que este segundo colóquio na cidade sirva para cimentar essa pretensão, como prova da sua vitalidade literária e artística.

Termino citando Ludwig Wittgenstein

“Os limites do meu mundo são os limites da minha linguagem” esperando que os nossos limites sejam os da nossa língua portuguesa que, apesar de a Terra ser redonda, é falada nos quatro cantos do mundo.

17.ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA, AÇORES AICL VIA GRAVAÇÃO



alamo sobre
norberto avila.mp4

APRESENTA OBRA PÓSTUMA DE NORBERTO ÁVILA “FRENTE À CORTINA DE ENGANOS”

18.ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, AICL, GALIZA -

PORQUE PORTUGAL NÃO SE CHAMA GALIZA?

Alexandre Banhos da Fundação Meendinho

Esta é o tipo de pergunta, que a imensa maioria das pessoas nunca se fazem, nem fizeram, nem farão, pois a cousa não é assunto simples, nem é do interesse da Espanha e seu sistema escolar de nacionalização¹.

Se um perguntar na faculdade de história de USCompostela, receberia a seguinte explicação:

Porém, permitam-me que antes de dizer qual é a explicação, lembre que História como estudo/matéria, criou-se na universidade galega em 1927, na ditadura de Primo de Rivera, e foi-no após uma campanha mediática na imprensa madrilenha e do sistema -na Galiza-, da necessidade de controlar os estudos de história, pois isso estava caindo em mãos “*dos da antiespanha e dos separatistas*”. Isso que se chama controlar o relato.

Na Galiza, no ano de 1923, nascera nessa universidade o Seminário de Estudos Galegos, e entre as suas funções estava o de aprofundarem no estudo da história da Galiza, além disso havia pessoal já estudando e trabalhando nesses assuntos, que encetara entre nós Vicetto no século XIX.

Desde a perspectiva castelhana, havia que pôr remédio a isso. Criou-se História na USC, com indubitável sucesso no controle, e respeito do Seminário de Estudos Galegos, a cousa também está bem controlada².

Estas instituições estão para o que estão, podem nelas se fazer trabalhos de muito interesse e de grande valor, porém serão sempre marginais a respeito da Galiza, ao estar esta inserida num projeto castelhano de nação “espanhola”.

A explicação da *universidade sob -égide e controle castelhano-*, é simples: Havia um poderoso condado, o Condado Portucalense, que tinha uns interesses diversos dos da Galiza, e esse condado

1 Portugal após 1640, ainda que deu às costas ao parceiro peninsular, adotou o esquema da visão histórica peninsular que Castela implantou.

2 A criação do Seminário de Estudos Galegos, aparece no núm. 195 d’A Nossa Terra, do primeiro de dezembro de 1923 (aniversário do levantamento de Portugal contra o submetimento dos austrias castelhanos, 1-12-1640). Nasceu afecto a secção de Filosofia e Letras da Universidade compostelã, sendo seu presidente Dom António Cotarelo Valhedor, catedrático da universidade. Dizia A Nossa Terra: “Este seminário promete ser um centro de grande importância para o fomento e cultivo não somente da literatura rexional, senão também para as ciências históricas e para o desenvolvimento da vida galega num amplo orde cultural” E foi o think tank do nacionalismo galego. O seminário de Estudos galegos foi a alma e cerna da construção de um projeto cultural nacional, e a mais grande criação do nacionalismo no campo cultural. Era o forno onde se coziam os estatutos, os projetos de lei, as alternativas culturais, se fazia ciência onde se iniciava a construção cultural desde uma perspectiva absolutamente galega e galegoportuguesa. O Seminário de Estudos Galegos desapareceu formalmente no verão de 1940, (por um decreto do terrorista ditador). Dos seus membros dois foram afuzilados e vários reprimidos e expulsos do sistema de ensino. Vários dos seus membros sob aquele regime de terror aderiram a ditadura, e Xesus Carro Garcia e outros dois significados membros daquele (direita galeguista ou direita que cantava as glórias do caudilho e seus crimes) engamto que o argalhador principal foi o falangista Jesus Sanchez Cantom, quem contou com o apoio do falangista secretário geeral do CSIC (criação do franquismo inspirada no instituto musoliniano e na ideia de autarquia), José Maria Alvareda Herrera. O feito é que em novembro de 1943 criou-se o IEGPS Instituto de edestudios gallegos Padre Sarmiento) e em fevrero do ano seguinte constituíram-se formalmente a diretiva e as distintas seções que deseguido encetaram a sua atividade.... Que fazer história da Galiza como elemnto do mprojeto das espanha castelhana ou de Castela/espanha.

dos portugueses, em 1143 consolida-se como reino afastando-se do reino de Leão.

Há diversas monografias e estudos sobre Afonso Henriques, mas apuradas, veem dizer todas o que com a contundência teimada, Barroso da Fonte [afirma](#), e há muito que se conhecia: Que quando a independência de Portugal, o Condado Portucalense já não existia, era já um simples remorso, fora suprimido pelo rei da Galiza, Garcia, após a batalha do Pedroso no 1071. Nessa batalha morreu o derradeiro dos condes de Portucale, Nuno Mendes

O Condado Portucalense foi criado pelo crunhês Vimara Peres em 868, na cidade de Portuscale (Porto).

Os seus limites territoriais eram pelo norte, os da diocese de Tui com Compostela, Alhariz era fronteira do Condado, já que a Límia e toda e a bacia do Tâmega pertenciam a esse condado, logo no leste incluía da atual província do estado espanhol de Samora, as comarcas da Seabra, Carvalheda e o 70 % da de Aliste (Esse condado era um ente do reino da Galiza, e isso dá-nos já muita boa informação de por onde ia a Galiza pelo leste).

Nas lutas da Compostela de Gelmires, por arrebatar à Braga, cabeça religiosa da Galiza, essa condição de cabeça e o controle das dioceses e abadias, Compostela deseguida se fez com o controle da diocese do Porto, mas Braga nunca perdeu o domínio sobre a diocese de Tui, a primeira que converteu a nossa língua galega na língua de funcionamento e de documentação da diocese. (Até o século XIX bem entrado, a diocese de Tui abrangia todo o atual distrito de Viana do Castelo). -Se se fazer uma análise de como Castela/espanha foi modificando dioceses, daria para um bom tratado de glotopolítica-.

O pai de Afonso Henriques, Henrique de Borgonha, nunca ocupou o cargo de Conde de Portucale. Pois morto Raimundo de Borgonha, do que dependia, passa a ocupar papéis secundários na Terra de Campos (os famosos campos galaicos dos romanos), e recebeu o encargo de ser senhor da cidade galega de Astorga. Ocupando esse cargo faleceu.

Se ele for Conde de Portucale andaria por aí de ator bem secundário. Não há nenhum documento contemporâneo a ele que lhe outorgue a condição de Conde de “Portugale”. Tudo é história construída a partir do século XIII bem avançado. (Barroso da Fonte, palestra no Ecomuseu do Barroso 2011, Montalegre).

Gelmires e a sua ambição (ibérica), colocou as traves para que o bispo Paio Mendes de Braga, usando o seu moço protegido e por ele educado Afonso Henriques, de-se lugar a que se dividisse a Galiza nuclear, e constituíssem no sul um reino que levou e guardou a nossa marca, para grande fortuna de todos os galegos e galegas, mundo afora.

Tudo começou com a pequena batalha de São Mamede, cujos contendentes não passavam de uns 250 ou 300. Por um lado estava a mãe de Afonso Henriques, Teresa (a mãe era filha ilegítima do rei Afonso VI da Galiza (leão, Castela e Toledo), e foi casada com Henrique de Borgonha com 14 anos. Igual que todas as filhas de Afonso VI, -só Urraca realmente é legítima-, chamava-se de rainha, como explica José Mattoso, catedrático de Coimbra. Quando passa a ser parelha e logo esposa (Mattoso), de Fernando Peres de Trava, estava na casa dos 20 anos). Fernando Peres de Trava aparecia como um agente de Gelmires, frente ao bispo Paio Mendes (convertido pela igreja de Roma em santo), e Afonso Henriques (convertido pela igreja de Roma em beato), que na altura, em que sucedeu a batalha teria entre 14 e 17 anos, como idade mais provável.

A Cousa não foi muito grave, pois como Mattosso bem destaca, a sua mãe e Fernando Peres de Trava, vão ter pesença constante na corte de Afonso Henriques em Coimbra, e o Peres de Trava vai ter responsabilidades nesse novo reino.

Como se chamavam os moradores desse novo reino? Pois de uma só maneira, **galegos**. Não procurem a palavra portuguesas que não aparecerá por nenhures.

No romance de Saramago, História do Cerco de Lisboa, Diz Saramago, nós os galegos conquistamos Lisboa, pois ninguém em Portugal se chamava de português. NINGUÉM. (ainda que português e galego, tem a mesma origem, os dous nomes são originários dos calecos, -calecoi de Estrabão- da beira do Douro no Porto).

Nos documentos dos tombos portugueses aparece o sintagma de reino de Portugal, mas não aparecem portugueses.

Teixeira de Pascoaes é um galego de Amarante, nascido no paço familiar e feito doutor em Coimbra, mas sempre foi muito consciente da sua galegidade, pelo que travou um intenso relacionamento com gentes da Galiza de aquém(ou além, segundo se mire) da raia.

Ele escreveu muitíssimo, na sua prosa ela bem galaica. E dentro da sua obra há não poucos artigos dedicados a natureza e formação de Portugal. Ele diz, Portugal formou-se no Alentejo, foi no Alentejo e logo na Estremadura, onde primeiro se chamou o pessoal a sim próprio de portugueses. **Foi no Alentejo e a sua raia com Castela pouco definida e de constantes batalhas onde se forjou Portugal e os Portugueses.**

No Alentejo nos fins do século XIII todo o mundo era português, no norte do Tejo, todos seguiam sendo galegos. Na Beira e no norte a condição de afirmar-se galegos continuou por bem tempo, e isso que desde os séculos XIV/XV há uma posição de estado de naturalizar a todos *de portugueses*, mas são inúmeros os documentos de Porto, Viseu, Vila Real, Braga etc etc, onde o pessoal se segue afirmando de galegos e a sua língua o galego. No museu diocesano de Viseu há um documento de século XVI bem andado, onde se aponta, nós galegos...

Bom, é bem certo que em Portugal após 1640 o termo galego tem conotações negativas, mas isso é mais um efeito da denominação castelhana e do tradicional ódio e desprezo dos castelhanos aos galegos, que foi deslocado a Portugal, e que agora seria muito longo, ainda que bem interessante de esclarecer-

Descobriu-se o Brasil, e lá migravam portugueses, afirmando-se galegos (Manuel de Nóbrega), como põe de manifesto documentos da altura, e levando a gaita de foles, o instrumento mais popular do Brasil até a Monarquia de Pedro II (E o carro galego ou português pois é o mesmo, que no Brasil chegou ao seu máximo desenvolvimento).

Para o Brasil os galegos do estado espanhol começaram a emigrar a partir de 1860, mas como aponta Lilia Moritz Schwarcz, a grande historiadora cultural do Brasil, a fins do século XVIII começos do XIX, já era um fato consolidado no Brasil a identificação da palavra galego como branco frente aos pretos. (Estando eu em São Paulo num concerto de Uxia com Socorro Lira, a autora da canção Portugaliza; a Uxia dirigia-se ao público como galega e falando da sua língua galega. A Socorro interrompeu-na, e disse-lhe: Deixe de falar disso que ninguém entende, como é você quando fala moreno..., fale do seu português da Galiza e todos saberão qual é o assunto. A genial Uxia, já não se apeou mais do seu português da Galiza)

E no Brasil atual falas da Galiza e eles rapidamente te falam de Porto, Coimbra, Braga Viseu etc, e

os de Porto todos seguem a ser chamados de galegos em Lisboa³.

Não é até depois de 1730, que começa a grande migração da Galiza do aquém-Minho a Portugal, (antes de 1580 o intercâmbio era das classes altas que partilhavam parentescos por cima de raia políticas), e pouco a pouco, sobre todo em Lisboa, -o destino principal-, que se começa a descobrir uns galegos, que falavam português (a *galega*), e que vinham do reino de Castela. Na altura era reino de Castela, Espanha não existia. Portugal após 1640 é um estado de costas viradas ao resto da península.

Braga, morto Gelmires começou com João Peculiar a recuperar a cabeça da igreja da Galiza toda, e agas Compostela e suas dependências, muito menores do que se pensa, Braga voltou a ser cabeça da igreja na Galiza. Quando a *Doma e Castração* do reino da Galiza, se submete a igreja à Valhadolide, isso foi-se **tirando muita competência a Braga**, mas disso estejam seguros que nada se estudará na USCompostela, nem de que o reino de Portugal, tinha uma política até 1476 de reunificação da Galiza (Oliveira Martins), e que o reino da Galiza até Afonso VIII, teve uma política de reunificação do povo galego (Fco. Rodrigues).

Afonso V de Portugal foi proclamado como rei da Galiza (1475), e isso é a isca da política terrorista castelhana de *Doma e Castração*⁴, não o apoio a rainha legítima Joana, frente a Isabel I, A Usurpadora.

Bom, e se eram galegos todos e como tal se afirmavam, porque não se chamou Galiza?

A cousa é muito simples, ainda que na USCompostela, não vaiam a esclarecê-los.

É, porque existia um reino que se chamava Galiza, (e como em aqueles anúncios de a *Prova do algodão*) reino da Galiza, que tinha na altura de cabeça a Afonso VII, e não podiam usar um mesmo título. Era o reino da Galiza o que se dividia, e numa parte continuava com um rei que levava esse título.

Se for Afonso VII o consolidador do novo espaço territorial, e Compostela e contorna ficarem fora, sabe de jeito bem seguro que nós hoje no norte, não usufruíamos o nome de Galiza...logo passou o tempo, Castela colonizou-nos e *capou-nos* e nós somos súbditos do reino e colónia de Castela/espanha, e os portugueses..., (Portugal e uma palavra que soma porto e galegos), não são *espanhóis*.

³ Há já bem anos, estávamos numas férias de Semana Santa no Algarve, e na praia achegaram-se uns reporteiros da SIC, para nos perguntar dum programa da TV, dizemos que não conhecíamos, eramos galegos. E o jornalista da SIC, respondeu: E logo nos Tras os Montes não apanham a SIC?

⁴ Doma e Castração da Galiza, e a guerra iniciada por Castela contra Galiza pouco após a Batalha de Toro de 1479. É uma guerra terrorista que se alonga por quase 15 anos, e rematou, com o submetimento da igreja da Galiza a valhadolid, a proibição de validizade aos documentos em galego, a só aceitação de escritos de tabeliões da escola de Toledo, a criação de um órgão fiscalizador e governador do reino (audiência da Crunha), por 350 anos só ocupado por castelhanos não eram aceites para cargos na Galiza nem os galegos que assumiram a sua boa ação de cipaios, o deslocamento da nobreza galega fora da Galiza, e o banimento de qualquer representação dos galegos nas cortes de Castela; toda a representação da Galiza foi enttegue a cidade de Samora.

PORTUGUÊS DA GALIZA... VAIA PARVADA

Alexandre Banhos

Eu nunca pensei nisso do português da Galiza, mas no ano 1994, o Conselho da Agal presidido por Maria do Carmo Henriquez Salido, decidiu organizar o V Congresso Internacional da Língua Galego-Portuguesa na Galiza. Seria em Vigo para o ano seguinte (o congresso foi-se demorando e teria lugar entre 28 de outubro e 1 de novembro de 1996). Eu era membro do Conselho e residente em Vigo, e isso deu lugar a que algum trabalho específico me tocasse.

Tivemos um dia um encontro com quem não era membro do Conselho, mas grande e eficiente colaborador em tudo, Martinho Monteiro Santalha. Lá estávamos numa cafetaria ele, Maria do Carmo, eu próprio, acho também que Pedro Fernandes Velho e duas ou três pessoas mais, das que infelizmente não consigo neste momento de lembrar os nomes. Após tratarmos as questões que urgiam, a cousa entrou numa conversa demorada e lá saiu o assunto dos dous bem interessantes e importantes livros da editora lisboeta *Sa da Costa*, a ver com a língua na Galiza. Um de Manuel Rodrigues Lapa *Estudos galego-portugueses: por uma Galiza renovada*. Outro de Ricardo Carvalho Calero, *Problemas da Língua Galega*.

Martinho Monteiro Santalha, manteve sempre um relacionamento muito estreito com Dom Ricardo Carvalho Calero. Eles trataram de todo o tipo de assuntos e partilharam muitas das suas propostas bem antes de serem publicadas.

Estava pois falando o Martinho, e respeito desse livro de Carvalho, e afirmou: **Carvalho repetidamente susteve que ao colocar a intitulação enganou-se, pois teria que se intitular *Problemas do Português da Galiza*.**

Fiquei chocado, seguim escutando o que afirmava Martinho com muito interesse.

Dizia ele que, para Carvalho o termo galego, numa língua internacional, e para leitores instalados no *português*, era nadar contra corrente, pois exige muito esclarecimento, impossível de fornecer em todo o lado, e não a simpleza heurística, que como aponta Guilherme de Ockham e a sua navalha, e a verdadeira base do método científico.

Esse método aplicado a qualquer proposta que se faça no campo da língua ou de qualquer outro campo, é chave do sucesso da proposta. E na Galiza levamos tempo demais botados a lutar contra as mais fortes correntes, sem examinarmos com a navalha de Ockham, qual é o jeito mais apropriado e simples para o sucesso. Infelizmente, de um jeito ou de outro sempre se acaba aceitando a denominação que o estado impõe, e desde aí questionando, o que faz impossível o sucesso ao lutar contra uma corrente poderosa e bem instalada.

Com esse esclarecimento de Martinho, eu vim como uma luz, de facto passei dias e dias a redemoinhar no assunto mais ou menos pela calada.

Na Galiza vimos duma tradição galeguista que nasce no século XIX, que para a língua gosta da designação galego-português, tradição que segue Agal, e todo o reintegracionismo, e eu próprio, como todos, os que bebem nessa tradição, e que bem esclareceu a intitulação desses congressos internacionais da **língua galego-portuguesa na Galiza**.

Essa tradição fora trucidada na transição (transição da ditadura a democracia, que mais que

transição era transação) pela proposta **espanhola do ILG** (abençoada pela **RAG**)

Essa tradição de chamar a língua de galego-português, estava dizendo que a língua era uma só.

Carvalho, como todos os galeguistas que procediam da sua formação na época republicana inseriram-se de jeito pleno nessa tradição. Ele que foi o primeiro catedrático da nossa língua na Universidade Compostelã e que fez não pouco esforço na sua institucionalização universitária, não esqueçamos que não era catedrático de galego, senão **catedrático de galego-português**.

Aposentado Carvalho e chegado Fraga ao governo, o ILG muito argalhou para acabar com essa denominação, que é contrária, ao **vírus que representam, em palavras de Carlos Quiroga**, e pronto, antes de rematar o primeiro ano de Fraga, uma Ordem da Junta, mudava o de galego-português a **galego e português**, mas não satisfeito, o ILG continuou a argalhar até o português desaparecer.

No ano 1996 coincidim num ato com Dom Antom Fráguas, um dos poucos galeguistas “históricos” que era ainda uma ligação viva com o galeguismo de anteguerra, e que seguia a pesar da sua idade bem avançada muito lúcido. Era de conversa amena e agradável. Perguntei-lhe: Que acharia de chamar a língua da Galiza, português da Galiza?

Olhou para mim abraiado e diz-me: **Vaia parvada**. *Durante muito tempo foi aceite o de galego-português que agora já não está na moda, mas como criadores da língua, seriam os portugueses os que teriam que chamar a sua língua, galega*.

Tentei esclarecer que a Galiza criadora da língua, não foi a Galiza administrativamente espanhola, se não uma Galiza bem mais grande, que ia bem mais para sul, e esses galegos, que em palavras de Herculano eram os criadores de Portugal (Entrevista no jornal do Porto *Primeiro de Janeiro*, 187 e algo, citado por António Sérgio em *Breve Interpretação da História de Portugal*), tinham todo o direito a colocarem o nome do estado à língua.

No meu relacionamento com portugueses descobrim bem em seguida que o de português da Galiza, conectava com grande força; e reparei logo que o nome galego-português, que forma parte das matérias que se estudam em Portugal, faz referência a textos antigos devido a professora alemã Carolina de Michaëlis, quem achou mais útil de chamar aos textos da primeira etapa da língua de galego-portugueses, em vez de esclarecer que o português nos primórdios do reino se chamava galego.

Chamar a língua da Galiza em Portugal ou em qualquer outro lugar do espaço internacional da nossa língua, português da Galiza, gera uma empatia logo a partida, que voa por cima até da qualidade e modelo de língua, entanto que galego, ainda se escrevendo exatamente com a mesma orthographia, cria uma barreira, do tipo mas se é galego...não é português, e vamos a achar diferenças. E claro, esse termo galego sempre precisa de esclarecimento.

No ano 2000 ou 2001 assistimos uns quantos galegos, a um encontro sobre função pública no quadro normativo europeu no salão da Escola de Administração pública (INAP) em Madrid. Lá falava o responsável sueco (usou inglês), a Diretora geral da função pública de Portugal, e o Secretário de Estado da administração espanhola Ignacio González (quem viria a ser certificado, andando o tempo, como mais um grande corrupto segundo modelo PP).

Com a Secretária geral de Portugal (da que infelizmente não lembro o nome) tivemos longa conversa antes do ato, e embora tivesse a palestra preparada em inglês ia usar o castelhano por deferência com o público. Convenci-na de fazer a palestra em português. Eu disse: “a senhora acha que se se deslocasse a Lisboa para falar alguma pessoa do estado espanhol, usaria o português?”. E ela respondeu: “não”. E além disso fornecia o INAP tradutor de português castelhano, e auriculares para escutar.

Foi a tradução mais horrível que achei na minha vida. A palestra estava entupida de falsos amigos, por exemplo reforma, -referido a jubilação- e o tradutor dizia reforma, de facto ninguém entendeu muito do que ela diz.

Havia logo um período de perguntas e eu aproveitei que havia tradução de português para fazer-lhas na minha língua.

Erguim-me, trouxeram o microfone, e comecei, *Voi fazer una pergunta a la senhora Directora geral, e aprovechando que hai traducion la voi fazer como galhego em mi lengua, el português...*

Foi dizer português e na Sala alçaram-se vozes e pessoas iradas, que dificultou o seguir com a pergunta... Com berros do tipo “tu eres galhego, que és isso de português”... aguardei a que se calmara a cousa e esclarecim no **português da Galiza**... Após o esclarecimento aquilo era um escândalo ainda maior.

Agentei bastante sossegado. E quando acabou a sessão e saim para fora, fum arrodado duma dúzia de pessoas, e mais que andavam a pedir-me esclarecimentos, como podia ter declarado aquela burrada. Achavam que vinha de cometer um delito de lesa pátria. Estava na palestra o amigo José Manuel Outeiro (quem participou e argumentou comigo na conversa com a diretora geral para que fizesse a palestra em português), e com o seu estilo firme e calmo apareceu para me defender. Estavam outros galegos incluso algum com cargo de partido nacionalista, mas ficaram calados, e tudo o que chegaram a dizer era do tipo o *Alexandre és como és...*

Percibim muito claro que essa denominação remove a política espanhola de *nacionalização do galego*, entanto este não desaparece como língua regional da Espanha, e só da Espanha, de jeito bem simples e sem muito trabalho.

Como diz Edelmiro Momam, como é que nenhum grupo político, tem nunca reclamado a existência do galego em Portugal, nem sequer em Castro Laboreiro ou nos Trás os Montes, e como é que um Xocas -Joaquim Lourenço- podia dizer na república, que no Baixo Límia falavam igual que em Lindoso e Soajo, português; e hoje a raia é a exata raia de duas línguas?.

O nome certo é a primeira alavanca de sucesso, é aquele que não precisa de esclarecimento dada a sua transparência, é o melhor. Que o estado não goste, é como certificar a sua força.

Sobre a importância das denominações e não aceitar as suas denominações, eis um caso bem interessante. No mês de junho, a começos, houve uma intervenção no Congresso espanhol, acho que uma deputada de Junts, começou falando em Catalã, e a presidenta Maritxell Batet, cortou-lhe a palavra... *Aqui hai que usar la lengua comum de todos, el espanhol*, isso acompanhado com as expressões de fúria e berros de partidos da direita e da direita extrema. Porém a deputada catalã, acho que de Junts, respondeu à presidenta do Congresso em Catalã, *eu estou a falar todo o tempo em espanhol, e penso seguir falando em espanhol*.

A presidenta ficou deslocada, em choque, com essa intervenção absolutamente inesperada, fez uma consulta com os secretários e com assessores, e ao cabo dum bocado diz: A única língua que se pode usar no Congresso, é a que estabelece como oficial a Constituição, o castelhano.

No dia 21 de junho houve um acordo de todos os deputados dos países com língua nacional, de reclamarem a presença das suas línguas no Congresso. E foram cortando-lhes a palavra. Aqui em castelhano. A palavra espanhol não se voltou a escutar no Congresso desde a sua presidência, nem sequer quando Nestor Rego na sua intervenção falava do espanhol. A partir de aí, no Congresso, ao castelhano se lhe chama castelhano, nos termos legalmente estabelecidos, língua imposta a outros territórios e *não língua comum e natural do estado*.

Espanhol é uma apropriação, um usar a força da corrente, o jeito mais simples de conseguir que uma língua imposta, se interprete como uma língua comum. (As denominações não podem ser boas para eles se também o forem para nós, alguém está enganado que diria Sun Tzu)

Espanha funciona como um verdadeiro estado étnico castelhano, em todas as questões de fundo desse estado; por isso o Tribunal Superior de Justiça da Catalunha está formado por castelhanos, mas não só esse, e podem se pôr inúmeros exemplos.

Na sentença anti-jurídica do Tribunal Superior da Catalunha sobre a língua, a do mínimo 25%; sentença que se faz com absoluta falta de base jurídica, como bem esclarecia Alba Nogueira neste artigo (Lengua y Separación de Poderes), pois bem nessa Sentença afirma-se que: “A língua espanhola é a língua comum”.

Porém um simples gesto duma deputada declarando que o catalão era espanhol, dinamita tudo.

Volto agora para a denominação de sucesso para nossa língua. Os Colóquios da Lusofonia, nasceram em 2002, impulsionados por Chrys Chrystelo, e neles realizou-se um grande contributo ao relacionamento da Galiza como iguais com o resto de espaços que formam a Lusofonia. Nos Colóquios obviou-se o que é óbvio, e não se discutiu de nomes, no sentido do que pensava Carvalho Calero; o português da Galiza, (pt-GZ) foi um português mais como é o “pt-BR, ou o pt-AN, ou pt-TI” etc etc, sem perder nada de seu.

Nos Colóquios colocaram-se as primeiras pedras para o nascimento da AGLP (Academia Galega da língua Portuguesa), e foi a partir dos Colóquios onde se lançaram os alicerces, para essa Academia ser reconhecida como igual por todas as demais academias lusófonas que trabalham com a língua.

Os colóquios foram a chave para abrir o IILP à Galiza, aos reintegrantes, por cima das estruturas de estado etc etc. e todo isso funcionou, a causa da magia de chamarmos às nossas falas com o nome com o que elas são reconhecidas internacionalmente.

Temos acaso mais direito nós sobre a língua, que o que tem os galegos que construíram Portugal?. Como dizia Murguia em 1891 nos Jogos Florais de Tui: Nós não podemos pagar e deixar de agradecer tudo o que fez Portugal pela nossa língua, que seria de nós sem eles.

Quando eu fum Presidente da Agal, no relacionamento com a Lusofonia e de jeito especial com Portugal, usei sempre o nome de português da Galiza.

E qual foi o resultado?, um interesse, empatia e solidariedade de todos os lados, inimaginável, inacreditável. Um dia encontrei o dinâmico e empreendedor José.R. Pichel, fora um encontro ao acaso, ele acabava de chegar de Lisboa. E perguntou como é que tu conseguistes?, está a Galiza e a sua língua em todos os meios, peguei na rua dous jornais gratuitos e falavam também da língua na Galiza e de seus problemas.

A cousa era muito simples, a AGAL informava, mandava comunicados, tinha os meios portugueses como elemento chave de dar informação, e nos sempre falavamos da situação do português na Galiza.

A Galiza sob Castela/espanha tem muitos problemas, estamos numa situação de esmagamento e opressão onde não tem dado certo nada do que se fez. Portugal tem de parceiro peninsular Espanha, e nesse quadro a Galiza até se pode perceber como um problema para eles, um problema não pequeno nalgum sentido para Portugal, **pois a Espanha o estado espanhol, o único que de verdade lhe preocupa da Galiza, e o relacionamento com Portugal.**

Sofremos o terrorismo de Isabel I a Usurpadora, não por apoiarmos a rainha legítima Joana, senão por aceitarmos de rei, a Dom Afonso V de Portugal e a união de toda a faixa-atlântica peninsular. Castela, Castela/espanha, leva mais de 800 anos trabalhando para impedir como for o relacionamento estreito e a união do que não devia ter-se separado. A solidariedade que gera afirmar que a nossa língua é o português da Galiza é brutal; e além disso fica desmontado todo o processo da estatalização linguística, pois o português não é língua espanhola.

Dizia Carlos Quiroga nesta entrevista que há um vírus que está matando o galego, e que se chama ILG, e por cima da sua atividade que pode ser até interessante olhada desde a distância, é demolidor de cara a se construir um projeto de verdade e de futuro, e esse vírus vai bem além do modelo de escrita para o galego, o modelo do castelhano (que era em certa altura o único que se sabia, o único que aliás se podia conhecer, num povo capado e com história apagada) frente a nossa própria tradição original e histórica.

Esse vírus está inculcado em universidades e sistema de ensino com grande força, e se para o vírus o de galego-português da tradição galeguista, que tão bem representava Carvalho Calero, era anátema, e era-o até o ponto de **reescreverem a história** da matéria galego-português na universidade compostelã. O termo **português da Galiza** funciona para eles, como para os espanhóis exaltados de Madrid que citava antes, como um poderoso antibiótico, pois sentem que isso vai certinho contra a política estupefaciente que patrocinam, que funciona a prol do desaparecimento da língua na Galiza (sob Castela/espanha).

Como dizia o criador do vírus Constantino Garcia: Não importa se a língua se fala ou se deixa de se falar, o nosso trabalho não vai disso

Apresenta Um Tradutor/Intérprete de Culturas

O enquadramento da obra de José Rodrigues Miguéis não ficaria completo sem um olhar sobre a sua faceta de tradutor, tanto na vertente teórica, como na sua práxis.

É notória a ligação a esta atividade desde muito novo, tendo em conta que aos vinte e seis anos Miguéis traduz e adapta do inglês a obra *Curso sistemático de lições de coisas: Primeiro ciclo*, (com introdução de António Sérgio); em 1935 publica a sua tradução do romance de Stendhal *A Abadessa de Castro* e que, entre 1958 e 1962, traduz seis contos coligidos em *O Livro das Mil e Uma Noites* (com introdução de Aquilino Ribeiro). Recorde-se que entre 1934 e 1935, a tradução serve de disfarce para ocultar a sua autoria do "romance-folhetim" *Uma Aventura Inquietante*, cujos fascículos surgem por essa razão publicados como texto traduzido por si. No campo da tradução literária, além dos três romances já mencionados, os títulos *O Jogador* de Dostoievski e *O Milagre de Santo António* de Maurice Maeterlinck constam da biobibliografia preparada por Miguéis em 1977, como tendo sido traduzidos do francês.⁶⁶ Também no espólio, as anotações para a revisão da tradução de *Ship of Fools*, com data de início e fim da tarefa (29 Jan 1964 e Mar 1964, respetivamente), sugerem ter Miguéis realizado este trabalho.⁶⁷

O percurso ligado à tradução passou, como se sabe, pela colaboração nas *Seleções do Reader's Digest*, onde foi consensualmente reconhecido como um tradutor de excelsa competência. Em carta para Mário Neves datada de 1947, desabafa sobre a sua dificuldade em conciliar as duas absorventes ocupações da sua vida, a criação literária e a tradução:

Imagine o que é ter de traduzir e rever para publicação, entre 10 e 29 do mês, cerca de 33.000 palavras em qualidade «estritamente Miguéis» — sabendo-se que o estilo e assuntos do R.D. [Reader's Digest] são como o Urânio-X...só à força de ciclotrão! [...] Se eu pudesse viver de abstrações, e empregar todo esse tempo em escrever, quanto não poderia ser feito! Demais, escrever é-me muito mais fácil do que traduzir... (Neves 171-172)

Miguéis descreve com vivacidade as vicissitudes do trabalho de tradutor não-literário, contrapondo significativamente as suas limitações à liberdade da criação literária. Não menos significativa é a última frase, ao comparar a energia que dedica às suas atividades. Na verdade, e recordando outros momentos já citados, comentou Miguéis escrever compulsivamente, não obstante ser demorado o processo de revisão, razão pela qual a vida não seria suficientemente longa para passar para o papel tudo o que tinha para transmitir. Os lamentos, na missiva, prosseguem:

Hoje, por exemplo, sentei-me a esta mesa às 10 da manhã; lutei todo o dia com salmões, toninhas e trutas da ménagerie do R.D. — e às 7.30, para mudar o disco, ponho-me a escrever-lhe. E assim quase todos os dias, para aprontar aquelas duas a três páginas da revista, sem as quais não há o clássico bacon & eggs! E em cima disto, escrevo! E é preciso ler! E algum convívio, ainda que seja forçado e enjoativo! (Neves 171-172)

Termina com o tom irónico que lhe é peculiar, fazendo uso de um soneto de Camões: Não interprete à letra os queixumes: ainda por cá há reservas de bom humor! Peça aos deuses do Ver e Crer que de cá bem cedo me levem a vê-lo, e terá colaboração. (meu sublinhado).⁶⁸

Noutra carta, de 1961, também para Mário Neves, Miguéis regressa aos desabafos sobre a sua rotina de escritor e tradutor, das quais transparece a sua experiência de intelectual luso-americano. Se por um lado reitera os constrangimentos de conciliar a tradução técnica com a escrita criadora, publicando em Portugal, por outro ressentia-se das dificuldades decorrentes do meio competitivo onde vive, admitindo os malefícios pela falta de crescimento do país natal:

dos livros em que trabalho quase tudo é impúblicável, e o resultado é um certo desânimo. Acresce que a necessidade me tem obrigado a aceitar trabalhos de tradução (nada como antigamente) que me amola o juízo e comem energia. Não entro em detalhes ociosos! Cada dia mais metido na concha...Portugal dói — ainda mais cá fora, porque é na feroz concorrência com outros países, num meio gigantesco, que as nossas fraquezas sobressaem mais: nas letras, na política, no turismo, no comércio...em tudo." (Neves 219)

Ainda a propósito desta ocupação profissional, Camila Campanella dá o seu testemunho em entrevista posterior, salientando o volume considerável de textos traduzidos pelo marido de quem enaltece o profissionalismo. E exemplifica a sua dedicação, contando que para traduzir o *Manual do Torneiro*, Miguéis visita uma fábrica para aprender o ofício.⁶⁹ O próprio autor, em 1968, quando questionado sobre o modo como se assegura a subsistência deste "escritor português em Nova Iorque" assume a necessária convivência entre a atividade intelectual e o lado mais pragmático da sua existência:

Trabalhando, isto é, escrevendo e traduzindo. Durante muitos anos na secção portuguesa do Reader's Digest, proferindo conferências, fazendo traduções, inclusivamente de propaganda de máquinas agrícolas..."⁷⁰

Tanto o grau de rigor a que se obrigava, como os conhecimentos adquiridos com a experiência de tradução literária, como ainda o contexto vivencial em que se encontrava, motivaram a publicação de texto crítico sobre aspetos envolvendo a metodologia da tradução. A sua perspetiva encontra-se refletida no artigo "Era Uma Vez um Désiré..." a propósito da peça de teatro *A Streetcar Named Desire* chamando a atenção para algumas opções tradutórias. O autor argumenta em torno da recusa da "pureza" da língua e da defesa de uma eventual "miscigenação", conquanto esta não implique empobrecimento nem subalternização linguística. Exemplifica com a hipótese apresentada para o título *Um Elétrico Chamado Desejo*, associando-a à relação lexical entre "désiré" em francês, "desire" em inglês, "desir" em francês e "desejo" em português. Também "busy like a cat on a hot tin roof", traduzido por "gata em telhado de zinco quente" lhe merece reparos críticos. O seguinte remate conclusivo deixa transparecer aliás os pressupostos teóricos que norteiam o seu pensamento crítico:

Porque traduzir, meus filhos, não é trocar palavras de uma língua em palavras de outra - mas encontrar as equivalências idiomáticas, transferir as formas verbais de uma cultura ou estrutura mental para o pensamento e estrutura sintática de outro idioma. ("Era uma vez um désiré")⁷¹

⁶⁶ No espólio, o exemplar tem *Marginália* indicando "remetido em 25 de Out. 1977 ao Dr. Onésimo A. Almeida / Brown Univ / Rhode Island". (Miguéis Archives, Box 15)

⁶⁷ Miguéis Archives, Library.

⁶⁸ Neves, pp. 171-172.

⁶⁹ cf. Maria de Sousa. "Conversation with Camila Miguéis" in Almeida. *José Rodrigues Miguéis: Lisbon in Manhattan*. p. 235.

⁷⁰ cf. entrevista já citada, concedida em New York ao *Diário de Lisboa*, de 6 de Junho, 1968, pp. 5-6.

⁷¹ *Diário de Notícias*. 13557 (5 de Setembro) 1960. p. 8. Para uma perspetiva diacrónica dos estudos de tradução em Portugal cf. Susan Bassnett. *Estudos de Tradução*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

Miguéis regressa a estas preocupações no artigo de 1965 "Garranos, Polvos, Cotovias e Gato por Lebre (Sobre os problemas da tradução)", na *Seara Nova*. O autor debate o efeito causado na criação literária e na criação tradutória pela influência da riqueza do património aportado por cada grupo sociolinguístico, assim como pela integração do autor na América, referindo situações ilustrativas de dificuldades decorrentes do estabelecimento dessas equivalências semântico-semióticas, situações que justificam a escolha do sugestivo título inspirado num adágio popular.⁷²

Socorrendo-se da ironia, chama a atenção para o aparente desconhecimento junto da opinião internacional de uma distinção clara entre o português e o castelhano, pois da troca entre o significado das palavras homógrafas "polvo" (em espanhol) e "polvo" (em português) resultou a tradução para "dust" (em inglês). Mais uma vez, debruçando-se sobre o desafio da ausência de equivalentes discute a opção *Não Matem a Cotovia* para o título do romance de Harper Lee, *To Kill a Mockingbird*. São as críticas formuladas ao título português, então da responsabilidade do editor e não do tradutor, como era prática corrente, que motivam o protesto público do visado, Lyon de Castro, da editora Publicações Europa-América, e consequente contraditório em defesa de Miguéis por parte da Direção da *Seara Nova*. Saliente-se que o episódio, e as questões teóricas suscitadas pelos artigos, são sintomáticos dos diferentes patamares de evolução dos estudos sobre tradução nas duas margens do Atlântico, desde as décadas de quarenta, cinquenta, sessenta. Por outro lado, é igualmente indicativo dos processos e opções teóricas com que Miguéis teria oportunidade de se debater.⁷³

A propósito do contexto americano, Miguéis, fazendo uso da sua prática de tradutor, valoriza a ampla e pertinente discussão em torno da atividade tradutória existente, quer através da multiplicidade de congressos, quer de publicações, apesar dos "atentados contra o sentido dos textos" continuarem a existir, em resultado dos quais os leitores ainda teriam acesso a "meras aproximações". A propósito da situação em Portugal, Miguéis - tradutor português "*in partibus infidelium*" - ressentido da ausência de uma política de defesa da língua portuguesa em consequência da qual à tradução cabe papel subalternizado. Interessantemente, e talvez identificando-se com o real sentido do epíteto de Fernando Pessoa "a minha pátria é a língua portuguesa", reconhece travar "inglório combate em defesa dessa pátria impalpável e epiderme interior que é a língua materna" (281). A vivência cosmopolita de Miguéis em New York permite-lhe traçar um retrato bastante abrangente dos obstáculos, tal como em seguida os enumera:

desde os próprios compatriotas deserdados da cultura, [...] aos nossos irmãos brasileiros, com frequência ultraciosos da sua originalidade, [...] aos espanhóis e hispanos de vários matizes, que em muitos casos, por ignorância e chauvinismo, teimam em não reconhecer o facto autónomo do mundo luso-brasileiro ("el portugués es castellano mal hablado!") e aos próprios norte-americanos, mal-informados, alheios às picuinhas de minorias, e empenhados, sobretudo, em vender a sua mercadoria (ou filosofia) ao freguês, por meio de uma gíria que lhe agrada. ("Garranos, Polvos, Cotovias e Gato por Lebre: [Sobre os problemas da tradução]" 281-282)

A informação veiculada por Rodrigues Miguéis é significativa não só pela condição de observador privilegiado, como pela consciência que revela do alcance do exercício da tradução considerando o peso económico e político das línguas, muito para além do quadrante linguístico. O desabafo seguinte condensa a mensagem: "só lá fora se compreende o que vale uma Gramática e o que significa uma Cultura!" (282). Mais tarde, quando entrevistado em 1980, volta a mencionar a importância da tradução enquanto fonte permanente de rendimento, a pretexto das dificuldades de aceitação sentidas enquanto intelectual estrangeiro a escrever em português.⁷⁴

Da observação destes testemunhos resulta evidente que o esforço do autor em conciliar as variáveis da sua subsistência é ampliado não só pela ética profissional, como pelo olhar luso-americano por esse motivo duplamente empenhado. Resulta igualmente evidente o modo como a sua sensibilidade é alimentada pela intelectualidade do meio nova-iorquino, vivendo com particular intensidade as manifestações literárias. Nesse sentido, a tradução de literatura americana apresenta-se como uma vertente dessa vivência, através da qual aprofunda o seu conhecimento interiorizando perspectivas prosódicas, interpretando o mundo representado nessas obras para o devolver ao leitor de outro quadrante cultural, como o português.

A tradução de obras como *The Heart is a Lonely Hunter*, de Carson McCullers (1940),⁷⁵ *The Great Gatsby*, de Scott Fitzgerald (1925)⁷⁶ e *A Lamp for Nightfall*, de Erskine Caldwell (1958),⁷⁷ dão uma ideia da ligação de Miguéis à cultura americana, muito significativamente ainda pelo lugar que ocupam no cânone das letras americanas.⁷⁸ Não menos relevante se afigura o facto de o escritor-tradutor-ensaísta ter elaborado os prefácios "Carson McCullers ou a Vitória da Comunicação" para *Coração, Solitário Caçador* e "Scott Fitzgerald ou a Autodestruição Criadora" para *O Grande Gatsby*.

Da receção por parte da crítica, transparece a relevância do contributo de Miguéis para o enriquecimento do cenário literário em Portugal. Uma nota no suplemento literário do *Diário Popular* sobre *O Grande Gatsby* dá conta da "tradução primorosa de José Rodrigues Miguéis" e classifica de notável o seu prefácio.⁷⁹ No *Diário de Lisboa*, Álvaro Salema eleva o mesmo

72 O processo permanente de aperfeiçoamento de Miguéis é também visível na tradução. O volume de *O Grande Gatsby* que se encontra na sua biblioteca pessoal apresenta diversas anotações a corrigir o seu texto traduzido. (Miguéis Archives, Library).

73 Considere-se Hilaire Belloc, autor de *On Translation* (1931) que Susan Bassnett cita na obra *Estudos de Tradução* (2003) para enumerar as seis regras a aplicar pelo tradutor de texto literário, procurando sistematizar ocorrências a resolver. Se por um lado existe uma responsabilidade moral em relação ao texto de partida, é também afirmado o direito de o tradutor alterar o texto de chegada para estar em conformidade com as normas estilísticas e idiomáticas da língua de chegada. (Bassnett, pp. 183-189)

Considere-se ainda Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet que, nos anos quarenta e cinquenta, distinguem os dois métodos de tradução: direta ou literal e oblíqua; a primeira baseada na transposição elemento por elemento para o texto de chegada, baseada na existência de categorias paralelas, conceitos paralelos; a segunda, na aceitação da existência de diferenças estruturais ou metalinguísticas que implicam alterações a nível sintático ou lexical a fim de concretizar a passagem para o texto de chegada. Estas perspectivas constam do artigo "A Methodology for Translation" que seria inserida na obra *The Translation Studies Reader*, de Venuti (2000). Os autores consideram igualmente os seguintes métodos tradutórios: o "empréstimo", com o objetivo de criar um efeito estilístico específico, introduzindo no texto de chegada uma marca expressiva do texto de partida; o "decalque", uma variação do empréstimo em que a expressão emprestada do texto de partida é em seguida traduzida literalmente e que, por vezes, vem a ser assimilada pelo texto de chegada; "tradução literal", a passagem direta palavra por palavra; a "transposição", que implica a substituição por uma classe morfológica distinta; a "modelação", que pressupõe uma mudança da forma da mensagem, obtida por uma mudança do ponto de vista; a "equivalência", utilizando uma estrutura totalmente diferente para traduzir onomatopéias, ou provérbios; a "adaptação", uma forma específica de equivalência perante situações presentes no texto de partida que são desconhecidas no texto de chegada. (Venuti, pp. 84-93)

74 Carolina Matos. "Entrevista com José Rodrigues Miguéis" in Almeida. *José Rodrigues Miguéis: Lisboa em Manhattan*, pp. 251-258. Acrescentada à edição portuguesa. Uma nota do editor indica tratar-se da última entrevista concedida pelo escritor, inicialmente publicada no primeiro número da revista *Gávea-Brown* do Departamento de Estudos Portugueses e Brasileiros da Brown University (vol. 1, nº. 1, 1980, pp. 42-48)

75 Miguéis, José Rodrigues. *Coração, Solitário Caçador (The Heart is a Lonely Hunter)*. Carson McCullers. Lisboa: Estúdios Cor, 1958.

76 Miguéis, José Rodrigues. *O Grande Gatsby (The Great Gatsby)*. F. Scott Fitzgerald. Lisboa: Portugal Editora, 1960

77 Miguéis, José Rodrigues. *Uma Luz ao Escurecer. (A Lamp for Nightfall)*. Erskine Caldwell. Lisboa: Livros do Brasil, 1973.

78 No prefácio à sua tradução dos romances *Miss Lonelyhearts* (1933) e *The Day of the Locust* (1939), de Nathanael West, Teresa Alves traça o percurso da contribuição das dinastias de escritores americanos que concorreram para a realização literária do escritor. É significativo verificar como José Rodrigues Miguéis evidencia efeitos semelhantes causados por essa esfera de influências. Na verdade, ambos evidenciam por exemplo "a qualidade imagística" numa "espécie de transmutação das suas preferências modernistas" em resultado do interesse pelas artes visuais. Na Nota sobre a prática da tradução, as considerações em torno do estatuto de "coautor" ou "re-escritor" do tradutor, assim como a necessidade de aferir o sentido global como unidade máxima de tradução abrangem preocupações semelhantes manifestadas por Miguéis. *Miss Corações Solitários seguido de O Dia dos Gafanhotos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1985. pp. 9-49.

79 cf. "Quinta-Feira à Tarde" Suplemento Literário in *Diário Popular* (14 de Julho) 1960, p. 6.

prefácio a “autêntica obra de arte”, pelo conteúdo e estilo. Dá relevo especial à contextualização oportuna do romance e da abordagem de cariz psicológico, em virtude da qual estabelece a superioridade de Fitzgerald em relação a Faulkner, Dos Passos, Hemingway e Steinbeck.⁸⁰ Igualmente laudatório, a recensão de *Vértice* realça a análise dos Estados Unidos da América pós-1929, tal como esta emerge do prefácio e da tradução levados a efeito por José Rodrigues Miguéis. Não obstante, o reparo feito à tradução - “fluente e geralmente correta, apesar de certas construções ou termos que a longa permanência do tradutor na América ou uma deficiente revisão deixaram passar” - salienta a discussão metodológica da autoria do tradutor.⁸¹

O contributo de Miguéis para o conhecimento da literatura americana em Portugal, valorizado pela crítica, está na verdade em consonância não só com a atenção que o escritor dedica à dimensão literário-artística dos Estados Unidos da América, como com o seu sentimento de admiração pela escrita americana. Na entrevista concedida ao *Diário Popular* em 1959, destaca nomes de Jack London, Upton Sinclair, Dos Passos, Hemingway, Scott Lewis, os “dois Miller”, O'Neill e Faulkner, confessando “estima particular por Erskine Caldwell”. A propósito de Caldwell, põe em destaque a representação “implacável nos seus panoramas humanos, despidos de mistério falso, pré-fabricado, secos como gravuras em madeira e penetrados de amargo humor”(11). A sintonia manifesta-se em aspetos como o reconhecimento da fidelidade ao plano humanista e a confiança no talento do indivíduo para se redescobrir e reinventar perante o infortúnio. Nova sintonia se faz sentir ao abordar o estilo e a intenção da escrita de Caldwell, conforme o passo seguinte:

Esta obra de imenso conteúdo e de enorme repercussão (era, há pouco ainda, o mais lido e mais popular dos grandes escritores da sua geração), é um panfleto – aí o tem -, contra a miséria e a degradação do homem do Sul, negro ou branco, mas realizado sem fórmula, sem rótulos, sem a subordinação aparente a um pensamento preconcebido, e quase inteiramente despida de complexidade de estilo: nítida, meridiana, incisiva. Não lhe escondo a minha inveja! O autor desaparece por trás da obra; e, se o entrevemos, é como um observador ativo, interessado e no fundo solidário... Mas confiante na capacidade dos homens para encontrarem por si as soluções necessárias!”⁸²

Camila Campanella, também questionada sobre as afinidades literárias de Miguéis, não só refere de novo Erskine Caldwell, John Steinbeck, Hemingway, Dos Passos, F. Scott Fitzgerald, como acrescenta o fascínio dos últimos anos pela escrita feminina que considerava superior à masculina, citando a título de exemplo Marilyn French, Joan Didion, Francine duPlexis Gray e Jessamyn West.⁸³ Acrescenta-se a este propósito que tendo estado as suas carreiras ligadas a Nova Iorque durante a década de setenta, terão partilhado com Miguéis o convívio intelectual ligado ao jornalismo literário e ao meio universitário. Tendo sido já referido que a biblioteca pessoal não é totalmente ilustrativa das leituras de Miguéis, refira-se que não obstante dela consta *A Book of Common Prayer* (1977) de Joan Didion; *Lovers and Tyrants* (1976) de Francine duPlexis; *The Woman Said Yes* (1976) de Jessamyn West, bem como obras dos escritores canónicos acima enumerados, realçando-se o número de títulos de Caldwell e Hemingway.⁸⁴ A atenção de Miguéis à literatura americana é ainda visível nos recortes de jornais constantes do espólio, sobre diversos autores tais como Carson McCullers, Faulkner, Hemingway, Norman Mailer.⁸⁵ Articulando as preferências literárias com a tradução de romances, Mário Neves observa que Rodrigues Miguéis procurava trabalhos que o satisfizessem, razão pela qual Rodrigues Miguéis propõe traduzir *The Great Gatsby* à Portugália Editora,⁸⁶ lembrando mais uma vez as suas afinidades com a literatura americana. Já em relação ao romance de Erskine Caldwell essa satisfação decorre do convite formulado por António Sousa Pinto, da editora Livros do Brasil.⁸⁷

No prefácio “Carson McCullers ou a Vitória da Comunicação” à tradução *Coração Solitário Caçador* (1958) Miguéis mostra-se muito identificado com a escrita desta autora. Inclusivamente, nela realça “a sua arte toda de delicadeza, ternura e tons profundamente femininos”, o poder criador associado à força da sua mente (9-10), em contraposição à perspetiva de M. Redessan. Este, no Boletim da Estudos Cor apresentando o romance traduzido referira o estilo “viril” da autora, ainda que tivesse reconhecido as afinidades entre autora e tradutor, ambos ocupados em “fotografar” a vida americana (3).⁸⁸

É relevante mencionar como os comentários de Miguéis sobre o comportamento das personagens deste romance parecem descrever o processo catártico verificado nas suas próprias personagens, nomeadamente em “Beleza Orgulhosa”, ou em “O Acidente”, quando se refere ao “desenrolar panorâmico de dramas pessoais num quadro de fatalidades aparentes, que transcendem a compreensão e os meios destes simples e oprimidos” (14). Tal como noutras narrativas de Miguéis, o desaparecimento da personagem central após o momento catártico, em McCullers representado pelo surdo-mudo, as outras personagens “retornam à rotina, ou ao combate.” E Miguéis acrescenta “é já com esperança e reconforto, pelo menos com resignação ao temporariamente inelutável. [...] “E a Vida? A Vida muda e permanece, varia e mantém-se idêntica a si mesma” (14).

Por outro lado, e contrariando o sentido habitual atribuído a este romance, Miguéis abre uma nova janela de entendimento sobre a problemática da solidão, cuja perspetiva é consentânea com a sua. O passo seguinte estabelece esta aproximação, evocando os anseios de Miguéis na sua comunicação com o leitor:

*Tem-se dito e acreditado que *The Heart is a Lonely Hunter* trata, antes de tudo, da irremediável Solidão: o próprio título parece sugerir-lo. [...] Seria essa a visão da romancista? Muito ao invés, segundo creio, este romance diz-nos da luta dos homens contra a solidão, e da sua vitória sobre ela: da necessidade e da possibilidade da comunicação. Sem isso como a entenderíamos nós? Escrever um livro, mesmo no relativo isolamento, é já vencer a solidão, é comunicar, participar, agir, influenciar e propor maneiras de vencer o Horror Subjacente ou Patente.
(“Carson McCullers ou a Vitória da Comunicação” 11)*

80 Álvaro Salema “Um Prefácio de Rodrigues Miguéis ao Romance ‘O Grande Gatsby’ de Scott Fitzgerald” in *Diário de Lisboa* (20 de Outubro, 1969) Vida Literária n.º. 117. (Miguéis Archives, Box 22) O recorte apresenta um desabafo sarcástico bastante elucidativo da opinião do autor sobre elogios por parte de certos críticos (que identifica por “eles”). Sem localização no tempo, esta *Marginália* contradiz contudo a afirmação de Mário Neves segundo a qual o escritor se sentira grato pela atenção do *Diário de Lisboa* e de Álvaro Salema (Neves, p. 135).

81 *Vértice*, vol. XX, N.º. 204 (Setembro) 1960, pp. 514-515.

82 Mário Henriques. Suplemento Literário “Quinta-Feira à Tarde” in *Diário Popular* (2 de Julho) 1959, p. 11.

83 cf. Maria de Sousa. “Conversation with Camila Miguéis” in Almeida. *José Rodrigues Miguéis: Lisbon in Manhattan*, pp 183-194.

84 Miguéis Archives, Library. Indicam-se em seguida alguns desses títulos que incluem, nomeadamente, de Scott Fitzgerald: *The Great Gatsby* (1925); de Erskine Caldwell: *Kneel to the Rising Sun and Other Stories* (1935), *We Are the Living*, *Stories*, *Trouble in July*; de Ernest Hemingway: *A Farewell to Arms*; *For Whom the Bell Tolls*; *In Our Time*; *A Moveable Feast*; *Short Stories*; *The Sun also Rises*, assim como a obra sobre este escritor *Hemingway and his Critics*.

85 Miguéis Archives, Box 25.

86 Mário Neves, p. 133.

87 A carta-convite encontra-se no espólio (Miguéis Archives, Box 8).

88 Miguéis Archives, Box 26.

No caso de Miguéis, a tradução, na sua dimensão criadora, revela mais uma forma a que o escritor recorre com a finalidade de derrotar sentimentos de solidão, de que não raras vezes se queixava, mas que afinal sabia repudiar com veemência.

Por fim, o entendimento manifestado por Rodrigues Miguéis sobre o papel da obra de Carson McCullers no contexto da literatura americana realça aspetos por ele valorizados, também presentes nos seus textos, denotando mais uma vez essa identificação do escritor com o universo literário americano. Determinadas afirmações revelam-se noções-chave relevantes. Considere-se a valorização do ponto de vista do narrador assente na "impersonalidade dum câmara cinematográfica que vai de pessoa em pessoa" através da qual os grandes planos ou os enquadramentos são criados, juntamente com a pluralidade das visões e da linguagem das personagens (15). O passo seguinte do prefácio, selecionado para figurar na badana da primeira edição e retirado das edições seguintes, encaminha o leitor para outros traços da construção da narrativa, mais centrada na acção do que na componente descritiva, frequentemente presente em Miguéis:

Sem descritivo nem paisagem, a não ser em função das personagens, da acção ou do ambiente psicológico. Carson McCullers atinge um poder de impregnação quase mágico: e uma despersonalização diante da história, que é traço peculiar da literatura norte-americana depois de Hemingway, uma espécie de behaviorismo novelesco: a definição dos caracteres pelos atos que praticam e a linguagem que falam. Mas nisto ela excede os seus antecessores.

("Carson McCullers ou a Vitória da Comunicação" 15)

É significativa a intensidade das palavras de Miguéis, reconhecendo à escritora o dom de tocar no mais íntimo de cada ser humano: "o interiorismo vem-lhe do poder de penetrar as almas, para vê-las de dentro para fora; de ver através dos olhos delas, de integrar-se nelas para melhor as pintar – ou pintá-las, talvez, para melhor se integrar" (16). Em comunhão com o universo de McCullers, o autor estabelece ligações com a sua própria ambição de captar e pintar o sentido primordial do que observa, a que está subjacente um jogo de causa e efeito em torno da apropriação psicológica do espaço e da possibilidade de integração.

No prefácio "Scott Fitzgerald ou a Autodestruição Criadora", Miguéis enuncia outras vertentes inerentes à criação literária de cujos mecanismos o escritor-tradutor é devedor. Traça esclarecedora apresentação de Scott Fitzgerald e do romance por si traduzido, marcada pelo diálogo teórico em torno de pontos ora convergentes, ora divergentes entre a obra de ambos, assim como entre a de Fitzgerald e as dinastias de escritores que influenciaram ambos. Se "o trágico declínio de Scott" representativo daquilo que Miguéis qualifica como "parte do mosaico espiritual de uma geração" (23) os distingue, Miguéis realça significativamente o que os aproxima, a carga autobiográfica subjacente não só a este romance como a toda a obra de Fitzgerald, que qualifica de "autobiografia experimental, transposta", socorrendo-se aliás das seguintes palavras do escritor: "Mas, meu Deus, esse era o meu material, e era tudo quanto eu tinha ao meu dispor!" (22) O autor do prefácio considera pois que nas contradições, no sofrimento em que se dilacerava, buscava Scott Fitzgerald "o pretexto e matéria da obra" (22).⁸⁹

É a partir desta faceta que Miguéis associa a vivência nefasta de Fitzgerald ao conteúdo igualmente arrasador representado em *O Grande Gatsby*; razão para o título do prefácio, razão para as palavras conclusivas do último parágrafo: "uma obra que parece ter sido concebida e realizada à custa da autodestruição do seu criador." (27). Não sendo destrutiva nem a vivência de Miguéis, nem os quadros sociais por si criados, ambos partilham contudo o mesmo tipo de material para a sua criatividade, ou seja, o que é por eles experienciado, o que é por eles observado, faceta que como Miguéis também realça se trata de "um traço característico da moderna literatura norte-americana" (22). A condição de observador social atribuída a Scott Fitzgerald é, na verdade, característica fundamental de José Rodrigues Miguéis.⁹⁰ Por outro lado, se bem que, numa fase inicial na vida de ambos os escritores, se pudesse considerar que existiria em ambos um sentimento de distanciamento face à sociedade americana, - um por ser estrangeiro, o outro por não se sentir integrado no seu meio – na verdade, o seu percurso apresenta um sentido gradualmente convergente com o meio americano, - um por ser luso-americano e se sentir integrado na atmosfera de Nova Iorque, o outro por decidir regressar definitivamente aos Estados Unidos da América após a experiência europeia. Curiosamente, os anos entre 1924 e 1931, durante os quais os Fitzgerald estiveram em Paris, coincidem em parte com a época em que Miguéis viaja pela Europa e parte para a Bélgica. Ambos os escritores partilham, contudo, emoções semelhantes a respeito do sentimento de pertença, tal como transportado para a escrita. Associado à questão do autobiográfico, central na escrita de Fitzgerald, Miguéis refere outro aspeto como seja a circunstância de Scott Fitzgerald se desdobrar nas suas personagens, descrita como "o véu que encobre o seu carácter autobiográfico". Cada uma delas revela a presença do autor, uma parcela do seu universo vivencial e psicológico, sintetizando Miguéis a aproximação de *Gatsby* ao seu criador na seguinte afirmação: "Com Scott, *Gatsby* tomou o caminho errado para alcançar o Sonho, e sofrerá as consequências do seu erro" (27). De modo idêntico, as personagens de Miguéis transportam consigo manifestações da experiência do autor e do mundo observado, facetas da sua natureza, bem como resquícios da mescla de percursos psicológicos a eles associados.

Igualmente relevantes neste texto, mais evidente do que no prefácio à obra de McCullers, são as ligações estabelecidas entre a obra de Fitzgerald e figuras canónicas da literatura, em particular a americana, com quem entra em diálogo. Com este contributo em que se adivinha o pendor pedagógico, Miguéis contribui para um entendimento mais esclarecido do estilo e da contribuição do romancista para as letras americanas. Não menos relevante é todo o prefácio para o entendimento da perspectiva de Miguéis sobre a literatura americana.

Não reconhecendo a Scott Fitzgerald lugar entre os "escritores 'desgraçados' ou 'malditos', como Poe, Nerval, Baudelaire, Óscar Wilde, Miguéis salienta a peculiaridade do meio americano onde a aceitação social é determinada pelo êxito económico como já foi notado. À escrita de menor introspeção de Faulkner, Dos Passos, Hemingway, Steinbeck, Miguéis contrapõe a aventura interior de Fitzgerald:

A obra nada explica, traduz apenas os conflitos a que ele respondeu pela negativa: ao êxito, com a derrota; à fama, com a obscuridade. A sua aventura, ao invés da de Faulkner, Dos Passos, Hemingway, Steinbeck, foi toda interior: a de um inquieto, que se interroga e se julga com implacável lucidez.

("Scott Fitzgerald ou a Autodestruição Criadora" 22)

Contrapõe ainda à "violência de Hemingway" e ao "panfleto de Dos Passos" a mensagem sobre o encantamento e o desencanto de um sistema, mensagem que ao tempo da publicação de *Tender is the Night* havia sido menosprezada, mas entretanto gradualmente reconhecida à medida que a "década proletária" perde expressão, culminando com a aceitação do

⁸⁹ Miguéis indica ter como fonte a Introdução ao *Great Gatsby* da edição da Modern Library, de 1934. Na sua biblioteca pessoal existe uma edição de 1925 (*Miguéis Archives, Library*).

⁹⁰ Nina Baym et al. *Norton Anthology of American Literature*, pp 1507-1508.

romance *The Great Gatsby*.

Das ligações estabelecidas entre escritores, verifica-se a atenção de Miguéis em relação a Hemingway com quem estabelece igualmente ligações a propósito do romance *Coração Solitário Caçador*, de McCullers. Traço comum aos dois prefácios é ainda a abordagem das características da literatura americana, traduzindo as preocupações de um escritor em diálogo com as correntes literárias que sobre si exercem influência.

Este diálogo tem ainda expressão em opções tradutórias a nível lexical e semântico. Olhando para o caso do romance *O Grande Gatsby*, essas opções relembram as ocorrências já observadas nos contos e ensaios de sua autoria, estando inclusivamente presentes no prefácio da tradução. Os anglicismos *outsider* (9), *sport* (10), *top-girl* (10), *Business* (12), *snob* (13), *clowns* (15), *garden-party* (15), *partner* (16), *play-boys* (23), *speakeasy* (23), ou *racketeer* (26) são exemplo de uma utilização motivada pelo valor semântico se utilizados na língua da cultura a que pertencem.⁹¹

De igual modo, o texto de chegada evidencia recurso semelhante a estrangeirismos, em certa medida permitindo concluir tratar-se de uma forma de apropriação do texto de partida por parte do tradutor, a que está subjacente o entendimento do processo de tradução como um processo de recriação. A abordagem de Martha J. Cutter na obra *Lost & Found in Translation*, aponta nesse sentido:

An effective translator can creatively mesh languages and worldviews so that the spiritual, cultural, and social values of the original or parent culture are not lost as the translator moves into a new culture and language. (2)

Nesta perspetiva, a articulação entre cultura de partida e cultura de chegada adquire dimensão particular e relevante, observando a autora o seguinte sobre as motivações do tradutor:

A writerly translator is also willing to re-create the source text for a new audience and a new culture; such a translator does not deny the contradictions between worlds but rather uses them productively." (8)⁹²

Este diálogo tem em conta a individualidade subjetiva do tradutor no processo de interpretação das culturas na passagem para o texto de chegada. No texto recriado por Miguéis, opta por manter determinados vocábulos ingleses que estão intimamente ligados ao meio social onde a narrativa decorre, o seu estranhamento em relação à língua do texto de chegada a ser devidamente assinalado a itálico, nomeadamente: *settler; front*, no sentido de "frente de guerra", *racketeers, roadster, cottages, fox* (no texto de partida "foxtrot"), *elevated, mint-julep, pool-room, college*. Alguns termos, como *putter, bootlegger* e *Elevated Lines* são ainda objeto de explicação sobre as realidades a que dizem respeito, em nota de rodapé. Quanto a vocábulos como *coronel* e *Oxford*, Miguéis recorre à ortografia *coroner* e *oggsford* por forma a manter refletida na linguagem a caracterização do nível sociocultural das personagens. Outras ocorrências bastante significativas em termos da transposição cultural implícita dizem respeito à presença de léxico francês. Assim, não só mantém termos franceses, nomeadamente, *hotel de ville, hors-d'oeuvre*; como opta por léxico francês para traduzir termos que no texto de partida estavam em inglês, como por exemplo, *evening dress* traduzido para *vestido de soirée* e a *denizen of Broadway* traduzido por "um habitué da Broadway". Também a vivacidade de alguns diálogos é assinalada com a manutenção da locução interjetiva em inglês "all right!"⁹³

Ocasionalmente a estrutura sintática denuncia a estreita ligação com a língua inglesa, como por exemplo, quando traduz a frase "From the moment I telephoned news of the catastrophe to West Egg Village"⁹⁴ por: "Desde o instante em que telefonei a notícia da catástrofe para West Egg Village" (meu sublinhado). Aspeto diverso relacionado com a tradução do pronome pessoal "you" ora por "tu", ora por "você", é elucidativo quanto ao mecanismo de interpretação cultural acionado por Miguéis, ajustando o pronome "you" ao código social da cultura do texto de chegada, segundo um critério de adequação ao estatuto social das personagens e às relações interpessoais na narrativa.

Relativamente às interligações com a literatura americana, a tradução de autores emblemáticos no âmbito da literatura americana exprime, como já se sugeriu, a ligação de Miguéis à sua cultura de acolhimento. O facto de os autores provirem de subculturas diferenciadas, Fitzgerald do Mid West, McCullers do Sul bem como McCullers, acentua a diversidade, numa alusão ao sentido do termo *patchwork*, onde as identidades coabitam, onde novas combinações culturais são possíveis, em conjunto concorrendo para a construção de uma nova realidade, não estando pois Miguéis cingido em exclusivo à vertente mais tradicional. Igualmente importantes são os fatores da temporalidade: a industrialização, a expansão da tecnologia, a chegada de mais imigrantes, fatores que desencadeiam enormes mudanças com inevitáveis reflexos na atividade cultural. Este novo mundo está presente no fascínio manifestado por Miguéis perante o desenvolvimento tecnológico que o impressionaria aquando da sua chegada à América.

Na encruzilhada de elementos que dariam forma ao pensamento modernista americano, o panorama da imensidão encontrada é moldado pelas assimetrias geográficas, históricas e demográficas distintivas dos Estados Unidos da América. Por um lado, a intelectualidade da costa Leste, por outro, o novo caminhar do Sul, por outro ainda, o Oeste conquistado, em diálogos cruzados para os quais um outro fator, ou seja, a clivagem entre mundo rural e o urbano adensa a complexidade deste macrocosmo em profunda mudança. À diversidade das atmosferas corresponde necessariamente uma diversidade de interpretações da realidade, decorrente ainda de uma dinâmica em que tradição e inovação se combinam. Aliás, a ideia de devir imbrica na própria História do país e necessariamente na sua representação através das artes. No caso da literatura, se por um lado, o sentimento de perda, exclusão ou ainda de alienação está presente, está igualmente presente a inspiração criadora de procura e reinvenção, proporcionando uma expressividade artística moderna. Das ilimitadas possibilidades oferecidas pelo espaço americano resultará uma constelação literária carismática na qual Rodrigues Miguéis se encaixa e se inspira ao longo das décadas vividas em New York.

Miguéis acompanha assim as mudanças e desvios de sensibilidade operadas na época modernista fazendo-se sentir a convergência das duas culturas, como o passo seguinte contextualiza:

But no artist could escape it; nobody could grow up in America between the wars without listening to the radio, hearing record, and going to the movies [...] and various cinematic techniques – the flashback, inter-cutting, and the like – gave writers new ideas about literary form. (928)⁹⁵

91 Sobre a temática da tradução em articulação com a obra de Miguéis, cf. os ensaios da autora desta dissertação "José Rodrigues Miguéis: Um Escritor sorri à Tradução com meia-cara" in *Babilónia* 8. Lisboa: Edições Lusófonas, 2008.

92 Introduction: "Translation as Transmigration". North Carolina: The University of North Carolina Press Chapel Hill, 2005. pp 1-30.

93cf. Tabela de Ocorrências apresentada no Anexo A.

94F. Scott Fitzgerald. *The Great Gatsby*. London & New York: Penguin, 1992.

95 Nina Baym et al. *The Norton Anthology of American Literature*. 3rd ed. Volume 2. New York and London: Norton, 1989, p. 928.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Em rascunho de carta para Eduardo Prado Coelho, José Rodrigues Miguéis refere-se a Faulkner, Caldwell, Joyce para discorrer sobre a questão do estilo, tecendo a seguinte consideração: *é que ser claro ou "simples" não é ilegítimo, não é sempre sinal de inferioridade, ou pobreza; e que o "mistério" na linguagem, nos [...] Joyce, é muitas vezes um mistério falso, uma roupagem a esconder a pobreza ou falta de requalificação? No fim da carta surgem as seguintes notas soltas: "o 'mistério' Faulkner – e o enigma Caldwell" (Miguéis Archives, Box 21)*

Sob a luz inspiradora da intelectualidade americana, no deambular da escrita de Miguéis ora na profusa matéria oferecida pela observação e pela vivência nova-iorquina, ora nas memórias do tempo português, o ato da tradução reveste-se de duplo significado ao constituir-se como uma forma do diálogo transatlântico, por via da literatura. Por um lado, a escrita de Miguéis inspirada na atmosfera nova-iorquina quando traduzida para inglês, como sucedeu com *Steerage* e *Polyedric Mirror: Tales of American Life*, a cargo de George Monteiro e David Brookshaw, respetivamente, devolve ao leitor americano uma interpretação da sua identidade; por outro lado, a escrita de autores emblemáticos da literatura americana quando traduzida por Miguéis para português, contribui para alargar os horizontes do leitor em Portugal. Por outro lado ainda, os prefácios às traduções de McCullers e Fitzgerald constituem instrumento relevante permitindo ao público português aceder de forma mais abrangente à literatura americana.

Finalmente, a circunstância de Miguéis traduzir romances de autores como Caldwell, Fitzgerald e McCullers, desta forma devolvendo a sua interpretação cultural ao universo da língua portuguesa tem um alcance ainda mais significativo. Na verdade, além de contribuir para a divulgação de representações canónicas da literatura americana, dá ainda maior visibilidade aos elos de facto existentes a ligá-lo à cultura dos Estados Unidos da América, assim permitindo tirar ilações quanto à integração no meio onde vive. Atendendo às diversas vertentes abordadas, a dedicação de Miguéis à tradução enquadra-se, efetivamente, no carácter multifacetado da sua obra, em que além da preocupação com a língua portuguesa, sobressai o forte interesse pela literatura dos Estados Unidos da América.

Conclusão

O universo literário de José Rodrigues Miguéis, quer a nível ficcional, quer ensaístico, quer ainda tradutório, corrobora o argumento de que a obra deste escritor, situando-se no cruzamento de culturas só poderá ser avaliada em termos do hibridismo cultural que a caracteriza. Por ter escrito em português foi muitas vezes associado às tendências da literatura portuguesa sua contemporânea. No entanto, na perspetiva de estudiosos americanos que se debruçaram sobre a sua obra, a sua multifacetada produção literária é objeto de abordagens que ora enfatizam as marcas da diáspora, ora realçam, inclusive, os efeitos dos seus contactos com a cultura dos Estados Unidos da América. E portanto, evitando associar a imagem de Miguéis a uma tradição exclusiva, é possível entendê-lo na sua complexidade intercultural e verificar que tão importante como o imaginário português é para José Rodrigues Miguéis o imaginário americano.

Por um lado, a depurada capacidade de observação, condicionada, aliás, pela vertente humanista que o caracteriza, encontra-se refletida na escrita que necessariamente é enriquecida pelas vivências transatlânticas. Assim se explica que se possa visualizar retratos, ou seja, pinturas de uma época tanto na ficção inspirada em Portugal, como na da Europa e dos Estados Unidos da América. Sob a influência da experiência acumulada no estrangeiro, verifica-se que mesmo escrevendo sobre Bruxelas, quando em Lisboa, ou sobre Lisboa, quando em New York, a vários níveis, nomeadamente o metafórico, o seu texto deixa transparecer aquele espaço onde se radicaria até ao fim dos seus dias.

Consequentemente, e sem menosprezar a vocação europeia, apesar de ter usado sempre a língua portuguesa e não esquecendo todavia a sua admiração por cidades como Bruxelas, Dusseldorf, ou Paris, não se pode ignorar os quarenta anos em que viveu no coração dos Estados Unidos da América, mais especificamente Nova Iorque e em que se alteraram modos de sensibilidade, assim como a semântica do seu universo literário. A estas circunstâncias se deve o facto de José Rodrigues Miguéis ser considerado figura tutelar no âmbito da produção literária luso-americana. Não é acidental a sua inclusão na coletânea *Luso-American Literature: Writings by Portuguese-Speaking Authors in North America*, onde surge a par de figuras fundadoras como Charles Peters, John Philip de Sousa e Alfred Lewis, no capítulo "Origins and Destinations", representado pelo conto *The Stowaway's Christmas* (1957).⁹⁶A coletânea é muito abrangente, incluindo textos de Jorge de Sena e Onésimo Teotónio de Almeida, traduzidos do original português para inglês. Os textos de ambos surgem ao lado de José Rodrigues Miguéis, também ele traduzido para inglês.

De entre as marcas da cultura portuguesa, destaca-se obviamente o uso da língua e a abundância de situações ocorridas em contexto português. Entretanto, tendo elas sido profusamente analisadas por uma série de críticos que oportunamente aqui foram mencionados, nesta conclusão será dado espaço às marcas provenientes de outras culturas, tais como elas transparecem no discurso narrativo do autor, quer nos contos passados na Bélgica e na Alemanha, quer nos escritos em Nova Iorque.

A influência americana vai, porém, mais longe, estendendo-se inclusive à da própria estrutura narrativa das ficções analisadas e ao modo como essas ficções se socorrem de traços característicos da cultura americana de acolhimento. Nota-se por exemplo um acentuado predomínio do autobiográfico na fase de produção americana que, aliás, levaria George Monteiro a pronunciar-se sobre a memória da doença em *Um Homem Sorri à Morte – com Meia Cara* como ponto de viragem na carreira de Miguéis. Significativamente, este ocorre durante o período compreendido entre as duas guerras mundiais, igualmente palco de renovação e descoberta no campo das artes americanas. Para além da frequente convergência entre a voz do narrador e o olhar do autor que se foi fazendo notar ao longo da dissertação, não pode deixar de ser referido a recorrente transformação da experiência vivida em ficção, motivando inclusivamente processos de reescrita condicionados pela acentuada interligação entre esses planos distintos. Verifica-se, pois, que a intencionalidade autoral da qual dependem a forma e o conteúdo, em conjunto com a ironia e o humor, reforçam o efeito eminentemente autobiográfico. O humor e ironia transversais à obra contista e ensaística, enquanto forma de diálogo com a adversidade, ou com a diferença, ou ainda com as próprias limitações dos narradores, acentuam, como não podia deixar de ser, a perspetiva por vezes um pouco mordaz do escritor. Este traço aproxima o autor de registos literários de outras culturas dos Estados Unidos da América, nomeadamente a judaica. Por outro lado, o seu discurso narrativo é marcado pela visualidade que, a partir de Emerson e Whitman, se torna característica específica do texto americano. Ao salientar os débitos de José Rodrigues Miguéis para com a tradição literária

⁹⁶ O conto foi retirado da antologia *Steerage and Ten Other Stories* (1983) editada por George Monteiro. Indicam-se em seguida as obras dos autores mencionados: de Charles Peters, *The Autobiography of Charles Peters* (1915); de John Philip de Sousa, *Marching Along: Recollections of Men, Women and Music* (1941), de Alfred Lewis: *Selected Poetry*.

americana, é oportuno enquadrar as suas notas de autor nessa genealogia que matricialmente reflete tendências da literatura anglo-saxónica. Bastará recordar Henry James que, na geração imediatamente anterior à de Miguéis, acompanhava a sua produção ficcional de prefácios que, em si mesmo, são notas de autor que não enquadram apenas a matéria ficcional, mas se destinam sobretudo a interpelar o leitor. A preocupação com o texto enquanto *modus operandi* junto do público produziria duplo efeito quer pela inserção do estético no social, quer pela concentração de sentidos no plano semântico.

A predisposição de Miguéis para a visualidade, seria, ainda alimentada e desenvolvida por habitar Manhattan uma vez que a cidade fervilhava com atividades ligadas ao cinema e ao teatro, qualquer destas artes favorecendo o contacto do escritor com o espetáculo de múltiplas e diversas encenações. Neste aspeto, torna-se interessante considerar a produção pictorial de Miguéis como se fez referência ao longo do texto, merecedora por si só de abordagem aprofundada. Como foi dado observar, não é apenas o imaginário ligado ao cinema que é chamado à narrativa pela voz das personagens, mas também a própria técnica cinematográfica que encontra representação a vários níveis da construção narratológica. Ora criando a ilusão do imediato captado pela câmara, ora imprimindo rapidez à sucessão das cenas que oferece assinalável proximidade ao leitor, este não raras vezes se sente convidado a participar no desenrolar da acção em tempo real. Associada a esta estratégia, verifica-se que o narrador apresenta os acontecimentos de forma dramatizada, com base numa técnica "showing" em vez de "telling", técnica aliás recorrente na literatura americana durante o período entre as duas grandes guerras. Também o processo criativo de escrita e reescrita encontraria espaço para se depurar num meio intelectual marcado pelo dinamismo da mudança.

Privilegiando a narrativa breve enquanto espaço de criação dinâmica e experimental por excelência, a permeabilidade à cultura americana evidencia-se igualmente nas questões teóricas que Miguéis aborda na sua produção ensaística, quer antologizada, quer dispersa na imprensa, quer ainda na que permanece inédita. Assim, à semelhança da relação estabelecida entre patrimónios culturais e produção literária, também na produção ensaística é determinante uma tal relação. Descobrimo-la na essencial luso-americanidade que, desde a chegada aos EUA, vai ganhando foros de cidadania ao mesmo tempo que é contrabalançada pelo contacto com imigrantes portugueses desde os primeiros tempos vividos em Nova Iorque desse país.

A linhagem dos escritores americanos a que está ligado e com quem entra em diálogo mais frequente é naturalmente a dos autores que traduz para português. José Rodrigues Miguéis constrói, à imagem de Caldwell, Fitzgerald e McCullers, uma superfície de aparente simplicidade que contudo só pode ser descodificada se se tomar em consideração as profundas complexidades da sua mundividência, a um tempo universalista, sem contudo, deixar de evidenciar os traços da época em que vive. Os seus textos são de uma criatividade dinâmica em permanente devir, um processo do qual exclui, tal como se fez notar, sentimentos saudosistas e doentios. Evidentemente, que isto não significa a inexistência de nostalgia característica de todos aqueles que vivem entre dois mundos, o da sua origem e o do seu destino.

Ao dar por concluída esta dissertação no mês em que se completa mais um aniversário da morte de Miguéis, fica simbolicamente assinalada a continuidade da sua presença, alargando os horizontes da sua escrita, dando voz à sua natureza irrequieta de viajante entre culturas. Também a "viagem" proporcionada pelo desejo de analisar a de José Rodrigues Miguéis viria a confirmar a intuição inicial de que a sua obra seria um ótimo pretexto para fazer um estudo da sua faceta luso-americana.

20. CHRYS CHRYSTELLO. AGLP, AJA/MEEA, UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA. AICL PORTUGAL

Apresenta poesia de autor Poesia do volume 6 das obras completas e 50 anos de vida literária

576. ONDE OS AÇORES NÃO VOAM, A PEDRO DA SILVEIRA E TODOS OS POETAS AÇORIANOS ABR 2013

tu que nasceste açoriano
nem vais acreditar
onde os açores não voam
não bebi café em ouarzazate
não fui aos 2 mil anos de persépolis
não cacei leões na gorongosa
não dormi nas maldivas
não comi chicharrinhos em rabo de peixe
não vi pedra nem os budas de bamiyan
nem vi índios de roraima
não fumei ganza nas praias de goa
nem fui em adoração a katmandu
nunca cheguei a machu picchu
nem a hotel de gelo nórdico
nadei na areia branca em dili
em cheoc van em coloane
em bondi de sydney
em kuta beach de bali
em pattaya tailandesa
no bidé das marquesas de s. martinho do porto
na praia azul de espinho

nas águas límpidas de daydream island
nas areias de byron bay
banhei as mãos em tijuca
as cataratas do niagara molharam-me
vi o sol a pôr-se na lapónia
e a nascer em bobonaro
vi sóis, luas, mares e céus
no faial, pico e flores
e nas 3 ilhas santas dos açores
nadei em rottneest island
comi em fremantle
dormi em towal creek comara
vivi no amial, maria pia e campo lindo
mafra, tomar e leiria
bobonaro na montanha
lecidere em dili
nas antas e em macau
cottesloe e claremont em perth
waverley, centennial park
randwick em sydney
prahran em melbourne
e em caminha
sou de bragança sem lá ser parido
sou australiano sem lá ter nascido
carrego frações da galiza e do brasil
de cristãos novos e alemães
minhotos e marranos
das cruzadas até áfrica
onde nunca estive
e de todos esses locais
que terás de buscar num mapa
encontrei as tuas ilhas

nelas serei açoriano até morrer.

590. A ALMA DOS POETAS JUNHO 2013

não sei da alma dos poetas
nem mesmo da do ramos rosa
não conheço o cheiro da poesia
nem mesmo da do nuno júdice
nem sei a cor de qualquer verso
nem mesmo do alexandre o'neill
perco-me em maiakovski
visito o uivo de allen ginsberg
por entre as denúncias de daniel filipe
e os alertas de lawrence ferlinghetti

não sei da alma dos poetas
não sei nem dos poetas

emigraram todos desgostosos
fugiram envergonhados
desta escravidão que nos impõem
destas grilhetas invisíveis
meros robôs em mundos alternativos
comandados à distância na matriz
dentro de um jogo de computador
a que insistimos em chamar vida
e alguém joga com ela
sem o sabermos

não sei da alma dos poetas
não sei dos poetas
não sei da vida

622. ESTE TEMPO AGO 2013

este tempo velho
que voa sob meus pés
é neto do tempo
que não ambulava
na minha juventude

641. AOS AÇORES 2 AGO 2013

...
aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias, trânsitos e errâncias

...
dos açores não se parte nunca
levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe

...
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

649 A CRUZ DA DEMOCRACIA, MAIO 2014

primeiro puseram a cruz nas janelas
depois colaram cruzeiras nas vestimentas
por fim, gravaram a cruz nas fronteiras

fechou portas e janelas
desligou as luzes e a tv
esperou que se esquecessem dele

quando vieram não deu luta

nunca votava e nada sabia
dano colateral da democracia

665. CANSEIRAS AGO 2014

a canseira da vida
só vale a pena
se for vivida

*[que a canseira da morte
nunca vale a pena
ser morrida]*

686 SAUDADE DO QUE NUNCA FOI FEVº 2016

«ah, não há saudades mais dolorosas
do que as das coisas que nunca foram!»
bernardo soares, (heterónimo fernando pessoa),
in livro do desassossego (fragmento 92)

tenho tanta saudade
do que nunca aconteceu
só o poeta pode fazer acontecer
aquilo de que temos saudade
por nunca ter acontecido

732. PRAZO DE VALIDADE NOVº 2021

não encontro o prazo de validade
nem no cartão de cidadão
nem no boletim de sanidade

ao menos os eletrodomésticos
possuem prazo de garantia.

724. PARA UMA BIBLIOTECA UNIVERSAL DA FELICIDADE MAIO 2021

se poeta sou
sei a quem o devo
ao povo a quem dou
os versos que escrevo
*(lembrando poema de fernando manuel bernardo
cantado por manuel freire)*

se poeta sou
sei a quem o devo
a meu pai
que me ensinou
a gostar de poesia
dos clássicos aos neorrealistas
da antologia da novíssima poesia
da maria alberta meneres e m. de melo e castro
à matura idade de mourão-ferreira

quando só me apaixonava
por quem gostava de poesia
e sabia sonhar nas marés
de paul eluard à autobiografia de maiakowki
dos 40 anos de servidão de jorge de sena
aos operários em construção de vinicius de Moraes
fiz minhas as lutas dos trabalhadores
espoliados escravos da ditadura
e dos infantes que se opunham à guerra
organizei concertos de música proibida
marchei à frente dos cavalos da gnr
dos poemas escolhidos de jorge luís borges
e entre duas memórias de carlos de oliveira
lavei meu canto e lavei a minha alma
mas quem me ensinou
foram os livros que levei
para timor, macau e austrália
zeca afonso no livro proibido
os cantares do single de 1964
que ouvi ao vivo no tup no porto
aprendi lawrence ferlinghetti
em como eu costumava dizer
revoltei-me e tornei-me animal político
no uivo de allen ginsberg
com todos subi às montanhas de bobonaro
e boiei na areia branca de díli
a vocação animal de herberto helder
levou-me a imaginar sereias em bali
cabaias e ousados cheong sam
de ninfas orientais nos casinos de macau
os olhos de silêncio de ramos rosa
fizeram-me sofrer amores incompreendidos
a invenção do amor de daniel filipe
ou a sua pátria lugar de exílio
fizeram da minha poesia uma arma
a antologia breve de neruda
e a crítica doméstica dos paralelepípedos
ou a noção de poema de nuno júdice
e o canto e as armas de manuel alegre
foram livros de cabeceira
até à idade do meio
depois na idade matura descobri
as maravilhas atlantes
no fogo oculto de vasco pereira da costa
dancei o tango nos mares do sul
do eduardo bettencourt pinto
e mergulhei nos poemas vadios
de álamo oliveira
e nos lugares, sombras e afetos
do urbano bettencourt

sem sair dos silos do silêncio
de eduíno de jesus
e tantos outros autores
que aprendi a decifrar
neles me perdi e encontrei
com eles serei amortalhado
para que ao morrer se evole de mim
o cheiro diáfano das palavras dos mestres
e o mundo seja mais respirável
e mais justo nas palavras dos poetas
porque eu sei
se poeta sou
a eles o devo

734. DOR DE ALMA DEZº 2022

acordei com dor de alma
bem pior que dores nas cruces
sem analgésico nem vacina
tentei manter a calma
apaguei todas as luzes
à espera da medicina

737. NEM GUERRA NEM PAZ MARÇO 2022

já não quero salvar o mundo
nem salvar o planeta
nem salvar-me a mim
não quero salvar nada
não quero guerra nem paz
nem capitalismo nem comunismo
nem nenhum outro ismo
nem quero acabar com a fome
ou a sede ou a pobreza
quero voltar à pureza original
da infância e da ingenuidade
em vez de estar aqui velho
à espera que nos matem a todos

710. NÃO QUERO SABER O TEU NOME, AGOSTO 2019

não quero saber o teu nome
nem a tua idade
nem o teu bairro
nem o teu emprego

não quero saber a tua riqueza
nem o teu carro
nem as tuas férias
nem a tua família

quero saber como tratas as estrelas
e os animais

quero saber onde nasce teu sorriso
e as tuas lágrimas

quero saber como tratas as nuvens
e a bruma
e o sol pôr

quero saber como sonhas
onde moram teus sonhos
e se neles há lugar para os meus

711. DESCULPA O ATRASO JANº 2020

frase de um poema de lâmia brito, incluído no livro "todas as funções de uma cicatriz, do burro, 2017)

meu amor desculpa o atraso
fiquei preso num poema
que nunca cheguei a escrever
que nunca cheguei a declamar
que nunca cheguei a dedicar
e queria tanto ter chegado a horas
queria tanto ter escrito
queria tanto declamar

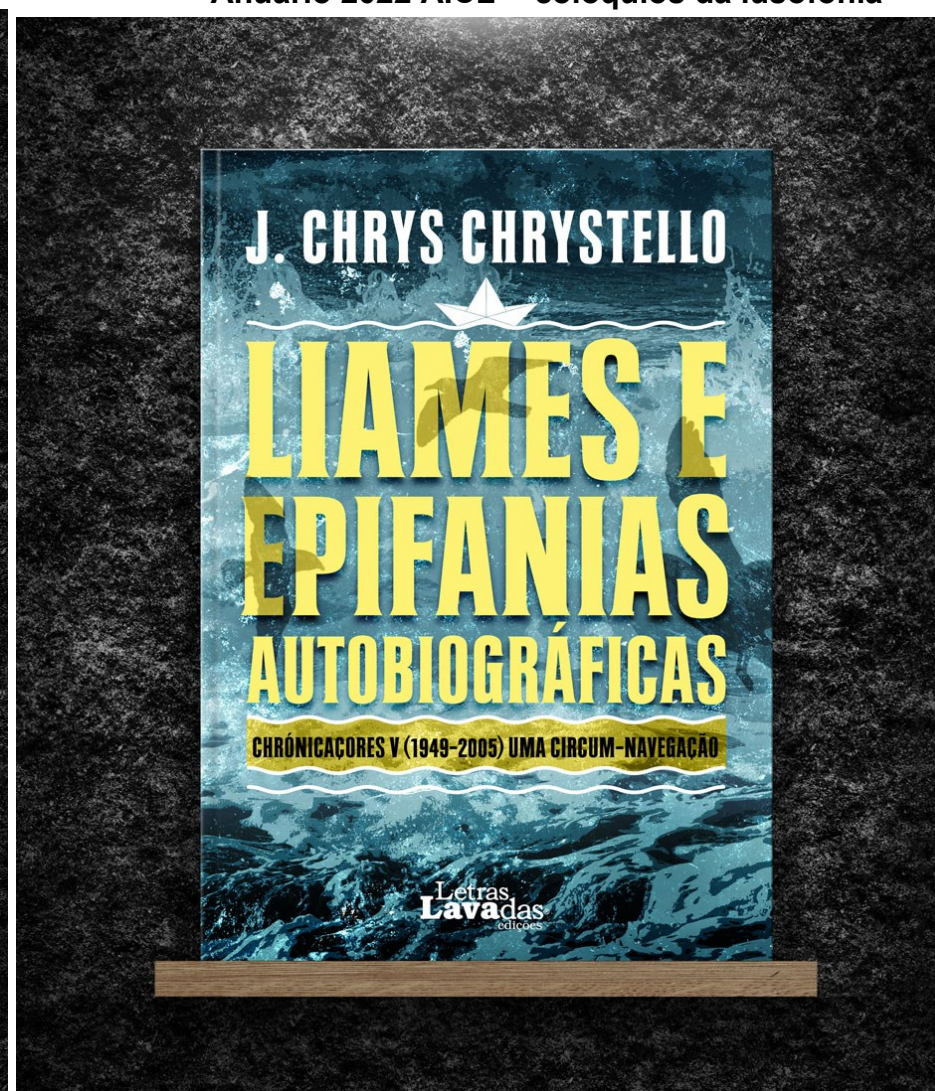
meu amor desculpa o atraso
fiquei preso num poema
com as palavras que nunca te disse
com os sentimentos que nunca te expressei
como se o amanhã existisse
e queria tanto ter dito
queria tanto expressar esse amor
como se o amanhã fosse hoje

meu amor desculpa o atraso
fiquei preso num poema
e só tu me podes libertar

[E termino com este poema do volume 5](#)

ouvir e ver em <https://www.youtube.com/watch?v=v8NvlqLkPHU>

[Apresenta 3 \(três\) novos livros CRÔNICA DO QUOTIDIANO INÚTIL 50 ANOS DE VIDA LITERÁRIA E DOIS VOLUMES DE CHRONICAÇORES](#)



21. EDUARDO BETTENCOURT PINTO, ESCRITOR, CANADÁ, VANCOUVER. AICL
APRESENTA A Ilha nas Veias das Mãos

Alguns atravessaram o deserto do Namibe em angustiadas caravanas de refugiados.

Outros enchiam aviões com destino a Portugal. Independentemente dos processos de evasão, todos buscavam o mesmo: segurança, paz e estabilidade. Rendidos à evidência da guerra civil que tornara Angola num perigoso e insano caos, a única opção viável era a fuga.

O processo de descolonização, traçado a golpes de faca sobre papéis velhos, revelou desde o princípio ser um logro e um veículo de expressão retórica em cuja estrutura pulsava uma miríade de equívocos, manipulação política, negligência e impunidade criminal.

Em pouco mais de um ano Angola tornou-se no maior cemitério do mundo.

Cheguei a Ponta Delgada em março de 1976, vindo de Lisboa.

A minha estadia na capital foi episódica.

Tinha regressado da Rodésia de Ian Smith onde vivi durante seis meses a esforçar os músculos nos Caminhos-de-Ferro rodesianos a consertar vagões.

Foi graças a uma gentil «boleia» da Força Aérea Portuguesa que fiz o trajeto entre a capital e S. Miguel.

O dinheiro que trazia de África nem sequer dava para um par de sapatos.

Trazia na mala de cartão alguma roupa, o pó de África, e um álbum fotográfico.

Já não era o menino que deixara a ilha em 1961 para regressar, suspenso de expectativa, à terra natal. Fazia agora a viagem ao contrário. Era agora um homem em cujos ombros balouçava o peso de uma vida interrompida. Sob o teto de uma casa ancestral, dominada pelos ecos ainda da infância, sabia que havia naquele espaço o alvor de uma chegada a um tempo por inventar. Neste trabalho de caráter biográfico vou tentar desenvolver a minha relação com a ilha sob o ponto de vista cultural, social e emocional.

HOMENAGEM AICL 2022 NOS 70 ANOS DE VIDA LITERÁRIA EDUÍNO DE JESUS

26° LOMBA DA MAIA 2016

óleo de Artur Bual 1994



Textos: Eduíno de Jesus, Assis Brasil, Urbano Bettencourt, Victor Rui Does e Chrys Chrystello

APRESENTA O seu percurso de vida

23. HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. AICL.

APRESENTA CINZAS DE SABRINA DE PEDRO PAULO CÂMARA - uma Abordagem das Visões Insulares na Prosa Poética da Ficção Histórica de Pedro Paulo Câmara

0. Introdução

A obra "Cinzas de Sabrina", de Pedro Paulo Câmara, é um mergulho na prosa poética da ficção histórica, publicada em junho de 2014, pelas Edições Letras Lavadas. O autor, assumidamente ilhéu micalense, escolhe uma ilha temporal, o Ano da Graça de 1811, sublinhando, num isolamento no tempo, uma nova erupção vulcânica ao largo da ilha de São Miguel. O espaço limitado é o da ilha açoriana e o do navio britânico, e todas as personagens estão também isoladas, ou em pares, num clima ilhéu – diz-se na capa: "Na cumplicidade, só há lugar para dois".

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Com intenções de abordar as visões insulares espaciotemporais apresentadas pelos vários narradores, cada um segundo cada capítulo, propõe-se a publicação de uma primeira parte de um projeto mais alargado, projeto esse que é composto por três partes. Esta publicação visa, assim, integrar-se no programa de homenagem da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia ao professor e autor micaelense Pedro Paulo Câmara, durante o ano de 2022. Agradecendo ao autor os dados bioliterários do mesmo.

Neste presente artigo há a intenção de se abranger os primeiros dezassete capítulos do livro e que constituem essencialmente metade da obra; isto é, este artigo cobre essencialmente metade do desenvolvimento ficcional do romance, até que os dois mundos se encontram. Pretende-se igualmente abordar as visões insulares na obra "Cinzas de Sabrina" imanentes na prosa, que é poética, na ficção histórica.

Antes de mais, há, pois, que mencionar os seguintes conceitos: visão insular, prosa poética e ficção histórica. Por visão insular, entende-se a noção de ilha em visão dupla como mãe e amante, como paraíso e inferno, como libertação e prisão, como cosmos e caos; a prosa poética é todo o texto em prosa no qual a função predominante é aquela em que há um jogo de palavras, aquela em que a mensagem está centrada em si própria e é o mais importante, no sentido que Roman Jakobson conferiu ao termo; a ficção histórica é uma construção não verdadeira, não real, mas que parte de factos históricos essenciais e que decorreram no passado, com provas documentais verificáveis. Vai, assim, para além da realidade, pois serve-se da imaginação romaneada do autor e da leitura e interpretação do leitor.

1. Biografia do autor

Começamos então pela análise da obra fornecendo alguns laivos da vida do autor: Pedro Paulo Câmara nasceu em 1980, nos Açores, em São Miguel, Ginetes, pertencente a Ponta Delgada.

É poeta, mas também contista e romancista.

É professor de Português e Inglês e foi vencedor de vários prémios de concursos literários.

Pedro Paulo Câmara, licenciado em Português-Inglês, pela Universidade dos Açores, com Curso de Especialização em Estudos Interculturais – Dinâmicas Insulares, também pela Universidade dos Açores, é professor desde 2003, sendo, na atualidade, coordenador do Centro de Ocupação Circum-Escolar "Farol dos Sonhos" e formador em diversas escolas profissionais, das disciplinas de Português; Linguagem e Comunicação e Cultura, Comunicação e Media.

De setembro de 2019 a 2021, lecionou inglês na Academia Sénior da Universidade dos Açores.

É mestre em Estudos Portugueses Multidisciplinares, com a dissertação "*Violante de Cysneiros: o outro lado do Espelho de Armando Côrtes-Rodrigues?*".

É doutorando, na Universidade dos Açores, do curso em Cultura e Literatura Insulares.

É autor de *Perfumes* (Poesia, 2011); *Saliências* (Poesia, 2013), *Cinzas de Sabrina* (Romance histórico, 2014), *Na Casa do Homem Sem Voz* (Poesia, 2016), *Contos da Imprudência* (Prosa, 2020) e de *Violante de Cysneiros: o outro lado do Espelho de Armando Côrtes-Rodrigues?* (Investigação, 2021), tendo participado, ao longo dos anos, em diversas coletâneas, como *Entre o Sono e o Sonho* (2013); *O Lado de Dentro do Lado de Dentro* (2015); *Coletânea Literária I*, da Academia de Letras e Artes de Portugal (2017); *O Livro da Amizade* (2018); *Luz de Natal* (2019); *Ideários I* (2019); *Ideários II* (2020); *Ideários III* (2022). Participou, ainda, na 5ª edição da revista *Grotta* e marca presença na *Nova Antologia de Autores Açorianos*, com seleção de Helena Chrystello.

É culturalmente bastante ativo, tendo dinamizado diversos encontros e variadas conversas literárias, dentro e fora da Região Autónoma dos Açores.

Apresentou, ainda, diversas obras de escritores regionais e nacionais e é autor de diversos prefácios e posfácios, sendo que é frequentemente convidado para realizar palestras em escolas e organismos culturais.

Durante o período da sua existência, foi colaborador da revista poética *A Chama – Folhas Poéticas*.

Ainda no que diz respeito a revistas, em 2017, foi convidado a participar na revista *Sem Equívocos*, e, ainda, também em 2017, assinou uma crónica quinzenal na *Bird Magazine*.

Em 2011, foi galardoado com a menção honrosa no Concurso Aveiro Jovens Criadores, na área de Literatura, com o conto "Madrugadas", pela Câmara Municipal de Aveiro, e, em 2013, foi o vencedor do concurso regional DiscoverAzores, promovido pela MiratecArts, com o conto *(Re)Descobrir Açores*, sendo que, desde então, colaborou na organização de várias iniciativas do Azores Fringe Festival e tem participado em diversos eventos do mesmo.

Em 2018, foi o vencedor do Concurso Literário "Até que a Vida nos Separe", promovido pela editora Papel d'Arroz, com o conto "Não te quero Assim".

Em 2016 foi reconhecido pela Junta de Freguesia de Ginetes, na Gala "Prémios Evidência", na categoria Arte, com atribuição de Troféu, em reconhecimento pelo "importante contributo na dinamização cultural e promoção cultural local e regional".

Em 2016, recebeu, ainda, a distinção Cruz de São Jorge – 3ª classe – Bronze, do Corpo Nacional de Escutas, em reconhecimento pelos serviços prestados.

É, desde 1993, membro do Agrupamento 1065 – São Sebastião, do Corpo Nacional de Escutas, tendo assumido, em 2015, as funções de Chefe de Agrupamento, imprimindo uma nova dinâmica ao Agrupamento.

Em 2021, é Chefe Adjunto de Agrupamento e, desde 2018, Presidente da Mesa do Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas.

Foi eleito, ainda em 2021, Presidente da Assembleia de Freguesia de Ginetes.

Foi, em 2014, colaborador do magazine local *O Poente* e, nos anos de 2014, 2015 e 2016, o coordenador dos saraus poéticos "Vozes de Lava".

De 2006 a 2010 foi membro da Assembleia de Freguesia de Ginetes e membro da Direção da Casa do Povo de Ginetes.

É, atualmente, Presidente da Assembleia de Freguesia de Ginetes, desde 2021, e Presidente da Mesa do Núcleo de São Miguel do Corpo Nacional de Escutas, desde 2019.

Foi, em 2017, representante, em São Miguel, da Chiado Editora.

É vice-presidente da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, de que faz parte desde 2015.

É, desde 2017, Académico Correspondente da Academia de Letras e Artes de Portugal; desde 2018,

Académico da Sociedade Brasileira de Poetas Aldravianistas e, desde 2020, membro da PEN – Portugal.

2. A obra "Cinzas de Sabrina"

Voltemos agora à obra: Sabrina, a fragata britânica, é o decalque do universo autossuficiente, palco de invejas, desesperos, ordens e regras, estrutura rígida da armada britânica e ao mesmo tempo de uma conjuntura volátil em que os sonhos dos marinheiros se veem queimados e transformados em cinzas. Cinzas do vulcão, cuja erupção é tanto produtiva, pois surge uma nova ilha, deveras aniquiladora, com abalos sísmicos constantes e destruição de vidas e propriedades à passagem da lava incandescente.

2.1 O espaço de isolamento

O contexto espacial em que decorre a narrativa é um espaço fechado, de isolamento. Tanto a ilha de São Miguel, como o navio Sabrina são universos de confinamento, nos quais os indivíduos são unos e ao mesmo tempo plurais. Se a ilha, por um lado, está cosmopolita e internacionalmente aberta ao mundo, recebendo os homens do mar provenientes de todas as partes da terra, por outro lado, a ilha é autossuficiente e independente, sustentando-se do caos da atividade vulcânica e sustendo-se no cosmos, como rocha firme em pedaço de terra.

2.1.1 O navio britânico

"Her Majesty's Ship Sabrina" é a metáfora do espaço ilhéu isolado. A fragata de Sua Majestade britânica tem o nome de uma Mulher – Sabrina – constituindo-se, assim, numa metáfora do isolamento feminino numa sociedade patriarcal masculinizada. Na realidade, a tripulação do navio é composta por apenas homens britânicos, desde o marinheiro mais comum até ao oficial supremo, o Comandante Tillard, e o navio é o palco cosmológico e cosmogónico de relações amorosas entre pessoas do mesmo sexo, particularmente de um trio amoroso de marinheiros, Jules Seashore, Adam e Jeremiah Rosé.

Jules caracteriza a fragata Sabrina: "Várias são as noites em que me imagino a bordo do navio negreiro Brooke e estremeço. Nessas noites, não durmo, pois sei que há almas tingidas do negro mais escuro. Sei que outras revoltas surgirão, mas não a bordo do HMS Sabrina!" (CS, 27)

O navio é a metáfora da libertação da Humanidade no Cosmos, corporizada na personagem de Adam, o único ser da tripulação britânica que é verdadeiramente livre: "Adam é conhecido pelas suas intervenções despropositadas e totalmente inoportunas. Mas todos parecem gostar dele. É o marinheiro mais bem-disposto e atrevido do navio. Onde quer que esteja, é garantido que existe uma garrafa de rum, uma partida de *twist* e muita gargalhada." (CS, 28)

No entanto, a homossexualidade é condenada a bordo: "Será que ele descobriu algo? Estamos condenados: os que praticaram, os que souberam, os que omitiram, os que calaram, os que invejaram, até os que sonharam com..." (CS, 29) e a paixão, seja ela por quem for, é livre: "o amor não se refreia; o amor alimenta-se." (CS, 37)

2.1.1.1 Caracterização dos Britânicos pelos Britânicos

Jules pensa o seguinte do seu comandante: "Ninguém se atreve a olhar nos olhos, sequer, Sir James Tillard, sua excelência o senhor capitão. Aquele homem tem tanta história, e tantas histórias há sobre ele, que mais parece uma lenda viva." (CS, 12) Ou pensa também o seguinte: "A voz do capitão representa o som da autoridade máxima, como trombeta que comanda as tropas em campo de batalha, mas não a de El-Rei Dom Sebastião." (CS, 27)

Jules comenta que a marinha britânica é a melhor do mundo: "(...) a Royal Navy, a marinha mais poderosa do mundo, o serviço armado mais antigo do nosso reino, e o mais honrado também." (CS, 39)

Ao apresentar as suas credenciais ao cônsul britânico, o comandante Tillard comenta: "Onde exista um inglês existirá sempre honra e glória!" (CS, 73)

2.1.1.2 Caracterização dos Britânicos pelos Micaelenses

Os micaelenses caracterizam os britânicos, quando o corregedor recebe o comandante Tillard, vindo numa delegação da tripulação a terra:

Não sabe que sobre esse seu compatriota recai a suspeita de contrabando? Ainda há dias foi alvo de uma busca domiciliária pela comercialização ilegal de verdelho!

Antes, já fora pelos cereais! Há indivíduos que não aprendem e que se acham acima da lei! Espero que esse seu conterrâneo não seja o espelho de uma nação. (CS, 70)

2.1.2 A ilha açoriana

São Miguel é a ilha das paisagens pastoris, de um verde contagiante, de uma calma reconfortante de uma mãe, mas ao mesmo tempo é a ilha das paisagens vulcânicas, de um negro estéril, de uma impetuosidade abaladora de uma amante.

A ilha está localizada numa região especial e é o narrador-protagonista Jules que sugere no início da obra:

Espero que esta região não seja como a do Caribe e que não tomemos os mesmos sustos de Colombo ou do espanhol Juan de Bermudez (...) Estas terras por onde passo, estas terras mestiças e incipientes, são tão diferentes da minha ruidosa e agitada Portsmouth... longínqua, nebulosa. (CS, 11)

Jules continua a caracterizar as terras açorianas no Capítulo Quinto:

Tanto verde. E tanto azul-cinza. Há dois dias que seguimos as costas recortadas deste desterro. Ao menos poderemos pisar solo, se bem que ouvi dizer que aqui a terra fede. Afirmam que cheira a tormento. Sempre quero ver se tresanda tanto como dizem e se treme tanto como apregoam. (CS, 27)

Mas a ilha também é um espaço de tumulto natural, com o vulcão produtivo. No Capítulo Oitavo, um capítulo-chave na obra, onde o espaço da ilha se casa com o espaço do navio, dá-se o fenómeno natural da criação de uma ilha nova:

- Capitão, que cheiro é esse?

-É estranho! Parece-me familiar! Já inalei este cheiro antes. Talvez seja enxofre (...) Hoje assistiremos de camarote a uma erupção vulcânica (...)

Admirem a terra a devorar o mar, a consumir cada gota. Admirem os rodopios de fumo cobrindo o horizonte. Permitam que o ribombar do vulcão invada os vossos sentidos. Hoje presenciaremos o prodígio da Criação! (CS, 43-46)

Por outro lado, ainda, a ilha é também um não-espaço em que o inferno dá lugar ao paraíso. Jules refere no Capítulo Décimo Segundo: "A ilha tornou-se a materialização da minha ideia de Paraíso, um Éden privativo que se metamorfoseia no ancoradouro da tranquilidade." (CS, 61) Como se pode ver também pelo seguinte comentário: "A beleza destas paisagens é inegável! (...) a beleza desta pequena povoação não está no seu aglomerado populacional, nem na pacatez das suas gentes. A sua beleza reside nas suas lagoas, uma verde e outra azul, aninhadas, lado a lado, tocando-se intimamente." (CS, 81-83)

2.1.2.1 Caracterização dos Micaelenses pelos Micaelenses

A ilha é a metáfora da Mulher nas suas múltiplas facetas de protetora e arrebatadora, de santa e de vilã, em simultâneo. A ilha é a metáfora da prisão da mulher na sociedade patriarcal, corporizada na personagem Celeste. Afirma Mercês, a prima, sobre Celeste: "A quase omnipresença da Celeste incomoda qualquer uma das mulheres das redondezas e o seu ar asseado, apumado, atormenta cada moça casadoira e cada mãe que queira ver a filha despachada." (CS, 15) E sobre os Micaelenses, comenta, ainda, Mercês: "A tacanhice destas gentes sujas incomoda a minha rotina e persegue os meus passos para onde quer que eles caminhem." (CS, 16)

Por seu lado, Jordão Estrela, pai de Celeste, pede calma a esta e ao sobrinho: "– Minha filha, meu querido sobrinho, não se exaltem no meio da canada. Há casas aqui à frente e, não tarda nada, temos os vizinhos na eira a escutar a conversa." (CS, 48)

2.1.2.2 Caracterização dos Portugueses pelos Britânicos

O narrador em primeira pessoa, que é um dos protagonistas ao mesmo tempo, compara as tropas inglesas e as portuguesas:

Tropas inglesas jamais serão comparadas às suas congéneres portuguesas, se é que se pode chamar tropa àquele aglomerado desorganizado de homens com meia dúzia de espingardas ferrugentas ao ombro. Se nós quiséssemos, conquistávamos Portugal com este navio. (CS, 12)

O homem português alimenta-se das migalhas da cobardia do seu regente e resiste às investidas de uma consorte serpente que não os ama, não os tolera e que os venderia por meio tostão à primeira oportunidade. Mais aconselhável seria que os famintos que permaneceram desalentados no Terreiro do Paço enlouquecessem, como D. Maria I. Tem tanto de louca como de piedosa. De todos, ela é a mais afortunada! (CS, 13)

Os Lusitanos são a chacota de todos os portos, desde a Terra Nova até à longínqua e mística terra das especiarias (...) Em Portugal só habitam os anónimos. Creio que aquilo que ditou a sentença de Portugal não foi a passagem dos anos, mas séculos de gestão duvidosa, monarcas mais dementes do que os nossos, deveras menos astutos, pouco ou nada empreendedores e, possivelmente, mais corruptos. (CS, 13)

O Comandante Tillard caracteriza os Portugueses:

Estamos em águas portuguesas, como já todos sabem. Não têm quem os governe, mas ninguém conhece estes mares como eles. Lá nisto temos que ser honestos. Não dominam a política, não dominam as finanças, nem dominam as suas próprias palavras, mas as ondas, essas ninguém as conhece como eles. (CS, 28)

Jules comenta o comportamento de Adam, comparando-o com os portugueses: "Pareces uma meretriz portuguesa do Bairro Alto, daquelas do baixo fado que devoram os fidalgos engalanados, de calças boca-de-sino, de chapéu rodado e sapatinhos brilhantes, de fivela luzidia, contaminados pelo pó procurado das vielas." (CS, 39)

Quanto aos Micaelenses propriamente ditos, classifica o comandante: "este é um povo amistoso e cumprimenta o forasteiro mesmo que não compreenda a sua língua." (CS, 51)

O Mr. Hickling, um americano radicado em São Miguel refere ao Comandante Tillard: "Regra geral, os insulares parecem-me demasiado acomodados, submissos e mortificados." (CS, 77)

Mas as forças da ordem micaelenses são contrastantes: "Embora os uniformes dos militares aparentem algum brio, a forma como se expressam é áspera e pouco polida." (CS, 64)

2.2 O tempo do isolamento

O contexto temporal em que decorre a narrativa é um tempo fechado, de isolamento. Tanto o tempo histórico em que decorre a ação, como o tempo da narrativa e o tempo psicológico das personagens são tempos de confinamento, nos quais os grupos de micaelenses e de britânicos são unos e ao mesmo tempo plurais. Se por um lado, o tempo histórico é um tempo cosmopolita e internacionalmente aberto ao mundo, com as viagens dos homens do mar e dos homens na terra com as ocupações territoriais e guerra, por outro lado, o tempo da narrativa é iterativo e saltitante, sustentando-se da esquizofrenia narrativa. O tempo psicológico das personagens sustem-se no limbo, como nadir flutuante no fio de uma navalha.

2.2.1 O tempo histórico

As peripécias da narrativa decorrem durante o ano de 1811, altura em que ocorre uma erupção vulcânica ao largo de São Miguel, em frente aos Ginetes, pertencente a Ponta Delgada.

1811 é a época em que a regente Isabel Maria de Bragança reinava em Portugal, enquanto a Família Real Portuguesa se encontrava no Brasil, e Jorge IV reinava no Reino Unido, na era das – àquela data –, recentes guerras napoleónicas na Europa. Contextualizando muitíssimo brevemente, pode dizer-se que Portugal e o Reino Unido passavam um tempo de relações bilaterais tensas, com uma Grã-Bretanha de tendências expansionistas colonialistas, ansiosa por adicionar Portugal às suas conquistas, numa pós-ajuda de expulsão das tropas francesas do território nacional.

2.2.2 O tempo da narrativa

O tempo do processo narrativo faz-se em paralelo, com a alternância dos diversos narradores que são simultaneamente os protagonistas da história. O leitor é levado a um universo diferente, segundo o protagonista, leia-se, o narrador em primeira pessoa, alternando com diálogos em voz direta.

2.2.3 O tempo psicológico das personagens

O leitor é levado a penetrar na psique das personagens através da voz mental dos protagonistas que se faz ecoar na narrativa, ao longo dos diversos capítulos. O mesmo é dizer que o interior do autor se projeta nas páginas que deixam de estar em branco e que o autor se faz ouvir em versões multifacetadas, segundo o narrador de cada capítulo. O tempo psicológico das personagens é relativo e dependente da disposição do momento de cada narrador: "São 6.10 pm e a noite está estranha" (CS, 11).

3. Conclusão

As visões insulares na prosa poética da ficção histórica de Pedro Paulo Câmara baseiam-se nas noções de isolamento e de liberdade ao mesmo tempo. O espaço, bem como o tempo, são tanto de isolamento como de emancipação. A ilha e a fragata são enquadramentos espaciais para a libertação e independência simultaneamente. O tempo histórico, o tempo da narrativa e o tempo psicológico das personagens são de isolamento e de desfazimento de sonhos que são soprados pelo vento.

Resumindo e concluindo, a obra "Cinzas de Sabrina" simboliza os escolhos de uma ilha psicológica que acabou por nunca sair do lugar, também ela simbólica, a ilha, de uma vida feminina à procura da emancipação da opressão do patriarcado. A obra "Cinzas de Sabrina" simboliza os sonhos esfumados que acabaram por nunca se concretizar, também eles simbólicos, os

sonhos, de uma vida em prisão à procura de um esboço alternativo de uma homossexualidade livre de preconceitos. A obra "Cinzas de Sabrina" simboliza os restos de um naufrágio psicológico da fragata, naufrágio esse, que acabou por nunca acontecer, sendo também ela simbólica, a fragata, de um universo em caos à procura de um cosmos organizado.

Bibliografia:

Câmara, Pedro Paulo (2014) Cinzas de Sabrina, Edições Letras Lavadas

24. HELENA CHRYSTELLO, EB 2,3 MAIA & VICE-PRESIDENTE DA AICL HELENA.CHRISTELLO@EBIMAIA.NET

nova antologia de autores açorianos

Helena Chrystello

prefácio de Aníbal C. Pires

AUTORES

1. Alexandre Borges
2. Carolina Cordeiro
3. Daniel Gonçalves
4. Diogo Ourique
5. João Pedro Porto
6. Joel Neto
7. Leonardo Sousa
8. Leonor Sampaio da Silva
9. Luis Filipe Borges
10. Malvina Sousa
11. Maria Brandão
12. Maria João Ruivo
13. Nuno Costa Santos
14. Paula de Sousa Lima
15. Pedro Almeida Maia
16. Pedro Paulo Câmara
17. Telmo R. Nunes

EDIÇÃO PATROCINADA POR

DIREÇÃO REGIONAL DAS COMUNIDADES

GOVERNO DOS AÇORES

Helena Chrystello APRESENTA NOVA ANTOLOGIA DE AUTORES AÇORIANOS , 36º Colóquio– outubro 2022

Quero agradecer à Direção Regional das Comunidades na pessoa do seu diretor, Dr. José Andrade, pelo patrocínio que possibilitou a publicação deste volume e vai permitir a sua distribuição pelas escolas, bibliotecas, Casas dos Açores e comunidades da diáspora; agradeço ao Professor Aníbal Pires pelo seu prefácio e disponibilidade para apresentar a mesma. Agradeço, ainda, ao Sr. Ernesto Resendes da editora Letras Lavadas, assim como aos seus colaboradores na edição da obra.

No tocante à estrutura da obra, e com o intuito de agilizar um manuseio eficaz, optou-se por ordenar alfabeticamente os autores (primeiro nome), que são apresentados com uma 'nota' biobibliográfica sumária. A Antologia, exaustiva não é, decerto, mas é indicadora do que se tem produzido literariamente e que merece ser lido, analisado, criticado e trabalhado.

Os critérios adotados para a antologia foram os seguintes:

3. Critério antológico, propriamente dito, carreando quer a retoma de trechos antologados quer a inserção de fragmentos inéditos, conciliando tradição e inovação;
4. Critério genológico, incidindo na diversidade de modos e géneros literários, como o conto, a novela, o romance, o poema, a entrevista, a crónica e outros

Defluindo destes critérios ressaltam os objetivos, sendo o primeiro a divulgação e subsequente homenagem a 17 autores.

O segundo objetivo, de carácter científico, consistiu em facultar o conhecimento parcial de uma obra vária a investigadores nacionais e estrangeiros.

O terceiro objetivo, de índole pedagógico-didática brotou da intenção de trabalhar os textos selecionados nas escolas básicas, secundárias e nas instituições de ensino superior.

Uma antologia mais não é mais do que uma amostra de textos e autores, fragmentária e relativa, mero trampolim para a totalidade almejada em edições futuras. Aos Autores deste volume, agradecemos profundamente, tanto pela sua anuência à coleção dos textos antologados como pela colaboração interativa em muitos casos.

Resta aguardar que esta Antologia seja um instrumento de consulta diária não só dos que se dedicam à didática e à literatura mas de todos os que buscam abrir essa janela imensa que é a literatura de matriz açoriana. Enquanto coordenadora da obra é meu desejo que mais professores de português a adotem para enriquecer os conteúdos programáticos e a

componente açoriana dos currículos que tanto descuraram até agora as peculiaridades do ser açoriano, que hoje se afirma possuidor de uma vasta e abrangente obra literária que cuida preservar e divulgar.

Muito obrigada

Helena Chrystello Apresentação de Frente à Cortina de Enganos de Norberto Ávila 36º Colóquio– outubro 2022

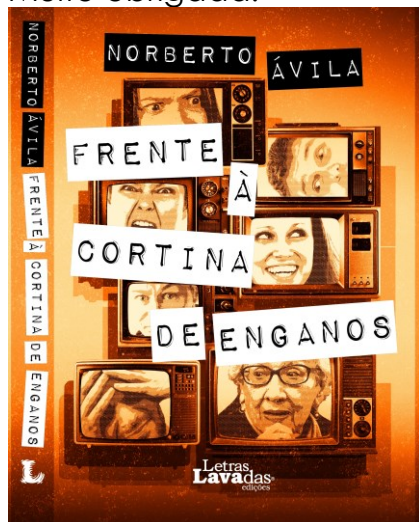
Ficámos perplexos com a falta de memória dos povos e a ingratidão com que premeiam os grandes nomes da dramaturgia das nossas ilhas.

Foi com surpresa que soubemos que um livro póstumo de Norberto Ávila *Frente à Cortina de Enganos* estava pronto a ser impresso, mas não havia apoios para tal. Contactámos várias entidades que declinaram o apoio, mas nunca imaginámos que a autarquia da Calheta de S. Jorge, que tanto deve a este autor, não pudesse disponibilizar algum apoio.

A A.I.C.L. conseguiu obter um mecenato que permitiu às Letras Lavadas arrancar com a edição que aqui apresentamos e à qual agradecemos sinceramente.

De seguida, Álamo Oliveira fará uma breve introdução à obra de Norberto Ávila.

Muito obrigada!



25. MADALENA SAN-BENTO, ESCRITORA, SÃO MIGUEL

Apresenta O Escritor: Um Apátrida, Moldando, na sua Nacionalidade, a Responsabilidade de Dar a Ler

Para alguns pedagogos “A leitura é pura liberdade, a escrita a maturidade”⁹⁷ – o que parece sugerir que existe um percurso desejável no qual o aliciamento à leitura, sem obrigações implícitas, acabaria por conduzir a uma escrita bastante capaz.

Mas existe um outro ângulo desta afirmação que deve captar a nossa atenção – é que assim sendo, caberia ao escritor, num ato pedagógico informal, a maturidade de dar a ler em liberdade – algo que os currículos oficiais, não se têm, claramente, mostrado capazes de fazer. A pedagogia aqui implícita consistiria tão só em provocar envolvimento: obrigar alguém a emocionar-se, a identificar-se, a imaginar e até a rejeitar.

Função que seria libertadora, também para o escritor, porquanto “a literatura demanda um olhar para fora, além de si, fazendo perceber as divisões e as posições sociais, em meio às quais ela própria se estabelece.”⁹⁸

Daniel de Sá dizia, a propósito dos autores açorianos, que se começa a corrida com atraso, quando se parte das ilhas.

Penso que qualquer dos escritores aqui presentes considera que esta afirmação será verdadeira, apenas no que se refere à visibilidade do nome e da obra, ou até a proventos económicos; de resto, julgo que nos consideramos bafejados pela sorte em relação a temas de inspiração, sejam eles literários, referentes ao cenário, à História, ou de herança de génios açorianos precursores de riquíssima literatura.

Mas foi Daniel também que considerou a sua pequena rua tão grande como qualquer outro lugar no planeta, já que dela, com toda a facilidade, obtinha o mesmo ângulo satisfatório do universo.

Seria estulto – sabemos – pretender, que não exista a marca da açorianidade em determinados (muitos) escritores. Os Açores marcaram-nos, indelevelmente: as visões de basalto, a nossa natureza incerta e eruptiva, a salinidade e a humidade fértil dos musgos; são parte daquilo que somos, enquanto vivemos; também, com certeza, enquanto escrevemos.

Porém a escrita é dos pouquíssimos atos solitários que não se cumpre num primeiro momento. Ela completa-se no retorno interlocutório, independentemente da forma ou do tempo em que isso aconteça.

97 Cassiana Schmidt, 2008 – psicologia.pt,2008 / 03 / 31

98 Ryane Pivette de Oliveira e Ricardo Araújo Barberena – *Literatura e ética: notas para um diálogo que não se acaba*, <https://doi.org/10.1590/2316-4018511>

E para sermos fiéis, não só à escrita, como à leitura que deverá acontecer, teremos de ser capazes de ver, de interessar-nos para além da nossa natureza. Não basta assistir ativamente ao resto do mundo e ao resto das genituras.

Se os homens absorvem a ambiência e o berço, não se podem deixar impermeabilizar por eles; o que equivale a dizer que, se enquanto indivíduo me posso permitir particularidades, quando escrevo para dar a ler torno-me uma voz representativa – é forçoso que seja, então, um canal aberto.

Não estamos ao ponto de advogar – como o fazia enfaticamente Fernando Namora – que o escritor “ou se bate ou capitula”⁹⁹; que o escritor tenha de produzir, constantemente orientado pelo papel da consciência do seu tempo – também isso seria demasiado diretivo, demasiado constrangedor.

Porém é inevitável que, mesmo quando tece uma narrativa cujo entretenimento, o poder da palavra e a efabulação são as tónicas predominantes e justificadas, encontra-se ainda a ler o mundo e a dá-lo a ler. E não fora, precisamente, uma certa capacidade para sair das suas circunstâncias para as dos outros, da sua época para as restantes (portanto – de se alhear de si mesmo sem perder-se) o ato de escrita já não parece tão completo...

A constante dialética do escritor é a de colocar a ficção ao serviço da realidade e a realidade como permissora de um modo de ficção; ao contrário dos jornalistas, os escritores podem fazê-lo de forma conotativa e emotiva. Desde que assumido o facto de que veiculam esta espécie de ideologia do humano.

O cerne da questão está – parece-me – é que a interpretatividade aqui ativada deve proporcionar questões aos interlocutores – nunca arregimentá-los.

Por outro lado, todos nascemos para ser leitores – a nossa apetência para comunicar, assim como a curiosidade intrínseca acerca dos outros e do que nos rodeia, são inatas. Tal como na teoria do Bom Selvagem, são a sociedade e o processo educativo, erroneamente orientados, que quartam, contaminam, desde cedo, esta aptidão tão pura, que já vimos fluir de uma criança, quando nos pede, ávida de narrativas, que lhe contemos uma história...

Como nunca pude nem desejei alhear-me da ligação ao Ensino, vivo ainda outra dualidade, no âmbito da problemática de que vos falo – uma consciência muito forte do perigo de não entusiasmar a ler; da crença que esta é uma tarefa muito minada para qualquer escritor, ele próprio incapaz de se conceber, senão como leitor compulsivo...

É que, por outro lado, uma das características que se exige, no ato de escrita, é a da empatia: sem ela, não nos conseguimos idealizar no lugar do outro; e sem fazermos isso, não poderemos ser relatores / questionadores: nem dos sonhos, nem da vida real.

Ora nem de propósito – uma das temáticas pertinentes deste colóquio é a Educação. Porque o escritor não poderá limitar-se a observá-la de fora, ainda que como mero proponente a contribuir com bom material de leitura – de nada servirá continuar a escrever livros, se num futuro mais ou menos distante não restar quase nenhum público que anseie por lê-los...

Eu gostaria de afirmar, quer a nível físico, quer a nível psíquico e cultural, que as fronteiras não me definem. Faço por isso, a maior parte do tempo. No entanto, não posso fingir que não existem fronteiras que se introduziram na minha personalidade como um ADN – sendo talvez o mar, a mais visível de todas. E não um mar de qualquer condição – um mar ilhéu e arquipelágico.

Mas quero ver para além delas e da linha de horizonte que me oferece sempre como cenário. Até porque, ao escrever, tenho a responsabilidade de não estreitar tal horizonte, aos leitores.

Sim, sou um apátrida – tenho obrigação de sê-lo, no sentido em que a minha pátria é, de facto, e primeiro que tudo, a vastidão da humanidade; mais do que na escrita, movimento-me na vida e todas as geografias são o lugar de temática do escritor, de entendimento e de reflexão. Ligado à sua nacionalidade porque a aceita, sem subterfúgios, com um orgulho alheio a qualquer sentimento de superioridade. Ocorre-lhe ainda esta tremenda responsabilidade, enquanto produtor de determinado discurso e de determinado conteúdo; enquanto leitor de outros; enquanto capaz (ou não) de aliciar, para esta forma decisiva, absolutamente humana e civilizadora, que é a das narrativas e sua dialética.

A responsabilidade da escrita (e, conseqüentemente, a sua influência nas civilizações) é muito mais pesada do que as políticas, ou até as sociedades estão, ainda, dispostas a admitir:

Maria João Ruivo, no seu delicioso e mais recente Diário, numa oportuna reflexão sobre a obra *Sapiens – História Breve da Humanidade*,¹⁰⁰ chama a atenção para a constatação de que o fator decisivo para a evolução humana foi, precisamente, a aquisição da capacidade de ficção e narrativa, muito para além da mera descoberta da linguagem – é incontornavelmente revelador!!

Deveriam ser os escritores, pois, os menos políticos, os menos preconceituosos, os menos fiéis a um credo em particular, os menos intolerantes, em relação a todos os assuntos. Paradoxalmente, surge-lhes com frequência a consciência clara de que obedecem a uma ética específica; que partilham, ou partilharam, crenças particulares e de grupo; que se sentem inclinados a determinada ideologia; mais frágeis perante algumas emoções; mais enraivecidos no que respeita a certas imperfeições...

Cientes disso, os que enveredaram pela senda da escrita, muito permeáveis às solicitações do mundo em geral, passam grande parte do tempo a contornar a sua própria identidade, nos momentos em que escrevem.

Não a despem – além de artificial, tal seria impossível – mas contornam-na, por amor ao universal. E fazendo-se alheios à intimidade de si mesmos, vão moldando uma responsabilidade que não desejam, mas que está implícita no próprio ato de escrever: a de aliciar.

Porque “Se aceitarmos a hipótese de que a literatura nos humaniza, talvez seja possível darmos mais um passo: ela também nos transforma em seres reparadores.”¹⁰¹

Se as sociedades não enfermassem tanto de arrogância, talvez vissem algo tão simples quanto isso: que a literatura não é mais do que um espaço que alberga histórias. E que de histórias são tecidos todos os humanos.

“Afinal, onde está o real humano? Nas ficções que o constituem (...) o nosso nome é a nossa primeira ficção”.¹⁰²

99 NAMORA; Fernando – *Sentados na relva: Cadernos de um Escritor*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1986.

100 HARARI, Yuval Noah – *Sapiens – História Breve da Humanidade*, Lisboa, Elsinore, 2020.

101 Ryane Pivette de Oliveira e Ricardo Araújo Barberena – *Literatura e ética: notas para um diálogo que não se acaba*, <https://doi.org/10.1590/2316-4018511>.

102 Ryane Pivette, Idem, *Ibidem*.

Um punhado de areia nas mãos, diário ii apresenta por santos narciso

50 anos de vida literária 1 de Chrys Chrystello Crónica do quotidiano Inútil vol. I – VI (POESIA) 35º Colóquio da Lusofonia

“Crónica do Quotidiano Inútil” (Uma breve abordagem)

Quando um amigo nos pede o impossível, há duas reações quase imediatas – primeiro vem a apreensão e logo de seguida sentimo-nos lisonjeados por alguém confiar em nós até esse ponto. Depois é aquela sensação de que não vamos conseguir e só então pomos mãos à obra.

“Vê lá se me fazes uma pré-apresentação do livro, coisa de 3 ou 4 minutos”, pediu-me o Chrys há meia dúzia de dias, com aquela determinação própria dele de quem pensa: Ok. Menos uma coisa para me preocupar. Vou negar este pedido ao chefe da nossa banda? É claro que não. Mas como poderei eu, em três ou quatro minutos, falar de um livro que reúne 50 anos de poesia? Melhor, como poderei ser útil perante esta *Crónica do Quotidiano Inútil*?

Mas vou mesmo ser muito breve. Este texto não tem pretensões críticas. Aliás, a crítica é sempre arriscada, porque limita à lógica do leitor aquilo que o escritor quis expressar. Não vou mentir, como os meus alunos, e dizer que li o livro todo. A poesia não se lê como se de um romance se tratasse, mas li o suficiente para perceber que o seu autor foi registando, em letra de forma, o percurso de toda uma vida – no seu pensar e no seu sentir.

Quem conhece o Chrys encontra-o, claramente, nesta obra. A vida jorra dele e transborda torrencialmente nestes textos, poemas em prosa, com aquela energia incontrolável que o caracteriza.

O livro vai-se construindo com pinceladas sobre o seu quotidiano e as suas vivências interiores. Destaca-se claramente o seu sentido crítico, a sua proverbial irreverência, a busca quase febril de algo novo, que signifique, que venha ocupar o lugar das convenções, do pré-estabelecido. Há, em muitos destes poemas, uma espécie de grito de resistência contra a vida sempre igual, contra as injustiças e as violências a que nos acomodamos. E há um apelo evidente a que nos rebelemos com ele, a que não nos deixemos amarfanzar pela vida ou pelo sistema instituído, porque ele acredita que é nessa resistência que nos fazemos gente.

Ao mesmo tempo, há contrastes que se evidenciam à medida que vamos lendo. Por um lado, temos uma linguagem forte, também ela irreverente, chocante até, por vezes, a que se opõem passagens como estas “primaveras” que dedica à Helena (na pág. 188):

*trazias primaveras nos cabelos
e verões no olhar
demos as mãos
rumámos ao futuro
voamos nas asas do vento
(...)*

Também a Pátria é tema óbvio deste livro. Vista de fora e de longe, suscita-lhe, por um lado, fortes críticas à mesquinhez, à mediania, às hipocrisias, à corrupção, mas, ao mesmo tempo, essa lonjura traz-lhe a saudade e o sentimento de ternura, quando diz, por exemplo:

*LISBOA chão que piso, imagem de sol que amo
este sentir de perto o longe tão longe*

Contrastante é, também, o seu sentir da Revolução de abril, tão ansiosamente esperada e a que dá as boas-vindas de peito aberto, não deixando de sentir, ao mesmo tempo, o sabor amargo do desalento ao aperceber-se de que esta Revolução sonhada não foi a que ele queria que fosse. Os ventos de mudança deram-lhe, momentaneamente, algum ânimo, para logo constatar que, e cito, da Nota Introdutória ao Volume II:

Algumas observações de ordem política eram tão atuais em 1972 como o são agora, o que mostra apenas que a retórica e a demagogia são as características principais desta democracia à portuguesa que se vive desde 1974.

E bem a propósito dos momentos que vivemos agora nesta nossa Europa, surgem poemas sobre os terrores da Guerra, do Vietname, por exemplo. A isto vem juntar-se a denúncia da desumanização, a dolorosa consciência das injustiças sociais e a defesa dos mais desprotegidos: mendigos, prostitutas, estropiados e as crianças, (e cito), esses

*“meninos sem casa, crescendo por entre a vida,
onde vão fazer amor com as raparigas sem futuro?”*

Inevitável é também a crítica a toda a forma de tirania e o destaque dado à sua segunda pátria (ou será a primeira?) – a Liberdade. Aliás, os anos 70, são marcados neste livro por textos que revelam a preocupação de um jovem com o clima de opressão e de falta de horizontes em que se vivia, agravado pelo espetro da Guerra Colonial. Como devem calcular, são muitos os poemas, autênticas crónicas, em que se expressa sobre esta questão e em que se vislumbra, claramente, a sua mão de jornalista.

Mas esta *Crónica do Quotidiano* passa também pelas “estórias da sua terra”, eu diria das suas terras, pois ele, qual Marco Polo, deambulou pela Austrália e por Díli, por Macau, por Timor e por tantas outras paragens. Lugares, paisagens, gentes, pensares e costumes de Ceca e Meca desfilam nestes poemas, levando-nos a perceber que é desse vaguear que ele se foi fazendo.

Até que arribou aos Açores e descobriu os encantamentos e as agruras de ser-se Ilhéu, comprovando o ditado “Em Roma sê romano”. A partir de certa altura, temos a “Descoberta” destas Ilhas nos seus textos.

no início era o fogo

e se fez verbo
vieram os abalos
e se edificaram ilhas

Fala das paisagens e dos costumes, dos pássaros, das procissões e das devoções, do isolamento e da lancha do canal, e presta a sua homenagem aos nossos escritores e poetas, nomeando-os como se de uma grande família se tratasse.

Escreve sobre o viver na Ilha e o sair da Ilha, como vemos nesta estrofe que ilustra o ficar e o partir seja de que lugar for (e cito):

partir!
cortar amarras
como se ficar fosse já um naufrágio.
ficar como quem parte. nunca
partir como quem fica nas asas do tempo

Nos dois últimos volumes, dá-me a ideia de que se torna mais lírico. Vêm à tona pinceladas de memórias saudosas, uma certa nostalgia da infância e a velha angústia do fluir do tempo.

Inevitavelmente, a par de tudo isto, declara inúmeras vezes o amor à Helena, em poemas como "maria nobody", que creio que todos conhecemos e, noutro poema, a jeito de homenagem, diz-lhe o seguinte:

quando te conheci
cheiravas a flores silvestres
hoje sabes a frutos maduros
entretanto houve primaveras nos olhos
e outonos nas mãos

Esta leitura leva-nos por inúmeros caminhos que não conseguiria percorrer aqui em tão pouco tempo. É, como ele lhe chamou, uma *pré-apresentação*, que fica muito aquém da dimensão da obra.

Termino com uma frase dele, que corresponde ao seu desejo enquanto autor:

"Comecei como poeta e assim quero acabar".

E eu, desta forma, acabo também.

Belmonte, 9 de abril de 2022

Maria João Ruivo

“Considerações do Poeta sobre o Poder Corruptor do Dinheiro - Canto VIII” no tema 450 anos de lusíadas

Ensino: é urgente reabilitar a(s) Humanidade(s), no painel educação

Ser professor e educador é um grande desafio, e num tempo em que a noção de durabilidade se foi diluindo pelo meio do ritmo alucinante da vida moderna, esse desafio redobra de dificuldade. Como educar, ensinar e transmitir valores duráveis num mundo em constante mudança, em que cada dia é diferente do anterior e em que aquilo que ontem era válido hoje deve ser posto de lado como inútil?

A Pedagogia, inevitavelmente ligada à História do pensamento, tem a responsabilidade de refletir e tirar conclusões fundamentais sobre os fatores de sucesso ou insucesso dos jovens (e dos cidadãos em geral). Assim, para que fosse possível fazer uma reflexão séria e consistente sobre o assunto, teria de se ter em conta a História e todo um contexto humano, o que implicaria a libertação de ideais políticos, sociais ou económicos passageiros, pouco pensados e, por isso mesmo, inconsequentes.

Seria fundamental perceber-se que as decisões sobre a Educação não podem centrar-se em motivações políticas menores, que vão e vêm conforme as mudanças e inclinações populares, que alastram como uma pandemia. Seria premente que o poder político sustentasse a sua ação consultando e ouvindo os especialistas: os teóricos, os estudiosos e os que educam e ensinam.

Os professores, como sabemos, foram sendo desvalorizados sucessivamente, e de várias formas. E, na verdade, o sistema começou a virar-se contra si próprio. A classe está desmotivada, por várias razões, entre as quais a de uma excessiva burocratização que desvia os docentes do seu principal papel. Ensinar exige tempo e dedicação e os professores têm a sua tarefa cada vez mais dificultada, mergulhados que estão em inúmeros documentos, relatórios, legislação e alterações inúteis, quando deviam estar concentrados na sua tarefa de ensinar e dialogar com os alunos, como responsáveis que são por todo um património cultural que deveria, forçosamente, ser mantido. Observamos que a docência é uma área cada vez menos procurada e, ao mesmo tempo, é já visível, em professores que se formaram nos últimos anos, uma série de lacunas ao nível do conhecimento e do domínio da língua materna, por exemplo, fruto claro do facilitismo que se foi instalando nos diversos graus de ensino.

(...)

Em trinta e quatro anos que tenho de docência, já contei dezenas de reformas no Ensino Básico e no Secundário. Ora nos programas curriculares, ora na duração dos tempos letivos, ora na avaliação ou nas metas a atingir. Quando estamos a interiorizar um determinado número de princípios e de alterações, já as propostas mudam e o que ontem era quase ideal já hoje não é válido.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Ao mesmo tempo, temos a já velha questão da dimensão dos currículos e da angústia que se gera em torno do seu cumprimento, a par de um sistema permanente de avaliação de competências, de conteúdos e de saberes, que ora assumem uma designação, ora outra, num autêntico desnorte em que há mais preocupação com os termos do que com a sua essência, desconfigurando alguns dos objetivos essenciais da Escola.

Na verdade, ao longo dos anos, a unificação do ensino, a mudança de programas e de métodos pedagógicos e, sobretudo, a entrada de largas centenas de milhar de novos alunos nas escolas e o alargamento da Escolaridade Obrigatória mudaram completamente a tipologia do sistema educativo português, que se tornou massificado e com contingências difíceis de superar. Foi um erro ter-se acabado com as Escolas Comerciais e Industriais, de onde os alunos saíam bem preparados, não só para uma profissão, para um ofício, mas dotados de uma considerável cultura geral, tão importante para a vida ativa, como para uma inteligente promoção social e pessoal. (Mas isto seria matéria para outra discussão)

A meu ver, Educação e Ensino são absolutamente complementares, sobretudo quando se trata dos mais jovens. A Escola não pode ser um mero repositório de conhecimentos teóricos. Se assim fosse, os professores seriam praticamente dispensáveis, tendo em conta a quantidade incalculável de informação que temos disponível, nas mais variadas fontes. O ensino e a aprendizagem existem onde há diálogo, o processo de adquirir conhecimento através da palavra.

Ao mesmo tempo, ao nível dos graus de ensino em que leciono – Básico (3º Ciclo) e Secundário – não podemos perder de vista a disciplina. Tornou-se evidente que os professores, em virtude de diversos fatores, foram perdendo autoridade, como se esta não fosse indispensável na Educação. Como se poderá ter a ingenuidade de achar que é possível educar sem que os jovens alunos percebam que há regras e que quem as impõe na sala de aula é o professor? E isso passa pela noção de autoridade e de hierarquia, independentemente do que algumas ideologias possam defender.

Muito se tem discutido sobre um ensino mais moderno, menos escolástico, centrado nas competências dos alunos e descentralizado do professor. Fala-se disto como se fossem teorias muito modernas, mas estas questões já são discutidas há décadas. Claro que o Ensino deverá ter como objetivo central o desenvolvimento de competências do aluno. E quando se fala em competências, não podemos referir-nos apenas às de carácter cognitivo. Questões como a cooperação, a autonomia ou o desenvolvimento de um espírito crítico são fundamentais, mas tudo isso tem de ter como base e ponto de partida o conhecimento. Não se reflete nem se cria uma postura verdadeiramente crítica sobre um assunto que não se conhece ou que mal se domina. Como poderá um aluno desenvolver uma opinião sobre a chamada Revolução dos Cravos ou sobre o Estado Novo, por exemplo, se não souber em que consistiram ambos? Se não conhece os pressupostos, o antes e o depois, como poderá opinar sobre o que quer que seja?

Esta questão leva-me a pôr vivamente em causa a tão atual proclamação das Competências Mínimas do aluno à saída da Escolaridade Obrigatória. Na minha opinião, um ensino que admite, sem contestar, um documento desta natureza está condenado, à partida. Reduz-se o perfil do aluno aos mínimos, com a intenção de reduzir as diferenças, condenando-se, desta forma, um sistema que deveria querer elevar as pessoas a patamares superiores. Isto é, em nome de uma igualdade que não existe, porque, obviamente, haverá sempre alunos com dificuldades, alunos medianos e alunos de excelência, nivela-se as exigências por um patamar mínimo, a fim de que todos lá cheguem, transmitindo a falsa ideia de que há um grau elevado de sucesso escolar. Este sistema é uma falácia, que banaliza o conhecimento e prejudica as potencialidades dos jovens. Claro que alguém argumentará, dizendo que os que têm mais capacidades irão sempre distinguir-se, mas, se o que esperamos de uma geração é que desenvolva as suas competências mínimas, essa mesma geração dificilmente desenvolverá o potencial máximo. Contentar-se-á sempre com pouco e vai achar-se fantástica, pois atingiu um patamar acima do mínimo, quando nem sabe a que patamares poderia ascender. A meu ver, um sistema que preconiza isto está a enganar, por um lado, os alunos com mais dificuldades, pois estes concluirão (como já concluem) que não é necessário esforçarem-se, porque o próprio sistema se encarrega de os valorizar e de lhes dar um diploma que, em muitos casos, eles não merecem e, ao mesmo tempo, está a penalizar alunos com mais capacidades, porque os treina dentro das competências mínimas, quando devia capacitá-los para atingirem o melhor de que eles são capazes.

Desta forma, ensinar seria, idealmente, levar os alunos a aprenderem a adquirir conhecimentos, questionando permanentemente em busca de respostas, e fazê-los entender que quanto mais se sabe, mais se é capaz de se saber, sendo a ignorância a forma mais direta de sermos dominados.

E aqui, insisto na ideia de que o papel das Humanidades, a par com o dos outros saberes, é fundamental. Não é uma luta fácil, numa época em que a pressão, a quase obsessão, pelas Ciências e pelas Tecnologias supera tudo o que se poderia imaginar. Era bom que se entendesse que o diálogo com o Passado é uma urgência. Estamos a atravessar uma era perigosa, em que ideologias várias, modas e correntes inconsistentes poderão estar a destruir princípios e fundamentos básicos, de séculos. Se um professor, numa turma apenas, transmitir a ideia de que devemos destruir monumentos, queimar livros e abalroar peças de Arte, porque estes contam uma História que contraria algumas das ideias atuais, estaremos a falsear tudo e a incorrer num erro que será irreparável, porque a geração que vier a seguir já só conhecerá uma realidade falsa e uma herança truncada, perdendo toda a noção de identidade e de pertença a um lugar e a um tempo, pois o Presente só se concretiza pelo diálogo com o Passado.

A História faz parte da nossa Identidade e tem de ser conhecida, pensada e analisada, para que seja valorizada e sirva de exemplo no que teve de grandioso ou, pelo contrário, ajude as novas gerações a não repetirem os erros cometidos.

O mundo atual está em permanente mudança e isso traz a angústia da incerteza. Assim, a Escola tem a obrigação de apresentar aos seus alunos as ferramentas para que estes consigam adaptar-se a essa realidade. Mas isso não implica, de modo algum, uma rotura com os valores do passado, da cultura e da tradição. Pelo contrário, o passado é a base de sustentação que nos permite avaliar o Presente e preparar o Futuro. Esses três tempos juntos é que geram unidade e permitem a pluralidade e o equilíbrio entre a mudança e a permanência. E tudo isso faz-se também educando, transmitindo bases seguras para que os jovens possam fazer boas escolhas, sendo capazes de refletir sobre as mesmas. Tudo se liga, afinal, pelo espírito de origem, de legado, e com aquilo que nos identifica como indivíduos.

Já se pensou a sério no que será educar para a Cidadania? Nesse sentido, não seria fundamental, de facto, reabilitar as Humanidades? Educar para a Cidadania visaria, então, ajudar os jovens a crescerem plenamente conscientes da sua dimensão humana e convictos de que o conhecimento vai muito para além da tecnocracia, porque uma Humanidade esvaziada do que a define como tal está condenada ao fracasso e à extinção. Se os sistemas valorizassem as Ciências Humanas como valorizam as Ciências Exatas e a Tecnologia, julgo que a Educação para a Cidadania e a Educação em geral começariam a dar passos mais firmes e sustentados. Além do mais, todos sabemos que a sobrevalorização da tecnologia representa perigos acrescidos que poderão pôr em causa a própria essência de que nós, enquanto Homens, somos feitos. Sendo assim, educar passaria, também, por despertar nos jovens

uma consciência para os fatores que podem pôr em risco a nossa própria condição humana, que vem sendo ameaçada por uma série de ambições e de teorias que põem seriamente em causa o futuro de todos nós.

Sem essa reflexão, no exercício da docência, haverá todo um legado em risco, porque os próprios professores, muitos formados dentro de um sistema já esvaziado de certos valores, não questionarão minimamente, e adotarão uma atitude irónica ou, quando muito, complacente, para com aqueles (poucos) que se atreverem a questionar.

As motivações dos nossos alunos afastaram-se imensamente daquilo a que nós estávamos habituados até há cerca de duas décadas. O esforço que se lhes exige é mínimo. Ora, pensar, lutar por algo, defender um ideal dá trabalho, exige abdicar, implica riscos. Que pena eles não imaginarem que isso daria um sentido absolutamente valioso à sua existência!

Aqui entraríamos pela tão discutida questão do vício das tecnologias, que afastou muito os jovens da verdadeira realidade que os rodeia e criou mundos virtuais onde é muito difícil penetrar e com os quais é quase impossível competir. Por outro lado, por terem acesso rápido, imediato, a um enorme número de informações, eles acham, talvez, que o Professor não será assim tão imprescindível. Por isso, é fundamental tentar que eles questionem. Nós tínhamos causas, tínhamos dúvidas, procurávamos respostas. Eles, pelo contrário, parece que se isolam num mundo virtual, como quem procura conforto, distração e esquecimento e estão a perder a capacidade de questionar, talvez também, em parte, porque o pensamento lhes traz angústias que eles estão demasiado fragilizados para enfrentar.

Temos de reinventar o Homem antes que ele se perca totalmente de si. Devolver às crianças e aos jovens a noção plena da sua humanidade, para que eles sintam vontade de lutar por alguma coisa. Os jovens estão sem causas e isso condu-los ao vazio. Daí a minha defesa da importância das Ciências Humanas, num mundo que se dilui nas ciências exatas, nas tecnologias, nas finanças e na importância da matéria. Recuperar o SER, valorizando-o sobre o TER, seria o grande desafio do mundo de hoje e do Ensino de hoje. Uma utopia, infelizmente.

Muito ficará sempre por dizer sobre este assunto. É muito mais fácil teorizar sobre ele do que pôr em prática, no dia a dia da Escola, aquilo que se defende. Perante uma turma, que é sempre tão heterogénea, em que cada jovem é todo um universo de desejos, de dúvidas e de contextos, como motivá-los e conduzi-los a um porto seguro, ajudando-os a crescer? Por muitas teorias que tenhamos, a vida tem-me demonstrado que o que mais os marca é o exemplo que lhes damos, uma atitude nossa que fez toda a diferença naquele momento da sua vida, a forma como demos uma determinada aula, ou uma conversa que tivemos, deixando de lado a matéria daquele dia, porque era mais importante aquele diálogo com eles e foi por aí que conseguimos criar um canal de comunicação

essencial ou um, ainda que breve, momento de fascínio por qualquer coisa. Ou seja, o que mais os move, no fundo, é aquilo que faz de todos nós uma irmandade; é eles reconhecerem, mesmo sem se consciencializarem racionalmente disso, que uma aula é, para além de um lugar de conhecimento, um espaço de humanidade que é preciso fomentar. O segredo estaria, então, em despertá-los para a importância da aprendizagem nas mais variadas áreas, porque o mundo é feito de todas elas e todas enriquecem cada um de nós. Como fazer isso em cada aula, com tantas outras obrigações que temos em paralelo e que nos (pre)ocupam demasiado é o grande desafio.

Concluo, finalmente, que nenhum Presente faz sentido sem a memória de um Passado que carregamos. E carregamo-lo nos genes, mas também no que somos de saber, de pensar, de sentir e de saber fazer. Da mesma forma, esse Presente que é o nosso só se completa na medida da ponte que nele estabelecemos entre o Passado e o Futuro. Sem a memória, perdemos a nossa própria identidade. E se entendermos isso, temos a responsabilidade inalienável de estabelecer a ponte com os que hão de vir e de passar o legado possível, para que no Futuro haja alguma forma de identificação e de reencontro.

Este pode ser, em última análise, um dos nossos contributos para combater o abismo da desumanização a que o mundo de hoje, tão persistentemente e de formas tão diversas, nos quer conduzir. Proteger o passado e revelá-lo às novas gerações, preparando-os, simultaneamente para o tempo a que pertencem, mas não os deixando esquecer que pertencem a uma humanidade da qual não nos podemos desligar. Mantê-los ligados à(s) Humanidade(s), à arte, à cultura, ao património para que eles cresçam harmoniosamente e de forma completa, é, provavelmente, o meio mais inteligente de garantir o Futuro e manter, de algum modo, a surpresa e o encantamento.

Ponta Delgada, outubro de 2022

Ruivo, Maria João - "Ensino: é urgente reabilitar a(s) Humanidade(s)" In: *Teoria da Educação e Formação de Professores: Conceções, Perspetivas e Práticas – Emanuel Oliveira de Medeiros* (Coord.) – Ed. MIL (2022) (Texto adaptado)

27. MÁRIO JOSÉ SILVA MELEIRO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, ESE, COMUNICAÇÃO E DESPORTO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)

Apresenta O teatro de José Saramago como homenagem aos 450 anos da publicação de *Os Lusíadas*, Mário José Silva Meleiro, Politécnico da Guarda

1. Introdução

Neste ano de 2022, celebram-se os 450 anos da publicação de *Os Lusíadas* (1572 - 2022), obra considerada um dos principais livros fundadores da cultura portuguesa. A celebração de Camões tem assumido diversas formas ao longo dos tempos e em vários locais do mundo. Também Saramago não ficou indiferente ao autor de referência da literatura portuguesa e quis homenageá-lo com a criação de uma peça de teatro, *Que farei com este livro?* em que Camões, perante uma corte pouco dada às artes e ocupada em manter interesses instalados, tem de negociar a permissão para publicar *Os Lusíadas*, que vieram a tornar-se o maior expoente da língua e da literatura nacionais.

Esta peça, nas palavras de Saramago, "não pretendeu desfigurar ou imobilizar a História, mas articular dialeticamente o homem com o seu tempo. Não pretendi mistificar nem romantizar Camões, mas trazê-lo até junto de nós para projetar alguma luz reveladora sobre o presente"¹⁰³.

José Saramago tem mais de 40 obras publicadas, mas, como refere ainda Maria Alzira Seixo (1987), o teatro não é, certamente, a sua forma privilegiada da manifestação artística. Talvez por isso, a sua obra dramática ainda não tenha recebido da crítica o mesmo apreço dos seus romances. O próprio Saramago manifesta algum descrédito nesta sua vertente na dedicatória de *A Noite*, obra que marca a sua estreia na dramaturgia, publicada em 1979: *À Luzia Maria Martins, que me achou capaz de escrever uma peça*.

Como refere ainda Fernando Mendonça, na recensão a *A Noite*, "só se escreve teatro por irresistível vocação". De facto, escrever teatro pode ser uma tentação, mas é, também, um perigo. E são alguns os "dramaturgos por acidente", aqueles que se desviaram do romance ou da poesia para tentar a sorte no drama.

103 Cf. <https://www.josesaramago.org/livro/que-farei-com-este-livro/>

Não é, contudo, este o objetivo aqui pretendido, classificar Saramago como dramaturgo por acidente ou por ocasião. Pretende-se, acima de tudo, contribuir para a divulgação da dramaturgia saramaguiana com a apresentação do resumo e análise da peça *Que farei com este livro?* escrita em 1980, para a comemoração dos 400 anos da morte de Camões, e que foi já levada a palco várias vezes, logo em 1980, no Teatro Municipal Joaquim Benite (Almada) ou, em 2008, no Teatro Nacional D. Maria II (Lisboa). Pretende-se igualmente elencar os entraves encontrados por Camões, que representam críticas à sociedade da época, e as soluções encontradas para conseguir publicar a sua obra.

2. *Que farei com este livro?*

Que farei com este livro? é a pergunta que Camões se faz a si próprio, no final da peça, depois de, finalmente, e após tantas dificuldades encontradas, conseguir ver o seu livro impresso. A pergunta marca, de facto, a angústia individual do poeta perante o livro que agora tem nas mãos. Foi esta a pergunta que levou José Saramago a escrever uma peça de teatro em que “a ação decorre em Almeirim e Lisboa, entre abril de 1570 e março de 1572, ou, com menor rigor cronológico, mas maior exatidão factual, entre a chegada de Luís de Camões a Lisboa, vindo da Índia e Moçambique, e a publicação da primeira edição de *Os Lusíadas*” (Saramago, 2015:18). Com inúmeras referências diretas e indiretas a *Os Lusíadas* nas suas obras de ficção e com a peça *Que farei com este livro?* é como se Saramago lhe respondesse, fazendo com que também Camões e a sua obra se libertassem da lei da morte.

A estrutura da peça assenta em dois atos, onde se reproduzem, sobretudo, os dois grandes problemas de Camões: as dificuldades financeiras e a censura. Reproduz também a história do poeta desconhecido, incompreendido e ignorado pelos contemporâneos que desvalorizam as artes, a história de uma corte repleta de intrigas, “a vacuidade do poder real com um D. Sebastião que não serviu para nada” (Silva, 2008:174), da censura e das dificuldades impostas pela Inquisição ao seu grande desejo: “não há nada que mais deseje no mundo que ver o meu livro publicado” (Saramago, 2015:64).

O primeiro ato é constituído por sete quadros, ou cenas. O segundo, por oito.

Saramago inicia o primeiro quadro com a palavra que encerra *Os Lusíadas*: inveja. A conversa entre os irmãos Luís da Câmara, confessor do rei, e Martim da Câmara, secretário de Estado, mostra a preocupação pelo facto de circular em Coimbra uma carta a difamá-los. A razão é, obviamente, a inveja da fortuna deles junto de D. Sebastião. O mesmo acontece dentro da corte. Estes são, portanto, os temas iniciais: a inveja, a intriga, os jogos de poder. Termina este primeiro quadro com a introdução de mais três temas: a preocupação com o facto de Dom Sebastião não quer casar e a possível incapacidade para deixar descendência, a Inquisição e a peste em Lisboa, razão pela qual a ação se inicia em Almeirim, em 1570.

No segundo quadro, assistimos a um passar de culpas, entre Dona Catarina e o Cardeal Dom Henrique, sobre a educação de Dom Sebastião, que levou a posições e comportamentos preocupantes: recusa-se a casar, excesso de montarias e religião, apenas ouve os que o adulam (os Câmara). Fica, portanto, confirmado o retrato intriguista e o futuro, nada auspicioso, desta “panela de barro” que é Portugal.

No terceiro quadro, assistimos à confirmação de que os portugueses não só não conhecem Camões, que regressa da Índia passados 17 anos, como também não são muito dados às artes. A preferência vai para os títulos e mercês de poderosos. Diogo de Couto, um daqueles portugueses que faz jus ao verso de Camões: “Numa mão sempre a espada e noutra a pena” (*Lusíadas*, VII. 79:8), lamenta o facto de a corte não reconhecer nem os sacrifícios dos soldados nem o talento dos escritores. Como poderiam, então, conhecer o maior poeta que há em Portugal?

No quarto quadro, já em Lisboa, na casa de Luís de Camões, Ana de Sá desabafa com Diogo de Couto, o verdadeiro amigo do filho, que o vai visitar: “Vejo-o diferente do que foi, é o meu filho e é também outro homem. Em que praia ou mar ficou o mancebo galhardo que daqui partiu, que privações e desgostos o tornaram tão melancólico, que misérias mais custosas de suportar que esta pobreza costumada?” (Saramago, 2015:53) ou “O meu alegre Luís que foi, vive calado hoje” (Saramago, 2015:55).

O desânimo é extensivo a Camões “Olho para dentro de mim e vejo-me seco e vazio.” (Saramago, 2015:62), mas irá à corte mostrar a sua obra, como o aconselha o amigo, mal esta volte para Lisboa. Afinal, “em Almeirim, os ares são puros, mas a peste também por lá anda” (Saramago, 2015:64). Requentada ironia de Saramago que Diogo de Couto clarifica: “El-rei rodeia-se de frades e privados, não quer saber doutros conselhos, e Deus sabe que estes não são bons. Todo o seu sonho é conquistar Marrocos, vencer o Turco, libertar os Santos Lugares. A rainha inclina-se para Castela, está-lhe no sangue, o cardeal opõe-se, mas ninguém sabe ao certo o que quer o cardeal. Na Índia não pensávamos que o reino fosse essa barca sem leme nem mastro.” (Saramago, 2015:65).

No quinto quadro, Camões percebe que tem de agir e decide, então, ir à corte na esperança de ser recebido e poder mostrar os seus versos ao rei. No entanto, se a esperança não era muita, a desilusão é uma certeza. A indiferença do rei, mesmo perante o seu atrevimento de se atirar para dentro da cena sem qualquer autorização, é bem evidente na postura arrogante, sem sequer virar o olhar para o humilde poeta que, de joelho no chão, lhe suplica: “Permiti, senhor, que vos leia, e que as ouça a corte, algumas oitavas, estas que não há muitos dias compus, a dedicatória a Vossa Alteza. Sabereis... (D. Sebastião, que tem ouvido indiferente, avança para o outro lado e retira-se, levando atrás de si todo o séquito, incluindo a figuração que estivera presente desde o princípio da cena. Luís de Camões permanece como estava, com um joelho em terra, segurando os papéis abertos. Não repara que uma mulher antes de sair, se voltara para trás, a olhá-lo. Põe-se de pé. Parece acordar) ” (Saramago, 2015:80).

Saramago, como que em solidariedade para com Camões, não dá a D. Sebastião, durante toda a peça, nem uma única fala ao rei. Indiferença com indiferença se paga. Mas a sua simples aparição, ao atravessar a sala onde Camões o esperava ver apenas passar, é o suficiente para qualificar a corte portuguesa como Diogo de Couto a havia caracterizado no quadro anterior. Afinal, “quem não sabe arte, não na estima” (*Lusíadas*, V. 97:8).

No sexto quadro, será esta mulher, Francisca de Aragão, antiga namorada a quem se acende outra vez a chama por Camões, que irá a casa do poeta declarar-lhe novamente o seu amor, mas, sobretudo, prometer-lhe ajuda e aconselhá-lo a ir falar com o conde de Vidigueira para que também interceda por ele na publicação dos seus versos. A esperança do poeta renasce.

No sétimo quadro, Camões joga, então, a última cartada: procura o conde de Vidigueira. Afinal, o poema épico exalta os feitos dos portugueses, mas com o seu avô ao leme: Vasco da Gama. A resposta do conde é clarificadora e classificadora destas gentes e deste reino: “Sois poeta e bem-falante, senhor Luís Vaz. Ficai com a glória do vosso bem falar e bem escrever, que a casa da Vidigueira não precisa de quem lhe cante as glórias, ou pagará a encomenda que fizer para lhas cantarem. E eu não me lembro de vos ter encomendado este trabalho. (entrega os papéis a Luís de Camões, que os recebe.) Podeis retirar-vos.” (Saramago, 2015:102).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Pobre Camões! Não desanimes. Afinal, “quem quis, sempre pode” (Lusíadas, IX. 95:6), recordas-te? O primeiro ato termina, assim, com um claro ressentimento de Camões para com a sua pátria.

O segundo ato começa em casa de Damião de Góis, em fevereiro de 1571, a dialogar com Camões e Diogo de Couto, com a incompreensão deste pelo facto de já se ter passado um ano e os versos do amigo ainda não terem sido publicados. É uma injustiça: “Nunca em Portugal se escreveu um livro assim, e ninguém o agradece?” (Saramago, 2015:106). De esperança em desespero, chega mais uma: Francisca de Aragão traz a notícia de que conseguiu uma audiência com o Santo Ofício para Camões.

No segundo quadro, assistimos à conversa de Camões com Frei Bartolomeu Ferreira, revisor do seu livro. Ficamos a saber que nas primeiras leituras não encontrou nele “coisa contrária à nossa Santa Fé.” (Saramago, 2015:129). Não quer isto dizer que a autorização já esteja dada, mas que está bem encaminhada, graças às muitas recomendações que chegaram ao Santo Ofício, embora haja algumas passagens a alterar, mas o engenho e a erudição são inegáveis. A seu tempo será Camões novamente chamado ao Palácio da Inquisição para conhecer o veredito.

No terceiro quadro, Camões recebe duas notícias inesperadas que aumentam o seu desespero: Damião de Góis foi preso pelo Santo Ofício e Diogo de Couto, desiludido com este país, partirá novamente para a Índia, pois, como refere, “Portugal não terá os meus ossos” (Saramago 2015:149).

O quarto quadro é propício a Camões. Finalmente, e depois de novamente chamado ao Palácio da Inquisição, Frei Bartolomeu Ferreira comunica-lhe que pode requerer licença de impressão. Depois de “forçar o sentido” dos seus versos para os sujeitar ao desejo do revisor, Camões mostra-se satisfeito, mas não deixa de usar de ironia “devo agradecer o mal que me fazem, à conta de não mo terem feito maior” (Saramago 2015:153). Antes de sair, e como havia prometido no quadro anterior a Diogo de Couto, ainda inverte os papéis e pergunta ele agora ao inquisidor por Damião de Góis. Tal imprudência leva Frei Bartolomeu a dar-lhe dois conselhos. O primeiro, “tende mão nesse arrebatamento” (Saramago 2015:156), pois o assunto não lhe diz respeito. O melhor é aceitar o parecer favorável, não vá o inquisidor arrepender-se da sua benevolência. O segundo, “Quando alguém entra numa quinta sem acordar os cães, haverá de redobrar o cuidado para não os acordar à saída” (Saramago 2015:159). Camões percebe a ameaça.

No início do quinto quadro, o entusiasmo de Francisca de Aragão não é totalmente partilhado por Camões. Ele sabe que mesmo tendo a licença de impressão e o privilégio real de guardar a propriedade da sua obra por dez anos, falta o dinheiro para pagar ao impressor. Afinal, esta última dificuldade nem sequer faz sentido, pois o seu livro deveria ser publicado graças ao seu próprio mérito, mas não estamos em Itália, onde isso talvez possa acontecer, vivemos em Portugal. Camões recorda as palavras do amigo Diogo de Couto: “O meu livro é uma barca em que muitos querem navegar, desde que não embarquem nela outros.” (Saramago 2015:166). A sede de protagonismo, exclusivo, dos membros da corte mostra que está pouco interessada no mérito. Camões assume o desafio final sozinho: procurar um editor.

Já na tipografia de António Gonçalves, no sexto quadro, sem dinheiro para pagar a impressão, Camões, de proposta em proposta, desalentado, finaliza: “Quereis comprar o meu privilégio, compor e imprimir o livro, e vendê-lo em vosso proveito?” (Saramago 2015:182). A estupefação do editor é visível, mas as contas não lhe dão garantia de lucro. Desafiador, Camões remata: “Nunca o sabereis se o não fizerdes.” (Saramago 2015:184).

O suspense da decisão salta para o último e oitavo quadro, pois no sétimo assistimos a uma quebra da narrativa, passando agora a ação para a corte. A prepotência de Dom Sebastião em assumir lutar sozinho contra os turcos e a teimosia em não casar preocupam toda a corte. O objetivo deste desvio de atenções parece evidente. Os problemas da corte continuam, e continuarão, os de Camões, não da forma que ele desejava, e pelo menos em parte, chegaram ao fim. António Gonçalves aceita a proposta e, num dia de março de 1572, o seu servente entrega a Camões o primeiro exemplar impresso de *Os Lusíadas*. Mais do que euforia, assaltam o poeta duas dúvidas: *Que farei com este livro? Que fareis com este livro.*

3. Conclusão

Como se verificou, ao longo da peça, os obstáculos que vão surgindo vão sendo, sucessivamente, resolvidos e substituídos por outros.

Assim, depois de ultrapassar a indiferença da corte, graças a Francisca de Aragão, depara-se com a Inquisição.

Ultrapassado este obstáculo, graças ao reconhecimento literário de Frei Bartolomeu Ferreira, depara-se com o problema da falta de dinheiro.

Esta sucessão de problema-solução termina, de facto, com a concretização do seu sonho, a publicação de *Os Lusíadas*, mas não sem a estocada final, pois acabou por entregar ao mestre impressor António Gonçalves o privilégio da sua obra em troca de cinquenta mil reis porque “precisava de comer” (Saramago 2015:184).

Saramago inclui nesta peça 24 personagens, das quais 16 são históricas, reais, contemporâneas de Camões e apenas 8 que nem nome apresentam, entre fidalgos, frades e criados.

De entre as primeiras, verifica-se uma clara diferença entre os conselheiros dos dois protagonistas, D. Sebastião e Camões.

Os irmãos Martim representam o oportunismo, o parasitismo dependente da corte ao passo que Damião de Góis e Diogo de Couto representam a verdade, a luta contra o poder inquisitório. Também Saramago se juntou a esta luta, mas contra um outro poder, o salazarista. Provavelmente, o abandono do país por Diogo de Couto terá também ecoado no pensamento de Saramago.

O Camões que Saramago nos apresenta nesta obra está, de facto, longe do poeta mitificado a partir do século XIX. É apenas um comum mortal, que partilha com a mãe uma vida de dificuldades, à procura de soluções de sobrevivência.

Aliás, como a grande maioria da sociedade, controlada pelo poder e pela igreja.

O Camões humanizado por Saramago tem sentimentos, tem desejos e sentiu, no século XVI, certamente o que outros sentiram no período ditatorial do século XX: indiferença, censura, pobreza.

Que farei com este livro? pode, de facto, não cativar pelos movimentos, pela força da ação, mas nas peças de Saramago também não é isso que se espera.

A preferência vai, claramente, para o poder da palavra, para a reflexão que nos convida a fazer ao contar uma história com um forte carácter histórico e simbólico.

Bibliografia

Mendonça, F. (1980). “Recensão crítica a A Noite, de José Saramago” in Colóquio/Letras. n. 58. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
Reis, C. (2015). Diálogos com José Saramago. Lisboa: Caminho.

- Santos, C. (2018). Uma análise intertextual da peça " Que farei com este livro", de José Saramago. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Saramago, J. (2011). Memorial do Convento. Porto: Porto Editora.
- Saramago, J. (2014). A noite. Porto: Porto Editora.
- Saramago, J. (2015). Que farei com este livro? Porto: Porto Editora.
- Seixo, M. A. (1987). O essencial sobre José Saramago. Lisboa: INCM.
- Silva, C. (2010). A metaficção historiográfica em Que farei com este livro? de José Saramago. Dissertação de mestrado apresentada à Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Londrina.
- Silva, J. (2008). Uma longa viagem com José Saramago. Lisboa: Porto Editora.
- Silva, T. (1992). Que farei(s) com este livro?: um exercício da memória cultural portuguesa, in Revista Letras, Curitiba, vol. 40, p. 99-103.
- Werneck, E. (2021). Literatura e história no texto dramático Que farei com este livro? de José Saramago in Scripta Alumni, 24, 77-91.
- Zurbach, C. (2013). Recensão crítica a Que farei com este livro, de José Saramago" in Limite - Revista de Estudos Portugueses y de la Lusofonía, 7, 256-260.

28. PEDRO PAULO CÂMARA, UNIVERSIDADE DOS AÇORES, ESCRITOR, HOMENAGEADO 2022

INTERVENÇÃO NA SESSÃO DE HOMENAGEM AO AUTOR DO ANO APRESENTA CRÔNICA AÇORES 5 DE CHRYS CHRYSTELLO

Não é objetivo deste texto matar a obra, como gesto concluído da descodificação! Não é para a encerrar dentro de definições, cativa, sequer, que cá estamos. Não pretendemos saturar o sequioso leitor e explicar a estrutura externa da obra, nem sequer, ainda, esmiuçar – sem que a esse exercício consigamos escapar – as motivações emocionais do seu autor, motivações que só a ele dizem respeito e, claro está, a cada um daqueles que, inevitavelmente e livremente, interpreta cada palavra e investe num virar de página que se apresenta cada vez mais lento, por ser densa a mensagem, num emaranhado rigoroso de referências. Não pretende esta intervenção, também, substituir o prefácio, habilmente escrito, preâmbulo descortinador de capítulos, títulos e subtítulos, conceitos e ideias. Para que estamos aqui? Que forças nos movem? Que palavras? Não colocamos em prática um mero exercício de retórica, neste momento. Debateremos interiormente o meu propósito.

Certo é que esta nossa abordagem nada acrescentará ao escrito de Chrys Chrystello, que é rico por si só, ímpar e total.

É pouco plausível, todavia, que a imparcialidade habite esta nossa apresentação, uma vez que, como cada leitor livre de amarras, nos deixamos seduzir por e embrenhar nesta intricada selva memorialista – memorialista sem ser, necessariamente, saudosista -, pejada de humor ácido e banhada por laivos de ironia acutilante.

Existe, na obra, uma poética do tempo que ostenta uma evidente resistência ao esquecimento e, nessa luta desigual – qual Dom Quixote, combatendo os seus moinhos-monstros pessoais, que se viu abandonado por Sancho Pança desertor -, o *Crónica Açores* converte-se, com naturalidade, num *Crónica Mundo*, porquanto garante a imortalidade do tempo, dos espaços e das gentes. Só a realidade os mata e os desgasta. Só a realidade...

Chrys Chrystello certifica que a mutabilidade irreversível da existência sobreviva, assegurando-lhe, precisamente, vida futura, uma posteridade abstrata, para além da finitude anunciada, instigando-nos a compreender e a aceitar o curso ininterrupto do metamorfismo mundano. É nesse gesto partilhado que o seu universo pessoal se converte num universo coletivo: partilhamos os seus voos e as suas aterragens; passeamos, juntos, pelas ruas desertas ou quase desertas dos seus ancestrais, agora tão cheias de silêncio e solidão; bebemos da velha fonte das feiticeiras, que tantas gargantas e tantos sonhos saciou; refrescamos-nos com o ar gélido de Bragança, o mesmo ar que arrepiava a alma; aproveitamos o bulício do Porto e cruzamos esquinas; entreolhamo-nos com as sombras intimidantes da anosa casa; perdemos-nos nas colinas de Timor; sobrevivemos ao abrasador e injusto calor australiano e... aos casamentos. Ah, sim! Até a isso, nas suas páginas desenfarpeladas sobrevivemos... resistimos; fizemos rádio; escrevemos reportagens e quase, tantas vezes, fomos presos... Mas não desertamos do texto, como o autor não desertou do ato da escrita. O autor construiu uma vida, construiu-se e edificou um monumento livresco incorrupto.

Chrystello é um Cesário Verde contemporâneo, em que a deambulação assume o controlo dos destinos existenciais do indivíduo, desta feita numa crónica lírica, em que a materialização gráfica do real, experienciado e sentido, surge subjugada ao peso onnipresente da sátira melancólica.

O autor não se oculta por detrás da voz que habita os textos. Antes pelo contrário. São unos; um ser coeso que se desnuda à frente do leitor. A voz atenta espelha o leitor, as suas experiências e a sua visão do mundo, mundo que este ora acolhe, ora rejeita e que sempre analisa, de lupa e bisturi em punho, à luz do detalhe e de um pensamento crítico que não se verga e que não obedece às leis dos homens. É irreverente.

Os relatos oferecem um contexto geográfico, ou vários, um contexto temporal, ou vários, mas sempre universais, na medida em que habitam o nosso imaginário e a nossa existência. O leitor identifica-se com o cronista e examina a sua própria vivência à luz das experiências alheias.

O dever moral do escritor – entidade criadora – é retribuído com o dever do leitor – o compromisso ante a página robusta -, irmanados por este tributo à memória. Como escreveria Marguerite Yourcenar, "O tempo, esse grande escultor", foi, para o autor, martelo, escopo e pedra. E, assim, a obra de Chrys Chrystello, pela sua intemporalidade, agudeza de espírito e profundidade, atinge a imortalidade.

Ponta Delgada,
2 de outubro de 2022

Foi através da sua nota com o título sugestivo «Gândavo, não Gandavo» de setembro de 1943, publicada pela primeira vez na revista *Brasília* em 1946 e no ano seguinte, sob a forma de artigo em separata, revista e corrigida, que Joaquim da Silveira (1879-1972) manifestou a sua opinião de que o apelido do escritor quincentista Pero de Magalhães de Gandavo (fl. 1574-1576), primeiro ortógrafo da língua portuguesa (Gandavo 1574) e também primeiro autor de uma história do Brasil (Gandavo 1576), deveria ser escrito com acento circunflexo na antepenúltima sílaba. Era opinião de peso, porque já nessa altura o autor era reconhecido em Portugal como especialista em estudos de toponímia e de antroponímia.

Talvez seja por isso que, até à publicação dos dois artigos do académico brasileiro Evanildo Bechara, intitulados «Pronúncia de nomes próprios: o problema Gandavo ou Gândavo» (Bechara 1998a, 1998b), as considerações de Silveira permaneceram completamente incontestadas pela comunidade científica do ponto de vista do conteúdo, razão pela qual a grafia <Gândavo>, resultante das considerações de Silveira, assim como as pronúncias correspondentes ['gændəvʊ] (PE) e ['gandavʊ] (PB) foram largamente adotadas pela maioria dos investigadores e autores que utilizaram esta forma onomástica, sem qualquer crítica, durante um período de 52 anos. Este facto deve-se, provavelmente, sobretudo às influentes obras *Tratado da Ortografia* de Francisco da Luz Rebelo Gonçalves (1947) e ao *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (Nomes Próprios)* de Antenor Nascentes (1952), que subscreveram a opinião de Silveira, assim como o fez a maioria dos investigadores e autores durante este período. Convém desde já declarar aqui que estamos familiarizados com o contributo de Bechara há mais de 20 anos e que por conseguinte há muito que adotámos o resultado dos seus argumentos plausíveis, tendo passado a grafar sempre o nome do ortógrafo como <Gandavo> dentro das nossas publicações sobre a história da ortografia portuguesa (a começar com Kemmler 2001). Entretanto, ao empreender a parte investigativa que nos coube como o nosso contributo para o «Estudo introdutório» de Assunção / Kemmler / Fernandes / Coelho / Fontes / Moura (2019), encontramos novos subsídios relacionados com a questão gandaviana que ultimamente reforçam o ponto de vista do grande Mestre e amigo brasileiro.

Apesar dos valiosos contributos científicos de Bechara (1998a, 1998b), é, no entanto, de notar que ainda hoje há quem, geralmente sem conhecer a fonte destes pressupostos, se cinja às conclusões de Joaquim da Silveira. Por isto, impunha-se a realização de um estudo filológico aprofundado, que visa apresentar, examinar e contextualizar não só os artigos de Silveira e as respetivas fontes apresentadas, mas também outras fontes com o potencial de ajudar no esclarecimento da questão. Como resultado deste trabalho filológico, apresentamos o nosso pequeno estudo, que acaba de sair do prelo e que vem intitulado *Gandavo, não Gândavo* (Kemmler 2020).

Em substituição de uma apresentação propriamente dita do livro, queremos, portanto, apresentar alguns dos mais importantes resultados da investigação nele apresentada.

Uma vez que o artigo de Silveira pode ser dividido numa introdução bastante pormenorizada e numa investigação efetiva que abrange apenas 25% (Silveira 1946) e 22% (Silveira 1947) do texto total, o nosso estudo principia por uma análise detalhada desta parte final da sua contribuição.

Silveira (1946: 527, 1947: 8) afirma, com razão, que a parte onomástica do *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* (ACL 1940: 758) apresenta o antropónimo 'Gandavo' sem qualquer acento, aliás sem especificar a razão da pronúncia. Embora isto possa parecer irritante do ponto de vista do estudioso, podemos constatar hoje que a pronúncia [gen'davʊ], em que se baseia esta grafia, em última análise, não é digna de censura, pois é a expressão de uma tradição secular dentro da lexicografia portuguesa.

Em seguida, Silveira (1946: 527; 1947: 8) refere-se às entradas nos índices em que Pero de Magalhães de Gandavo é mencionado dentro da *Bibliothecæ Hispanæ sive Scriptorvm Hispaniæ Gentis Qui ab Anno MD. usque ad præsens tempus monumenta doctrinæ suæ literis tradiderunt, Tomus secundvs* (Antonio [1672], I/II) latina do bibliógrafo espanhol Nicolás Antonio (1617-1684). Ainda que alguns dados bibliográficos apresentados por Silveira estejam incorretos, em parte as formas estão corretas. No entanto, julgamos que a variação gráfica da componente onomástica <Magallaens> ~ <Magallanes> ~ <Magallães> ~ <Magalhaês> nas listas de Antônio é tão pouco fiável que também a ocorrência da grafia <Gândavo> (Antonio [1672], II: 391, 458, 629) com acento grave em três dos quatro casos não nos parece suficientemente credível. Além disso, é de constatar que os acentos vernáculos da primeira edição, muitas vezes contraditórios, foram todos eliminados na segunda edição da bibliografia espanhola (Antonio 1783, I, 1788, II).

Além disso, Silveira (1946: 528, 1947: 9) baseia a sua argumentação na grafia latina do topónimo <Gandävum> para a cidade belga de Gante, que pode ser encontrada na edição do *Septem Linguarum Calepinus* de 1778, organizada por Giovanni Battista Gallicciolli (1733-1806). Como descobrimos no âmbito desta investigação, a situação com o dicionário de Calepino não é tão simples como pode parecer pela descrição de Silveira. Assim, após a consulta de 117 edições deste dicionário latino, de entre um universo de 211 edições conhecidas, pudemos identificar as seguintes cinco tendências em relação à entrada 'Gandavum':

- a) Grande parte das edições quincentistas e ainda algumas edições seiscentistas seguem o exemplo da *editio princeps* de 1502 e não apresentam qualquer entrada 'Gandavum'.
- b) Pelo menos desde a edição lionesa do Calepinus (1570), encontra-se uma breve entrada na maioria das edições posteriores do *Calepino*, por norma sem qualquer notação prosódica.
- c) Na terceira edição flamenga do Calepino (1572), impressa em Lovaina para a livraria da viúva do livreiro Johannes Steels de Antuérpia, encontramos uma entrada muito mais breve, sendo a única que apresenta a notação prosódica <Gändävvm>.
- d) Pelo menos desde a edição veneziana de Calepinus (1673), surge um texto mais elaborado, que parece aproveitar a informação geográfica, fornecida pelo *Lexicon Geographicvm* de Ferrari (1627: 299). Também este texto vem desprovido de uma notação prosódica.
- e) A partir do primeiro volume da primeira edição patavina, preparada por Jacopo Facciolati (1682-1769), apenas as últimas dez edições patavinas do *Septem Linguarum Calepinus* (¹1718, ²1726, ³1731, ⁴1736, ⁵1741, ⁶1746, ⁷1752, ⁸1758, ⁹1772, ¹⁰1778-1779) e a edição veneziana editada por Gallicciolli (Calepinus 1778) apresentam uma entrada em que vem assinalada a segunda sílaba breve.

* Sócio Correspondente Estrangeiro da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). O CEL é uma unidade de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDP/00707/2020).

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Assim, pode afirmar-se que a prosódia 'Gandāvum' do topónimo latino, que Silveira cita como exemplo, apenas se encontra em 11 edições do dicionário plurilingue de Calepino, enquanto as restantes 200 edições deliberadamente omitem uma tal indicação e uma até faz questão de apresentar a notação prosódica <Gāndāvum>. Também no *Totius Latinitatis Lexicon* (Facciolati / Forcellini 1771, I: 366), pelo qual o mesmo lexicógrafo italiano foi responsável, não se encontra qualquer entrada para este topónimo.

Deve portanto concluir-se que o valor probatório das duas únicas obras citadas por Silveira (1946, 1947) pode, na melhor das hipóteses, ser considerado como circunstancial. Uma vez que Silveira (1946: 528, 1947: 9) termina as suas considerações com a afirmação: «Em face destes dados, e salvo melhor documentação em contrário, entendo, pois, que a prosódia verdadeira do apelido discutido é Gândavo, e não Gandavo», coloca-se a questão de saber quais foram os autores que, antes de ACL (1940), assumiram manifestamente uma pronúncia paroxítona. Este é o caso de José Leite de Vasconcelos (1929: 867; 1931: 103), Benjamin Eli Smith (1894: 423), José Pedro Machado (1936: ficha 92), Thomas Roy Hart Jr. (1955: 412, 413), José Augusto do Amaral Frazão de Vasconcelos (1933: 4), Edwin Bucher Williams (1936: 636), mas também da *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (GEPB 1936, XII: 137). Antes de Silveira, havia apenas um único autor, Manuel Francisco do Estanco Louro ([1929]), que partiu de uma grafia proparoxítona <Gândavo>.

Nas obras sobre a prosódia latina, a questão fundamental coloca-se no contexto <-āv->, como já afirma Ravières (1569). Referindo-se especificamente ao topónimo *Gandavum*, uma primeira referência a uma segunda sílaba longa encontra-se no segundo volume da *Prosodia Bonnoniensi* (Riccioli 1660, II: [CCLXXV]). Aqui o prosodista italiano faz referência ao poema *Aurelius Ursus accademicus Insensatus De Bello Belgico*, do italiano Aurelio Orsi (1588). Outros autores de obras congéneres, como o jesuíta francês Antoine Dangalières (1663: 103), não hesitam em marcar tanto a penúltima como a primeira sílaba de <Gāndāvum> como longa. Uma opinião semelhante sobre a penúltima sílaba encontra-se também nas obras de Campserver (1758), Walker (1804) e McIntyre (1836).

Na lexicografia bilingue europeia, encontramos ocasionalmente referências a uma ênfase na primeira sílaba, por exemplo na variante grega <γὰνδαυον> do topónimo neolatino (Frischlin 1586; Wilhelmi 1673), mas a grafia <Gandāvum>, como a encontramos no *Dictionarium Latino-Belgicum* de Jaques / Hannot (1699), bem como no *Dictionnaire François et Latin* de Danet (1707), parece corresponder mais à visão geral do que, por exemplo, a entrada em Faber (1726, I), que parece seguir a lição facciolatiana de Calepinus (1718). Evidentemente é muito maior o número de dicionários bilingues que não mencionam o topónimo relativo à cidade de Gante, ou dos que prescindem da notação prosódica do termo latino.

No que diz respeito aos inícios da lexicografia portuguesa, a maioria dos autores abstém-se de registar a cidade belga que só é mencionada pela primeira vez por Pereira (1669), mas sem qualquer notação prosódica. Já Rafael Bluteau apresenta, no seu *Vocabulário Portuguez e Latino*, não só a entrada <Guante>, mas também oferece, sob o verbete <GANTE>, uma explicação enciclopédica originária de Moréri, à qual acrescenta uma opinião tão autoexplicativa como significativa: «*Gandavum, i. Neut.* Os Doutos fazem a penúltima longa» (Bluteau 1713, IV: 28). O facto de também ele assumir que o apelido português do ortógrafo quinhentista é acentuado na segunda sílaba é deixado claro por Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783) na sua «*Orthographia Philosophica da Lingua Portugueza*», ao escrever <Gandávo> com um acento agudo na penúltima sílaba.

Pelo menos desde a primeira edição em cinco volumes do *Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa*, que foi publicado postumamente em nome do lexicógrafo brasileiro Laudelino Freire, em alguns dicionários portugueses e nos elementos mais importantes da lexicografia brasileira a partir da segunda metade do século XX, encontra-se uma ou outra variante em que a respetiva entrada define o substantivo masculino Gandavo pelos dois significados «1. Mentiroso | 2. Contador de histórias e fábulas» (Freire 1942, III: 2682). Pelo menos a partir de Ferreira (1975), é mencionado que não se trata apenas de um brasileirismo, mas sim de um regionalismo lexical baiano. Infelizmente, nenhum dos dicionários apresenta informações mais pormenorizadas sobre a origem deste substantivo.

Com base na evidência histórica apresentada acima para a acentuação do topónimo latino, bem como do correspondente apelido português, parece evidente que o substantivo brasileiro 'Gandavo' deverá ser considerado um reflexo coloquial da opinião de falantes brasileiros (bairanos?) sobre a prestação intelectual do historiador quinhentista com o mesmo apelido. Esperamos que possíveis futuros estudos no Brasil possam fornecer esclarecimentos a este respeito. Neste contexto, a questão fundamental é, evidentemente, se a *ratio* no sentido de Evanildo Bechara (1998a, 1998b) ou o *usus* no sentido de Silveira (1946, 1947) parece mais adequado. A questão da grafia <Gandavo> vs. <Gândavo> e a correspondente pronúncia [gen'davʊ] vs. [gẽdẽvʊ] não nos parece tanto uma questão de 'certo' vs. 'errado', mas antes de 'mais adequado' vs. 'menos adequado', em que a primeira forma representa a grafia e pronúncia clássicas (*ratio*), consagrada em testemunhos de autores seiscentistas e setecentistas. A segunda versão gráfica (*usus*), por outro lado, não possui uma longa tradição, pois só acabou por estabelecer-se depois de 1946 e provavelmente só porque alguns filólogos influentes como Rebelo Gonçalves, Antenor Nascentes e Emmanuel Pereira Filho (1961) aceitaram a grafia <Gândavo> usada por Louro ([1929]) e Silveira (1946, 1947), sem que eles próprios realizassem quaisquer investigações para fundamentar ou refutar a validade científica das alegações silveirianas.

De facto, pode dizer-se que, por um lado, nem todos os investigadores adotaram a grafia de Silveira (1946, 1947), pois continuaram a grafar segundo a *ratio* anterior. Tal é o caso de Gärtner (1997: 339), Hart Jr. (1955: 412-413), Jucá Filho (1968: 322), Naro (1971: 625, 644), Verdelho (1994: 446) e Viana (1953). Apesar disso, não será descabido afirmar que a adesão à grafia silveiriana tem sido bastante maciça, encontrando exemplos importantes nos respetivos artigos dedicados a Gandavo em obras de referência, como no *Dicionário de Literatura* (Albuquerque 1978) ou no *Dicionário de Camões* (Rodrigues 2011). Já depois da publicação dos artigos de Bechara (1998a, 1998b), pôde observar-se um aumento cada vez maior do número de investigadores que fazem questão de grafar o nome do nosso autor como <Pero de Magalhães de Gandavo>, indicando assim a preferência pela pronúncia paroxítona. Estes são, entre outros (numa pesquisa não exaustiva): Almada (2011: 173), Costa (2010, 2017, 2018), Grecco (2009: 27), Kemmler (2001: 169-155; 2011; 2013: 148) e Kemmler / Fernandes (2015), Luz (2005), Maia (2010: 35, 48), Martínez Pereira (2004), Maruyama (2001), Módolo / Negro (2017), Rosa (2015: 70, 120, 127; 2017: 102), Salas Quesada (2005: 802), Silva (2012: 18), bem como a ficha biográfica para o CTLF de Augusto / Kemmler / Assunção (2015).

Para terminar, e tendo em conta o exposto, podemos assim confirmar e validar as conclusões de Evanildo Bechara (1998b) sobre a grafia <Gandavo> e a respetiva pronúncia [gen'devʊ], uma vez que o referido 'peso da tradição' nos obriga a reprovar a grafia silveiriana <Gândavo> e a respetiva pronúncia [gẽdẽvʊ], baseadas em 'provas' e argumentos que não resistiram a um escrutínio mais aprofundado.

Referências bibliográficas

ACL (1940) = Academia das Ciências de Lisboa (1940): Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa.

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Albuquerque, Mário de (1978): «Gândavo, PÉRO DE Magalhães de», em: Coelho, Jacinto do Prado (1978, II): Dicionário de Literatura: Literatura Portuguesa, Literatura Brasileira, Literatura Galega, Estilística Literária, 5 Volumes, Volume 2, F-M, 3ª Edição, 5.ª reimpressão, Porto: Livraria Figueirinhas: 362.

Almada, Márcia (2011): «Caligrafia artística no século XVIII: Brasil e Portugal enlaçados nas letras de Manoel de Andrade de Figueiredo», em: Navegações: Revista de Cultura e Literaturas de Língua Portuguesa 4/2 ISSN 1982-8527: 172-178.

Antonio, Nicolás (1672, I): Bibliotheca Hispana sive Hispanorum: qui vsq̄am vnq̄amve, sive Latinâ sive populari sive aliâ quâvis linguâ scripto aliquid consignaverunt Notitia, His q̄væ præcesserunt locupletior et certior brevia elogia, editorum atque ineditorum operum catalogum, Dvabvs partibvs continens, quarvm hæc ordine quidem rei posterior, conceptu verò prior duobus tomis de his agit, qui post annvm seclvarem MD. usque ad præsentem diem florere, Tomus primus, authore D. Nicolao Antonio Hispalensi, I.C., Ordinis S. Iacobi Equite, patriæ ecclesiæ canonico, Regiorum negotiorum in Vrbe & Romana Curia Procuratore generali, Romæ: ex Officina Nicolai Angeli Tinassi.

Antonio, Nicolás ([1672], II): Bibliothecæ Hispanæ sive Scriptorvm Hispaniæ Gentis Qui ab Anno MD. usque ad præsens tempus monumenta doctrinæ suæ literis tradiderunt, Tomus secundvs [authore D. Nicolao Antonio Hispalensi, I.C., Ordinis S. Iacobi Equite, patriæ ecclesiæ canonico, Regiorum negotiorum in Vrbe & Romana Curia Procuratore generali, Romæ: ex Officina Nicolai Angeli Tinassi].

Antonio, Nicolás (1783, I): Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD. ad MDCLXXXIV. florere Notitia, Tomus primus, Auctore D. Nicolao Antonio Hispalensi I. C. Ordinis S. Iacobi equite, patriæ Ecclesiæ canonico, Regiorum negotiorum in Urbe & Romana curia procuratore generali, consiliario Regio, Nunc primum prodit recognita emendata aucta ab ipso auctore, Matriti: Apud Joachimum de Ibarra Typographum Regium.

Antonio, Nicolás (1788, II): Bibliotheca Hispana Nova sive Hispanorum Scriptorum qui ab anno MD. ad MDCLXXXIV. florere Notitia, Tomus secundus, Auctore D. Nicolao Antonio Hispalensi I. C. Ordinis S. Iacobi equite, patriæ Ecclesiæ canonico, Regiorum negotiorum in Urbe & Romana curia procuratore generali, consiliario Regio, Nunc primum prodit recognita emendata aucta ab ipso auctore, Matriti: Apud Joachimum de Ibarra Typographum Regium.

Assunção, Carlos / Kemmler, Rolf / Fernandes, Gonçalo / Coelho, Sónia / Fontes, Susana / Moura, Teresa (2019): As Regras que ensinam a maneira de escrever a ortografia da língua portuguesa (1574) de Pero de Magalhães de Gandavo: Estudo introdutório e edição, Vila Real: Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Ortógrafos Portugueses; 1), ISBN: 978-989-704-386-4; e-ISBN: 978-989-704-387-1, em: www.utad.pt/wp-content/uploads/sites/7/2020/04/CEL_Orto%CC%81grafos-Portugueses_1-1.pdf (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Augusto, Mónica Sofia Botelho Lima / Kemmler, Rolf / Assunção, Carlos (2015): «3351 – Gandavo, Pero de Magalhães: Regras que ensinam a maneira de escrever a orthographia da lingua Portuguesa», tradução por Jacqueline Léon, em: Corpus de Textes Linguistiques Fondamentaux: Notices, em: http://ctlf.ens-lyon.fr/n_fiche.asp?n=616 (última consulta: 20 de março de 2022).

Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (1783a): Diccionario da Lingua Portugueza: em que se acharã'o dobradas palavras do que traz Bluteau, e todos os mais Diccionaristas juntos, a sua propria significação, as raizes de todas ellas, a accentuação, e a selecção das mais usadas, e polidas, a Grammatica Philosophica, e a Orthographia Racional no principio, e as explicaçoens das abbreviaturas no fim desta Obra, Obra da primeira necessidade para todo aquelle, que quizer falar, e escrever com acerto a lingua Portugueza, por ser impossivel, que pelos Livros atégóra impréssos possa algum saber a terça parte do idioma Portuguez, Composto por Bernardo de Lima, e Me'lo Bacellar, Prior no Alentejo &c., Lisboa: Na Offic. de Joze' de Aquino Bulhoens.

Bacelar, Bernardo de Lima e Melo (1783b): Grammatica philosophica, e Orthographia Racional da Lingua Portugueza: Para se pronunciarem, e escreverem com acerto os vocabulos deste idioma, Composto por Bernardo de Lima, e Me'lo Bacellar, Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.

Bechara, Evanildo (1998a): «Pronúncia de nomes próprios: o problema Gandavo ou Gândavo», em: Earle, T[homas] F[oster] (1998): Actas do quinto Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas: Universidade de Oxford, 1 a 8 de setembro de 1996, Oxford; Coimbra: Associação Internacional de Lusitanistas: 53-56.

Bechara, Evanildo (1998b): «Pronúncia de nomes próprios: o problema Gandavo ou Gândavo», em: Confluência 16 (2.º semestre de 1998) ISSN 1415-7403: 89-93.

Bluteau, Rafael (1713, IV): Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico, Dialectico, Dendrologico, Ecclesiastico, Etymologico, Economico, Florifero, Forense, Fructifero, Geographico, Geometrico, Gnomonico, Hydrographico, Homonymico, Hierologico, Ichtyologico, Indico, Isagogico, Laconico, Liturgico, Lithologico, Medico, Musico, Meteorologico, Nautico, Numerico, Neoterico, Ortographico, Optico, Ornithologico, Poetico, Philologico, Pharmaceutico, Quidditativo, Qualitativo, Quantitativo, Rhetorico, Rustico, Romano; Symbolico, Synonimico, Syllabico, Theologico, Therapeutico, Technologico, Uranologico, Xenophonico, Zoologico, Autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos, e offerecido a ElRey de Portugal, D. João V, pelo padre D. Raphael Bluteau, Clerigo Regular, Doutor na Sagrada Theologia, Prêgador da Rainha de Inglaterra Henriqueta Maria de França, e Calificador no sagrado Tribunal da Inquisição de Lisboa, Coimbra: No Real Collegio das Artes da Companhia de Jesu.

Calepinus, Ambrosius (11502): Calepinus. / Ad librum. / Mos est putidus & nouus repertus: / Ingens materia ut queat uideri: / Præclarussq̄ liber: bonusq̄ totus: / Versus addere nominis probati: / Mentitis titulis: rubore nullo: / Obscuri q̄ viri: rudisq̄ vatis: / Auctor sic quasi tunc: bonusq̄ fiat. / Nullis mobile ueritas: fidesq̄ est. / Is demptis liber exeat aperta / In uulgus facie: favore nullo: / Et graiis galeatus: & latinis / Nam: credas: alij magis: q̄ ipse / Quærent auxilium: petas ab illis. / Sed si flatus olet: proba: legasque. /// Imp̄ssum Rhegii Lingobardiæ: ïndustria presbyteri Dionysii Berthochi imp̄ssoris.

Calepinus, Ambrosius (1570a): Ambrosii Calepini Dictionarivm: Quanta maxima fide ac diligentia fieri potuit accuratè emendatum, multisque partibus cummulatum: Adiectæ svnt Latinis dictionibvs Hebrææ, Græcæ, Gallicæ, Hispanicæ & Germanicæ, Accesserunt insignes loquendi modi, lectiones, etymologiæ, opposita, translationes, adagia ex optimis quibusque auctoribus decerpta, Quid præter cæteras hæc nostra editio proferat, cognosces, lector, è proxima epistola, Lvgdvni: Venundatur apud Simphorianum Berauld.

Calepinus, Ambrosius (1572): Ambrosii Calepini Dictionarivm: Quanta maxima fide & diligentia fieri potuit accuratè emendatum, ac multis hinc inde locis auctum, in qvo latinis dictionibvs adiectæ sunt Græcæ, Gallicæ, Italicæ, & Hispanicæ, Accesserunt insignes loquendi modi, lectiones, etymologiæ, opposita, translationes, & adagia, ex optimis quibusque auctoribus decerpta, insertis etiam suis locis, Pauli Manutij, Aldi F. additamentis, &, quod vel maximo adiuvento studiosis esse poterit, singulis dictionum syllabis notulis inscriptis, vnde earum quantitas sine negotio deprehendi potest, Porrò quæ hac omnium vltima editione præstita sunt, ex præfatione subiuncta Lector intelliges, Antverpiæ: In ædibus Viduæ, & hæredum Ioannis Stelsij; Lovanii: Excudebat Seruatius Sassenus.

Calepinus, Ambrosius (1673): F. Ambrosii Calepini Bergomensis, Ord. Eremit, S. Augustini Dictionarium Septem Lingvarum, Hac novissima editione a mendis expurgatum, & infinitis penè vocum Additionibus, quæ in vberioribus vltimis impressionibus dispertitæ habebantur, hisce signis * † notatæ, proprio loco dispositis locupletarum, atque ad eam, quæ desiderati potest, perfectionem redactum, Additamenta quoque Pauli Manutij suo quæque loco inserta, necnon in singulis ferè vocibus propria genera, inflexionumque ratio adiuncta sunt: vocabulariumque Italicolatium maximoperè est amplificatum, Subsequuntur insuper Henrici Farnesij Eburonis I.C. & Artis Oratoriæ in Ticini Gymnasio Publici Lectoris Appendiculæ duæ, quarum altera de Verborum Splendore, & Delectu, altera de Interpretatione, verborum originem, Adagiorum proprietatem, Hieroglyphicorumq; naturam complectens, Nobilissimis, ac Illustrissimis Sapientiæ Candidatis Ioanni Carolo, et Vincentio Grimani, fratribus, patritis Venetis, Venetiis: Typis Ioannis Baptistæ Brigna, & Stephani Curtij.

Calepinus, Ambrosius (1718, I): Septem Linguarum Calepinus, hoc est Lexicon Latinum, Variarum linguarum interpretatione adjecta, editio postrema De qua vide Præfationem, Patavii: ex Typographia Seminarii; Apud Joannem Manfrè.

Calepinus, Ambrosius (1778, I): Jacobi Facciolati Calepinus Septem Linguarum: hoc est Lexicon Latinum, Variarum Linguarum interpretatione adjecta, ad usum Seminarii Patavini pluries emendatum, et auctum, Tomus primus, A-L, Nunc vero post Patavinam supremam Editionem Quatuor amplius millium articulorum accessione locupletatum, Orientalium etiam Linguarum uberrima copia exornatum, & a mendis quamplurimis expurgatum, ut merito totius bonæ latinitatis Lexicon amplissimum haberi possit, opera et studio Johannis Baptistæ Gallicciolli, Editio novissima, Venetiis: Ex Typographia Johannis Gatti, sumptibus Remondianis.

Campserver, Ignacio (1758) Amaltheum prosodicum: sive brevis, et accurata syllabarum prosodia: Adjecto Controversarum Elencho instructissimo, opus utile, atque necessarium Grammaticis, Oratoribus, Poetis, Medicis, Legisperitis, uno verbo, omnibus, qui Latinum amant correctè loqui, recognitum, et auctum a P. Ignatio Campserver, soc. Iesu, Gerundæ: Ex Typis Antonii Oliva.

Costa, Alexandre José Barboza da (2010): «Pero de Magalhães Gandavo: um cronista beletrista no Brasil colonial», Dissertação de Mestrado, São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. DOI: 10.11606/D.8.2010.tde-08102010-153150 (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Costa, Alexandre José Barboza da (2017): «Das coisas maravilhosas e bestiais do Brasil: um estudo sobre o gênero histórico em Pero de Magalhães de Gandavo», Tese de Doutorado apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas e Vernáculos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Letras, São Paulo: Universidade de São Paulo. DOI: 10.11606/T.8.2017.tde-09082017-193032 (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Costa, Alexandre José Barboza da (2018): «Gandavo & Plínio, o Velho: uma Construção Retórica dos Mirabilis», em Revista Letras 97 (Jan/Jun 2018, Número temático: Retórica e alteridade) ISSN: 2236-0999: 55-75. DOI: <http://coloquios.lusofonias.net/XXXI/> 108

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

[dx.doi.org/10.5380/rel.v97i0.59286](https://doi.org/10.5380/rel.v97i0.59286) (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Danet, [Pierre] (1707): Grand Dictionnaire François et Latin: Enrichi des meillvres façons de parler en l'une & l'autre langue, Avec des notes de critique et de grammaire, Composé par ordre du Roy pour servir aux études de Monseigneur le Dauphin et de Messeigneurs les Princes, Par. M. Labbe' Danet, Nouvelle edition reveue, corrige'e et augmente'e considérablement par l'Auteur, A Lyon: Chez: Nicolas Deville.

[Dangalières, Antoine] (1663): Amaltheum prosodicvm: sive brevis, et accvrata Vocum omnium prosodia, Adjecta Vrbiom omnium, Populorum, Montium, ac Fluviorum antiqua, ac recentí appellatíone, Opus omnibus, qui latinè loquuntur, legunt, recitant, in choro psallunt, ac carmine scribunt, planè necessarium, Hujus methodum vide sequenti Pagina, Editio tertia Auctior & Emendatissima, Lvgdvni: Apud Antonivm Molin.

Faber, Basilius (1726, I): Basilii Fabri Sorani Thesavrvs Ervditionis Scholasticæ: omnivm vsvi disciplinis omnibvs accommodatvs, post celeberrimorvm virorvm Bvchneri, Cellarii, Grævii, operas et adnotationes et mvltiplices Andreæ Stvbelii cvras recensitvs, emendatvs, locvpletatvs a Io. Matthia Gesnero, prostat Lipsiæ: Ex Officina Thomæ Fritsch.

Facciolati, Jacopo / Forcellini, Egidio (1771, II): Totius Latinitatis Lexicon: Tomus Secundus, D-L, Consilio et cura Jacobi Facciolati, opera et studio Ægidii Forcellini, alumni Seminari Patavinii, lucubratum, Patavii: Typis Seminarii; Apud Joannem Manfrè.

Ferrari, Filippo (1627): Lexicon Geographicvm: In Quo Vniuersi Orbis Oppida, Vrbes, Regiones, Prouinciæ, & Regna, Emporia, Academiae, Metropoles, Fontes, Flumina, & Maria, Antiquis, recentibusque nominibus appellata, suisque distantijs descripta recensentur, Opus sanè perutile, & necessarium omnibus Humaniorum Litterarum Professoribus, Historicis, Poetis, & Antiquarijs, cvm indice copiosissimo latino-italico, Auctore Fr. Philippo Ferrario Alexandrino Ordinis Seruorum, S. T. D. atq; in Ticinensi Academia Regio Mathematices Professore, Mediolani: Apud Io. Iacobum Comum.

Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1975): Novo Dicionário da Língua Portuguesa, 1.ª Edição, 2.ª impressão, Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

Freire, Laudelino (1942, III): Grande e Novíssimo Dicionário da Língua Portuguesa: Volume III, E-I, Organizado por Laudelino Freire com a colaboração técnica do Professor J. L. de Campos, Rio de Janeiro: A Noite, Editôra.

Frischlin, Nikodemus (1586): Nicodemí Frischlini Nomenclator Trilingvis, Græcolatinogermanicvs: Continens omnium rerum, quæ in probatis omnium doctrinarum auctoribus inveniuntur, appellatíones, quarum aliquot millia nusquam sunt obuia, Opvs nova qvadam methodo, secvndvm categorias Aristotelis, non sine labore maximo concinnatum, & tum Scholis, tum Academijs vtilissimum, Francofurti ad Moenum: Excudebat Ioannes Spies.

Gärtner, Eberhard (1997): «Entstehung und Entwicklung der europäischen und der brasilianischen Varietät des Portugiesischen», em: Briesemeister, Dietrich / Schönberger, Axel (Hrsg.): Portugal heute: Politik, Wirtschaft, Kultur, Frankfurt am Main: Vervuert Verlag (Bibliotheca Ibero-Americana, 64): 335-352.

Gandavo, Pero de Magalhães de (1574): Regras qve ensinam a maneira de escrever e orthographia da lingua Portuguesa: com hum Dialogo que a diante se segue em defensam da mesma lingua, Avtor Pero de Magalhães de Gandauo, Em Lisboa: Na officina de Antonio Gonsaluez, em: purl.pt/12144 (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Gandavo, Pero de Magalhães (1576): Historia da prouincia sãcta Cruz a que vulgarmête chamamos Brasil, feita por Pero de Magalhães de Gandauo, dirigida ao muito Ill[u]s[t]re s[e]n[h]or Dom Lionis P[ere]ira governador que foy de Malaca & das mais partes do Sul na India, Impresso em Lisboa: na officina de Antonio Gonsaluez; Vendense em casa de loão lopez liureiro na rua nova, em: purl.pt/121 (última consulta: 16 de agosto de 2022).

GEPB (1936, XII) = Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira: Ilustrada com cêrca de 15.000 gravuras e 400 estampas a côres: Volume 12, Lisboa; Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédica.

Gonçalves, Francisco da Luz Rebelo (1947): Tratado da Ortografia, Coimbra: Atlântida – Livraria Editora L.da.

Grecco, Fabiana Miraz de Freitas (2009): «A escrita pseudo-etimológica em Domingos Caldas Barbosa carta a Pedro Rademaker (1780)», em: Soletras Revista 9/17 ISBN 2316-8838: 25-38.

Hart Jr., Thomas R[o]y (1955): «Notes on Sixteenth-Century Portuguese Pronunciation», em: Word 11/3: 404-415.

J[oa]ques, B[en]jamin / H[ann]ot, S[am]uel (1699, I/II): Dictionarium Latino-Belgicum, in quo voces, verba atque elegantiae exquisitissimae, optimorum scriptorum fide traduntur: Opus ad utramque linguam intelligendam utilissimum, Cura ac studio B. J. & S. H., Dordraci; Rotterodami: Apud Theodorum Goris; Apud Petrum vander Slaart.

Jucá (filho), Cândido (31968): Dicionário Escolar das Dificuldades da Língua Portuguêsa, 3.a Edição, com uma lista de abreviaturas usuais, Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, Departamento Nacional de Educação, Campanha Nacional de Material de Ensino.

Kemmler, Rolf (2001): «Para uma História da Ortografia Portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911», em: Lusorama 47-48 (Oktober) ISSN 0931-9484: 128-319.

Kemmler, Rolf (2011): «As origens da Disciplina 'historiografia Linguística' na Notícia Succinta (1823) de José Vicente Gomes de Moura», em: Confluência: Revista do Liceu Literário Português 35/36 (2.º semestre de 2008 / 1.º semestre de 2009) ISSN 1415-7403: 37-83.

Kemmler, Rolf (2013): «Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX», em: Veredas: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas 19 (junho de 2013) ISSN 0874-5102: 145-176.

Kemmler, Rolf (2022): Gandavo, não Gândavo, Apresentação de Telmo Verdelho, Revisão científica de Teresa Moura, Vila Real: Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (= Coleção Linguística; 20).

Louro, [Manuel Francisco do] Estanco ([1929]): Gramáticos portugueses do século XVI: F. de Oliveira, J. de Barros, P. de M. de Gândavo, D.N. de Leão, Lisboa: Ressurgimento. [Cota do exemplar digitalizado: I-4167-2-v.; em: purl.pt/22637].

Luz, Guilherme Amaral (2005): «Pero de Magalhães Gandavo e a ética ultramarina portuguesa na Terra de Santa Cruz», em: História & Perspectivas 32/33 (janeiro-julho/agosto-dezembro de 2005): 69-92.

Machado, José Pedro (1936): «1574: Pero de Magalhães de Gandavo», em: Nogueira, Rodrigo de Sá (dir.) (1935-1950): Bibliografia Filológica Portuguesa: (Dicionários, Gramáticas, Ortografias, etc.), 1544 fichas, Lisboa: Junta de Educação Nacional; Centro de Estudos Filológicos, fichas 92-95.

Maia, Clarinda de Azevedo (2010): «A consciência da dimensão imperial da Língua na produção linguístico-gramatical portuguesa», em: Brito, Ana Maria (org.) (2010), Gramática: História, Teorias, Aplicações, Porto: Fundação Universidade do Porto; Faculdade de Letras: 29-50, em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8307.pdf (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Martínez Pereira, Ana (2004): «El Arte de escrever de Manuel Barata en el ámbito pedagógico de la segunda mitad del siglo XVI», em: Península: Revista de Estudos Ibéricos 1 ISSN 1645-6971: 235-249, em: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo13041.pdf (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Maruyama, Toŕu (2001): Keyword-in-Context-Index of the Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Orthographia da Lingua Portuguesa (1574) By Pero de Magalhães de Gandavo, Nagoya: Department of Japanese Studies, Nanzan University.

McIntyre, Æneas (1836): Etymotonia, containing principles of classical accentuation, and intended as a guide to the right pronunciation of Greek and Latin words, and of all scientific terms, whether classical or barbarous etc., including the ancient proper names, and such modern proper names as are written with a Latin termination, By means of a terminational arrangement, a few easy rules comprise more than nine-tenths of the subject, London: John Souter, School Library.

Módolo, Marcelo / Negro, Helena de Oliveira Belleza (2017): «Gramáticas quinhentistas e suas considerações sobre o diacrítico til», em: Revista ABRALIN 16/2 (Jan./Fev./Mar./abril de 2017): 313-340.

Naro, Anthony J[ulius] (1971): «The History of e and o in Portuguese: A Study in Linguistic Drift», em: Language 47/3 (September 1971) ISSN 0097-8507: 615-645.

Nascentes, Antenor (1952, II): Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa: Tomo II (Nomes Próprios), Com prefácio de Serafim Silva Neto, Rio de Janeiro: Depositários Livraria Francisco Alves; Livraria Académica; Livros de Portugal; Livraria S. José. Silveira, Joaquim da (1946): «Gândavo, não Gandavo», em: Brasília 3: 525-528.

Orsi, Aurelio (1586): Avrelius Vrsvs accademicvs insensatvs: De Bello Belgico, Ad Alexandrum Farnesium Sereniissimum Parmæ, & Placentiæ Principem, /// Perusiæ: ex Typographia Andreæ Brixiani, Curie Epis. & SS. Inquisitionus consensu. [exemplar pertencente a Penn Libraries (University of Pennsylvania), Kislak Center for Special Collections – Rare Book Collection, cotaIC55 Or84 586d].

Pereira, Bento (41669): Prosodia in Vocabularivm Trilingve, Latinvm, Lvsitanicvm, et Castellanicvm digesta: In qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur, opvs omnino necessarivm professoribvs sacrarvm, et humaniorum literarum, Medicis, Iuristis, & omnibus cujuscumq̃ facultatis Studiosis, tum propter innumeras dictiones, quas á sacris, & profanis authoribus decerptas exponit, tum propter recondita carmina omnium veterum poetarum,

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

& recentiorum clari nominis, quos omnes Author ad expendendas syllabas perlegit, unde tria habes de novo admodum utilia, primum significationem magno sudore Lusitanicè, & Castellanicè redditam, consultis ad hoc peritis maternæ linguæ, expertis pharmacopolis & omni genere fraborum, penes quos summa authoritas in proprio munere, secundum, quantitatem syllabarum in unaquaq, dictione stabilitam, vel carminibus, vel derivatione, & compositione, vel litteris Græcis, & Hebraicis, vel (si reliqua defuerunt) doctorum hominum iudicio, tertium, innumeras dictiones, vel Ecclesiasticas, vel in utroq; jure frequentes, vel apud authores classicos in usu, quæ Calepinum, Thesauriã, collectores preterierunt, & in nullis Vocabularis reperiuntur, Auctore Doctore P. Benedicto Pereyra Societatis Jesu Portugallensi Borbano, in Eborensi Academia primario olim Rhetorices Professore, & in eadem S. Theologiæ professore primario, & supremi Senatus S. Inquisitionis Censorio Qualificatore, Prodit opus in hac quarta editione locupletatum per eundem Auctorem, adiectis dictionibus tam Latinis, quæ Lusitanis, quæ numerum duodecim millium excedunt, & signantur hac stellula *, Vlyssipone: Ex Prelo, & sumptibus Antonij Craesbeeck à Mello, Regij Typographi.

Pereira Filho, Emmanuel (1961): «As "Regras de Orthographia" de Pero de Magalhães de Gândavo», em: Revista Brasileira de Filologia 6/1 (junho de 1961): 3-31.

Ravières, Pantaléon Bartelon de (1569): Epitome in prosodiam ex variis scriptoribus compendiosè collecta, Ad haec Appendix, succinctè Græcorum rationem de dictionum tonis & periodis continens, Panthaleone Berthelomæo Rauerino auctore, Accesserunt ex Despauterio, quæ de prosodia carmine scripsit, Lvgdvni: Apud Theobaldum Paganum.

Riccioli, Gio[vanni] Battista (1660, II): Prosodiæ reformatæ Tomus Secundus, seu pars decima: In qua continetur, Primus Index Generalis Vocabulorum, Non solum usitatorum, sed etiam reconditotum ex Latinitais antiquioris, Græcolatinis, & Hebraicolatinis ontibus locupletatus, Cum indicio quantitatis Syllabicae, de cuius usu vide Monita sequentis paginæ, Secundus Index Vocabulorum Aliquot controversæ quantitatis, Tertius Index Æquivocorum Ob diversam significationem, quantitatem diversam habentium, Avctore P. Jo. Bapt. Ricciolo, Societatis Jesu, Moguntia: Excudebat Nicolaus Heyll, Sumptibus Hæredum Joannis Godefridi Schönwetteri.

Rodrigues, Dinah Moraes Nunes (2011): «GÂNDAVO, Pero de Magalhães de», em: Silva, Vítor Aguiar e (coord.) (2011): Dicionário de Camões, Lisboa: Editorial Caminho: 400.

Rosa, Eliane da (2015): «As vogais médias átonas finais no português brasileiro do século XIX: um estudo baseado em fontes de evidência direta e indireta», Dissertação de Mestrado em Fonologia e Morfologia, Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras.

Rosa, Eliane da (2017): «História concisa da ortografia portuguesa», em: Revista Philologus 23/69 ISSN 1413-6457 (setembro a dezembro de 2017): 93-109, em: www.filologia.org.br/rph/ANO23/69/07.pdf (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Salas Quesada, Pilar (2005): «Los inicios de la enseñanza de la lengua española en Portugal», em: Castillo Carballo, María Auxiliadora / Cruz Moya, Olga / García Platero, Juan Manuel / Mora Gutiérrez, Juan Pablo (coord.): Las Gramáticas y los Diccionarios en la Enseñanza del Español como Segunda Lengua: Deseo y Realidad, Sevilla: Universidad de Sevilla (Actas; 53): 799-804.

Silva, Maurício (2012): «A questão ortográfica na Gramática da linguagem portuguesa (1536), de Fernão de Oliveira», em: Revista Philologus 18/52 ISSN 1413-6457 (janeiro a abril de 2012): 17-34, em: www.filologia.org.br/revista/52/_RPh52.pdf#page=17 (última consulta: 16 de agosto de 2022).

Silveira, Joaquim da (1947): «Gândavo, não Gandavo», Separata de Brasília 3: 525-528, Coimbra: Composto e impresso nas oficinas da "Coimbra Editora, Limitada".

Smith, Benjamin E[liz] (ed.) (1894): The Century Cyclopedic of Names: A Pronouncing and Etymological Dictionary of Names in Geography, Biography, Mythology, History, Ethnology, Art, Archaeology, Fiction, etc., etc., etc., Edited by Benjamin E. Smith, Managing Editor of the Century Dictionary, assisted by a number of Eminent Specialists, New York: Published by The Century Co.

Vasconcelos, [José Augusto do Amaral] Frazão de (1933): «Ortografistas portugueses dos séculos XVI e XVIII», Separata de A Língua Portuguesa 3/8: 273-278.

Vasconcelos, José Leite de (1929): «A Filologia Portuguesa: Esboço Histórico (A proposito da reforma do Curso Superior de Letras de Lisboa), 1888», em: Vasconcelos, José Leite de (1929): Opúsculos: Volume IV, Filologia (Parte II), Coimbra: Imprensa da Universidade: 837-919.

Verdelho, Evelina (1994): «O Emprego das Maiúsculas, Segundo as Gramáticas, Ortografias e Reformas Ortográficas da Língua Portuguesa», em: Actas do IX Encontro da Associação Portuguesa de Linguística, Coimbra, 1993, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística: 445-463.

Viana, Hélio (1953): «A primeira versão do Tratado da Terra do Brasil de Pero de Magalhães Gandavo», em: Revista de História 7/15 ISSN 0034-8309: 89-95. DOI doi.org/10.11606/issn.2316-9141.v7i15p89-95.

Walker, John (21804): A Key to the Classical Pronunciation of Greek, Latin and Scripture Proper Names: in which the words are accented and divided into syllables exactly as they ought to be pronounced, according to the rules drawn from analogy and the best usage, To which are added, Terminational Vocabularies of Hebrew, Greek and Latin Proper Names, in which the words are arranged according to their final syllables, and classed according to their accents, By which the general Analogy of Pronunciation may be seen at one view, and the Accentuation of each Word more easily remembered, Concluding with Observations on the Greek and Latin Accent and Quantity, with some probable conjectures on the method of freeing them from the obscurity and confusion in which they are involved, both by the ancients and moderns, The Second Edition, with large Additions, By John Walker, Author of the Critical Pronouncing Dictionary, &c. &c., London: Printed for the Author, b A. Wilson; and sold by G. and J. Robinson, and T. Cadell and W. Davies.

Wilhelmi, Johann Gerlach (1673): Joh. Gerlaci Wilhelmi Lexicon proso-metricum Latino-Græco-Germanicum et Germanico-Latinum: In quo Præter exactissimam verborum & nominum in utraque lingua tam Græca quam Latina, Syntaxis & Phrases elegantiores, Pleraque exstantiora Gentium, Hominum, Deorum, Regionum, Urbium, Æquorum, Fluviorum, Montium, Insularum ac Populorum nomina propria suo ordine Græcè & Latinè continentur, syllabarum quantitibus ubique suprascriptis, Opus ita digestum, vt. studiosæ Juventuti in Latinis, Græcis & cognoscendis Syllabarum quantitibus abundè sufficiat, Additum est ad calcem præter Calendarium Romanum, Græcè & Latinè numerandi rationem, & nomenclaturam Urbium, Regionum, Populorum, Fluviorum ac Montium Germanico Latino-Græcam, Dictionarium Ciceronianum, eorum præcipuè usibus accomodatam, qui ad Elegantiam Ciceronianam Stylum suum formare & componere satagunt, Operâ & Studio J. Gerlaci Wilhelmi, Gymn. Heidelb. Rect., Moguntia: Sumptibus Johannis Petri Zubrodt & Hæred. Johan. Baptistæ Schonwetteri.

Williams, Edwin B[ucher] (1936): «XLII. Dialogo em Defensam da Língua Portuguesa», em: Publications of the Modern Language Association of America 51/3 (September, 1936): 636-642.

30. ROSA BRANCA ALMEIDA FIGUEIREDO, (UNIDADE DE INVESTIGAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR, ESC. SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E DESPORTO, INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA)

APRESENTA Tradutibilidade literária e cultural: o teatro de Wole Soyinka, Rosa Branca Figueiredo, Unidade de Investigação para o Desenvolvimento do Interior, Politécnico da Guarda

Todas as línguas têm particularidades idiomáticas e, nessa medida, sempre de difícil tradução. A tradução teatral implica um conhecimento profundo do texto, do seu autor e do contexto literário e cultural em que foi produzido, o que obriga o tradutor a conhecer não só dois sistemas linguísticos, mas também dois sistemas culturais. Este artigo pretende analisar as interfaces entre tradução e texto teatral e apresentar os desafios que encontrei na minha tradução de *A Play of Giants* de Wole Soyinka para a língua portuguesa.

Apesar de, pelo menos, metade da literatura universal mais reconhecida ser a literatura dramática, de Sófocles a Shakespeare, passando por Plauto, Lope, Calderón, Goethe, Racine, Molière, Pirandello, Tchekhov ou Ionesco, para citar apenas alguns, só a partir da década de 30 do séc. XX é que o teatro começou a ser estudado de um ponto de vista teórico independente. O formalismo russo e o Círculo de Praga tendo avançado do estudo da poesia e da linguagem poética para a narração, pouco aprofundaram, contudo, a questão da análise do texto dramático e menos ainda a da performance teatral. No entanto, o teatro sempre teve uma entidade própria, formada pelas propriedades discursivas específicas do texto, pelas propriedades semióticas e comunicativas de representação e receção. Por seu lado, os estudos de tradução teatral iniciam-se na década de 1970 com o ensaio «De la spécification de la traduction de l'oeuvre dramatique», publicado por Jan Ferencik no volume organizado por James Holmes, *The Nature of Translation: Essays on the Theory and Practices of Literary Translation*, e tiveram contribuições de teóricos fundamentais como Patrice Pavis e Susan Bassnett.

Tal como Christine Zurbach em *A Tradução Teatral: o texto e a cena* (2007:21), entendemos a tradução literária como um ato de comunicação. O processo é, obviamente, regulado por normas que, para o tradutor, se situam fundamentalmente em dois planos: o linguístico, se considerarmos a tradução como recodificação do texto da língua de partida para a língua de chegada, sublinhando as dificuldades recorrentes das diferenças entre as duas línguas e o plano estético-literário, situado no domínio das equivalências conotativas ou associativas onde se realizam a dimensão e a função estéticas da mensagem.

Roland Barthes afirmou que "nenhuma língua é inocente" e isto porque as nossas atitudes sociais, políticas e culturais se refletem na nossa produção discursiva. Ao traduzir para português a peça *A Play of Giants* de Wole Soyinka, a questão recorrente que me colocava era se eu conseguiria exprimir, com precisão, uma cultura estrangeira na minha língua materna. Além disso, tinha que considerar a forma como a língua inglesa é usada no drama africano bem como a natureza e complexidade da escrita dramática. *A Play of Giants* foi escrita em inglês, por um dramaturgo africano, sobre africanos num contexto social e cultural africano.

Esta reflexão tenta, assim, explicar como a tradução se pode apresentar como uma atividade crítica e criativa, questionando a teoria e a prática da tradução teatral, percebendo como esta funciona na transposição de significado de uma língua para outra e qual o enquadramento que pode ser dado a referências culturais muito particulares e, no processo, ainda conseguir dar uma nova vitalidade ao texto traduzido.

Qualquer texto literário – qualquer que seja a língua de expressão - experimenta a expansão da sua identidade ficcional, factual, histórica e cultural através da tradução.

Ivir (1987:35) chega ao ponto de afirmar que a tradução significa traduzir culturas e não línguas. Assim, um tradutor literário preocupar-se-ia não só com diferenças de língua (transpondo palavra por palavra, mecanicamente) mas, principalmente, com os fatores culturais que deve abordar quando escreve para um público recetor composto, parcial ou maioritariamente, por pessoas de uma cultura diferente.

A cultura ou tradição de um escritor pós-colonial como Wole Soyinka (o autor do meu projeto de tradução dramática) atua como um metatexto que é reescrito - explícita e implicitamente - no ato da criação literária. Wole Soyinka escreve em inglês sobre o seu povo africano, num contexto social africano em que as suas personagens falam as suas próprias línguas indígenas.

Traduzir uma obra dramática é, em muitos aspetos, diferente de traduzir outros géneros de literatura, pois a língua falada numa peça de teatro é coloquial e não, necessariamente, formal. Não se trata simplesmente de um ato de transferência de retórica linguística ou verbal *per se*: é um ato de transposição cultural envolvendo interação e homogeneidade transculturais. É simultaneamente uma troca linguística e cultural de conversas e diálogos. A tradução dramática tem que ter em conta a capacidade de atuação das personagens, a performatividade dos papéis, a clareza de pensamento e a brevidade dos discursos. Tempo, lugar e ação, assim como o palco e o público, devem receber uma atenção especial no que diz respeito à tradução dramática.

Van den Broeck (1986) tem uma perspetiva dual do texto teatral, no sentido em que o vê, simultaneamente, como um texto poético-literário e como um texto para ser levado a cena. Segundo ele, o tradutor de uma peça é confrontado com um dilema: traduzir o texto teatral como um texto literário, identificando-o, assim, com um único meio, a palavra impressa, ou traduzir o texto para uma produção teatral. À primeira opção chama de "tradução retrospectiva" e à segunda "tradução prospetiva".

Ao traduzir para português a peça *A Play of Giants* de Wole Soyinka e como não tinha uma companhia teatral pronta para representar a peça, optei pela tradução retrospectiva. Tentei afirmar a independência do meu trabalho através da publicação da minha tradução. Oferecê-la a um público leitor é muito mais simples em Portugal onde não há, como todos sabemos, grande investimento em projetos culturais, sendo que existe, na verdade, uma tradição separada de traduções "literárias", em oposição às traduções "teatrais". A publicação de uma tradução teatral sem qualquer referência (explícita) a uma representação indica, no entanto, que o texto traduzido também pode ser lido como uma obra literária. A este respeito, os pressupostos de Van den Broeck (1986) sobre as chamadas traduções "retrospectivas" mereceram toda a minha atenção. O objetivo de uma tradução "retrospectiva" é uma reconstrução máxima das propriedades linguísticas, estilísticas e textuais do texto original do drama no novo meio linguístico e literário.

O problema fundamental de todas as traduções de inglês para português reside nas diferenças entre as duas línguas. Enquanto o inglês é concreto e vê a realidade a partir do exterior, o português é mais abstrato e vê as coisas a partir do interior. O inglês define movimento e forma mais claramente do que o português pelos seus verbos concretos e pelas suas partículas. Tem um sentido de evolução mais acentuado em razão dos seus tempos contínuos. O português é frequentemente mais analítico e o inglês mais sintético. O inglês tem um vocabulário mais amplo, mas não tão rigoroso como o português, e enquanto as palavras inglesas, pela sua própria estrutura, sugerem as ideias que expressam, as palavras portuguesas devem muitas vezes o seu significado a associações.

A literatura africana abraça as realidades culturais de um grande número de diferentes países e povos. Além disso, ao emprestar uma língua e um quadro literário, o escritor africano é obrigado a conformar-se com o espírito destes elementos. Por outras palavras, o escritor africano que escreve numa língua europeia expressa as realidades africanas em termos da psicologia, da experiência coletiva e das tradições literárias da Europa. A escrita africana tem, portanto, uma natureza essencialmente híbrida imposta pela diversidade das realidades africanas que representa e pela forma não africana em que se exprime.

O tradutor tem, assim, de tornar evidente a estética africana que está na base da obra do autor e que é a sua força motriz. Isto explica porque Paul Bandia (1993) observou que a tradução de obras criativas africanas é um duplo processo de "transposição": um nível primário de tradução, ou seja, a expressão do pensamento africano numa língua europeia por um escritor africano e um nível secundário de tradução, ou seja, a "transferência" do pensamento africano de uma língua europeia para outra, pelo tradutor.

O principal nível de tradução resulta numa variedade africana da língua europeia e a tarefa do tradutor é lidar com os problemas únicos colocados por esta chamada língua não normalizada. A um nível secundário, o tradutor lida não só com o processo de tradução interlinguística, mas também com a tradução intersemiótica, uma vez que tanto o conteúdo como as características formais da narrativa oral africana são cruciais para a representação completa do significado na língua-alvo escrita.

Uma vez que, na sua maioria, o conteúdo e a forma africanos já foram captados pelo autor africano na sua língua de escrita europeia, o que o tradutor precisa fazer é transportar para a língua europeia de destino (L2) o mesmo conteúdo e a mesma forma africanos.

Por outras palavras, o tradutor crítico tem de estar vivo para os sistemas socioculturais envolvidos no texto africano para que a sua tradução seja capaz de transportar a estética africana para o outro meio de expressão europeu. Existe, naturalmente, uma dimensão subjetiva no processo, uma vez que a tradução terá de depender da leitura que o tradutor fizer dos conceitos culturais e ideológicos e da história social que produziram o texto africano. Contudo, no caso da minha tradução da peça de Soyinka, e apesar das dificuldades óbvias, o meu principal objetivo era preservar, tanto quanto possível, os sistemas de valores culturais e a narrativa política da peça.

No drama, como em outras disciplinas como as ciências sociais, por exemplo, a narrativa política serve como instrumento para descrever acontecimentos e desenvolvimentos do quotidiano das sociedades e o teatro é, como sabemos, uma arte muito sensível ao universo político e social onde existe e com o qual se relaciona. A *Play of Giants* de Soyinka apresenta-se como uma crítica sociopolítica que escolhe os ingredientes certos para a expressão criativa a partir da realidade.

A combinação, que se efetua na carreira do autor, entre o risco político e a propensão para os jogos artísticos revela uma convergência de radicalismos - estéticos e políticos - que não se encontra em muitos escritores africanos, muito menos no contexto de uma África pós-colonial, onde os caminhos da inovação estética e do radicalismo político raramente convergem. Existe, concretamente, no que diz respeito à escrita soyinkiana, uma bifurcação implícita, porém subtil, na avaliação das suas obras, em África e no resto do mundo de expressão inglesa, nas últimas cinco décadas.

Todos estes aspetos – a articulação entre arte e política, especialmente no enquadramento dos vanguardismos históricos que se afirmam um pouco por todo o mundo e dos problemas que se colocam ao público (leitor e espetador) no que concerne as obras esteticamente radicais – têm obcecado Wole Soyinka, desde o início da sua carreira, a um nível sem paralelo nas literaturas anglófonas pós-coloniais. E é justamente no alcance da ocorrência de paradigmas e imagens de um não-conformismo radical, tanto na sua escrita como no ativismo político que desenvolve, que as marcas dessa obsessão se tornam visíveis.

Mais revelador, ainda, desta estrutura de escrita é a atitude que o autor tem em relação à linguagem, ou seja, a forma como dimensiona as contradições e os limites de uma língua anglófona literária, no contexto de uma tradição pós-colonial africana. Linguagem e significado excedem em importância, nos trabalhos mais ambiciosos do autor, função e referente – dependendo, perturbadoramente, das predisposições e sensibilidades do leitor/espetador e/ou crítico.

Ao analisar a produção textual de Soyinka, chegamos a dois paradigmas fundamentais através dos quais o autor tenta negociar as tensões próprias da versatilidade da sua escrita. Em primeiro lugar, o paradigma de um eu representativo, complexo e subconsciente, cuja autoridade e originalidade se validam no recurso aos recessos de uma memória coletiva, codificada em mitos, rituais e outras matrizes culturais. É aqui que reside a base textual e ideológica da grande preocupação do dramaturgo com a vitalidade de uma modernidade cultural e literária africana. O segundo paradigma leva-nos a um eu mais universal que coloca a sua identidade na infinita cadeia da significação e polissemia da linguagem, especialmente quando joga, simultaneamente, com imagens e expressões idiomáticas nas línguas inglesa e Iorubá.

Este paradigma, em particular, conduz a uma compreensão mais abrangente e sofisticada do uso, por vezes elíptico e esotérico, que Soyinka faz da linguagem; e é também através dele que compreendemos a relação íntima, porém, profundamente ambivalente, que o autor estabelece com importantes formações do modernismo e vanguardismo europeu. A justaposição de ambos os paradigmas permite a Soyinka combater em várias frentes simultaneamente: construir estratégias poderosas para confrontar a violência das realidades sociais e as carências dos grupos mais oprimidos e marginalizados numa África neocolonial; criar um distanciamento de e uma perspetiva sobre a sua profunda imersão no *milieu* social e cultural africano; e, finalmente, inventar e refinar um eu idealizado que se confronta com várias preocupações de forma e conteúdo.

A perspetiva da "disseminada" natureza do poder, à qual Michel Foucault e Vaclav Havel dedicaram portentosas formulações teóricas no contexto moderno europeu, está na base da ação dramática de *Gigantes em Cena*, no retrato que apresenta de quatro dos mais odiosos ditadores africanos na era pós-independência: Idi Amin do Uganda, Jean-Bedel Bokassa da República da África Central, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo da Guiné Equatorial e Joseph Mobutu do Zaire.

Grande parte da ação dramática de *Gigantes em Cena* envolve um quadro estático no qual os "gigantes" do título, Kamini, Gunema, Kasko e Tuboum – representações levemente disfarçadas de, respetivamente, Idi Amin, Macias Nguema, Jean-Bedel Bokassa e Mobutu – falam e se exibem como encarnações de um poder que se afirma como total.

Tanto o prefácio quanto a peça deixam claro que Kamini e os seus amigos, bem como as figuras reais que representam, constituem os produtos pós-coloniais das superpotências do ocidente. Kamini, por exemplo, é colocado no poder pelos britânicos, financiado pelos americanos, militarmente armado pelos soviéticos e, no final, abandonado por todos, quando os serviços de um ditador insano já não lhes é conveniente.

Gigantes em Cena constitui uma fantasia surreal de justiça poética internacional em que os sistemas de apoio económico e político dos governos ocidentais respondem, a seu tempo, a seu belo prazer e de forma catastrófica, aos monstros que eles próprios criaram e sobre os quais, conseqüentemente, perderam o controlo: as armas que a União Soviética forneceu vão ser testadas contra as suas próprias de legações e o horror alberga-se em solo americano.

Nesta peça, Soyinka consegue reunir num só local todos os infames ditadores de África.

O Secretário-Geral das Nações Unidas e dois delegados, da Rússia e da América, constituem as outras personalidades que dão à peça *Gigantes em Cena* o tom internacional. O pretexto para tal encontro parece ser uma reunião das Nações Unidas.

À medida que a peça se desenrola, assistimos ao papel que as superpotências desempenham na sustentação dos ditadores no poder e, simultaneamente, à verdadeira natureza destes ditadores africanos – as suas confusões, as perversões sexuais, os conceitos errados que têm do poder e respetivas complexidades.

Quando o drama se inicia, Kamini, Kasko e Gunema encontram-se sentados em cadeiras-trono compondo uma imagem de grotescas figuras humanas. Tuboum (Mobutu) aparece mais tarde, vestido com pele de animal, simbolicamente reforçando a bestialidade da sua personalidade. Soyinka apresenta-os ao público tal como se apresentam animais de circo, o que, obviamente, lhes retira a honra e a dignidade normalmente associada aos tronos. Mas enquanto o egoísmo dos ditadores permanece o mesmo, do princípio ao fim da peça, a forma de o dramaturgo os expor e denunciar vai mudando. Kamini, a personagem central, pretende apresentar nas Nações Unidas uma estátua de si próprio em tamanho real, em resposta a um pedido da organização que pretendia uma obra de arte representativa da sua cultura. É óbvio que o ditador não tem qualquer conhecimento de arte, não domina as questões políticas

internacionais nem conhece os fenómenos económicos que governam o mundo e, por isso, quando o Banco Mundial lhe recusa um empréstimo com base na falta de cumprimento com empréstimos anteriores, Kamini ordena ao presidente do seu banco que regresse a Bugara e simplesmente imprima mais dinheiro.

Na prepotência que o poder lhe confere, Kamini dispõe do seu país como se da sua propriedade privada se tratasse e jura vender Bugara, o país imaginário descrito como sendo a pátria de Kamini, a quem lhe der “duzentos milhões de dólares”. Com este tipo de atitude, Kamini vai empobrecendo a nação, deixando-a num caos administrativo: o embaixador e os ministros de gabinete fogem, faxes e telefones são confiscados por falta de pagamento de contas e muitos lugares administrativos na embaixada permanecem vagos por falta de verba.

No decorrer da ação da peça, os quatro ditadores descrevem as suas operações de morte à medida que posam para um escultor.

Os pormenores das descrições revelam as motivações dos ditadores e ilustram a intensidade da sua brutalidade e das *performances* de poder que conduziram a uma indescritível crueldade. Soyinka assinala o seu tropo teatral logo no título da peça que envolve um *double entendre* na alusão, por um lado, da jornalista escandinava na peça, Gudrum, ao livro que diz estar a escrever sobre Kamini, intitulado *O Gigante Negro em Ação (The Black Giant at Play)* e, por outro, ao próprio texto de Soyinka que retrata Kamini e os outros “super-homens” como reclamando um poder para o qual “fabricaram” um guião virtual que representam – acumulando, simultaneamente, os papéis de autor, ator e público.

A manobra tropológica de Soyinka consiste no facto de ter colocado os quatro “gigantes” numa embaixada em Nova Iorque, frente à sede das Nações Unidas. O espaço é, propositadamente, contido para criar efeito dramático. A ocasião é uma sessão das Nações Unidas para a qual o Secretário-Geral convidou todas as nações a contribuírem com um artefacto, culturalmente simbólico, para ser exposto na galeria internacional; Kamini pretende, como referimos, contribuir com uma escultura do seu corpo inteiro.

O dramaturgo admite, pois, a possibilidade de causar no público tensões visuais, mentais e emocionais à medida que os quatro ditadores são expostos em palco, afirmando o seu poder e evocando, em narrativas extravagantes, outros ditadores que lhes servem de modelo de inspiração: Kamini, por exemplo, reclama ser Adolf Hitler o seu herói; Gunema adopta como figura a imitar François (Papa Doc) Duvalier; e Kasco assinala a admiração por De Gaulle, Robespierre e Napoleão Bonaparte.

O encontro dos ditadores, num mesmo espaço físico, permite ao dramaturgo centrar a sua atenção nos “heróis do nosso tempo”, como o próprio refere na introdução à peça. Amin declarou em várias ocasiões e à medida que as execuções públicas, as mutilações dos oponentes, as excêntricas decisões políticas e económicas se tornavam rotina, que ele era o herói de África.

A peça termina com Kamini, ainda vivo, mas destituído do poder. O escultor que dava forma à estátua do ditador aparece sob as luzes do palco que se vão lentamente apagando e representa o artista que, enfrentando as ameaças à sua própria vida, protesta contra a opressão e regista os acontecimentos para a história. *Gigantes em Cena* discute, assim, a temática de referência para o povo africano e as personagens que representam personalidades vivas eliminam a linha ténue que separa os factos da ficção, a realidade da arte. Para isso, Soyinka recorreu aos mecanismos teatrais de um teatro de guerrilha: terror e tortura em palco.

O leitor/espetador não-africano que não conheça, à partida, as realidades sociais e políticas em África, nem sempre conseguirá distinguir a paródia da mimese. Ao contrário de um teatro de entretenimento que tende a distanciar-se da realidade, o teatro político vai em busca de pessoas reais para melhor veicular a sua mensagem.

A preocupação básica do dramaturgo, nesta peça, é com a comunicação direta com o povo, com o impacto que pode causar nos espetadores.

O uso de nomes verdadeiros de personalidades históricas torna-se essencial na experiência do teatro político. E isto porque os próprios políticos, uma vez atingida a popularidade, criam uma imagem pública quase sagrada e vivem num mundo protegido.

O homem comum acaba por vê-los como semideuses e recusa, frequentemente, que o seu sistema de crença seja desestabilizado.

Só um processo de desmistificação – expondo a verdadeira natureza dos políticos – pode alertar o cidadão comum.

As sátiras políticas de Soyinka contribuem, efetivamente, para esse acordar social e o dramaturgo deixa bem claro, em *Gigantes em Cena*, que o que está em jogo numa ditadura é muito mais do que a violação dos direitos humanos: é a sobrevivência das próprias instituições públicas que, uma vez associadas à figura do ditador, se desintegram quando o regime cai. Em suma, é a ideia da ditadura enquanto apropriação individual do tempo e do espaço público que Soyinka dramatiza nesta sátira.

Bibliografia

Bandia, Paul (1993) “Translation as Culture Transfer: Evidence from African Creative Writing”, in *Traduction, Terminologie, Rédaction* 6.2., 55-78.

Bassnett, Susan (2011) *Reflections on translating*. Ontario: Multilingual Matters.

_____ (1990) “Translating for the Theatre: Textual Complexities”. *Essays in Poetics*, XV.1, 71-83.

_____ (1990) *Translating for the Theatre: The Case against Performability*. *TTR*, IV. 1, 99-111.

Broeck, van den Raymond (1986) “Translating for the Theatre”, *Linguistica Antwerpiensia*, 96-110.

Gostand, R. (1980) “Verbal and Non-Verbal Communication: Drama as Translation”. *The Languages of Theatre, Problems in the Translation and Transposition of Drama*. Zuber-Skerritt, O. (Ed.). Toronto: Pergamon Press, 1-9.

Irele, Abiola (1981) *The African Experience in Literature and Ideology*. London: Heinemann.

Ivir, V. (1987) “Procedures and strategies for the translation of culture”, *Indian Journal of Applied Linguistics* 13:2., 35 – 46.

Pavis, Patrice. (1989) *Problems of Translation for the Stage: Intercultural and Post-Modern Theatre*. Cambridge: Cambridge University Press.

Scolnicov, H.; Holland P. (1989) *The Play out of Context. Transferring Plays from Culture to Culture*. Cambridge: Cambridge University Press.

Soyinka, Wole (1999) *Plays 2: A Play of Giants, From Zia, With Love. A Scourge of Hyacinths, The Beatification of Area Boy*. London: Methuen Drama.

_____ (2020) *Gigantes em Cena* (Rosa B. Figueiredo, trans.). Coimbra: Coimbra University Press.

Zurbach, Christine (2007), *A Tradução Teatral: o texto e a cena*. Casal de Cambra: Caleidoscópio Edições.

31. VAMBERTO FREITAS, ESCRITOR AÇORIANO, TERCEIRA, RADICADO EM S. MIGUEL**APRESENTAÇÃO DE *Crónica Açores vol 5 Liames e epifanias autobiográficas* DE CHRYS CHRYSTELLO - Prefácio - Quando Um Andarilho do Mundo Acaba Nos Açores**

... vivi três vidas numa só, carreiras distintas em paralelo e nada de material tinha para mostrar, mas teimava em acarretar essa pesada bagagem de conhecimentos e cultura. CHRYS CHRYSTELLO, liames e epifanias 1949-2005 (*Crónica Açores V*)

Vamberto Freitas

Falar de Chrys Chrystello é falar de um Fernão Mendes Pinto da nossa época (menos as supostas mentiras do autor de *Peregrinação*, publicado em 1614), e que desde há anos vive e dinamiza a cultura literária (e não só) aqui nas ilhas, e levando tudo para o exterior adentro de Portugal e no estrangeiro. Esta não é em uma feroz anti-cruzada como *Peregrinação*, a primeira da Europa ou do mundo após os Descobrimentos portugueses, como a classificou Rebecca Katz há muitos anos, numa distinta tese de doutoramento defendida na Universidade da Califórnia. Uma estudiosa falecida, mas que permaneceu sempre uma grande amiga e admiradora de Portugal, e foi na altura elogiada largamente por alguns escritores e intelectuais do nosso país, como Augusto Abelaira. O seu livro fulminante (mesmo sendo uma tese de doutoramento defendida na Universidade da Califórnia) foi publicado em Inglês em 1972, e depois traduzido em Portugal em 1978 sob o título de *A sátira social de Fernão Mendes Pinto: análise crítica da Peregrinação*.

Não pretendo fazer aqui paralelismos com a dividida e complexa experiência vivencial ou profissional de Chrys Chrystello, seja como jornalista ou como escritor. Só que este seu livro contém passos semelhantes, apesar de ele nunca lido Rebecca Katz.

Na contracapa do livro do livro desta americana judia vem uma citação mais do que demolidora: "... escrita em Almada, no auge dos conflitos político-religiosos que constituíram o pano de fundo da famigerada Inquisição e Contrarreforma ibéricas, a *Peregrinação* é um exemplo prematuro – senão mesmo o primeiro, em toda a literatura europeia – de sátira corrosiva que, denunciando a ideologia da Cruzada, põe em dúvida a moralidade das conquistas ultramarinas portuguesas, que Fernão Mendes Pinto é o primeiro a condenar como atos de bárbara pirataria".

Chrys Chrystello é natural do Porto (embora se diga sempre australiano de origem transmontana). A verdade é que Chrys traça as suas origens a Afonso Henriques, mesmo antes de Portugal o ser, reduzido ainda ao Condado Portucalense, e depois, do lado materno aos Novos Cristãos, aos judeus que só no século passado assumiram quem eram perante o mundo na História rica a partir do momento que D. Manuel I tanto obedece como contraria as ordens dos seus sogros no lado de lá da nossa fronteira, e sempre à espreita do momento de nos conquistar ou absorver através dos estranhos casamentos do tempo de monarquias mandantes e poderosas. Vamos ao essencial, que coloca este livro no seu devido contexto açoriano.

Chrys Chrystello cresce numa família tradicional cuja fortuna haveria de desaparecer, e entre 1972-1975 foi para Timor (ano em visitaria pela primeira vez a Austrália, e lá se fixando a partir de 1982), testemunhando toda a complexidade da transição para a liberdade daquele país cobiçado por potências ali por perto.

Depois veio Macau nos anos de 1976-1982, o momento em que ele decide de mudar de nome por duas razões. Primeiro, insistiam em chamá-lo "Chrys". Segundo, viu nisso a oportunidade de adotar esse nome para esquecer, ou mesmo rejeitar todo um passado num Portugal que raras vez atinava com os seus próprios interesses ou identidade ante um mundo em mutação, mas do qual se encontrava longe.

O autor deste e de outros livros, após o seu serviço irrequeto à Nação e ao longe, tornar-se-ia um jornalista profissional, fundador do Público, no tempo, mais ou menos em que foi repórter da LUSA durante 11 anos.

Começou logo em 2001 a organizar os colóquios sobre a lusofonia, e quando se instala permanentemente no nosso arquipélago (a sua companheira tinha sido colocada numa escola de cá), retoma-os em 2006, até hoje, com dois encontros por ano, em ilhas diferentes e no resto de Portugal e além-fronteiras, editando sempre os "Cadernos de Estudos Açorianos" que já somam 40, e em cada qual distingue um dos nossos escritores e/ou poetas. Nunca nada disto tinha sido feito entre nós.

Estou à vontade neste texto: nunca deixei de ser convidado, e nunca participei ativamente, com a exceção da apresentação de um livro de Zeca Soares no pátio do seu próprio e mítico restaurante da Praia dos Moinhos (2014) e no Centro Cultural Natália Correia (2021). A minha ausência das suas imparáveis iniciativas tem a ver com questões sobre as quais não quero nem devo falar neste espaço. Segui sempre afastado, no entanto, os trabalhos em curso, com admiração e saudade de alguns amigos e colegas da escrita que estiveram e estarão presentes. Da Lomba da Maia para o mundo, onde Chrys e a sua companheira professora vivem no que ele chama o seu "castelo".

"Outra deficiência – escreve o autor – que adquiria em novo, por influência paterna era a sôfrega sede do direito inalienável à liberdade de expressão e de pensamento, malformação congénita que valera muitos dissabores pessoais. A relação com os outros era sempre problemática e resumia-se à aversão pelos ditames alheios. Fora assim com a autoridade paternal, com os militares como oficial do exército e na vida profissional. Era avesso aos "carneiros" e talvez por isso acabaria por casar com uma pessoa desse signo. Desrespeitava a inveja alheia, noção que me era alienígena, pois inveja nada e ninguém. Criticava os outros pela fachada que mantinham, pelos estereótipos com que se regiam: conversas balofas e mesquinhas, sem profundidades. Ansiava por conversas profundas, preferia argumentos 'intelectuais' ou 'pseudointelectuais' em que se esgrimissem argumentos, ideias e propostas concretas de melhorar o mundo..."

A escrita de Chrys Chrystello, neste livro, é mais uma sequência de memórias do que "crónicas". O segredo está nos detalhes que incluem História, acontecimentos, nomes, datas, tudo num tom de linguagem muito pessoal que nos agarra de página em página, que nos apresenta a mundos conhecidos e desconhecidos, que contextualiza uma vida singular no meio das mais diferentes – por vezes, divergentes – culturas, línguas e modo de estar e ser que nos parecem estranhos, quando depressa nos damos conta da tragicomédia que a vida em toda a parte. Este estilo literário não é nada comum entre nós, preferimos o mexerico e mal-dizer do café ou das tertúlias exclusivistas que sempre proliferaram entre nós. Direi do autor o que uma vez um grande amigo residente no Canadá me disse: *és um crítico americano que escreve em língua portuguesa.*

Anuário 2022 AICL -- colóquios da lusofonia

Com Chrys Chrystello tenha, esta afinidade, sem nunca ser declarada: um passado anglo-saxónico que nos transformou para sempre a nossa identidade e visão do mundo, e isto sem nunca abjurar as nossas origens multisseculares e que nada ficam a dever aos nossos outros mundos íntimos e significantes do nosso ser como cidadãos do mundo. Só os provincianos estranham estas experiências entre os mais diversos povos e presença, ora conhecida, ora desconhecida, no mundo.

Raramente me tenho encontrado com Chrys Chrystello ao longo destes anos em que ele se tornou uma espécie de cidadão honorário ou real dos Açores. Falamos pouco, mas estou convencido que o respeito é mútuo, assim com o reconhecimento do trabalho de cada um. Tínhamos em comum um grande amigo, Daniel de Sá, o grande escritor da Maia, aqui em São Miguel. Foi-me irónico ler que "Maia", desde Portugal Continental, tem sido sempre os seus lugares de tristeza e outras lembranças menos agradáveis. Ele não sabe disto, mas tivemos outro amigo em comum, e esse foi um Capitão de abril de nome Vítor Alves. Foi o primeiro representante após 25 de abril (tinha colocado a sua vida em perigo com toda a coragem da conspiração e da libertadora madrugada em Lisboa) das nossas comunidades espalhadas pelo mundo fora. Não só o apresentei numa comunidade do sul da Califórnia, tomei uns copos com ele, e avisou-me que eu falava nesses eventos mais do que era necessário. Muitos anos mais tarde dei-lhe o último abraço na Universidade de Lisboa num congresso sobre as narrativas pessoais e gerais na vasta Diáspora norte americana. Faleceu um pouco depois, mas ser-nos-á inesquecível para sempre. A memória permanece das pessoas que nos tocaram profundamente na vida, ou que foram, o que fizeram neste caso parte dos nossos libertadores.

O mundo é pequeno, sabemos, como no título de um dos romances de David Lodge, que goza à brava da academia e dos seus encontros que poucas vezes resultam seja no que for, e quase só servem para longas viagens de escritores com egos muito maiores dos aviões em que se sentam de continente para continente.

"Digamos – escreve o escritor e poeta Vasco Pereira da Costa num breve nota a CHRÓNICAÇORES II – que se trata de uma vontade de conhecer para amar – e só se pode amar o que se conhece. As ilhas atlânticas – a Macaronésia, assim designada – surgem deste modo, como uma realidade geográfica, histórica, símbolos dispersos sem coesão nem coerência na vastidão cronológica e espacial".

É isso mesmo. Este livro de Chrys Chrystello é um outro testemunho de alcance universal das nossas vidas, da nossa sorte, da nossa tragédia e, sim, da nossa felicidade.

Vamberto Freitas

novº 2020
